



PENSATA | REVISTA DOS ALUNOS DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIFESP

V.5 N.2 | NOVEMBRO DE 2016

DOSSIÊ
CRISE POLÍTICA E CORRUPÇÃO

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA PENSATA

DIOGO CORRÊA | ISADORA CARVALHO | JANAÍNA ANDRADE | KASSIA BOBADILLA | KATHLEEN ÂNGULO | LILLIAN LINO | LUANA DE PAULA |
LUCAS SOUZA | MARÍLIA DE PAULA | MAURÍCIO GRAZIA | RAQUEL CARDOSO | RONALDO SANTOS | SANDRA CRUZ | WILVER PORTELLA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

Reitora: Soraya Soubhi Smaili

Vice-reitora: Valéria Petri

ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Daniel Arias Vasquez

Vice-diretora: Marineide de Oliveira Gomes

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenadora: Tatiana Savoia Landini

Vice-coordenador: Bruno Konder Comparato

PENSATA Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. v. 5, n. 2, ano 6. 2016. Semestral. ISSN: 2237-678X.
--

COMISSÃO EDITORIAL EXECUTIVA

Diogo Corrêa, Isadora Carvalho, Janaína Andrade, Kassia Bobadilla, Kathleen Angulo, Lillian L. Lino, Luana de Paula, Lucas Souza, Marília de Paula, Maurício Grazia, Raquel Suely Cardoso, Ronaldo B. dos Santos, Sandra Cruz, Wilver Portella.

CONSELHO EDITORIAL

Adrian Gurza Lavalle (USP), Adriano Codato (UFPR), Alberto Groisman (UFSC), Alvaro Bianchi, (Unicamp), Andréia Galvão (Unicamp), Anita Simis (Unesp), Bernardo Ricupero (USP), Bernardo Sorj, Iudcovsky (UFRJ), Bruno Wilhelm Speck (Unicamp), Célia Tolentino (Unesp), Cornelia Eckert, (UFRGS), Cynthia Sarti (UNIFESP), Dagoberto José Fonseca (Unesp), Edmundo Peggion (Unesp), Flávio Rocha de Oliveira (UNIFESP), Heloisa Dias Bezerra (UFG), João José Reis (UFBA), José Paulo Martins Junior (UNIRIO), Juri Yuriy Castelfranchi (UFMG), Laura Moutinho (USP), Lucila Scavone (Unesp), Luiz Antonio Machado da Silva (UFRJ), Luiz Henrique de Toledo (UFSCar), Márcio Bilharinho Naves (Unicamp), Marco Aurélio Nogueira (Unesp), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), Melvina Araújo (UNIFESP), Milton Lahuerta (Unesp), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp), Peter Fry (UFRJ), Renato Athias (UFPE), Renato Sztutman (USP), Revalino de Freitas (UFG), Rogério Baptistini Mendes (FESPSP), Rosana Baeninger (Unicamp) e Sergio Adorno (USP)

DESIGN GRÁFICO

Fábio Pontes Rachid

WEBMASTER

Eduardo Palazzo

ENDEREÇO PENSATA: <http://www.unifesp.br/revistas/pensata>

CONTATO: trabalhospensata@gmail.com

EDITORIAL

005

DOSSIÊ

APRESENTAÇÃO	009
O DESPREZO PELA DEMOCRACIA LUIZ BERNARDO PERICÁS	012
TEORIA POLÍTICA DA CORRUPÇÃO ARMANDO BOITO JR.	018
CRISE POLÍTICA E CORRUPÇÃO BRÁSILIO SALLUM JR.	024
DOS MODELOS DE CORRUPCIÓN CLAUDIO KATZ	036

DEBATES

APRESENTAÇÃO	048
AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS EM SP: DA AUTODEFESA DO ESPAÇO À ESCOLA AUTOGERIDA SANDRO BARBOSA DE OLIVEIRA	055
O COLAPSO DA ESTRELA: VERMELHA DE SUPERNOVA A BURACO NEGRO J. CARLOS DE ASSIS	060
JUSTIÇA, COMBATE À CORRUPÇÃO E POLÍTICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OPERAÇÃO LAVA JATO FREDERICO DE ALMEIDA	072
OS DISPOSITIVOS DE CONTROLE E A DEMOCRACIA DE SEGURANÇA NACIONAL EDSON TELES	086
O LEGADO DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS: JOGOS OLÍMPICOS MARTIN CURI	096
UMA VISÃO ECOLÓGICA SOBRE O DESASTRE DE MARIANA ANTONIO FERNANDO MONTEIRO CAMARGO	105

ARTIGOS

PRÁTICAS DE CONHECIMENTO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: ALGUMAS NOTAS DE PESQUISA BRUNO PEREIRA DE ARAÚJO	114
O GOVERNO DE JUSCELINO KUBITCHEK SOB A ÓTICA DE UM MARXISTA AUTÔNOMO CARLOS EDUARDO TAVIL	132

CABELO CRESPO E ESTÉTICA DESVIANTE: A BUSCA PELA ANCESTRALIDADE E A AFRICANIZAÇÃO

ALINE TUSSET DE ROCCO

154

DA FILOSOFIA À SOCIOLOGIA: IDEOLOGIA E UTOPIA COMO CATEGORIAS DE PENSAMENTO E DE AÇÃO EM KARL MANNHEIM

THIAGO PEREIRA DA SILVA MAZUCATO

171

RESENHAS

AFRICANIZING ANTHROPOLOGY: FIELDWORKS, NETWORKS, AND THE MAKING OF CULTURAL KNOWLEDGE IN CENTRAL AFRICA

ALEKSÂNDER NAKAOKÁ ELIAS

194

INFORMES

GRUPOS DE PESQUISA - UNIFESP

203

Editorial

2016 será um ano que despertará intensos debates ao longo dos próximos tempos. O Brasil vivenciou (e vivencia) nesta temporada diversos acontecimentos que impulsionarão diversas reflexões: crises políticas, ambientais, educacionais e esportivas tomam conta do pensar do brasileiro. Golpe jurídico-midiático ou impeachment legítimo de uma presidenta? Pátria educadora ou ponte para o futuro? Ocupações contra medidas de restrição de gastos públicos (ou seriam investimentos?) em áreas como saúde e educação ou ‘vem pra rua’ para não ‘pagar o pato’? Crime ou tragédia ambiental? E qual seria o “legado olímpico”: obras superfaturadas, desocupações a toque de caixa e vaias a Michel Temer durante a abertura ou a concretização da “mais extraordinária Olimpíada que este país e que este mundo já viu”, como dissera Luis Inácio Lula da Silva, em 2009, após confirmação da ‘Cidade Maravilhosa’ para sediar os Jogos Olímpicos no ano de 2016?

Diante dos acontecimentos em nosso país e a nível global, a Pensata não poderia ficar alheia. Para dar conta desse desafio, recebemos novos membros em nosso comitê editorial e trabalhamos bastante para que incentivar a produção científica em nosso meio, tão importante nesse momento.

Assim, é com grande alegria que apresentamos aos leitores a nona edição da Pensata – Revista de Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP. Além de um meio de comunicação de divulgação de papéis acadêmicos, muitos deles inéditos, acreditamos nesta revista como uma experiência pedagógica de construção de saberes na área das ciências humanas e sociais com o compartilhamento junto à comunidade de pesquisas científicas.

Portanto, durante nossas reuniões priorizamos a discussão acerca das alternativas para a condução dos encargos editoriais deste caderno a fim de condicionar não somente um espaço onde textos são aprovados a partir de rigoroso processo de triagem, como também na formação pedagógica de cada um dos membros envolvidos neste projeto. Com esta filosofia, a Revista Pensata, uma iniciativa dos alunos, se engrandece a cada nova edição lançada ao publicar trabalhos de estudantes, pesquisadores e professores que estimam pela grande qualidade de seus respectivos trabalhos.

Atentos ao fato de que o processo de submissão, avaliação e publicação de um artigo científico é fundamental na formação acadêmica, ensejamos contribuir para que esta revista seja pensada como um espaço privilegiado de discussões sobre a produção acadêmica, possibilitando que além de professores e pesquisadores, alunos, de todos os níveis

universitários, sintam-se estimulados a publicarem seus trabalhos. Esperamos, dessa forma, contribuir e incentivar a produção e divulgação de pesquisas nas Ciências Sociais ou em diálogo com nossa área de atuação.

Nesta nova edição apresentamos um **Dossiê Temático** nomeado “Crise política e corrupção”, contendo ensaios – a maioria deles inéditos – de professores e pesquisadores especializados neste assunto que discutem em um panorama nacional e latino-americano a problemática dos esquemas de corrupção nas democracias representativas.

Um dos setores mais característicos da Revista Pensata, a nossa **Seção Debates** desta edição apresenta aos leitores uma novidade: um eixo transversal multitemático intitulado “**Crises no Brasil ou o Brasil em Crise?**”. Composto por cinco subtópicos – **Crise na educação: Ocupe sua escola; Crise política: da corrupção ao impeachment; Crise na política: representações e instituições; O legado dos megaeventos esportivos: Olimpíadas; A crise ambiental e o caso de Mariana**, pesquisadores de diversas instituições brasileiras apresentam em ensaios as suas alternativas, discussões e perspectivas referentes a temas que compõem o cotidiano brasileiro.

Em seguida, apresentamos os **Artigos** de demanda espontânea. No primeiro artigo, Bruno Pereira de Araújo apresenta uma abordagem etnográfica acerca das práticas de saberes e intervenções das profissionais da saúde nas fichas de Atenção Primária à Saúde das pacientes de uma Unidade de Saúde da Família no município de Guarulhos, no estado de São Paulo. Em seguida, Carlos Eduardo Tauil revela uma perspectiva do período desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek a partir da leitura de um autor pouco considerado por este arcabouço econômico e pelos seus representantes (dentre eles, Celso Furtado): o marxista Caio Prado Jr. O terceiro texto deste segmento é de autoria de Aline Tusset de Rocco, que traz a discussão referente à identidade estética da população negra enquanto uma estética desviante, concentrando-se principalmente na discussão acerca da corporalidade negra e os cabelos crespos. Por fim, Thiago Pereira da Silva Mazucato realiza uma abordagem da concepção ontológica do social de Karl Mannheim apresentada no livro *Ideologia e Utopia* (1929) onde conceitos de ideologia e utopia são amplamente discutidos como categorias de pensamento.

Na seção de **Resenhas**, apresentamos a resenha de Alexsânder Nakaóka Elias, que analisa o livro “Africanizing Anthropology: Fieldwork, Networks, and the Making of Cultural Knowledge in Central Africa” de autoria de Lyn Schumaker (2001). Para Alexsânder, a obra representa uma importante contribuição para a Antropologia da Política, uma vez que

apreende o Estado a partir das experiências concretas dos indivíduos, possibilitando novas possibilidades analíticas.

Finalmente, trazemos ao leitor a seção **Informes** que apresenta grupos de estudos existentes na área das Ciências Sociais da EFLCH/UNIFESP (Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade Federal de São Paulo), como o GEFE – Grupo de Estudos sobre Futebol dos Estudantes da UNIFESP.

A expectativa desta edição é de que as propostas de trabalhos e os artigos aqui dispostos contribuam para o surgimento de novos debates sociais, novas reflexões críticas e para o aprimoramento das pesquisas acadêmicas que estão sendo realizadas. Finalmente, agradecemos aos que enviaram trabalhos – publicados ou não -, aos professores que emitiram pareceres e a todos os que contribuíram de diversas maneiras para a publicação desta nova edição da Pensata. Desejamos uma boa leitura a todos!

Comissão Editorial – Pensata 2016

DOSSIÊ:

CRISE POLÍTICA E CORRUPÇÃO

Apresentação

Henrique Amorim¹
Débora Cristina Goulart²
Márcia Jacomini³
Davisson C. C. de Souza⁴

A crise política que se instalou no Brasil desde a reeleição de Dilma Rousseff à presidência em 2014, que culminou em seu impedimento, se arrasta com o governo de Michel Temer trazendo à tona temas que, embora presentes no cotidiano da América Latina e, particularmente, do brasileiro, somente nesse contexto estão sendo tratados de forma mais detalhada e profunda, tanto pelos movimentos sociais, partidos e sindicatos, quanto pela academia.

A corrupção, a crise, a democracia e as suas disrupções políticas, o golpe, a relação público e privado, as políticas públicas e governamentais, entre tantos outros temas agigantaram-se como sínteses de uma conjuntura política que já se desenhava com o definimento do projeto político petista, alavancado por uma crise econômica em nível mundial e por erros, tropeços e equívocos políticos profundos dos governos do PT desde a eleição de Lula.

Quais as questões centrais que orientariam a cena desta conjuntura política? O que se apresenta no lugar dos governos do PT? Em que medida a corrupção, os desmandos políticos, a malversação de dinheiro público seriam frutos de um ou outro partido político ou de diferentes governos? Seria a corrupção um elemento estrutural dos estados capitalistas? Ou seria possível um governo, com instituições sociais consolidadas nas sociedades contemporâneas, sem corrupção?

Governos como o dos Estados Unidos avançaram, já há algum tempo, em legitimar a política de lobby das grandes empresas, admitindo assim, que não existiria, sob a lógica do grande capital, meios para evitar a influência destas grandes empresas nas decisões político-estatais. Assim, e diferente dos países da América Latina e de quase todos os

¹ Professor Doutor em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Grupo de Pesquisa Classes Sociais de Trabalho - GPCT

² Professora Doutora em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação, Classes e Conflitos Sociais – GEPECSO.

³ Professora Doutora em Educação da Universidade Federal de São Paulo. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Gestão Escolar - GEPPEGE

⁴ Professor Doutor em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação, Classes e Conflitos Sociais – GEPECSO

países do mundo, o lobby passou a ser entendido como um mecanismo legítimo para fazer valer os interesses das famílias e empresas econômica e politicamente mais poderosas dos Estados Unidos.

No Brasil, a influência dos grandes conglomerados industriais e financeiros tem clara presença nas decisões políticas de presidentes, ministros, senadores, deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores, seja em âmbito federal, seja em âmbito estadual ou municipal. Esta influência, no entanto, parece ter sido, ao longo da construção de nossa frágil democracia, camuflada, escondida, organizada de uma forma na qual, mesmo sobre a sedução de volumosas somas de dinheiro, a ética e a moral na política seriam aparentemente preservadas.

Este contexto político em que as instituições democráticas são colocadas em xeque, haja vista a profunda relação de contaminação dos interesses públicos pelos interesses privados, nos impôs, primeiro, a necessidade de organizarmos uma série de palestras e eventos – ao longo de 2016, na Unifesp-Guarulhos – que discutissem os processos sociais que se apresentam hoje como centrais à política nacional e da América Latina. Motivados, assim, pela necessidade de, pelo menos introdutoriamente, descortinarmos questões sociais tão candentes como aquelas relativas à corrupção, à crise política, à democracia, ao impedimento e ao debate sobre o golpe, reunimos estas quatro intervenções análises que compõem o *Dossiê: Crise Política e Corrupção*.

O primeiro artigo, intitulado por Luiz Bernardo Pericás, *O Desprezo pela Democracia*, toca em uma das questões-chave do contexto político contemporâneo no Brasil: a democracia. Orientado pelo pressuposto de que os acontecimentos políticos anteriores e ulteriores ao impedimento político de Dilma Rousseff e os ataques do governo Michel Temer às organizações de esquerda são, na prática, um ataque à democracia, tal qual a conhecemos hoje, descreve cenas políticas desse processo histórico que parecem caracterizar um estado de exceção em que todos os apelos políticos do atual governo se dirigem à figura do mercado e a grupos de empresários. Segundo Pericás, estariam, com isso, alijados da interlocução a massa da população trabalhadora.

No segundo artigo que compõem este dossiê, Armando Boito Jr., com seu *A Teoria Política da Corrupção*, procura mostrar historicamente a particularidade da corrupção nas sociedades capitalistas. Trazendo para o debate a tese segundo a qual a corrupção seria uma ideologia do Estado burguês, apresenta as diferentes formas da relação entre o público e privado nas sociedades que antecederam o capitalismo e no próprio capitalismo. Com

isso, argumenta que a corrupção compõe a ideologia burguesa, sendo ela mesma produzida pelo aparelho de Estado burguês.

Brasílio Sallum Jr, com *Crise Política e Corrupção*, desenvolve, no terceiro artigo deste dossiê, a relação entre o escândalo de corrupção e a instabilidade política que resultou no impedimento político de Dilma Rousseff. Descrevendo tal relação Sallum Jr. investiga em seu artigo as nuances dos casos de corrupção deflagrados, como aqueles relativos à Petrobras e investigados pela Lava-Jato como um dos fatores, talvez o mais central, para criar as bases para o impedimento, da então, presidenta Dilma Rousseff. Narrando como atores individuais e coletivos participaram, de diferentes formas em diferentes momentos, desse processo político, procura ainda ilustrar como a recessão econômica e a fragmentação partidária do PT foram também elementos que enfraqueceram e contribuíram para o impedimento. Não obstante, e de forma mais profunda, o artigo de Sallum Jr. nos orienta a qualificar a corrupção instalada no Brasil com algo pulverizado em vários partidos além do próprio PT, como o PMDB, o PP e o PSDB. Com isso, sustenta a necessidade de reforma no sistema eleitoral vigente que não permite ao eleitor, pelo número excessivo de pleiteantes a cargos políticos, uma escolha refletida, o que, finalmente, contribuiria para a formação de representações mais sólidas e que refletissem os interesses dos eleitores.

Por fim, o artigo de Claudio Katz, *Dos Modelos de Corrupción*, procura, com base na conjuntura política da Argentina, aprofundar um argumento já presente no artigo de Boito Jr., isto é, a ideia de que a corrupção é intrínseca ao capitalismo. Para Katz, a corrupção é fruto de uma relação estrutural entre as classes dominantes e a burocracia estatal. Para acumular riquezas as classes dominantes se valem de garantias legais quando necessário, mas também, quando necessário, não cessam de violar a legalidade instituída. Analisando esta relação quase umbilical não apenas na América Latina ou na Argentina, Katz indica que os últimos três diretores do FMI estão sendo acusados de inumeráveis irregularidades que remontam ao tráfico de influências, fraudes fiscais, movimentação ilegal de taxas de lucro e lavagem de dinheiro, caracterizando, com isso, a corrupção como um elemento central do Estado burguês.

O desprezo pela democracia

Luiz Bernardo Pericás¹

A tentativa de invasão da sede nacional do Partido Comunista Brasileiro no Rio de Janeiro pela polícia militar, no dia 28 de julho, é um fato simbólico dos tempos em que vivemos e exemplo claro da investida sistemática e cada vez mais radical das forças conservadoras contra as organizações de esquerda e movimentos sociais. Na ocasião, um debate sobre a desmilitarização da segurança pública promovido pelo PCB foi alvo da truculência da PM, que admitiu estar monitorando aquele encontro. Os agentes só não entraram no local por intervenção do presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB (RJ), Marcelo Chalreo, que se encontrava ali no momento. Na Olimpíada, por sua vez, as intimidações das forças de segurança contra torcedores em estádios, expulsos das arenas ou obrigados a retirar camisas e entregar cartazes com a mensagem “Fora Temer”, também mostram inequivocamente que o estado de exceção parece estar voltando a todo vapor (as vaias ao “mandatário”, na abertura dos Jogos, são sintomáticas de sua impopularidade; por sinal, foram rapidamente abafadas pela música alta e pela grande mídia corporativa, com o objetivo de evitar maiores constrangimentos ao então “presidente” interino, que sequer teve coragem de aparecer no Maracanã, para o encerramento do evento).

A liberdade de expressão e os direitos adquiridos pelos trabalhadores há décadas, encontram-se em perigo imediato após o golpe institucional. Os constantes relatos de abusos, arbitrariedades e ataques a estudantes, moradores das periferias e ativistas mostram que o novo ocupante do Planalto não se importa com as críticas nem considera diversos preceitos da Constituição como fundamentais e basilares de nossa ainda frágil e imperfeita democracia. Pelo contrário. A violência contra a população cresce.

Durante todo o processo que levou ao *impeachment* até a atualidade, a direita vem ganhando cada vez mais espaço midiático e institucional. Mesmo antes de Michel Temer assumir a presidência, governos municipais e estaduais conservadores, assim como setores reacionários do Parlamento, têm se mostrado cada vez mais duros com qualquer tipo de

¹ Luiz Bernardo Pericás é professor de História Contemporânea da USP.

oposição a seus interesses. Os fatos deste ano indicam a gravidade do momento: em abril foram assassinados dois militantes do MST, Vilmar Bordim e Leomar Bhorback no Paraná, assim como outro ativista, Ivanildo Francisco da Silva, dirigente do PT e apoiador da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Mogeiro (Paraíba). Não custa recordar que naquele mês os deputados federais Antônio Imbassahy (PSDB) e José Carlos Aleluia (DEM) entraram com representações na PGR exigindo a prisão do dirigente do MTST Guilherme Boulos por “formação de milícia privada” e “incitação ao crime”. Em Goiás, por sua vez, o MST está sendo tratado como “organização criminosa” pelas autoridades judiciais, que ordenaram a prisão do geógrafo José Valdir Misnerovicz e do trabalhador rural Luiz Batista Borges, ambos militantes do movimento.

Os indígenas também têm sido vítimas das novas circunstâncias. No dia 14 de junho, em Caarapó, Mato Grosso do Sul, perto da aldeia Teikuê, o jovem guarani kaiowá Cloudione Rodrigues Souza foi assassinado a tiros em disputas com produtores rurais por terras demarcadas pela Funai (outros seis índios, entre os quais, uma criança, também foram baleados). Quatro comunidades da região, que contabilizam em torno de seis mil pessoas (ao todo, o grupo dos Guarani Kaiowá daquele estado somam mais de 45 mil pessoas), necessitam desta área, de 55,5 mil hectares, para garantir a sobrevivência de sua cultura. Capangas, jagunços, milícias armadas e seguranças privados, contratados por fazendeiros ou políticos locais, agem sem limites, com a conivência das autoridades locais. Isso quando não são os próprios policiais e soldados os responsáveis pela repressão aos trabalhadores urbanos e rurais.

Para impor a vigilância e repressão a qualquer tipo de oposição, Temer colocou no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), o general Sérgio Etchegoyen, filho e sobrinho de dois notórios torturadores da ditadura militar, ao mesmo tempo em que destacou para o Ministério da Justiça, ninguém menos do que o ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo Alexandre de Moraes, conhecido por seus ataques brutais a estudantes secundaristas. O atual governo, por sinal, retirou o *status* de ministério das secretarias das Mulheres, dos Direitos Humanos e da Igualdade Racial. Além disso, o mandatário mostra claramente de que lado está ao se aliar a nomes bastante afinados com o setor financeiro e ligados ao tucanato, personalidades que ocupam posições de destaque em sua equipe, como José Serra, Pedro Parente, Maria Sílvia Bastos Marques, Eduardo Guardia e o sionista Ilan Goldfajn.

No Congresso, as alas conservadoras ampliam sua investida, na tentativa de destruir todos os avanços democráticos dos últimos anos. O deputado do PSC Eduardo Bolsonaro chegou a propor, em maio, um projeto de lei para criminalizar o comunismo! Isso para não falar do cancelamento das negociações com a União Europeia, iniciadas pelo último ministro da Justiça de Dilma, Eugênio Aragão, para trazer gradualmente, com recursos internacionais, em torno de cem mil refugiados sírios para nosso país. Esta, que seria uma medida humanitária extremamente significativa, foi rechaçada pelo então governo interino (e, ao que tudo indica, “ordenada” por Alexandre de Moraes), que alegou questões de segurança nacional para cancelar o acordo.

A extinção do Ministério da Cultura foi sintomática. Com a mobilização e protesto de artistas e intelectuais em todo o país, a partir de ocupações, intervenções e manifestações públicas, Temer foi obrigado a reverter sua decisão e reconstituir o MinC, que está nas mãos de um jovem diplomata, sem grande experiência nem qualquer apoio do setor.

O ataque à cultura é explícito. E o macarthismo parece ser uma das marcas desta administração. A Empresa Brasil de Comunicação, por exemplo, se tornou alvo constante do governo. Censura, represálias, demissões, cerceamento a jornalistas, repúdio a uma linha editorial independente e mesmo a possibilidade de encerramento das atividades são algumas das consequências do golpe. Uma emissora pública alternativa e crítica certamente não é prioridade no momento. A EBC, responsável por um conjunto de canais públicos (como, por exemplo, a TV Brasil, NBR, Agência Brasil, Portal EBC, Rádios Nacional e MEC de Brasília e do Rio de Janeiro e a Radioagência Nacional) se destaca por produzir grande quantidade de material com conteúdo nacional e de ser a principal responsável por veicular e divulgar o cinema brasileiro na televisão.

Por falar na sétima arte, o filme *Aquarius*, dirigido por Kleber Mendonça Filho, ganhador do Festival de Amsterdã, tem sido ostensivamente boicotado pelo governo, que ficou insatisfeito com os protestos do elenco contra o golpe parlamentar, em Cannes. Vários integrantes da comissão que deve definir o candidato brasileiro ao Oscar, instituída pela Secretaria de Audiovisual, foram pressionados a sair, principalmente por causa de um de seus membros, o crítico Marcos Petrucelli, opositor de Mendonça Filho. A perseguição ao longa é clara. A mais nova investida foi feita pelo Ministério da Justiça, que determinou uma classificação indicativa

de 18 anos, o que, para a protagonista da película, Sonia Braga, seria o equivalente a uma proibição (o governo teve de recuar mais uma vez, e mudou a indicação para 16 anos).

O balanço do ainda curto mandato de Temer (desde o seu período como interino) em relação aos trabalhadores, minorias e movimentos populares, portanto, é bastante desfavorável. Como apontou João Pedro Stedile, em artigo recente publicado no jornal *Brasil de Fato*, “os golpistas estão disputando cerca de R\$ 200 bilhões do orçamento da União. Já os R\$ 400 bilhões destinados ao pagamento de juros aos bancos são intocáveis. Querem aumentar a idade mínima de aposentadoria para até 70 anos, como defendeu o impostor Temer, mas nenhuma palavra foi dita sobre os R\$ 62 bilhões de isenção da Previdência dado às empresas, somente em 2015. Outra fonte de recursos privados será o patrimônio público. Estão retomando o processo de privatização, começando pelo pré-sal (com a revogação da Lei da partilha, já aprovada na Câmara) e pelo setor elétrico. Estão desmontando os serviços públicos, a ver pelas ameaças às escolas públicas, ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Programa Mais Médicos. Avisaram que nossas terras serão entregues ao capital estrangeiro. Fecharam o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e estão acabando com as políticas para a agricultura familiar e a reforma agrária”.

Vale acrescentar que se o governo Temer, de um lado, pretende liberar a venda de terra a estrangeiros (uma medida que é rechaçada tanto pelos movimentos sociais como pelas Forças Armadas), de outro, como indica Stedile, está cortando verbas de programas como o de aquisição de alimentos da agricultura familiar e o de construção de casas populares no campo. A tendência é que a aliança entre o governo e o agronegócio se intensifique. Só a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), por exemplo, está sendo obrigada a devolver R\$ 170 milhões destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos para o Ministério do Desenvolvimento Social (o PAA contemplou, em 2015, em torno de 40 mil agricultores). Além disso, está em curso a revisão das desapropriações de terra ocorridas há anos.

Não é demais recordar que foi aprovado recentemente um déficit de R\$ 170 bilhões em 2016, acompanhado, não obstante, de significativos incrementos salariais para os servidores do Legislativo, Executivo e Judiciário (incluindo o aumento do teto de remuneração no serviço público para algo em torno de R\$ 40 mil). Em contraposição, a CNI sugeriu uma jornada de trabalho de 80 horas semanais (sem adicionais) como solução para a crise econômica.

É difícil esquecer que o pacote de medidas econômicas e fiscais anunciado em 24 de maio pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles, para além de suas propostas regressivas, foi divulgado, emblematicamente, durante o evento “O Brasil que temos para o Brasil que queremos”, organizado pela revista *Veja*, ao lado do próprio juiz federal Sérgio Moro, que num gesto de total falta de isenção política e imparcialidade (necessárias para quem ocupa seu cargo) mostrou a todos a posição notoriamente tendenciosa e pouco profissional com que tem agido nos últimos meses, ao prestigiar um ato organizado pela mais conhecida publicação da direita brasileira e junto a representantes dos setores conservadores do país.

O sucateamento e desestruturação das universidades também estão na agenda, contando com o apoio de órgãos da grande mídia corporativa para levar adiante o processo de privatização do ensino superior gratuito (o ministro da Educação, Mendonça Filho, inclusive, pretende autorizar a cobrança para cursos de pós-graduação em universidades públicas). Os cortes em programas como o Prouni, Pronatec, Ciência sem Fronteiras e FIES estão a caminho. O próprio CNPq já eliminou 20% das bolsas de iniciação científica que oferecia a alunos de todo o país. O Programa Nacional de Combate ao Analfabetismo (Sistema Brasil Alfabetizado), por sua vez, foi suspenso. Há casos em vários estados de bloqueio, redução, descontinuidade e cancelamento completo dos cursos de alfabetização. Se puderem, tentarão pressionar pelo fim das cotas raciais e da obrigatoriedade de determinadas disciplinas, como Filosofia e Sociologia, no ensino médio. O projeto “Escola sem partido”, neste sentido, é apenas mais um elemento que pode ter efeitos perigosos para a educação no país e um claro indício de criminalização da liberdade de expressão, de pensamento e de cátedra.

A nova administração se esforça para fazer aprovar definitivamente a PEC 241 (que recebeu o aval da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em 9 de agosto), que estabelece um teto para os gastos públicos pelas décadas seguintes, permitindo que 23% dos gastos da União, estados e municípios sejam desvinculados, na prática, abrindo espaço para mais cortes em investimentos (se esta proposta passar, o SUS poderá deixar de receber R\$ 80 bilhões nos próximos vinte anos). Para completar, a intenção é começar agora um rápido processo de privatização dos presídios, creches e hospitais.

O golpe institucional ficou tão claro que foi criticado por diversos organismos internacionais e órgãos de imprensa europeus e norte-americanos, enquanto países como

Bolívia, Venezuela, Equador e Cuba condenaram o *impeachment* energicamente, denunciando, inclusive, a composição e perfil dos deputados e senadores que apoiaram esta farsa. Não é demais dizer que 60% dos membros do Senado têm processos abertos na Justiça. Foram esses políticos que votaram para retirar a presidente Dilma do poder.

Todos os discursos e documentos de políticos ou grupos ligados a Temer se dirigem aos “empresários” e ao “mercado”. Em nenhum momento falam ao povo nem tampouco usam o termo “trabalhadores” em suas declarações. É importante apontar que o país vive na atualidade com uma taxa de desemprego de 11,6%, o que equivale a 11,8 milhões de pessoas sem qualquer fonte de remuneração. As soluções propostas por Temer, de retirada de direitos laborais, desmonte de órgãos públicos e criminalização dos movimentos sociais, assim, não contemplam os anseios da população e certamente serão rechaçadas. Por isso, não é de estranhar que uma pesquisa da Vox Populi, em agosto, divulgada pela revista *Carta Capital*, apontou que 79% dos brasileiros defendiam a saída de Temer da presidência, enquanto outra, realizada pelo Data Folha, indicava que em torno de 60% da população queria que o golpista se demitisse no caso do afastamento de Dilma, um número expressivo. E que mostra que a insatisfação com o governo continuará grande.

Teoria política da corrupção ¹

Armando Boito ²

A questão da corrupção está na ordem-do-dia nos países da América Latina. O uso político conservador e moralista desse tema tem sido feito, em graus distintos, pelas oposições de direita aos governos superficialmente reformistas do Partido dos Trabalhadores no Brasil e do Partido Justicialista na Argentina e aos governos reformistas mais ambiciosos como o de Rafael Correa no Equador. Na conjuntura atual, é no Brasil que a questão da corrupção e do seu uso político adquiriram uma importância maior. Apoiados em manifestações massivas da camada superior da classe média, os partidos da oposição de direita – PSDB, DEM, PPS e Solidariedade – definiram como estratégia obter algum tipo de condenação por crime de corrupção ou aparentado do Governo Dilma Roussef para poderem abrir um processo de impeachment contra a presidenta da República.

O que é a corrupção?

Corrupção e Estado burguês

Como é mais que sabido, a ideologia dominante situa a corrupção num quadro moral. Os analistas e observadores progressistas costumam contrapor a essa caracterização moral uma ideia de corrupção socialmente determinada. Essa ideia não é suficiente para romper com o discurso moralista. Isso porque tais analistas e observadores tomam a ideia de corrupção na forma que os moralistas a apresentam. O que é preciso mostrar, contudo, é que a própria ideia de corrupção é parte da ideologia política burguesa. Aí sim a ruptura com a problemática moralista estará consumada. Eis o que deve ser compreendido: corrupção é uma noção ideológica, típica do modo de produção capitalista, e produzida pelo aparelho do Estado burguês.

Correndo o risco de levantar teses que exigiriam um conhecimento histórico maior que aquele que logrei amearhar, eu diria que nos períodos históricos que antecederam o

¹ Publicado na revista eletrônica portuguesa *O Comuneiro*, número 21 de setembro de 2015. Ver http://www.ocomuneiro.com/nr21_06_ArmandoBoito.html.

² Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e editor da revista *Crítica Marxista*.

capitalismo, a ideia de corrupção era inconcebível e que inexistiam os valores que tal ideia mobiliza. Isso era assim porque, diferentemente do que ocorre no modo de produção capitalista, no qual as instituições do Estado estão formalmente abertas aos indivíduos egressos de todas as classes sociais, no modo de produção escravista e no modo de produção feudal, os postos do Estado eram monopólio dos indivíduos pertencentes à classe dominante. Somente homens livres e, muitas vezes, somente os estamentos superiores da ordem dos homens livres, podiam aceder aos postos e cargos do Estado. Isso vale para as instituições repressivas, administrativas e representativas dos Estados escravista e feudal (Poulantzas, 1968).

Ora, se é a ordem superior – os homens livres – e, preferencialmente, os estamentos superiores – aristocracia, patrícios, nobres, clérigos – que monopolizam os postos do Estado, esses postos tornam-se, na verdade, monopólio da classe dominante. É certo que a situação jurídica de ordem e de estamento e a situação econômica de classe são situações distintas. Contudo, embora entre os integrantes da ordem superior possamos encontrar um número significativo de indivíduos pertencentes às classes populares – artesãos e camponeses livres na Grécia Antiga, na Roma Antiga e na Europa feudal – é muito mais raro encontrá-los nos estamentos superiores da ordem dos homens livres. Esses estamentos, no geral, abarcavam indivíduos pertencentes à classe dominante – o patriciado romano era composto, majoritariamente, de grandes latifundiários (Croix, 1997, p. 332-336) e os nobres no período medieval eram, majoritariamente, os próprios senhores feudais (Lemarchand, 1978).

Em decorrência da norma que estabelecia o monopólio dos postos de Estado pela classe dominante, norma característica dos Estados pré-capitalistas, os recursos materiais e financeiros desses Estados não se encontravam separados dos recursos materiais e financeiros dos indivíduos pertencentes às classes dominantes (Saes, 1998). O posto no Estado podia ser propriedade de um indivíduo da classe dominante, bem como os recursos materiais dos indivíduos da classe dominante eram utilizados para as atividades do Estado. As monarquias feudais europeias aumentavam suas receitas por intermédio da venda de cargos do Estado – a chamada venalidade de ofícios (Goubert, 1953). O comprador do cargo obtinha o direito de auferir uma renda e, dependendo do tipo de compra efetuado, podia passar o cargo em herança. O próprio sistema de arrecadação de impostos, que é o sangue e a alma do aparelho de Estado, era objeto de compra e venda – o denominado sistema de arrematação. No mundo antigo, tanto em Grécia como em Roma, os grandes

proprietários de terra aristocratas financiavam, com seus recursos, as mais variadas atividades do Estado (Finley, 1980).

É a formação do Estado burguês que altera essa situação. A partir das revoluções políticas burguesas, é declarada a igualdade jurídica formal entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção, extinguem-se as ordens e os estamentos, e as instituições do Estado passam a ser formalmente abertas a todos os cidadãos. Nenhum cidadão pode ser preterido, em decorrência de sua situação de classe, para o exercício de um posto repressivo, administrativo ou representativo no Estado. Nesse novo tipo de Estado, como foi assinalado por Max Weber (1999, p. 529-544), os recursos do Estado são separados dos recursos dos ocupantes dos cargos de Estado. Acrescentamos nós: são formalmente separados, porque, como se diz no ditado popular, na prática, a teoria é outra.

Não é possível separar de maneira estanque os recursos do cargo dos recursos do seu ocupante. Ademais, duas características básicas do modo de produção capitalista conspiram, permanentemente, contra essa separação: a concentração da riqueza e do patrimônio típica da economia capitalista e a prática do segredo típica do funcionamento da burocracia do Estado burguês.

Corrupção e ideologia

Os elementos que dão origem à ideologia da corrupção são eles mesmos ideológicos. A igualdade jurídica entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto singulariza, de fato, a situação do trabalhador no capitalismo, mas, como mostraram os clássicos do marxismo, ela é uma igualdade formal. Proclamada no plano jurídico, ela não elimina a desigualdade sócio-econômica entre as partes e, ademais, é contaminada por essa última. Todo trabalhador assalariado, ao contrário do que se passava nos modos de produção pré-capitalistas, tem acesso à justiça e pode votar e ser votado, mas ele não dispõe das mesmas condições econômicas que o capitalista para pagar um grande escritório de advocacia ou para viabilizar uma campanha eleitoral.

Com norma que estabelece a abertura dos postos do Estado a todos os cidadãos se passa algo semelhante. Essa norma existe, diferencia o Estado capitalista dos Estados pré-capitalistas, mas sua existência é formal. No plano do direito, todo trabalhador pode aceder aos postos mais elevados da administração pública, do Judiciário, das Forças

Armadas e das câmaras representativas. Em 2003, um operário assumiu a Presidência da República no Brasil. Contudo, as pesquisas sobre os Estados capitalistas mostram que, no geral, a cúpula do aparelho de Estado é ocupada por indivíduos egressos da classe dominante ou das famílias abastadas de classe média (Miliband, 1982, p. 67-87).

Algo semelhante se passa com a ideologia da corrupção que é, como já indicamos, filha das duas normas básicas do Estado burguês – igualdade jurídica formal e abertura formal das instituições do Estado. Os bens dos indivíduos pertencentes às classes dominantes e os bens do Estado estão formalmente separados. Os edifícios, equipamentos, recursos humanos e dotações financeiras do Executivo, do Legislativo e do Judiciário não são propriedade privada dos burgueses e sequer do ocupante dos ocupantes de cargos. Contudo, esses edifícios, equipamentos, recursos humanos e dotações financeiras são mobilizados, fundamentalmente, para estimular o processo de acumulação de capital e aumentar a riqueza das famílias burguesas. Tal qual nas duas normas anteriores, a separação entre bens públicos e bens privados faz diferença, alude a uma situação real, mas, ao mesmo tempo, promete mais do que entrega, produz uma ilusão. Funciona, assim, como toda ideologia: um jogo de alusão-ilusão no qual o segundo elemento é dominante.

Consequências políticas

Afirmar que a corrupção tem raízes sociais pode ser um bom começo, mas está longe de oferecer aos trabalhadores um conhecimento científico que possa guiar uma crítica socialista à corrupção. Essa só começa quando se tem claro que a ideia de corrupção é ideológica e serve, em primeiro lugar, para encobrir o fato de que as instituições e os bens do Estado capitalista não são “públicos”, mas sim recursos a serviço dos interesses da classe dominante.

Na luta democrática, e dependendo da conjuntura, os trabalhadores podem ter interesse em defender a norma burguesa que separa os bens públicos dos bens privados, do mesmo modo que têm interesse, também no plano da luta democrática, em defender a igualdade jurídica e a abertura dos postos de Estado. Mas, ao fazê-lo, isto é, ao jogar as normas do Estado capitalista e a sua ideologia contra as práticas burguesas, devem ter consciência que fazem a disputa no terreno da burguesia e devem tirar disso todas as consequências. Mas esse é tema para outro texto.

Referências bibliográficas

- Althusser, Louis. 1968. *La filosofía como arma de la revolución*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, n. 4.
- Boito, Armando. 1998. “Os tipos de Estado e os problemas da análise poulantziana do Estado Absolutista”. *Crítica Marxista*, n. 7.
- Croix, G.E.M. de Ste. 1997. *The class struggle in the ancient greek world*. 3ª ed. London: Duckworth.
- Finley, M. I. 1980. *A economia antiga*. Porto: Edições Afrontamento.
- Goubert, Pierre. 1953. “Un problème mondial: la venalité des offices”. *Annales*, v. 8.
- Miliband, Ralph. 1982. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Poulantzas, Nicos. 1968. *Pouvoir politique et classes sociales de l'état capitaliste*. Paris: Maspero.
- Saes, Décio. 1998. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. 2ª ed. Campinas: Editora IFCH-Unicamp.
- Weber, Max. 1999. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Volume 2.

Notas explicativas do autor:

Um sentimento anticorrupção para cada classe:

- Cada classe tem motivos distintos para ser contra a corrupção – burguesia, classe operária e classe média – e cada qual tem uma postura mais ou menos coerente nessa matéria. (Semelhança e diferença entre classe média e classe operária.);
- Porque as forças conservadoras têm preferência pelo uso político da corrupção;
- A questão da sinceridade no discurso e na luta contra a corrupção;
- A maneira popular de lutar contra a corrupção.

Estado capitalista contra os capitalistas?

- As prisões recentes de grandes empresários no Brasil deixaram muitos intelectuais e políticos de esquerda atônitos. O Estado capitalista estaria contra os capitalistas?;
- Estado não é instrumento passivo;
- A burguesia não é classe homogênea;

- As instituições do Estado não estão sob controle apenas da classe burguesa. A questão da alta classe média.

Crise Política e corrupção¹Brasílio Sallum Jr.²

O Brasil tem experimentado uma série bem grande de sucessivos escândalos de corrupção no período democrático inaugurado pela Constituição de 1988. Criamos instituições que melhoraram o combate a corrupção, mas a continuidade das descobertas mostra que, aparentemente, elas ainda não conseguiram reduzir significativamente sua ocorrência³. A percepção popular sobre a existência de corrupção cresceu muito em certos períodos – como de 2002 a 2006, reduziu-se posteriormente, mas retomou recentemente direção ascendente, provavelmente em função das revelações sobre corrupção na Petrobrás. O Brasil hoje ocupa o 78º lugar entre os 168 países e territórios em que a Transparência Internacional pesquisa a percepção que suas populações têm sobre a corrupção neles existente⁴.

A descoberta de corrupção em larga escala na Petrobrás não afetou apenas a percepção que os brasileiros têm sobre sua existência no país, ela tem afetado a vida política nacional e, de vários modos, contribuído para os percalços políticos que temos experimentado. Não há, porém, relação simples e óbvia entre o escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato da Polícia Federal e a crise política que resultou no impeachment da presidente Dilma Rousseff.

As revelações sobre suspeitas, as descobertas, declarações e denúncias vinculada à investigação de desvios de recursos da Petrobrás vem atingindo pessoas, empresas e partidos políticos desde março de 2014. Tais revelações alimentaram fortemente a instabilidade política que marcou todo o segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff, a crise política que resultou em seu impeachment e continuarão ainda sendo referência chave para o sistema político por um período de tempo difícil de determinar.

O impacto que tais revelações tem sido, porém, variável no tempo e quanto aos segmentos políticos atingidos. E dependeu, em parte, da atuação desenvolvida e mesmo agressiva das redes de internet e dos meios de comunicação de massa na divulgação da

¹ Este texto desenvolve argumentos apresentados na UNIFESP em palestra sobre o tema em 29/06/2016, parte da série Quartas Sociais organizada pelo Prof. Henrique Amorim, a quem agradeço o convite.

² Brasílio João Sallum Jr. é professor titular de Sociologia da USP.

³ Ver sobre isso Graeff, E., *Corruption In Brazil: from Sarney to Lula*, eBook Kindle, 2011, in <http://www.amazon.com.br/dp/B005QNO98A>

⁴ Sobre as pesquisas referentes a 2015 e anos anteriores, consultar o site: <http://www.transparency.org/cpi2015>

corrupção como *escândalo*, quer dizer, como informação que contraria frontalmente os valores que, se supõe, devam orientar a conduta, em especial de homens públicos. A despeito da relevância que tem tido os meios de comunicação de massa e as redes de internet isso não será objeto deste texto. Tratarei aqui apenas da conexão entre o escândalo de corrupção e a instabilidade política que, aprofundada, resultou no afastamento em 2016 da Presidente eleita em 2014 e, em seguida, do impacto que o escândalo tem produzido sobre o regime democrático de 1988.

Escândalo de Corrupção e Instabilidade Política

A linguagem corrente praticamente não distingue situações em que há instabilidade em uma situação política rotineira, na qual não há ameaça à hierarquia político-institucional vigente, de situações em que o campo político-institucional se expande com a incorporação de novos atores e sua hierarquia torna-se precária. Ainda que haja alguma dificuldade em distinguir os dois tipos de situação nos casos concretos, é importante fazê-lo para evitar a diluição da dramaticidade própria da dinâmica das crises políticas em mera instabilidade, própria à dinâmica política corriqueira⁵.

Nesta linha de raciocínio, parece apropriado situar a crise política que custou o mandato da presidente Dilma Rousseff em meados do segundo semestre de 2015, ainda que possam ser localizadas antes mesmo de sua posse, em de 1º de janeiro de 2015, as raízes da forte instabilidade que caracterizou todo o seu período de governo. A instabilidade e a crise política em que culminou decorreram da conduta de atores individuais e coletivos – incluindo-se aí a Presidente da República – inseridos em contextos políticos específicos, quer dizer, situações políticas distintas, que se sucederam no tempo.

O escândalo de corrupção produzido pelos resultados da Operação Lava-Jato contribuiu fortemente, parece-me, para gerar e sustentar a instabilidade política crônica e a crise do governo Dilma, embora o tenha feito apenas por meio dos atores individuais e coletivos que disputavam direta ou indiretamente o poder político. De um lado, à medida que as informações sobre a corrupção na Petrobrás foram sendo reveladas, de abril de 2014 em diante, deteriorou-se o prestígio da Presidente, dos políticos e partidos envolvidos, ainda

⁵ Sobre a noção de crise política e a sua diferença em relação à situação política rotineira, consultar Sallum Jr., B., Crise Política e Impeachment, Novos Estudos Cebrap, Vol. 35.02, nº 105, Julho de 2016. Ver um exame mais extenso da questão em Dobry, M. Sociologia das Crises Políticas, São Paulo, Editora UNESP, 2014.

que os efeitos eleitorais mais graves tenham sido provavelmente experimentados pelo PT, cuja bancada parlamentar na Câmara dos Deputados teve uma redução de 25,5 %. Esta deterioração prosseguiu ao longo de 2015, reduzindo a autoridade da Presidente para liderar sua coalizão de governo, ainda que a chefe de governo não tivesse sido responsabilizada diretamente por qualquer prática de corrupção. Sua imagem, porém, foi afetada duramente, pois difundiu-se fortemente a crença de que era responsável pelo que ocorria na Petrobrás. Mesmo antes da posse, em dezembro de 2014, 68% da população acreditava que ela tinha responsabilidade nos acontecimentos – dos quais 43% achavam que tinha muita e 25% alguma responsabilidade⁶.

Embora não haja dúvida sobre a crença popular na responsabilidade da presidente pelo escândalo, não é evidente que ela tenha sido forte o suficiente para fragilizar a liderança presidencial. De fato, uma crença difusa sobre a responsabilidade presidencial talvez não fosse tão grave num sistema político em que as eleições tradicionalmente envolvem financiamento afetado parcialmente por operações escusas, como a tão conhecida “caixa 2”. Ocorre que o escândalo da Petrobrás estimulou fortemente o protesto popular, especialmente das camadas médias da população, que tem particular sensibilidade à corrupção, como já evidenciaram várias pesquisas⁷. Ademais, a maioria dos eleitores dessas camadas não sufragou em 2014 a Presidente, mas seu adversário Aécio Neves. A Presidente só foi vitoriosa entre os eleitores que recebiam na época até dois salários mínimos, o que permitiu sua reeleição⁸. Foram, pois, cidadãos dessas classes médias os mobilizados via internet por agrupamentos anti-petistas, de tendências diversificadas, que incluíam desde correntes liberal-democratas até extremamente conservadoras. Tais protestos iniciaram logo depois das eleições de outubro de 2014 em pequena escala e continuaram em 2015 e 2016, envolvendo algumas vezes um número extraordinário de pessoas, mais de milhão, distribuídas em dezenas de cidades do país, ainda que tivessem seu epicentro na cidade de São Paulo. Tais mobilizações tiveram como mote central o ataque à corrupção e ao PT – que identificavam com ela – e, paulatinamente, tornaram o impeachment da Presidente sua demanda central. Ainda que os partidos de oposição não tivessem organizado ou mesmo tomado parte, de forma significativa, nestas mobilizações de classe média, as demandas partidárias e políticas em geral, mesmo as dos partidos da coalizão governista, tiveram delas um reforço significativo. Sublinhe-se que aqui o termo

⁶ Cf. Pesquisa Datafolha, in Folha de S. Paulo, edição de 7/12/2014

⁷ Avritzer, L., *Impasses da Democracia no Brasil*, Rio, Civilização Brasileira, 2016, cap. 4 (A corrupção e a democracia).

⁸ Cf. Pesquisa Datafolha, Eleições Presidenciais de 2014, 2º turno (Boca de Urna)

reforço tem um sentido genérico pois a demanda por impeachment, por exemplo, dominante na mobilização nacional de abril de 2015 encontrava pouco eco entre os parlamentares de oposição.

Cabe ressaltar que o PT, a CUT e várias organizações de esquerda desencadearam também manifestações de rua em favor do governo. Embora tivessem mobilizado muita gente, com maior presença de manifestantes das camadas populares, os eventos foram menores que as de oposição e tiveram, em 2015, um componente de ambiguidade pois apoiava-se o governo mas demandava-se mudança de sua política econômica de *ajuste fiscal*. Somente quando o processo de impeachment foi desencadeado de fato, as mobilizações de apoio ao governo perderam ambiguidade e ganharam maior volume.

A fraqueza relativa das mobilizações de apoio ao governo frente àquelas contrárias tem, além da ambiguidade, outro fator explicativo mais óbvio: a recessão, a recessão econômica e suas consequências sociais, o estrangulamento das atividades empresariais e o desemprego, que atingiu de forma crescente a sociedade brasileira. Na medida em que se atribuía ao governo a recessão, o protesto em relação àquelas consequências tendeu a agigantar a mobilização contra o governo e ter o efeito contrário nas que lhe eram favoráveis.

De todo modo, até pelo menos o final de 2015, quando a instabilidade já se transformara em crise política, as mobilizações populares – que tinham na anti-corrupção um elo agregador -- favoreceram a ação contrária ao governo no interior do sistema político. Na medida em que o processo de impeachment avançou na esfera político-institucional, a Presidente e o PT conseguiram, em parte, deslocar a questão em jogo da economia e da corrupção para a da democracia, articulando-se contra o que denominaram *golpe parlamentar*. Esta retórica permitiu mobilizar a militância dos partidos de esquerda e uma quantidade considerável de simpatizantes e militantes jovens de vários coletivos.

O escândalo de corrupção gerado pela Operação Lava-Jato, suas descobertas, delações premiadas, depoimentos etc... continuaram produzindo efeitos políticos cruciais mesmo ao longo do processo de impeachment e depois que presidente Dilma Rousseff foi temporariamente afastada. Recorde-se o bloqueio à posse do ex-presidente Lula como ministro, a prisão e cassação do senador Delcídio Amaral, a inviabilização da posse do senador Romero Jucá como ministro do Planejamento do Governo Provisório de Michel

Temer etc.⁹ Trata-se de efeitos de tipo mais pontual, diferente daqueles que corroíam cronicamente a capacidade de governar. Eles tiveram o condão de alterar a dinâmica do processo político e, em todos os casos apontados, a dinâmica da crise política, que estava em pleno curso. É como se desde a Operação Lava-Jato fossem disparados petardos capazes de atingir com suspeitas de corrupção – mesmo que com baixo grau de comprovação -- atores políticos e seu desempenho atual e/ou esperado, obrigando-os a se afastarem ou serem afastados do proscênio e, conseqüentemente, levando à reconfiguração das situações políticas em que se inseriam.

Até aqui chamamos a atenção para o modo como o escândalo de corrupção na Petrobrás contribuiu para a instabilidade e, depois, na crise política do segundo governo Dilma Rousseff, na medida em que ela foi social e politicamente atribuída à Presidente e principalmente ao PT, por comandar aquela empresa estatal no período coberto pela investigação da Polícia Federal.

Ainda que a crença difusa e as ações coletivas de protesto contra a corrupção governamental tenham minado a autoridade presidencial, a instabilidade e a crise política subsequente dependeram também de outras condições – a recessão e a fragmentação partidária, por exemplo – e principalmente das ações políticas da Presidente, de seus aliados e adversários. Mas não é objeto deste trabalho fazer o exame do processo como um todo, o que seria mesmo temerário realizar sem uma pesquisa específica.

Voltando à questão central que aqui nos preocupa, há que trazer à luz outra dimensão dos efeitos da corrupção sobre o processo político: não só o PT, mas também o PMDB e o PP e, em menor escala, outros partidos, como o PSDB, foram envolvidos no escândalo da Petrobrás e nos que surgiram como seu desdobramento. Esta disseminação ampla dos projéteis da Lava-Jato e suas conseqüências para o prestígio de partidos e políticos profissionais indica que a crise política atual não tende a ser superada pelo impeachment da Presidente, pela substituição legal de um governo. A crise política mostra-se bem mais ampla, tendendo a colocar em questão as instituições do regime democrático de 1988.

⁹ Eventos ocorridos em 2016.

Corrupção e a Democracia de 1988

Além de vários partidos da base parlamentar do governo Dilma e da oposição terem sido associados – com graus variáveis de comprovação – à corrupção descoberta pela Operação Lava-Jato e seus desdobramentos, também a crescente recessão da economia e a falta da capacidade do sistema político em dar respostas viáveis aos problemas do País contribuíram, ao que parece, para que ao longo de 2015 e 2016 se disseminasse a descrença da população em relação aos políticos profissionais em geral, inclusive os de oposição. As pesquisas de opinião indicam ter havido um enorme desgaste entre as lideranças políticas mais conhecidas, que contam com grande rejeição por parte do eleitorado e com pouquíssimas menções espontâneas dos entrevistados como figuras desejáveis para presidir o País¹⁰.

Isso me leva a crer que para superar a crise que experimentamos não bastará que o governo Temer defina e consiga aprovar medidas econômicas que permitam reverter a recessão iniciada no final de 2014 e que ainda continua a produzir efeitos econômico-sociais deletérios nesse segundo semestre de 2016. Com efeito, não se está atravessando uma crise que atingiu apenas o governo Dilma e a forma de articular o Estado com o mercado. Ademais, as próprias instituições reguladoras do regime democrático constitucionalizado em 1988 estão a exigir um redesenho. Redesenho que permita dar legitimidade ao conjunto dos participantes do campo político-institucional que se eleger em 2018, quando serão sufragados os responsáveis pelos poderes da União e dos estados da Federação.

Fazer da presente crise uma oportunidade para recompor o regime democrático será, porém, tarefa complexa dado que se deteriorou a hierarquia antes existente entre os órgãos de Estado, tendo o centro do poder executivo perdido capacidade de comando e o legislativo mostrado dificuldade de articulação, em função da extrema fragmentação partidária e da diluição da polarização PT-PSDB que organizava o sistema de partidos. É certo que o fim da interinidade do governo Temer deve dar mais condições de superar parte desses problemas, em função do profissionalismo dos políticos que o compõem, mas sua agenda legislativa não é distributiva, o que torna difícil, como no governo Dilma, o sucesso no Legislativo. A deterioração da hierarquia do Estado abriu espaço para ganhos de autonomia de certos órgãos estatais, como o Judiciário que acentuou o processo de

¹⁰ Ver a série de pesquisas Datafolha sobre os presidenciáveis para 2018. Consultar a última publicada em <http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2016/07/1792816-com-rejeicao-menor-lula-lidera-corrida-eleitoral-por-presidencia-em-2018.shtml>

judicialização da política, o Ministério Público que vem atuando, por vezes, como ator político na luta contra a corrupção e a Polícia Federal, que parece imune ao comando do Ministério da Justiça, a que está formalmente subordinada. Tudo isso, como costuma acontecer nas crises políticas, aumenta muito a incerteza e torna difícil vislumbrar que direção tomará o processo político, especialmente porque ele continua afetado fortemente pelo escândalo e pelas decisões que se derivam da Operação Lava-Jato.

A despeito dessas dificuldades e das iniciativas legislativas que parecem pretender restringir as investigações da Polícia e o Ministério Público e as possibilidades de punição para certas condutas condenáveis de políticos em campanha, algumas iniciativas do Judiciário e do Legislativo tem procurado alterar as instituições reguladoras do sistema eleitoral e partidário de modo que o regime possa prover o País de maior governabilidade.

O STF declarou inconstitucional, em setembro de 2015, o financiamento eleitoral por empresas de partidos e candidatos, quebrando um padrão de provimento de recursos para campanhas políticas existente há vinte anos e ajudou a produzir numerosos escândalos de corrupção, inclusive o da Petrobras. Esta iniciativa provocou uma mudança drástica no financiamento eleitoral pois as empresas eram responsáveis por cerca de $\frac{3}{4}$ do custeio das campanhas. Além das empresas proverem a maior parte dos gastos – se vê claramente agora que o faziam predominantemente com recursos desviados do próprio Estado – o financiamento vinha de um número bem limitado de empresas, pois só contribuíam 20 mil das 5 milhões de empresas existentes. Ademais, as 100 maiores contribuintes no ano de 2014 doaram 57% do total de recursos e o financiamento empresarial concentrava-se em pequena parte dos candidatos, tendo importância muito grande em seu desempenho eleitoral. Nas últimas eleições aumentou, porém, a massa de recursos alocados para os partidos¹¹. Embora a Câmara dos Deputados tenha reagido negativamente a isso ao provar emenda constitucional que instituía o financiamento empresarial, a reação não teve eco no Senado, que até agora não votou a matéria.

Em lugar disso, o Congresso tratou de duplicar o valor do Fundo Partidário formado por recursos públicos que vigorava em 2014, fundo que já tinha tido um acréscimo significativo desde 2011. Assim, decidia – na impossibilidade de captar legalmente recursos das empresas – aumentar o financiamento público de campanha, demanda antiga do PT, mas

¹¹ Uso aqui informações sobre financiamento de campanha presentes em Speck, B. Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil, REB – Revista de Estudios Brasileños, in http://www.academia.edu/20198035/Bruno_Wilhelm_Speck_Game_over

contrária aos usos de todos os partidos, inclusive de quem o demandava. O Congresso fez mais: reduziu bastante, para compensar a perda de recursos, o período de apresentação do horário gratuito no rádio e TV além de outras modificações. O conjunto dessas alterações parecem, como indicou Bruno Speck, constituir um estado de transição, válido para as eleições municipais de 2016, mas tendente a ser transformado para outro conjunto de regras eleitorais a vigorar para as disputas de 2018¹².

Difícilmente será possível manter a regra de financiamento de campanhas definida pelo STF para as eleições de 2018, sem mudar as regras de competição eleitoral, a menos que se amplie extraordinariamente o Fundo Partidário constituído de recursos públicos. Ainda que isso possa ser defendido como medida anti-corrupção, a extração de recursos de um Estado fiscalmente comprometido para financiar campanhas eleitorais pode sofrer uma forte oposição de partidos e outros atores coletivos.

O Congresso segue tratando do assunto, mas, provavelmente, isso só será decidido no próximo ano. Para que seja retomado o financiamento eleitoral por empresas haverá necessidade de reforma constitucional. De todo modo, se isso ocorrer, provavelmente haverá limitações estritas quanto ao volume das doações, como já há agora para as doações de pessoas físicas. Este certamente será um dos efeitos positivos do escândalo com a corrupção revelada pela Operação Lava-Jato. Se assim for, provavelmente serão alteradas as regras de competição eleitoral para baratear as campanhas e/ou se aumentará bastante o Fundo Partidário, o que será difícil dada a escassez de recursos públicos. Em suma, uma mudança moderada ou a preservação das regras atuais de financiamento de campanha devem estimular alterações naquelas que regulam a competição eleitoral, para reduzir os gastos. Retomaremos esta questão mais adiante.

Por ora, o Congresso vem tentando aprovar mudanças nas regras eleitorais de modo a reduzir a fragmentação partidária. O Senado está para fixar limites para a representação partidária no Congresso, definindo exigências progressivas para o seu acesso ao Congresso e aos recursos do Fundo Partidário. As exigências já existirão para as eleições de 2018 e serão maiores nas de 2022. Os partidos políticos que não cumprirem exigências mínimas – percentual nacional de votos e em certo número de estados da Federação – não terão representação própria no Congresso nem acesso ao Fundo Partidário. Outra mudança proposta é o fim das coligações proporcionais, o que tende a reduzir a viabilidade de

¹² Speck, B, op. cit.

pequenos partidos, muito dependente das coligações com partidos maiores com que se compõem. Ainda que sejam feitas algumas alterações durante a sua tramitação, estas reformas devem reduzir bastante a fragmentação partidária – reduzindo o número e aumentando o tamanho dos partidos – o que tende a facilitar a formação de coalizões de governo. Recorde-se que parte das dificuldades da presidente Dilma governar esteve na fragmentação partidária: ela e seus assessores imediatos tinham que gerir uma coalizão de 13 partidos – na maioria pequenos – dentre os 26 ou 27 partidos que tinham representação na Câmara dos Deputados.

Esta iniciativa de reforma, se bem sucedida, terá um efeito muito positivo sobre a *governabilidade* do sistema político, dando mais viabilidade aos partidos que demonstrarem ter voto popular, sem que se restrinja a liberdade de formar partidos. Esses não contarão, porém, com recursos públicos, a menos que se viabilizem pelo voto. Trata-se no conjunto de reforma limitada que tende a melhorar, ao longo do tempo, as condições de exercício de governos de coalizão, tanto pela possibilidade de alianças com menor número de partidos como pela possibilidade de compô-las com partidos menos heterogêneos.

Esta reforma não toca, porém, a não ser indiretamente, na dimensão mais deteriorada do sistema político-eleitoral, a da enorme desconfiança em relação aos políticos profissionais que o escândalo de corrupção e a longa recessão produziram entre a população brasileira. Ainda que a Operação Lava-Jato já tenha seu término previsto para 2017, de agora em diante o número de processos contra líderes políticos nacionais deve aumentar, tanto nas primeiras instâncias do Judiciário como no STF para a maioria dos políticos que tem prerrogativa de foro. Desta forma, é muito provável que cresça a indignação popular com os malfeitos – reais ou supostos – e aumente a desconfiança em relação aos políticos profissionais e, conseqüentemente, em relação ao regime democrático.

Esta questão, que diz respeito a deterioração da relação representantes/representados, talvez seja a razão mais relevante para promover mudanças na forma pela qual os dirigentes são escolhidos. Ela é mais central para preservar a qualidade da democracia do que as restrições ao financiamento das campanhas que tanto preocupam os políticos profissionais. Com efeito, a escolha de parlamentares em eleições proporcionais em listas abertas, não hierarquizadas, tendo como distritos os estados da federação, torna muito caras as campanhas, esvazia a capacidade de escolha dos eleitores e lhes tira qualquer controle que possam ter sobre o desempenho dos eleitos.

Com efeito, que critério -- politicamente razoável -- pode ser usado pelo eleitor de deputados federais, por exemplo, se ele tem que escolher um candidato entre centenas e até milhares de concorrentes pertencentes a dezenas de partidos frouxamente organizados e dos quais pouco se sabe sobre sua identidade político-ideológica? Tome-se o exemplo do Estado de São Paulo, que tem 70 vagas para deputado federal. Cada partido político pode lançar 1,5 candidatos por vaga, quer dizer, pode apresentar uma lista não hierarquizada de 105 candidatos. Se supusermos que 20 dos partidos presentes hoje na Câmara dos Deputados lancem candidatos em 2018, o eleitor terá à sua disposição 2100 candidaturas para escolher um nome de confiança. Infelizmente os partidos servem pouco como guias nesta escolha pois têm se tornado cada vez mais uma sopa de letrinhas, esvaziando-se muito a identidade que alguns deles possuíam. Assim, que critério pode adotar o eleitor? Os candidatos mal conseguem apresentar duas frases na propaganda eleitoral gratuita. Não é surpreendente que tivessem muita vantagem, até a reforma de 2015, os candidatos que dispunham de dinheiro farto doado por empresas para propagandear seus nomes entre determinados agrupamentos de eleitores ou aqueles já muito conhecidos por terem espaço, fora dos períodos de campanha, nos meios de comunicação de massa. É compreensível, pois, que a escolha do eleitor tenha derivado de sugestões de amigos, do jeito engraçado ou diferente do candidato ou que escolha o momento da eleição não para escolher mas para protestar anulando, deixando em branco ou elegendo um rinoceronte, como se fez decênios atrás.

Um processo como este só pode ocasionar, pela falta de reflexão com que se dá, a perda de memória do eleitor, em relação ao nome sufragado, poucas semanas depois do pleito. Sem falar que o problema de escolha do cidadão nas eleições proporcionais é maior ainda, pois deve também eleger, da mesma forma, seu candidato para as assembleias legislativas.

A tais dificuldades, impostas ao eleitorado na escolha dos candidatos nas eleições proporcionais, seguem regras de transferência de votos de uns para outros candidatos que tendem a anular o esforço feito pelos eleitores para escolher bem, a menos que seu escolhido tenha uma volumosa votação pessoal. Assim, vota-se em um e elege-se outro candidato, segundo regras desconhecidas pelo eleitorado. E muitas vezes os eleitos tem votação menor que candidatos que não alcançam eleger-se dado que seu partido não teve, como um todo, uma grande quantidade de votos. Não cabe aqui discutir tais regras, que podem e têm sido mudadas, embora sem produzir efeitos muito significativos.

O relevante aqui é que sistema eleitoral proporcional vigente torna o eleitor médio virtualmente incapaz de fazer uma escolha refletida quando vota. Este eleitor cumpre, com relutância crescente sua obrigação, mas sabe pouco do escolhido e pouco depois até esquece em quem votou. Claro que isso inviabiliza qualquer controle sobre o desempenho dos eleitos, à exceção das raras situações de grande polarização política. Tais situações viabilizam ou dificultam ao extremo a eleição de quem atacou ou defendeu ícones daquilo que o eleitorado rejeita. Exemplo disso ocorreu recentemente, em setembro de 2016, com o ex-deputado federal Eduardo Cunha, que se transformou em ícone da corrupção, ainda que não tenha sido judicialmente condenado. Ele teve seu mandato cassado pela quase totalidade de seus pares.

A superação desta desconexão entre representantes nos legislativos torna-se tarefa chave para assegurar a preservação da democracia com um mínimo de qualidade. Há que aproveitar a necessária adaptação do sistema político às restrições de financiamento político, para gerar um sistema eleitoral que permita uma relação mais estreita entre o eleitorado e os políticos profissionais.

O Congresso começa a discutir informalmente alternativas de sistema eleitoral que se ajustem a um volume menor de recursos disponíveis para as campanhas. Três alternativas têm sido discutidas: o voto em lista de candidatos apresentada pelo partido; o voto distrital e o voto distrital misto. O primeiro dá um peso extraordinário ao partido reduzindo o valor do desempenho e a ligação dos eleitores com cada representante. No segundo, escolhe-se entre os candidatos apresentados pelos partidos em cada distrito eleitoral – em São Paulo, por exemplo, serão 70 os distritos e em estados de menor população eles serão oito. Os votos dados aos candidatos derrotados em cada distrito serão votos perdidos, pois não contarão para nada. No caso do terceiro, o sistema distrital misto, metade dos representantes são eleitos pelos distritos, em número correspondente à metade da representação de cada Estado. Assim, em São Paulo, haveria 35 distritos e o mesmo número de candidatos eleitos pela maioria dos votos da circunscrição. Os outros 35 seriam eleitos pelos votos dados aos partidos (que apresentam listas de candidatos). Os eleitores, além de votar em candidatos que concorrem no distrito, votam também no partido e tais votos elegem candidatos presentes nas listas partidárias válidas para o Estado. Desta forma, mesmo que o voto de um cidadão não permita a eleição de seu candidato no distrito, ele contribui para a eleição dos candidatos presentes na lista do partido que escolher. Assim, mesmo que um partido não consiga eleger os candidatos apresentados nos vários

distritos, ele pode ocupar parte das 35 vagas restantes, no caso de São Paulo, em função dos votos minoritários recebidos em todas as circunscrições.

Não será possível aqui discutir detalhadamente cada um dos sistemas de competição eleitoral. Cabe pensar tais alternativas do ângulo das preocupações aqui expostas, relativas à recuperação do regime democrático do enorme desgaste que vem sofrendo em função do grave escândalo de corrupção que vem atingindo a esfera política brasileira desde 2014. Desse ângulo, parece-me essencial permitir aos eleitores uma participação eleitoral mais qualificada nas disputas eleitorais, oferecer a eles melhores oportunidades de exercer seu direito de escolha entre os candidatos e entre os partidos que disputam as eleições. Desta perspectiva, penso que – salvo melhor juízo – o sistema distrital misto permite escolhas mais qualificadas – entre um número limitado de candidatos que podem ser melhor conhecidos por habitarem na própria circunscrição do eleitor. Ademais, ele faz do partido político, ator coletivo crucial em qualquer democracia, também um objeto de escolha do cidadão.

A mudança do sistema de competição eleitoral é tarefa muito difícil de ser empreendida por representantes eleitos de modo diverso. Mas creio que a introdução do sistema distrital misto, em adição às cláusulas de desempenho e distribuição do Fundo Partidário, que já mencionamos, ao aumento do financiamento público para as campanhas e à uma participação bem limitada do financiamento empresarial às eleições poderia ajudar bastante na recuperação da conexão que a democracia já teve no Brasil com a ética, com a valorização da política.

Dos modelos de corrupción

Claudio Katz¹

En los últimos meses se ha instalado en Argentina un clima de batalla contra la corrupción. Se supone que los ciudadanos ya no se preocupan sólo por sus urgencias personales. Bajo el impacto de las imágenes difundidas por la televisión, ahora exigen honestidad a todos los funcionarios.

El conteo de dinero en la Rosadita, las propiedades de Báez, los bienes de Fariña, las cajas de seguridad de Florencia y los bolsos lanzados por López habrían provocado este abrupto despertar colectivo.

La sociedad por fin reacciona con jueces que actúan, medios que informan y un gobierno que propicia el castigo de los ladrones. Todo muy bonito si fuera cierto. La primera duda es muy sencilla: ¿cómo apareció repentinamente tanta información?

Servicios, cómplices y transmisores

Es evidente que los espías manejan todos los datos de la corruptela que sale a flote. Destapan y ocultan esa información en forma selectiva. Filtran títulos de propiedades, números de cuentas en el exterior, rutas de lavado y arman las trampas requeridas para capturar a los caídos en desgracia como López.

Los servicios de inteligencia que mueven estos hilos son los mismos que trabajaron para el kirchnerismo, enlodando a los opositores. Su cabecilla Stiuso cambió de bando y ahora diseña operaciones sucias para Macri.

Por eso todos los documentos comprometedores involucran a cristinistas desamparados. Ningún carpetazo afecta a los funcionarios del PRO. No circulan videos de la familia del presidente transfiriendo dólares a sus firmas off shore, no aparecen

¹ Economista, investigador del CONICET, profesor de la UBA, miembro del EDI. Su página web es: www.lahaine.org/katz

grabaciones de Stuzzeneger cobrando por la estafa del mega-canje, ni se conocen los turbios negocios petroleros de Aranguren.

Stiuso recuperó la patente de corso que perdió durante su conflicto con Cristina por el caso Nisman. Se fue a Estados Unidos, aceitó relaciones la CIA y ahora cuenta con la bendición total de la “embajada”.

Por eso aporta información demoledora sobre la cúpula kirchnerista a cambio de impunidad para sus negocios. Obtuvo impunidad para silenciar el ajuste de cuentas con su socio (el ultimado lauchón Viale), que controlaba robos de tierras y propiedades.

El hombre fuerte de los servicios ha impuesto, además, la eliminación de toda fiscalización parlamentaria del presupuesto del espionaje. Para colmo Macri colocó en la AFI a varios sospechosos de lavar dinero, mediante la cobertura que ofrecen las transferencias internacionales de jugadores de fútbol.

Los espías en funciones provienen de la época de la dictadura. Crearon bandas de secuestradores extorsivos y ahora mantienen estrechos vínculos con los narcotraficantes perseguidos o amparados por la DEA (Pérez Corradi).

Obviamente conocen los secretos de lo ocurrido con la provisión de efedrina a los carteles mexicanos y con las responsabilidades de funcionarios públicos en el triple crimen que generó ese negocio. También manejaron la extraña fuga del penal de los involucrados en esos asesinatos (hermanos Lanatta)

Los servicios transmiten su sesgada información sobre 60 ex funcionarios kirchneristas a una casta de jueces federales. Esos magistrados ya optaron también por el cambio de bando. Por eso descongelan los expedientes que mantuvieron archivados durante una década. Con allanamientos, procesamientos y encarcelamientos cubren sus espaldas a un ritmo vertiginoso. Implementan los mismos procedimientos que utilizaron para proteger al kirchernismo. Mueven las causas que afectan a los popes del gobierno anterior y congelan las denuncias que involucran a la administración actual.

Antes demolían a los procuradores que investigaban a Boudou y ahora bloquean las acusaciones contra Pray Gay, que asesoró a muchos empresarios en los secretos de la fuga de capital.

Los medios de comunicación hegemónicos conforman otro pilar del relato en curso. Machacan día y noche con informaciones de Báez y López y silencian los oscuros negocios de Macri y sus allegados.

Los dueños de los medios retribuyen al gobierno su anulación de la ley de Medios. Han logrado preservar sus conglomerados sin incurrir en ventas o divisiones de las firmas. Por eso influyentes comunicadores (como Lanata) agradecen el socorro repitiendo el servilismo que tuvieron Neustadt y Grondona bajo el menemismo.

Los desfalcos del oficialismo

El gobierno utiliza las denuncias anti-K para desviar la atención de los tarifazos, la pobreza y la recesión. Esa campaña le permite ocultar, además, la monumental corrupción del propio oficialismo. La declaración de bienes de Macri no cierra por ningún lado. Proclama un patrimonio muy inferior a su fortuna real y expone ridículas justificaciones de sus empresas off shore. Es sabido que nadie constituye esas compañías por motivos lícitos. Fueron gestadas para evadir impuestos y fugar capital.

La mano derecha del presidente -el intendente Grindetti- formó otra off shore con fondos oscuros, durante su administración del presupuesto de la ciudad de Buenos Aires. Un prontuario semejante afecta al grueso de los ministros, que compiten por el monto de sus fortunas localizadas en exterior.

El macrismo se arroga una curiosa limpieza en la gestión pública. Pero ha resuelto premiar a los grandes malversadores del fisco, con un blanqueo que consagra la impunidad de todos los desfalcos. El perdón fiscal beneficia ante todo a los propios CEOs que dirigen el gobierno. “No tenemos que escondernos más” confesó Macri en nombre de todos los evasores. Tal como ocurrió en España, el blanqueo exonera a los principales corruptos de las últimas décadas.

Esta inmoralidad complementa el escandaloso pago de comisiones a los banqueros que diseñaron el arreglo con los buitres. Obtuvieron 350 millones de dólares adicionales a ese contrato, revendiendo con aumento los bonos que emitieron a un valor reducido. Los ex empleadores de Prat Gat y su equipo (Deutsche Bank, HSBC, JP Morgan y Santander) monopolizaron esa operación.

Pero lo ocurrido con el tarifazo es más bochornoso. Macri encareció el gas y la electricidad para favorecer al grupo de amigos que adquirió empresas y acciones de ese sector (Caputo, Mindlin, John Lewis). Sus cínicos sermones sobre el ahorro energético encubren ese negociado.

Mientras destapan todos los pormenores de la corrupción K, los principales medios ocultan estos fraudes de la administración M. Utilizan una doble vara para evaluar a Cristina y a Macri, omitiendo que el enriquecimiento ilícito afecta a ambos.

Cuestionan por ejemplo al matrimonio Kirchner, su inmoral utilización de los hijos para encubrir manejos fraudulentos. Pero la misma práctica ha sido corriente en la familia Macri. Afirman que Néstor y Cristina aprovecharon la política para llenarse los bolsillos y olvidan que el presidente consolida desde el poder las fortunas, que su grupo acumuló esquilmando al estado.

El doble estándar también se verifica en la naturalidad con que se discute si Cristina debe ir presa, sin considerar en cambio que Macri debería renunciar. En Islandia y España los altos funcionarios que ocultaron sus empresas off shore dimitieron. Allí siguieron las pautas que el macrismo publicita como conductas propias de los “países serios”.

La duplicidad se extiende a la valoración de casos semejantes. A la vicepresidenta Michetti le perdonan el extraño manejo de un robo de 50.000 dólares facilitados por su novio. Ese individuo recibe contratos de publicidad oficial para actividades tan relevantes como la degustación de champagne. Por una situación semejante, la ex ministra Felisa Miceli terminó procesada y condenada.

Conviene recordar que la renuncia de Boudou era exigida por todos los medios, que ahora no se inmutan frente a las incontables anomalías de los funcionarios.

El gobierno está obviamente interesado en demoler al kirchnerismo para neutralizar a un adversario y afianzar su influencia en la clase media. Pero sólo el sector de Carrio promueve una purga intensa y la eventual repetición de la operación consumada por los golpistas brasileños contra el PT.

Los restantes componentes de la alianza oficialista son más cautos. Temen las consecuencias de un continuado desfile de kirchneristas por Comodoro Py. Esa exhibición pone en peligro el pacto de impunidad con justicialistas, gobernadores y renovadores que

sostienen los proyectos legislativos del PRO. Macri ya maneja el gobierno y no necesita la *mani pulite* que utilizó Berlusconi para alcanzar ese cargo.

Cualquier investigación seria entraña, además, una seria amenaza para los negocios del oficialismo. Si se profundiza el entramado que rodea a López o Báez se llega rápidamente a los socios de Macri. Los des-manegos de contrataciones en la obra pública afectan directamente a Calcaterra y Caputo.

El gobierno preserva las mismas normas de contratación que objeta al kirchnerismo. Sólo impulsa una nueva legislación para blanquear el pasado y reordenar las trampas de la confidencialidad. En muchas áreas recurre al viejo truco de declarar “emergencias”, para suplantar las licitaciones por las contrataciones directas.

Los escándalos que entretienen a los medios se han convertido, además, en una grave preocupación para la “patria contratista”. Ese lobby sostiene al gobierno y prepara los emprendimientos que utilizará el macrismo en la publicidad electoral del 2017.

El mismo temor recorre a la Iglesia, que ha quedado muy escrachada con los bolsos de López. Salta la vista cómo la jerarquía eclesiástica de General Rodríguez participaba en los negocios del ex pope de la obra pública. La imagen de monjas ocultando dólares en un convento transformado en aguantadero financiero, no es muy alentadora para el obispado.

Coimas y lavado en el universo k

Cualquiera sea la utilización oficialista de la corrupción imperante durante la década pasada, los datos de esas malversaciones son abrumadores. Lo que todos sospechaban ahora tiene corroboraciones contundentes. Mediante un sistema de coimas, la crema del funcionariado K acumuló enormes fortunas.

Los indicios de esta red salieron primero a flote a través del enriquecimiento de Jaime, que cobraba millonarios retornos desde la secretaría de transporte. El caso de Boudou confirmó esa pista. El vicepresidente nunca pudo explicar su intermediación en los cambios de propiedad de la Casa de la Moneda.

Esos antecedentes podían tomarse como casos individuales hasta que Báez destapó la existencia de un esquema de robo organizado, con el visto bueno de la presidencia. El

personaje de Santa Cruz mutó en pocos años de simple empleado bancario a principal contratista de la obra pública provincial. Todavía no se ha estimado el monto de sus increíbles propiedades y cuentas bancarias, pero ya se sabe cómo forjó ese imperio.

Cobraba enormes sobrepagos por contratos para realizar obras, que en algunos casos ni siquiera empezó. Recibía dinero de proveedores ficticios que le otorgaban facturas truchas. Todos el dinero sustraído del presupuesto nacional era dolarizado y transferido a cuentas de Montevideo, Panamá o Suiza, a nombre de familiares y testaferros. Posteriormente con esas sumas se adquirían bonos del estado que se transformaban en propiedades o activos.

Este mecanismo de lavado ha sido publicitado como la “ruta del dinero K”. Hasta ahora sólo se conocen algunos nombres de los involucrados en la estafa. Los ribetes cinematográficos que rodearon al apresamiento de López hacen olvidar su comando de ese sistema. Cumplía una doble función como otorgante de la obra pública y recaudador de las campañas de Néstor.

Es evidente que Báez, López y Fariña integraban una pandilla que está desamparada. Pero falta conocer los estratos superiores de esa red. Muchas investigaciones conducen a De Vido por la financiación de emprendimientos abortados (como el gasoducto del Norte). El ex super-ministro de la obra pública carga con un centenar de causas y puede perder la protección que le aseguran sus fueros parlamentarios.

Si la pesquisa del dinero mal habido continúa, también caería en desgracia el poderoso empresario Cristóbal López, que extendió su actividad de contratista al sospechoso negocio de los Bingos. Como maneja el principal de medios de comunicación opositor (C5N) y mantiene relaciones comerciales con un gran socio-rival de Macri (Tinelli), el oficialismo oscila entre crucificarlo y cooptarlo.

El gran problema del kirchnerismo es la estrecha conexión de Cristina con todos los acusados. Puede fácilmente descartar las maniobras montadas por el juez Bonadío para comprometerla en la causa de dólar futuro. Pero no le resulta sencillo explicar el manejo de sus empresas (Hotesur, Los Sacues) junto a varios personajes caídos en desgracia.

Cristina afirma que mantuvo relaciones comerciales usuales con Báez, pero no es normal que una presidenta alquile sus inmuebles al principal contratista de su provincia. Tampoco se entiende como un socio tan próximo acumuló semejante fortuna.

CFK niega tajantemente todas las sugerencias de participación en las propiedades de Báez y reclama una auditoría para esclarecer las dudas. Pero durante su mandato desechó 10 informe lapidarios sobre los sobreprecios imperantes en los contratos de Santa Cruz y algunas investigaciones posteriores en el sector de vialidad confirmaron esas estafas.

Lo más problemático es el enriquecimiento de la propia familia Kirchner. Los mismos jueces federales que archivaron las denuncias por el insólito crecimiento de esos bienes, ahora reabren la indagación, allanan propiedades, levantan el secreto fiscal y embargan las cajas de seguridad. Se estima que al cabo de 12 años el patrimonio del grupo se incrementó en 800%, con numerosas propiedades adquiridas a precios muy sospechosos.

Para colmo, todos los allegados de Néstor fueron agraciados por la misma cadena de la felicidad. Su ex secretario Daniel Muñoz apareció en la lista de empresarios off shore de Panamá con bienes por 65 millones de dólares. El ex chofer de Kirchner -Rudy Ulloa- es un poderoso capitalista con propiedades millonarias. El ex jardinero -Héctor Barreiro- también detenta empresas de gran porte.

Las vacilaciones de Cristina frente a esta catarata de denuncias ilustran el laberinto en que transita. Por momento reacciona asumiendo un alto perfil político, que le permite diluir la investigación de su riqueza. Pero en otras circunstancias opta por tranquilizar las aguas recortando su exposición pública. En cualquier caso afronta un dilema sin solución: el debate sobre la corrupción K ya es un tema insoslayable.

Insólitas justificaciones

Los intelectuales kirchneristas intentan eludir el análisis de las acusaciones en danza. Recurren a los típicos lugares comunes de ese escape, convocando a la “investigación de la justicia” o afirmando que “no se puede condenar a nadie sin sentencia firme”. Son los viejos argumentos que se han utilizado para garantizar la impunidad.

Especialmente Menen delegaba el problema en la justicia cuando estaba seguro de la complicidad de los magistrados. Si las causas dormidas se reabrían recurría al complemento de esa cobertura: la crítica a las imputaciones fabricadas por simple

“persecución política”. Con esas maniobras sólo los perejiles o los chivos expiatorios (como María Julia Alsogaray) terminaron en la cárcel.

Ciertamente las causas actuales están direccionadas para blanquear al macrismo y ensuciar al kirchnerismo, pero esta manipulación no anula la evidente corrupción de la década anterior, que los dirigentes K intentan disimular.

Afirman que no se debe ignorar “los logros de ese periodo”, como si las mejoras democráticas o sociales conquistadas justificaran los desfalcos. Esos avances fueron aceptados por un gobierno que mantuvo todos los vicios tradicionales del robo al estado. La corrupción no desmiente, ni invalida lo conquistado. Simplemente transitó por otro carril.

Algunos dirigentes del kirchnerismo reconocen las estafas, pero entienden que “fueron casos excepcionales” o propios de “cualquier gobierno”. Pero la escala y organización que de esos fraudes no es tan corriente y tampoco su invariable desemboque en la cúspide presidencial. Néstor y Cristina concentran las principales sospechas.

Esta peculiaridad torna muy difícil cualquier defensa. A diferencia de otros gobiernos progresistas latinoamericanos contaminados por la corrupción, lo ocurrido bajo el kirchnerismo no se limitó a las segundas líneas, ni tuvo sólo finalidades políticas. No se destaparon desvíos de fondos públicos para solventar campañas electorales o para financiar aparatos partidarios. Abundan los ejemplos de simple enriquecimiento personal.

Cristina ha sugerido la culpabilidad colectiva como justificación. Por eso responde a cada acusación con exigencias de investigación equivalente del macrismo y los contratistas del estado. Su mensaje implícito es que “todos roban” y “nadie es inocente” en el manejo del sector público.

Este chantaje ha servido en incontables ocasiones para garantizar pactos de impunidad, pero resulta inadmisibles para cualquiera que participe en la vida política por convicción e idealismo. La extorsión es muy corriente entre los adinerados, pero debería ser inadmisibles entre militantes populares e intelectuales progresistas.

El colmo de las justificaciones difundidas por el espectro K presenta a la corrupción como una necesidad del desafío a los poderosos. Esta tesis proclama que los desfalcos constituyen un ingrediente insoslayable de la construcción de un poder contrapuesto al establishment. Se supone que Cristina tuvo que aceptar esa desventura como un trago amargo de su propia epopeya.

Pero en este caso no hubo tolerancia a estafas de los subordinados, sino un sistema de coimas que enriqueció a la jefatura. En lugar de un robo para la corona hubo sustracción para el propio bolsillo.

Los justificadores desconocen, además, que la corrupción nunca confronta con los acaudalados. Al contrario, constituye una típica forma de ejercer la dominación. Salta a la vista que un funcionario estafador integra el bando de los saqueadores, cualquiera sea la camiseta que utilice para disfrazar esos fraudes.

El espectáculo de corrupción durante la década pasada genera desengaño entre los seguidores del kirchnerismo. Parte de ese desencanto se expresa en la pérdida de autoridad y capacidad de convocatoria de Cristina. Para la militancia es muy difícil digerir los millones de dólares que aparecen por todos lados.

Este impacto se refleja en el vaivén anímico de los intelectuales K, que recibieron con euforia el regreso inicial de CFK y ahora afrontan una aguda depresión. Algunos suponen que ese dolor será transitorio, pero otros registran la diáspora de legisladores, gobernadores e intendentes del comando de Cristina. Lo importante no son esos acomodamientos, ni los debates bizantinos sobre el “fin del kirchnerismo”, sino comprender las razones y peculiaridades de los desfalcos recientes.

Variedades de capitalismo

La corrupción es intrínseca al capitalismo y se alimenta de la estrecha relación que mantienen las clases dominantes con la alta burocracia. Los poderosos acumulan riquezas utilizando las garantías legales del estado y recurren también a la violación sistemática de esas normas. Un sistema basado en la competencia por maximizar el lucro potencia la codicia y empuja al enriquecimiento por cualquier medio.

Esta identidad del capitalismo con la corrupción se verifica en la entidad más representativa del sistema: el FMI. Los tres últimos directores de ese organismo están acusados de incontables irregularidades. Rodrigo Rato carga con imputaciones por manejo ilegal de las tasas de interés, fraude fiscal, blanqueo de capitales y tráfico de influencias. Dominique Strauss-Kahn añade a esas anomalías el acoso sexual. Christine Lagarde es señalada por el fisco francés como inspiradora de una estafa multimillonaria.

Lejos de ser una perversión del Tercer Mundo, la corrupción es una gangrena en todas las economías desarrolladas. Las grandes empresas suelen dictar cátedra de transparencia, mediante la difusión de rankings nacionales de honorabilidad. Pero es evidente que el propósito de esas campañas es la captura de mercados en disputa.

El circo de coimas que ha salido a flote en Argentina es la variante local de una enfermedad diseminada por todo el mundo. Ese flagelo asume contornos peculiares en cada país y momento. La corrupción de Macri sintoniza con los fraudes del neoliberalismo y los desfalcos de Kirchner con la cleptomanía que acompaña a la regulación neo-desarrollista.

El primer caso es muy afín a la desregulación financiera y a los negociados que incentivan los paraísos fiscales. Todos los funcionarios off-shore del macrismo son activos promotores del des-financiamiento del estado. Buscan aligerar la carga impositiva de las clases dominantes, para descargar todo el peso de la tributación sobre los trabajadores.

Macri retoma la vieja corrupción institucionalizada, tradicional y de guante blanco del establishment argentino. La Ceocracia que ubicó en todos los ministerios esquilma al estado como nunca.

El responsable oficial del área comercial comparte, por ejemplo, con los dueños de varios supermercados el mismo apellido Braun. Discute con ellos la fijación de precios en un clima de familia. El listado de funcionarios ubicados en los dos costados del mostrador es tan extenso, como ilustrativo de las estafas descaradas que administra el PRO.

Ciertamente el kirchnerismo también favoreció a grandes conglomerados y garantizó las pingues ganancias de Rocca, Eurenkian o Britto. Pero otorgó retornos inusuales a muchos grupos recién llegados al saqueo de las cuentas públicas. Mediante ese capitalismo de amigos apuntaló una corrupción berreta de bolsos y joyas, enterrados en bóvedas y cuevas. Las groserías de estos ladronzuelos han sido el blanco fácil de la prensa.

Cada modelo exhibe personajes representativos de sus estafas. López es el símbolo de la corrupción K. Manejaba el dinero en efectivo para proteger su inestable fortuna de las previsibles adversidades.

En cambio Melconian es el típico exponente de la inmoralidad macrista. Litigó junto a Griesa contra el estado argentino, para cobrar los bonos que adquirió durante el quebranto del 2001. Es un buitre premiado con la presidencia del Banco Nación, que declara un patrimonio millonario en el exterior.

Aranguren es otro exponente de la misma especie. Comanda el ministerio de energía sin desprenderse de 16 millones de pesos en acciones de Shell. Favorece descaradamente a su compañía otorgándole 7 de las 8 licitaciones de compras de gas a Chile, a un precio superior al promedio del mercado.

Ninguna acción contra la corrupción puede librarse sin denunciar los distintos modelos de fraude que imperan en el país. Todos son igualmente nefastos y congruentes con las adversidades que genera el capitalismo para las mayorías populares.

En este terreno no rige ningún principio de mal menor. No existen formas tolerables de corrupción del progresismo contrapuestas a las modalidades censurables del establishment. Es tan nocivo justificar a Cristina, como demonizarla para apañar a Mauricio.

La izquierda acumula, en este campo, una autoridad moral que ninguno de sus adversarios puede exhibir. Las organizaciones de ese signo se auto-financian y sus dirigentes cobran sueldos semejantes a cualquier trabajador. Estas normas de honestidad están incorporadas a una cultura militante, muy alejada de la codicia imperante entre los servidores del capital. La batalla contra la corrupción exige esa ejemplaridad y un compromiso persistente de lucha contra el capitalismo.

SEÇÃO DEBATES:

CRISES NO BRASIL OU O BRASIL EM CRISE?

Apresentação Seção Debates

A introdução das crises e os desdobramentos no cenário atual

Luana De Paula Perez¹

Marília Gabrielle de Paula²

Maurício Reis Grazia³

Nos últimos anos nos deparamos com a efervescência e ascensão de muitas mobilizações populares. Vimos eclodir um número significativo de protestos de rua, manifestações e atos que acirraram antigas rivalidades e demarcaram mais claramente os contrastes do país. As Jornadas de Junho, a Copa do Mundo de Futebol, as Olimpíadas, o movimento dos secundaristas, o impeachment da presidente(a) Dilma Rousseff e o combate à corrupção foram os centros da mobilização social e de lutas políticas no Brasil dos últimos anos, os quais marcaram o país com “seus símbolos de luta e também de muita violência”. Ao mesmo tempo, no meio desse processo, intensificou-se claramente uma divisão entre “esquerda” e “direita” com o surgimento de uma nova camada da população que até então não havia sido convocada.

Em 2013, as manifestações do Movimento Passe Livre (MPL) tomaram as ruas, pelos 20 (vinte) centavos, pelo transporte gratuito e de qualidade e pela mobilidade urbana. Foram dias muito intensos, em que a violência tomou conta da cidade de São Paulo e, na avenida Paulista, naquele dia 13 de Junho de 2013, iniciaram uma sucessão de confrontos entre policiais militares e manifestantes. A insatisfação pelo encarecimento da passagem deu abertura para outras questões como o incômodo com educação, saúde e corrupção. Nesse cenário, milhares

¹ Membro da Comissão Editorial da Pensata. Aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação e Classes Sociais da Unifesp - GEPECSO.

² Membro da Comissão Editorial da Pensata. Aluna do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. Trabalha na área de Pensamento Social Brasileiro e Sociologia da Cultura, com ênfase em cultura brasileira, cordialidade, Sérgio Buarque de Holanda, sociologia da literatura e movimento modernista.

³ Membro da Comissão Editorial da Pensata. Aluno do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unifesp. Participa do Grupo de Pesquisa Classe Social e Trabalho (GPCT).

de pessoas pelo Brasil saíram às ruas aos brados, inaugurando um novo período de mobilização popular que não era visto desde o fim da ditadura militar.

Muitos intelectuais avaliaram a situação naquele momento; Lincoln Secco, professor do Departamento de História da USP, afirmou que o movimento poderia tomar qualquer rumo, pois não havia uma organização pré-estabelecida. No entanto, foi uma campanha muito expressiva, pois desde o impeachment de 1992 não havia tantas pessoas na rua de maneira simultânea. Renato Janine Ribeiro, professor do Departamento de Filosofia da USP, diz que foi um movimento de grande apelo da Juventude, no qual existia um mundo velho que aqueles manifestantes não se encaixavam mais. E explica que o fato de não terem uma liderança definida é próprio de um movimento de juventude e de também dado por um período em que a política ou a economia já não satisfazem mais. (PRAGMATISMO POLÍTICO, 2013)

Na tentativa de certa horizontalidade essas manifestações levaram às ruas as mais variadas frações da população. No entanto, no seio dessa mobilização, foi possível ver ascender um novo estrato social que preencheu as manifestações posteriores em que um outro “gigante acordou”.

No ano seguinte, 2014, surgiram muitos questionamentos sobre o Megaevento da Copa do Mundo. Junto com o discurso oficial das promessas de desenvolvimento, geração de empregos e crescimento do turismo que a celebração da “paixão nacional” que colocaria o Brasil no cenário internacional como potência política e econômica. As indagações irrompiam-se em torno de como se daria todo esse processo de preparação do país para receber esse evento. Mostrou-se uma preocupação aos impactos sociais, políticos e econômicos, tendo em vista as remoções e deslocamentos forçados das populações mais pobres, a perseguição e violência à essas camadas e aos trabalhadores que tiram seu sustento do trabalho informal. Aliava-se a isso tantos outros problemas como exploração sexual, elitização do esporte, aumento do custo de vida, sobrecarga no transporte urbano, o aumento de dívidas com empreiteiras, e a violência policial empregada com a finalidade de garantir segurança aos que se adequavam no modelo de cidadão prescrito por eventos desse porte.

Mais uma vez a juventude sai às ruas, dessa vez para conter os abusos cometidos em todos os setores para a realização desse evento. Com estádios monumentais, o país ainda vivia situações de extrema pobreza e contando com a sorte de eventuais políticas de realocação das populações, que foram retiradas de suas moradias o padrão de qualidade FIFA. Ainda assim, o

evento aconteceu e, desde então, a derrota por 7x1 para a Alemanha, tão viva na memória da população, vem tomando outros tantos formatos.

Nesse mesmo ano, com as eleições presidenciais, observou-se um impulso de a alta rejeição da, então, presidenta Dilma Rousseff, em que 69% dos eleitores entrevistados desaprovavam o seu governo. Desde as Jornadas de Junho de 2013, houve uma mudança no perfil dos manifestantes que carregavam uma insatisfação confessa ao governo do Partido dos Trabalhadores e, segundo analisa Vera Chaia no artigo *Escândalos Políticos e Eleições no Brasil* afirma que após as Jornadas de Junho de 2013: “*não podemos desconsiderar que a tais movimentos reivindicatórios se incorporaram setores conservadores e forças que se opunham a essas manifestações e que ressurgiram na conjuntura do processo eleitoral de 2014*” (CHAIA, 2015:35).

Assim, em todo o ano de 2015 o país viveu a expansão dos movimentos que pediam a saída da presidente Dilma Rousseff, sob a acusação das constantes notícias sobre esquemas de corrupção e o aumento da insatisfação de uma parcela da população mais conservadora. Em meio aos setores mais abastados da sociedade, surgiram os reivindicadores pelo fim da corrupção, pela saída do PT e uma política perigosa de disseminação associada à agressividade emocional com relação ao resultado das eleições de 2014.

Com efeito das mídias e das redes sociais, com destaque para o *Facebook*, a divulgação de eventos pela saída da presidente, contra a corrupção foram tomando um formato jamais visto. No dia 15 de Março de 2015, o jornal *The Guardian* publicou:

Os protestos de domingo foram os maiores no Brasil desde 2013, mas o perfil e as políticas dos participantes foram muito diferentes. As manifestações da Copa das Confederações dois anos atrás tiveram suas origens em campanhas para assegurar transporte público gratuito, e se espalharam rapidamente especialmente entre jovens, com ajuda de redes sociais, após a violência policial inflamar a opinião pública. A mais recente onda de protestos, entretanto, é de um grupo mais velho, mais branco e mais rico, reunidos após uma grande cobertura antecipada da grande mídia. (THE GUARDIAN, 2015)

No meio de tantos diálogos políticos em enfrentamento, em 2015 ainda, o Governo do Estado de São Paulo anuncia um projeto que prevê a Reorganização Escolar e o fechamento de 94 escolas em todo o estado. Esse é o momento em que os holofotes até então tão “endireitados”, viram-se para iluminar novamente uma juventude combativa, que ao saberem e se darem conta das consequências negativas desse projeto de reorganização, partem para ações efetivas. Por essa razão, mais uma vez hostilizada pelas políticas educacionais, decidem realizar assembleias nas escolas, discussões internas entre eles, os principais atingidos com a “desorganização” pleiteada. No dia 10 de Novembro, o coletivo dos estudantes da Escola Estadual Diadema, deliberaram ocupar a instituição e, dos dias que se seguiram a decisão, tal conjuntura tomou grandes proporções, alcançando adesão significativa em nível regional.

Com um cenário recorrente de insatisfações e polarizações, o ano de 2016 no Brasil tem sido palco de uma crise política, a qual tem seus desdobramentos em muitos âmbitos da sociedade. No passo dos acontecimentos que, desde 2013, já insinuavam uma disposição posterior de insurgências e uma racha entre estes setores, surgiu a inquietação da equipe da Revista Pensata em relação ao momento atual do país. “A crise no Brasil, ou o Brasil em crise?”, essa foi a pergunta que nos fez suscitar a ideia de que a relação macro política, desde o início da operação Lava Jato até o impeachment de Dilma Rousseff, já tinha começado a ser esculpida muito antes.

A repensar, então, levantamos alguns eixos de análise que explicitam nosso incômodo e nossos questionamentos sobre o tema. No primeiro deles, acerca da crise na educação: Ocupe sua escola, e na linha dos eventos ocorridos em São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro, procuramos compreender a articulação entre os estudantes secundaristas e os fatores que culminaram nessas ocupações. Para tanto, apresenta-se o ensaio “*As Ocupa-Ações Secundarista em SP: da autodefesa do espaço à escola autogerida*”, de Sandro Barbosa de Oliveira, educador popular e doutorando em Sociologia pela UNICAMP, o qual indica como um dos primeiros aspectos do fenômeno, o fato desses jovens quererem participar das decisões que afetam suas vidas, se contrapondo à nossa democracia representativa. As implicações demonstradas no texto passam pela legitimidade da apropriação de um espaço renegado a esses grupos, pelas discussões em torno de uma pedagogia autônoma e pelos modos de fazer política no país, indicando um sistema político ineficiente frente às demandas das classes trabalhadoras.

Na sequência, tratando do eixo a respeito da crise política: da corrupção ao impeachment, pretendeu-se abordar desde a judicialização da política até o processo de impedimento da, ainda, presidenta Dilma Rousseff, que corria no Congresso Federal. Nessa proposta, o ensaio do Prof. Dr. José Carlos de Assis, professor de Economia Internacional pela UEPB, “*O colapso da estrela vermelha: de supernova a buraco negro*”, retoma pontos cruciais da trajetória do Partido dos Trabalhadores, a fim de analisar os elementos relevantes e os marcos ambíguos nas políticas de seus governos. O autor discute o legado do partido, percorrendo os movimentos no ABC assim como os escândalos denominados “mensalão” e “petrolão”, os quais associam-se às vulnerabilidades e ambivalências de sua gestão que, segundo ele, aparecem na revolução do campo das políticas sociais e no fracasso da política econômica transpassada, também, pelo poder midiático e de comunicação.

Desse modo, ainda no que se refere à crise na política: representações e instituições, considerou-se uma discussão que, apoiada na vertente das Jornadas de Junho de 2013, questionasse o fato de três anos depois observarmos uma combinação de “apatia” e “negação”, da população, por representantes e instâncias tradicionais da política. Em vista disso, o artigo do Prof. Dr. Frederico de Almeida, do Departamento de Ciência Política da UNICAMP, intitulado “*Justiça, combate à corrupção e política: uma análise a partir da Operação Lava Jato*”, teve como objetivo abordar o destaque das instituições do poder judiciário nos discursos sobre a atual crise política e acerca de nossa ainda fragilidade democrática. Centralizando sua análise no exercício do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF) na Operação Lava Jato, o texto possibilita o olhar para os distintos aspectos circunscritos nas relações entre justiça e política no Brasil.

Por esse ângulo, o ensaio do Prof. Dr. Edson Teles, do Departamento de Filosofia da UNIFESP, “*Os dispositivos de controle e a democracia de segurança nacional*”, visa assinalar, a partir de uma genealogia, estratégias autoritárias dispostas na organização e sustentação da democracia do país. O percurso traça as aproximações e distanciamentos entre o nosso atual regime político, cunhado pela narrativa de golpe, e do legado da ditadura militar. Nesse sentido, o autor discute as relações de poder e instrumentos de controle, relacionados a uma ação política atravessada pelas noções de autoritarismo e resistências, as quais, ligadas à representação política, levam também à intenção de emudecer movimentos sociais.

Sendo assim, ainda no que tange a legados, o penúltimo eixo desta seção buscou apresentar uma leitura sobre os legados e impactos simbólicos dos megaeventos esportivos,

sediados no Brasil desde 2014 com a Copa do Mundo de Futebol, por meio de uma abordagem que desvelasse as relações simbólicas estabelecidas e resignificadas através dessas competições. Além do aspecto lúdico e da representatividade em diversas facetas nas mais diversas modalidades, pretendeu-se, com o artigo *“O legado dos megaeventos esportivos: Jogos Olímpicos”*, de Martin Curi, pós-doutorando no PPGA/UFF e membro efetivo do colegiado do PPGHS/UERJ, trazer à discussão temas como políticas públicas, reformas urbanas e suas consequências para as cidades, os quais já haviam sido anunciados pelas manifestações de 2013 e que são comumente associados, nos discursos da população, a uma dicotomia causa-efeito da atual crise política e econômica brasileira.

Por fim, no eixo sobre a crise ambiental em diálogo com seus possíveis encadeamentos e consequências sociais, o artigo intitulado *“Uma visão ecológica sobre o desastre de Mariana”* de Antonio Fernando Monteiro Camargo, professor livre docente do Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências de Rio Claro - UNESP, oferece uma perspectiva sobre a repercussão da catástrofe, ocorrida em 2015, baseada no percurso histórico sobre a evolução de tais questões ambientais. Partindo da ausência de uma política legal para o seu monitoramento, o autor aponta a leitura que relaciona tal acidente a um modelo de desenvolvimento inconsistente, segundo o qual, somente poderá ser redefinido se entendido integrado às crises que também permeiam o país em tal contexto, assim como em consonância com a ação e pressão de grupos sociais.

A Sociologia tem sua origem marcada pelas crises e transformações econômicas e políticas que marcaram o início do que se compreende como modernidade. Sendo muitas vezes concebida como a “ciência da crise”, a sociologia traz intrínseca a sua consolidação como campo do conhecimento, a vocação em produzir e tecer análises relevantes para a compreensão de fenômenos de mudança e transformação nas sociedades. Mais do que responder à indagação que segue no título, queremos provocar e incentivar o debate sobre o que tais crises têm produzido e quais os possíveis tecidos dessas novas configurações e relações no mundo social. Com isso em vista, traçamos o sentido para a elaboração deste panorama de leitura sobre o tema, sem, tão pouco, pretender esgotar as inúmeras possibilidades de interpretações e perspectivas.

A todos os pesquisadores e participantes na construção desta seção, agradecemos profundamente a contribuição com a nossa revista. E, portanto, é com grande satisfação que

apresentamos ao leitor este ciclo de debates, a partir do qual promoveu-se reflexões e diálogos profícuos e que complementaram, entre si, as discussões propostas pela equipe da Pensata.

Referências bibliográficas

CHAIA, V., COELHO, C. CARVALHO, R. (orgs) *Mídia e Política: Estudos sobre a Democracia e os meios de comunicação no Brasil*. – 1.ed. – São Paulo: Anita Garibaldi, 2015.

COMITE POPULAR DA COPA. *Copa pra quem?: dossiê do Comitê Popular da Copa SP : a Copa do Mundo FIFA 2014 numa perspectiva abaixo e à esquerda*. -- São Paulo : Comitê Popular da Copa SP, 2015.

PRAGMATISMO POLÍTICO. *Intelectuais tentam compreender manifestações: “uma esfinge” Jun-2013* Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2013/06/intelectuais-tentam-compreender-manifestacoes-uma-esfinge.html> último acesso em: 24/10/2016.

NATIVIDADE, E. *Manifestações de papel: a ascensão espetacular do conservadorismo nas ruas brasileiras, em março de 2015*. EM: 3º Seminário Comunicação, Cultura e Sociedade do Espetáculo. Faculdade Cásper Líbero – 15 a 17 de Outubro de 2015. Disponível em: http://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/04/Eliana-Natividade_Semin%80%A0rio-2015.pdf – último acesso: 24/10/16.

THE GUARDIAN. *Brazil: hundreds of thousands of protesters call for Rousseff impeachment* - Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/the-guardian-e-forbes-sobre-protestos-dedomingo-festival-do-odio-manifestacao-de-ricos.html> e <http://www.theguardian.com/world/2015/mar/15/brazilprotesters-rouseff-impeachment-petrobas>

OLIVEIRA, S. B. de, *As Ocupa-Ações Secundarista em SP: da autodefesa do espaço à escola autogerida*. Em: *Le Monde Diplomatique Brasil*, Biblioteca Virtual, Educação, Jan-2016. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3173> – último acesso: 24/10/2016

As Ocupa-Ações Secundarista em SP: da autodefesa do espaço à escola autogerida¹

Sandro Barbosa de Oliveira²

Era madrugada do dia 10 de novembro quando a notícia de um acontecimento inusitado repercutiu entre os estudantes secundaristas: a Escola Estadual Diadema havia sido ocupada por seus próprios estudantes em uma ação direta de luta e denúncia do fechamento de alguns ciclos do ensino pela Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Na sequência, articulada com a primeira ocupação, estudantes ocuparam a Escola Estadual Fernão Dias Paes, no bairro de Pinheiros em São Paulo, demonstrando uma articulação inédita entre estudantes de escolas diferentes e em cidades diferentes – Diadema e São Paulo. Estava aberta a temporada de ocupações das escolas públicas estaduais do estado mais rico e economicamente desenvolvido do país.

Não demorou muito para ocorrer no dia 11 a terceira ocupação na Escola Salvador Allende, localizada no Conjunto José Bonifácio, na zona leste, periferia de São Paulo. Mas o que essas ocupações reivindicavam? Como já é de conhecimento público, iniciaram uma luta contra a proposta do governo tucano de reorganização escolar e fechamento de 94 escolas no estado. Não por acaso, as ocupações das escolas Diadema e Fernão Dias estavam sendo planejadas há mais de 6 meses em decorrência da ausência de diálogo por parte do governo com os estudantes e seus responsáveis. Na ausência de diálogo e diante de uma condição que os afetaria diretamente por essa medida, os estudantes adotaram uma ação radical: ocuparam e resistiram em suas escolas para forçar o governo a retroceder no pleito e reconsiderar a proposta, uma luta que foi ganhando força política e algo assim não havia sido visto ainda no Brasil.

Mas de onde veio essa força política? Ao que parece, ocupar uma escola foi ocupar o coração do espaço público na sociedade, o que permitiu aos estudantes se apropriarem de um espaço que não estava efetivamente em suas mãos e que lhes atribuiu legitimidade e

¹ Texto publicado originalmente no jornal Le Monde Diplomatique Brasil em 22 de Janeiro de 2016.

² Sandro Barbosa de Oliveira é cientista social, educador popular e professor. Mestre em Ciências Sociais pela UNIFESP e doutorando em Sociologia pela UNICAMP, com graduação e bacharelado em Ciências Sociais pela Fundação Santo André. Participa do Grupo de Pesquisa Trabalho e Marxismo e do Grupo LACAM da UNICAMP. Participou do Grupo de Pesquisa Classes Sociais e Trabalho da UNIFESP. É associado e cientista social da Usina CTAH.

reconhecimento por parte de diversos setores sociais. O movimento de ocupação das escolas cresceu e se generalizou em grandes centros urbanos do estado, o que demonstrou que além de um movimento secundarista foi também um movimento urbano em defesa de um espaço público importante na sociedade: a escola pública.

Para quem é do movimento de moradia ou mesmo dos sem-terra e ocupa terras ou imóveis vazios sabe que toda ocupação é um processo de luta e formação de militantes, pois a luta educa e ensina aprendizados políticos que não estão nos livros. Todavia, a experiência dos mais velhos fortalece a inexperiência dos mais jovens, o que permite ao movimento obter conquistas ou aprender com as derrotas. No caso dos estudantes secundaristas, qual foi a experiência anterior de ocupação de escola? Pois é, como não houve experiências passadas de ocupações, os estudantes tiveram que aprender fazendo. O fazer então se tornou a melhor maneira de dizer, e fazendo foram aprendendo como tomar decisões coletivas, dividir tarefas e assumir maiores responsabilidades. Eles foram influenciados pela experiência dos estudantes chilenos através de cartilhas e do vídeo *A revolução dos pinguins*, o que permitiu pensar que fazer ocupações era possível, além de contar com o apoio de outros movimentos. Antes das ocupações eles realizaram manifestações e atos contra a reorganização escolar, ações que não tiveram repercussão até os advenços das ocupações.

Só foi com o movimento de ocupações das escolas que houve uma repercussão social, e ele parece que nasceu de uma relação casual (causa/efeito) diante do antagonismo com a proposta de reorganização escolar do governo. As ocupações só se tornaram realidade quando o governo anunciou as 94 escolas que seriam fechadas e quais ciclos de ensino seriam encerrados. Dessa ação governamental veio a reação dos estudantes que continha uma intencionalidade política de ocupar e resistir, o que permitiu perceber que o movimento nascente despontava sob uma finalidade: barrar a reorganização e pautar a participação estudantil na direção e nos rumos das escolas.

Nesse contexto, o que o movimento de ocupações quis dizer para a sociedade? Um dos primeiros dizeres foi que os estudantes querem participar das decisões que afetam suas vidas. Então, querer participar é querer se autodeterminar, aspecto primário em qualquer democracia direta como proposta política que advém da participação direta e se contrapõe a democracia representativa, aquela em que se elegem representantes do “povo”, e ao seu participacionismo. Como a maioria dos brasileiros sabe, vivemos em tempos de crise da democracia representativa, o que implica repensar os modos de fazer política no país. A crise da democracia representativa é a crise de um sistema político inoperante para as

classes trabalhadoras e populares, modo de regulação política que envolve partidos políticos, instituições eleitorais e instâncias administrativas de um Estado de viés patrimonialista sob um regime de acumulação de capital autoritário e segregador, que funciona para as classes dominantes – industriais, banqueiros, latifundiários e imobiliários. Portanto, o que os estudantes estão nos ensinando é que a participação se constrói de baixo para cima e não de cima para baixo como tem sido feita na moribunda democracia representativa. Eles fizeram isso através de assembleias diárias em que tomavam as decisões conjuntas sobre os rumos das ocupações e de seu nascente movimento. Isso não quer dizer que fizeram isso sem conflito, até porque toda luta envolve um enfrentamento externo e outro interno ao próprio movimento.

Outro dizer dos estudantes foi inovador nessa jornada: as aulas públicas sobre sexualidade, sistema político, autogestão, direito à cidade, entre outros temas desenvolvidos por professores parceiros da luta; atividades culturais – teatrais, musicais e artísticas – que ocorreram nas escolas; e as oficinas de grafite, de camisetas, de desenho, entre outras que refizeram o sentido da educação através da educação sob um novo sentido. Essa nova escola, portanto, nasce no seio da velha escola a partir da iniciativa dos estudantes, não de professores, nem de diretores tampouco do estado político. O que eles nos ensinaram é que é preciso ousar para tudo ter e de que o amanhã nasce do hoje. Por isso, essa nova educação implica partir dos reais anseios dos estudantes.

Ao ocupar escolas por um movimento que se generalizou para mais de 220 escolas, os estudantes ocuparam um espaço público que precisava ser apropriado por quem estuda lá, e toda apropriação envolve uma luta por autodeterminação, que se desdobrou em uma construção da autonomia através da pedagogia da luta e da educação transformadora. Como já disse o educador Paulo Freire, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Então, ocupar e resistir na escola pública representou não apenas autodefender o direito a uma educação de qualidade, mas também de autodeterminá-la a partir das reais necessidades dos estudantes que insurgiram contra um processo antidemocrático que veio de cima para baixo.

Nessa luta, a cada ação um dizer, a cada dizer uma necessidade, a cada necessidade um ensinamento. Assim foi o movimento de ocupações estudantis que sacudiu o estado de São Paulo no final de 2015. Essas ocupações evidenciaram que há uma luta pela apropriação do espaço público que se contrapõe a lógica da propriedade privada, que mercantiliza e priva de acesso os estudantes periféricos e filhos de trabalhadores. Em síntese, a autodefesa da escola foi a defesa da educação pública em contraposição a sua

terceirização e futura privatização. Portanto, os estudantes também disseram que a saída não está na mercantilização do ensino, mas sim no fato de que a escola que eles querem precisa garantir a participação direta, a autodeterminação e o envolvimento de crianças e adolescentes em seu projeto político-pedagógico.

Como os estudantes disseram isso? Realizaram e organizaram inúmeras assembleias para tomar as decisões sobre os rumos das ocupações; dividiram-se em comissões de “segurança” (ou autodefesa), cozinha, comunicação, limpeza, entre outras, para manter o espaço da escola organizado e limpo; organizaram aulas públicas com professores parceiros, atividades culturais com coletivos amigos e ensaiaram a construção de uma nova escola a partir do processo de autogestão (em algumas escolas) e de centralismo democrático (em outras escolas) vivenciando-os na luta contra a reorganização. Essas experiências de autogestão e centralismo democrático não são novas na história, até porque foram criadas pela classe trabalhadora em seus movimentos. Mas o que foi inovador foi haver ocorrido nas escolas públicas. Por isso, quem foram os protagonistas desse movimento? Estudantes filhos de trabalhadores moradores do centro e da periferia, considerados “uma geração perdida” e que disseram “já basta!” aos desmandos na educação pública no estado de São Paulo, Estado que está sendo governado há mais de vinte anos pelos tucanos, partido de frações da grande e da pequena burguesia que têm uma visão empresarial e privatista do serviço público.

Os tucanos, ao dizerem que a escola estava fechada e que as aulas estavam paralisadas por causa das ocupações, quiseram apagar o movimento real que ocorreu ali: aulas, aprendizados, relações sociais e participação responsável dos estudantes com o espaço ocupado: nunca antes quiseram estar tanto na escola. Então, é possível afirmar que a escola esteve em pleno funcionamento, mas este foi autodeterminado por seus estudantes. Por isso, o que eles aprenderam com as ocupações em dois meses de luta foi um aprendizado para uma vida que nenhum professor ou livro didático faria em anos. É no processo de luta por outra sociedade que os trabalhadores e seus filhos constroem as organizações e instrumentos de luta, oscilando entre a capacidade de criar novas relações sociais igualitárias e reproduzir relações desiguais, hierárquicas e deformadas quando organizações ou aparelhos políticos substituem os trabalhadores na direção de suas lutas³. Em diversas escolas organizações “representativas” dos secundaristas⁴ apareceram para colocar suas bandeiras sem ter contribuído com a organização da luta (em algumas escolas

³ Maurício Tragtenberg, Reflexões sobre o socialismo, São Paulo, Unesp, 2008.

⁴ União Municipal-UMES, União Paulista-UPES, e União Brasileira dos Estudantes Secundarista-UBES.

os estudantes nunca viram essas organizações). Por essa ausência, elas foram rechaçadas por alguns estudantes, o que mostrou os sintomas da crise de representatividade em um movimento que buscou construir pela base e junto com os estudantes (e não para os estudantes) suas pautas de reivindicações.

No entanto, não se pode negar a contribuição de algumas organizações e instrumentos criados historicamente pelos trabalhadores e estudantes em uma luta que adquire caráter universal (a educação pública). Nesse contexto, a luta dos secundaristas contou com apoio também da Defensoria Pública do Estado e de sindicatos, movimentos sociais e das comunidades onde estavam, mas foram eles que construíram a “direção coletiva” em reuniões de comando das ocupações. Foi então um movimento que conseguiu ir além da reorganização escolar, porque passou a se construir como uma luta em defesa da educação pública sob outros pressupostos, já que eles tiveram a chance de pautar “que escola nós queremos” a partir das vivências que tiveram nas ocupações. Deixaram, portanto, um recado para toda a sociedade: as transformações e mudanças efetivas só podem ocorrer a partir da luta popular – só a luta muda a vida.

Foi com essa mensagem de luta direta organizada de baixo para cima que os estudantes fecharam o ano 2015 evidenciando que não basta tomar as ruas, mas que é preciso tomar os meios de produção (nesse caso, as escolas) sob os aspectos do fazer e da gestão no contexto da luta de classes e do poder popular, para se pautar outro sentido de reorganização do ensino e da educação pública na sociedade, ao permitir a socialização do saber e o saber da socialização. Por fim, a mensagem das ocupações secundarista em SP não será esquecida, porque mostrou a necessidade e a possibilidade de se organizar a escola de maneira autogerida com participação direta de seus estudantes junto aos professores e funcionários, deixando evidente que uma outra educação é possível porque outra sociedade é possível: é preciso construí-la como projeto político, econômico e social. Axé e vida longa à luta estudantil secundarista!

O colapso da estrela vermelha: de supernova a buraco negro

J. Carlos de Assis¹

Eu era um jovem subeditor de Economia do “Jornal do Brasil”, sob o comando do então editor Paulo Henrique Amorim, quando recebi a incumbência, em maio de 1978, de editar as greves do ABC paulista. Elas eclodiram em 12 de maio como fato social absolutamente novo na ditadura, o qual se transformaria logo em fato político crucial para a aceleração do processo de abertura. O JB, então, de longe o grande formador de opinião pública no país, teria um papel chave no desenvolvimento desses eventos ao dar total cobertura, às vezes com duas páginas por dia, a greves que logo se espalhariam por vários Estados a partir de São Paulo.

Paulo Henrique tinha uma concepção original sobre o contexto político da época. Ele veio ser editor no JB a partir de experiências profissionais bem sucedidas em São Paulo, na área de economia, e conhecia bem os empresários paulistas então identificados como “progressistas”. Paralelamente aos vagidos das promessas democráticas pelos militares esses empresários reclamavam “diálogo” com o Governo, na verdade um código para reclamar mais influência na direção do Estado numa época em que o “milagre” econômico começava a fraquejar. “Se os empresários reclamam participação, raciocinava Paulo Henrique, os trabalhadores também devem ter”.

Ninguém esperava, porém, que a participação dos trabalhadores nos processos sociais e políticos viesse sob a forma de uma avalanche incontrolável. O movimento no ABC eclodiu com absoluta surpresa para a sociedade e os órgãos do Governo. Fora criteriosamente preparado. Breve, como mencionei, contaminaria várias outras regiões do país. No JB, promovemos o noticiário de greves das páginas de polícia, aonde costumava ser confinado, para as páginas de economia. E foi na condição de subeditor de Economia, consciente plenamente de que tinha dado minha modesta contribuição para um evento histórico, que fui a São Bernardo em abril, no fim da primeira onda de greves, a fim de conhecer Lula.

Não é preciso acentuar que fui imediatamente cativado pelo carisma do então jovem líder sindical. Todos que o conheceram nessa e em outras circunstâncias sentiriam o mesmo. Lula era a própria expressão da verdade do proletariado. Estava literalmente despojado de ideologia e concentrado num único objetivo: defender concretamente os interesses do trabalhador. Perguntei-lhe como via a relação dos trabalhadores com as empresas: “Preferimos as multinacionais, disse; elas cumprem o que acordam. Depois, as privadas brasileiras, com que também dá para negociar. E em último lugar as estatais, porque o Governo não as deixa cumprir acordos.”

¹ *Economista, professor, doutor pela Coppe/UFRJ, autor de mais de 20 livros sobre economia política brasileira.

E quanto a fazer um partido político?, perguntei. “Fora de questão. Meu objetivo é defender os interesses dos trabalhadores, e não é preciso partido político para isso”. Era no sentido de representar um obstáculo para a defesa dos interesses dos trabalhadores, de uma forma bastante concreta, e não tanto como embaraço a direitos de cidadania, num sentido mais abstrato, que Lula se colocava como um combatente contra a ditadura. Claro, isso mudaria alguns anos depois. E o instrumento da mudança foi uma combinação de três forças, na base em formação do PT, representadas pelos próprios operários do ABC e sobretudo pelos teólogos da Libertação e pelos intelectuais de esquerda de São Paulo.

Foram esses últimos que deram um colorido ideológico ao nascente partido. E como tudo que se assenta em ideologia pura, sem relação com a realidade, os primeiros anos do PT configuraram um espetacular fenômeno de marketing moral, só comparável ao da antiga UDN no seu combate contra a corrupção. A radicalização ideológica era extrema. Em 1985 a convenção do partido recomendou a expulsão de três de seus poucos deputados que haviam votado em Tancredo Neves no colégio eleitoral com o duplo propósito de denunciar o próprio colégio e o conservadorismo de Tancredo. Mas nas ruas o partido crescia. Sua imagem de pureza num quadro político sujo atraía milhões de jovens. A estrela vermelha atingia o zênite.

Das três campanhas presidenciais que disputou e perdeu, Lula enfrentou, na primeira, a figura de um boneco bonito, inflado pelo suporte da grande mídia e, nas duas outras, o grande beneficiário da estabilidade monetária de 1994. No contexto dessa última seria praticamente impossível ganhar de Fernando Henrique. Em 1999, contudo, a disputa com José Serra seria grandemente facilitada pela explicitação da fraude da política econômica tucana que resultaria em crise cambial, desemprego crescente e explosão da inflação, negando a suposta estabilidade. Lula ganhou com a insígnia da esperança. Como suporte ideológico, a Carta ao Povo Brasileiro, que, afinal, se lida com frieza, não chega a ser uma traição às bases.

A imagem viva do PT em ascensão que me vem à lembrança não são bandeiras vermelhas mas dezenas, talvez centenas ou milhares de jovens vestidas de branco participando de comício do partido na Cinelândia, no Rio, ou nas praias da Zona Sul do Rio. O entusiasmo sem paralelo da juventude transbordou na vitória de 2002, quando a esperança venceu o medo de forma inequívoca. A incrível ascensão ao posto supremo da República de um partido que se dizia classista se materializou como novidade surpreendente no fim do século XX. A história dessa fantástica conquista é conhecida. O PT ganhou o poder com um projeto de classe média embalado numa retórica proletária. Meu objetivo aqui consiste em analisar o que fez com essa vitória.

* * *

É difícil imaginar o que passou pela cabeça de Lula ao assumir o poder em 2003. Por certo que ele tinha um projeto social sólido que era sintetizado na fórmula de garantir um prato de comida três vezes por dia a cada brasileiro. Isso ele cumpriria à risca, assegurando um dos mais bem sucedidos programas sociais em todo o mundo, o Bolsa Família. Entretanto, a âncora de sucesso com estabilidade de qualquer governo é a economia. Na campanha, numa reunião no Rio, Lula deu indicações claras de que Celso Daniel, prefeito de Santo André posteriormente assassinado, seria seu ministro da Fazenda. Num canto, participando da mesma reunião sem interferir muito, Antônio Palocci era apresentado num

papel secundário. Com o assassinato de Celso Daniel, contudo, seria Palocci, um médico sanitário, quem assumiria a condução da economia de Lula a partir do primeiro mandato.

Nada tenho contra médicos sanitários, mas sou particularmente avesso a pessoas que ascendem a postos de mando na economia domesticadas por ideologias internacionais. Palocci é tão ignorante em economia que talvez não saiba que é um neoliberal. Sou testemunha pessoal disso pois o então vice-presidente José Alencar promoveu uma reunião minha com ele no Jaburu, creio que em 2004 ou 2005. Estavam presentes também o ministro Luiz Gushiken e o então presidente do PT, Ricardo Berzoini. De forma completamente inusitada e surpreende, inclusive para mim, o Vice, de pé na ponta da mesa de almoço, leu em voz alta, para Palocci, um texto de quatro laudas que eu havia escrito com crítica à política econômica, tanto a fiscal quanto a monetária, propondo uma alternativa. Palocci, pelo que percebi, não entendeu nada. Saiu com uma frase perfeitamente idiota: Eu estaria propondo algo “como o Plano Collor”.

(Nota: Eu tinha uma coluna diária no Globo em 1990 e fui o primeiro jornalista a criticar duramente o Plano Collor quando foi editado, sob o argumento de que ele congelara estupidamente o meio circulante junto com ativos financeiros a prazo. A última coisa que eu poderia fazer, num texto da economia política, era copiar o Plano Collor. Como provavelmente nunca entendeu o Plano Collor e certamente não compreendeu o meu texto e era apenas um economista de ouvido, o então ministro da Fazenda saiu pela tangente, dizendo ao Vice Presidente a primeira idiotice que lhe veio à mente. É claro, porém, que isso é uma questão menor: pior foi o ritmo contracionista que Palocci adotou na economia e a tentativa, felizmente frustrada, de nos empurrar para a ALCA).

Ao lado de sucesso em políticas sociais, que não cansarei em reconhecer, o primeiro governo Lula foi certamente o maior desperdício em economia que poderíamos ter feito em todos os tempos. Diante do forte crescimento da China contaminando positivamente toda a Ásia e muitos países ocidentais produtores de matéria-prima, nossas exportações de commodities – especialmente, soja e minério de ferro, mas não só isso – explodiram pelo efeito simultâneo dos preços e das quantidades vendidas. Nossas reservas internacionais cresceram acentuadamente, e atingimos uma situação de ruptura de restrições cambiais que historicamente sempre fizeram reverter o nosso desenvolvimento econômico.

Mantivemos internamente, até a crise econômica do mundo ocidental de 2008, políticas fiscais e monetárias extremamente restritivas, baseadas em superávit primário, sustentando, como ainda hoje, taxas de juros básicas recordes no planeta. A Lula deve ter sido dito pelo Ministro da Fazenda que essas políticas restritivas, favorecendo o capital e principalmente os financistas, era o preço a pagar pela confiança dos banqueiros e dos grandes empresários e, finalmente, pela estabilidade política. E ninguém esperaria de um líder operário carismático conhecimentos específicos em economia para reverter nossa forma de inserção na estrutura financeira ocidental, que todo especialista não comprometido saber ser a nossa força.

A iniciativa mais vigorosa nessa matéria viria mais tarde, com a participação decisiva de Lula, orientado pelo chanceler Celso Amorim, na barragem da ALCA, na formação do BRICS e na estruturação de seu Banco de Desenvolvimento, do que falarei mais adiante. Mas a grande virada circunstancial na política econômica brasileira, com pleno sucesso, se daria no contexto da crise de 2008. O estímulo para transformar tsunami em marolinha não

foi apenas interno, porém. Veio do G20, reunido em Washington em fins de 2008, numa situação de quase pânico na qual os principais líderes mundiais mandaram às favas as políticas monetárias e fiscais restritivas e aprovaram uma recomendação global de políticas expansivas tanto no campo fiscal quanto monetário. Assim, depois de décadas de ostracismo, o keynesianismo voltava à tona, triunfante.

Encontrei-me com Luciano Coutinho num corredor do BNDES e ele, regressando de Washington, comentou triunfante: “Recomendamos ao governo norte-americano que dê uma *porrada* para valer pra cima no déficit fiscal, da ordem de trilhão de dólares. E eles disseram que vão fazer.” Vibrei com a notícia. Dos norte-americanos não se pode reclamar que não cumpriram o prometido. Ao déficit fiscal de 1,4 trilhão de dólares em 2009 seguiu-se um de 1,3 trilhão em 2010, outro de 1,2 trilhão em 2011, outro de 1,1 trilhão em 2012, outro de 1 trilhão em 2013. O déficit realizado só baixou de 1 trilhão de dólares em 2014, mas assim mesmo estava na casa do meio trilhão. E a taxa de desemprego caiu à metade do que foi em 2009.

Aqui também fizemos bonito em matéria de política keynesiana. Para dar uma injeção direta na demanda – e isso Lula entendeu perfeitamente, pois era em benefício direto ao trabalhador –, foi aumentado o valor da Bolsa Família e do salário mínimo, e retirados alguns impostos da linha branca. Pelo lado da oferta, o Tesouro repassou ao BNDES, para que ele irrigasse os setores público e privado da economia, R\$ 180 bilhões em 2009 e 2010. A resposta foi quase imediata. Depois de uma contração em 2009, o PIB acusou um crescimento de espetaculares 7,5% em 2010 – o que colocava o gênio de Lula como em destaque mundial também em economia, pois metade do planeta ainda estava em crise.

Vejam agora o que está ocorrendo com a dupla Meirelles e Goldjani no comando da política econômica: em plena contração sem precedentes do PIB, decidiram que o banco transfira alguns bilhões de reais para o Tesouro no sentido exatamente inverso da política que adotamos com sucesso em 2009 e 2010. Com uma despreparada na presidência do BNDES, podemos nos preparar para uma nova *débâcle* da economia neste e no próximo ano.

Entretanto, o que aconteceu entre fins de 2010 e 2011 para que o crescimento da economia se encolhesse para medíocres 2,7% naquele último ano e anos seguintes, portanto menos de metade do ano anterior? Internamente, creio eu, baixou o complexo de vira-lata na equipe econômica comandada agora por Guido Mantega: nosso crescimento de 2010 foi considerado um exagero, incompatível com o PIB potencial que, desde o governo Fernando Henrique, conforme eu ouvi pessoalmente de Pedro Malan, não deveria exceder os 3%. Claro, havia também uma forte pressão contracionista do lado externo: ao contrário das reuniões em Washington, Londres e Pittsburg, o encontro do G20 em Toronto, no Canadá, acusou um racha: enquanto os Estados Unidos continuavam favoráveis a políticas expansivas, a Alemanha de Merkel, a Grã-Bretanha de Cameron e a França de Sarkozy apostaram na contração.

Em lugar de “cooperação para a retomada”, a palavra de ordem inofensiva passou a ser, em inglês, *exit strategy*, ou estratégia de saída das políticas expansivas. Como resultado, a retomada do crescimento mundial, sobretudo na Europa, foi abortada – e se constata que continuaria abortada até hoje, mesmo porque a política contracionista não

mudou. O Brasil seguiu a onda europeia, em lugar de acompanhar os Estados Unidos, que conseguira implementar uma estratégia que, se não favoreceu forte crescimento, pelo menos reduziu significativamente a taxa de desemprego. É que Obama conseguiu dobrar os republicanos com sua política monetária e fiscal expansivas, comparáveis às do New Deal.

O ano de 2010 foi, portanto, um divisor de águas na política econômica dos governos do PT. Daí para a frente retornou-se ao marco ambíguo do início do primeiro governo petista pelo qual políticas econômicas inequivocamente em favor dos ricos se contrapunham a políticas de forte cunho social nas áreas de renda, de saúde, de habitação, de cultura e de educação. Em termos objetivos, isso deveria pacificar a nação: todos estavam ganhando, não só os pobres, mas também os afortunados. Não digo nenhuma novidade: próceres do PT, e o próprio Lula, são os primeiros a reconhecer a busca desse equilíbrio. A questão relevante a saber é a seguinte: por que foi rompido o equilíbrio, e por parte de quem?

Há duas questões a considerar. Do lado externo, ousamos reivindicar um espaço mais destacado no cenário geopolítico mundial, inicialmente pela atuação decidida de Lula na criação da Unasul-União das Nações Sul-Americanas. Em seguida, num ato de atrevimento ainda maior, o governo brasileiro concorreu fortemente para a criação do bloco BRICS e, suprema audácia, ofereceu-se para intermediar, com a Turquia, a crise iraniana. A Unasul era uma tentativa de consolidação de governos legitimados pelo povo na América do Sul, aproveitando uma configuração política especial caracterizada pela presença de governantes democraticamente eleitos em todos os governos da região. Isso, em princípio, a despeito das conspirações contra Chavez na Venezuela, não representou um desafio direto aos Estados Unidos. Era apenas um incômodo.

A questão dos BRICS é mais complexa. Enquanto foi apenas um clube político não suscitou maiores resistências. Contudo, quando o bloco anunciou a criação do Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, o poderoso monopólio bancário anglo-americano, que comanda as finanças mundiais numa dimensão planetária, direta ou indiretamente, começou a mover-se. Inicialmente, usou foros internacionais, como a OCDE, para demover os participantes dos BRICS de criar o novo banco. Perdida essa etapa, passaram ao estágio mais avançado de sabotá-lo a partir de forças internas, as quais emergiram sobretudo na campanha presidencial brasileira de 2014.

A Unasul vem sendo minada por correntes reacionárias e entreguistas internas, estimuladas pelo Departamento de Estado norte-americano (Argentina é o maior exemplo), mas o Novo Banco não pode ser descartado tão facilmente devido a condições objetivas dos países sócios, inclusive o Brasil. Contudo, é em torno do Banco dos BRICS que se articula uma das maiores disputas geopolíticas do mundo contemporâneo. Entender isso é fundamental para entender os principais desafios que se colocam ao futuro do Brasil.

O sistema bancário anglo-americano domina, diretamente ou por associações no BIS com bancos locais, o centro das finanças mundiais. Indiretamente, por meio de agências multilaterais como FMI, Banco Mundial e BID, assim como agências de risco privadas, controlam todo o sistema de financiamento planetário, exceto o asiático. Essa “arquitetura financeira”, mediante “condicionalidades” de seus empréstimos, estrutura as políticas econômicas dos países em desenvolvimento em favor dos sistemas econômicos dos países dominantes. A política econômica “convergente”, daí resultante, retratada no Consenso de

Washington, reflete a completa dominação do capital financeiro sobre grande parte da economia mundial.

O Novo Banco de Desenvolvimento ameaça essa estrutura a partir da Ásia. Com reservas de quase 4 trilhões de dólares, a China é uma âncora formidável para toda essa nova estrutura financeira alternativa, abrindo espaços para a libertação dos países em desenvolvimento de condicionalidades financeiras que estreitam os espaços das políticas econômicas nacionais. É essa perspectiva que incomoda o grande capital financeiro ocidental que usa os recursos possíveis para sabotar, pelo retardamento, o novo banco – tendo participado dessa sabotagem inclusive oficiais do Banco Central do Brasil.

Entretanto, é do ponto de vista geopolítico que a presença do Brasil nos BRICS constitui um incômodo para a estratégia de dominação mundial norte-americana. Desde o fim da União Soviética que os Estados Unidos se colocaram como objetivo estratégico central impedir que alguma outra potência rivalizasse com eles no plano global. Por isso elegeram como inimigo central a Rússia, cujo potencial nuclear é visto pelos norte-americanos como ameaça. Naturalmente não podem atacar o território russo sem desencadear uma guerra nuclear. Em razão disso, sua estratégia consiste em cercar a Rússia por mar e terra, com o avanço da OTAN, e atraí-la para uma guerra convencional fora de seu território a fim de esgotá-la economicamente.

Fizeram isso na Geórgia e na Ucrânia, e estão fazendo na Síria. Em todos esses países acabaram levando ou estão levando “um banho” estratégico de Putin. É claro que os russos, submetidos a um implacável embargo comercial pelos Estados Unidos e seus aliados, sofrem consequências econômicas dele. Entretanto, a Rússia tem como aliado estratégico a China, e conta, através dos BRICS, com relações econômicas com o Brasil. Ou seja, é em razão da guerra não declarada dos Estados Unidos contra a Rússia que os BRICS se tornaram uma peça fundamental no jogo geopolítico mundial; e, sem querer, o bloco, para o qual Lula contribuiu com tanto empenho, nos tornou virtuais aliados da Rússia e adversários dos Estados Unidos no jogo mundial de poder.

Note-se que a estratégia de estrangular financeiramente a Rússia em guerras fora de seu território não é trivial. Os Estados Unidos não tem limites para o financiamento militar, exceto os tetos fixados pelo Congresso para o déficit público. Conforme temos visto, mesmo quando o Partido Republicano, nominalmente resistente a déficits orçamentários, tenta impor algum limite, a parte relativa aos gastos militares é preservada como sagrada. A Rússia não tem os mesmos privilégios de emissor da moeda global, mas, graças a sua aliança estratégica com a China, pode contar com o apoio desta, como na Síria. O Brasil vai junto, inclusive pela decisão de não aderir ao embargo norte-americano contra a Rússia.

Justamente pelas implicações geopolíticas do que considero, de longe, a iniciativa do governo Lula mais pertinente no contexto financeiro mundial, a reação de forças poderosas internas não se fez tardar. Na campanha presidencial de 2014, o pré-nomeado ministro da Fazenda de Aécio Neves não escondeu, em entrevistas, que o objetivo da nova equipe econômica seria esvaziar a participação brasileira no Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS. O novo ministro das Relações Exteriores, José Serra, tem sido mais discreto a esse respeito, mas suas preferências por acordo bilaterais como marco da política externa não deixa muitas dúvidas sobre as suas reais intenções.

Negligenciar o principal legado externo dos anos do PT seria um atentado contra a soberania nacional. Entretanto, a política internacional dos governos Lula e Dilma seguiu uma trajetória ambígua, ora se voltando para o comércio com a América do Sul e a África, ora estreitando laços políticos com essas regiões, ora fazendo gestos amistosos com os países desenvolvidos. Em nenhuma situação procurou deliberadamente reduzir relações com esses últimos. Na realidade, sequer percebeu que nossa alternativa está na Ásia, tendo em vista as restrições objetivas de nossas relações econômicas com Estados Unidos e Europa num momento de queda das exportações de commodities e superoferta de tecnologia em concorrência com nossa própria indústria de bens de capital.

Outros legados fundamentais dos governos Lula e Dilma no campo econômico foram o pré-sal e a política de exploração do petróleo pelo sistema de partilha, com a Petrobrás como operadora única. Isso está sendo destruído pelo projeto Serra. Mas cumpre observar que uma parte relevante da política, a destinação de royalties do pré-sal ao financiamento da educação e da saúde, ficou injustificadamente limitada desde a origem. Em lugar de propor usar diretamente os royalties nos dois setores, adotou-se um caminho intermediário através de rendimentos de um fundo financeiro formado por royalties do pré-sal cuja única finalidade visível era dar mais uma plataforma de especulação ao capital financeiro nacional e internacional.

No plano mais abrangente da política econômica, os governos do PT foram conservadores e favoreceram o capital financeiro, exceto nos anos acima mencionados de 2009 e 2010. Prevaleram sobre os desenvolvimentistas os fantasmas neoliberais de Henrique Meirelles e Antônio Palocci, neste último caso porque Guido Mantega não teve coragem ou oportunidade de romper com a política prevalente. No início do primeiro mandato Dilma ainda tentou domar a taxa de juros mas, diante da chantagem dos financistas, recuou assustada para as políticas neoliberais de praxe.

Difícilmente se entenderá essas marchas e contramarchas econômicas dos governos do PT sem uma compreensão mais aprofundada da economia financeira brasileira, à margem de ideologias. Talvez o mais relevante é entender a lógica do chamado tripé, que o absoluto oportunismo de Marina da Silva e de Armínio Fraga vulgarizaram nas eleições de 2014 como sendo as âncoras da volta para o futuro na política econômica. Entende-se o tripé como uma política de superávit primário, de metas de inflação e de câmbio flutuante, qualquer que seja a situação básica da economia.

Como qualquer doutrina rígida, essa contém um elevado conteúdo de estupidez. Numa economia em recessão ou depressão – como é o caso hoje –, não só não se deve fazer superávit primário, como é essencial fazer déficit orçamentário. O déficit, levando a emissão de títulos de dívida pública ou emissão monetária, pressionará o mercado financeiro para a redução da taxa de juros; isso leva, por sua vez, a alguma desvalorização do câmbio. Como a premissa é a recessão ou depressão, essa política expansiva não gera inflação maior do que a inflação corrente, e produz aumento da demanda efetiva e desenvolvimento, revertendo a depressão.

Os economistas do PT, conselheiros de Lula e Dilma, nunca entenderam essa mecânica financeira e portanto aconselharam o Presidente do povo a fazer uma política econômica anti-povo, comandada por Meirelles no Banco Central e pelo ectoplasma de Palocci na Fazenda. Sempre tiveram uma espécie de aversão a Keynes, talvez porque, no

campo da retórica, não encontraram nele elementos suficientemente revolucionários. Com isso convergiram em teoria com os economistas neoliberais, e na prática com as classes dominantes financeiras.

A exacerbação das concessões ao capital financeiro interno e internacional aconteceu sobretudo com a nomeação pela Presidenta Dilma de um dirigente do Bradesco, Joaquim Levy, para o Ministério da Fazenda. Na altura do início do novo Governo, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, que havia atendido e depois recuado dos apelos da Presidenta para reduzir a taxa de juros básica no início do primeiro Governo, estava suficientemente domesticado pela alta finança no início do segundo no sentido de retomar a escalada dos juros. Nesse contexto, experimentamos a maior contração econômica em nossa história por força de dois elementos fundamentais: a política fiscal-monetária ultra contracionista, convergindo a vertente fiscal restritiva com a vertente monetária de juros estratosféricos, e as consequências da Lava Jato no lado concreto da economia.

A Lava Jato foi um fenômeno extra-econômico, porém com repercussões devastadoras na economia. O estilo da investigação-espetáculo, conduzida pelos procuradores, policiais e juiz de Curitiba em associação estreita com a mídia, derrubou a Petrobrás, maior produtora e investidora do país, e o núcleo das empresas de engenharia por ela contratadas, arrastando na queda centenas de milhares de empregos e milhares de empresas, além da reputação internacional da companhia. Um procurador da Lava Jato, que certamente não conhece nada de relações matriciais ou de cadeias produtivas, alegou que a economia não estava sendo atingida por esse processo depurador da corrupção no setor público. É um ingênuo, para dizer o mínimo.

É certo, entretanto, que depois do que se descobriu na investigação seria insustentável subestimar os resultados positivos operação. A cadeia de corrupção em torno da direção da Petrobrás e das empreiteiras não teve paralelos em nossa história. Entretanto, conheço situações de investigação de corrupção em vários países do mundo que isolaram as partes podres das empresas investigadas e mantiveram em funcionamento as sãs. Por exemplo: nos Estados Unidos, Bank America e Citigroup foram submetidos a investigação sobre fraudes no mercado imobiliário, depois de 2008, e multados, cada um, em US\$ 20 bilhões. Não me consta que as operações desses bancos tenham sido afetadas.

No caso do Citigroup, o secretário do Tesouro, Timothy Geithner, chegou a ligar para o promotor encarregado do caso para adverti-lo das consequências negativas do processo para Wall Street e para Nova Iorque. Não é só isso. Na Alemanha, o gigante Deutsche Bank foi acusado de fraude no mercado cambial mundial, e tudo ficou por isso mesmo. Na Suíça, também o UBS foi apanhado em fraude no mercado cambial, sem consequências. Em Londres, descobriu-se que a Libor, taxa que regula a maioria das transações financeiras internacionais, foi fraudada por 12 megabancos que a calculam. Nenhuma dessas instituições, apesar do volume gigantesco das operações fraudadas – muitíssimo maiores que a da Petrobrás -, sofreu qualquer tipo de investigação que comprometesse seu funcionamento. No máximo, pagaram multas bilionárias e eventuais indenizações.

Aqui, os promotores da Lava Jato e o juiz instrutor do caso, talvez por simples vaidade, tomaram iniciativas que, em alguns casos, resultam em total desestruturação de empresas nacionais de importância vital para o desenvolvimento do país, inclusive em áreas

estratégicas como Angra III. O Ministério Público e o TCU resiste a legítimos acordos de leniência por razões ocultas. Assim, o que parece é uma ampla conspiração contra o Brasil e seu projeto de desenvolvimento mediante a liquidação de algumas de suas maiores empresas.

Curiosamente, a hipótese de esclarecimento do caso que adotaram é altamente duvidosa. O que de fato aconteceu? Aconteceu que cinco diretores ou gerente da Petrobrás, sabidamente corruptos, forçaram empreiteiras privadas a lhes dar propina para terem acesso a contratos. Os principais corruptos, portanto, são os diretores da Petrobrás, uma empresa monopolista, não as empreiteiras, dela dependentes. Sem propina, as empresas não teriam os contratos. E justamente os diretores bandidos agora gozam de reduções de pena e de uma bela aposentadoria com dinheiro de propina que, em parte, certamente esconderam depois de fazer delações premiadas aos valentes oficiais da Lava Jato. Em contrapartida, as empresas de engenharia, praticamente o que resta de capital nacional no Brasil, estão condenadas ao fatiamento, a perda de escala e de tecnologia.

O estrago da Lava Jato tem sido uma decorrência de ações judiciais cujas motivações últimas a história esclarecerá. Já o ajuste Levy foi uma responsabilidade específica do mentor da política econômica inventado por Dilma, um engenheiro naval com conhecimentos superficiais e dogmáticos de economia. Foi ao tomar a iniciativa de convocar Levy para a economia que Dilma selou seu destino. No início de 2015, o primeiro ano do segundo mandato, comentei com o senador Lindeberg Farias que a economia provavelmente teria uma contração de cerca de 4%: 2% devidos à Lava Jato, 2% devidos ao ajuste Levy. Uma contração dessa ordem levaria, por algum caminho, à total desestruturação do governo.

A substituição posterior de Levy por Nelson Barbosa não alterou em nada a essência da política econômica. Ao contrário, agora foi o Banco Mundial, não eu, que estimou em 4% negativos a contração da economia também em 2016. Uma contração combinada de quase 8% da economia em dois anos é um fator mortal para qualquer governo. Tudo se torna disfuncional. Os investimentos desabam. O desemprego escala. As políticas sociais tornam-se insustentáveis. A auto-estima da sociedade desaparece. A esperança em relação ao futuro desvanece no meio de uma bruma alimentada pela falta de um projeto nacional.

Entretanto, essa atmosfera era imprevisível em 2014. Apesar das medíocres taxas de crescimento desde 2011, o desemprego se sustentava num índice baixo, em grande parte devido ao emprego nas faixas mais modestas de ocupação. No ano da eleição, podia-se dizer que estávamos em pleno emprego. A economia desabara, mas ainda havia crescimento, embora baixo. As políticas sociais estavam funcionando e havia crescimento do investimento, inclusive por parte da Petrobrás e em seu entorno. O que então deu errado para o governo do PT, à margem da Lava Jato, tendo em vista a derrocada geral a partir de 2015?

Houve, insista-se, a Lava Jato. Mas por outro lado houve a mais formidável combinação de forças políticas, a partir do suporte aberto da grande mídia, no combate cerrado ao governo recém-eleito. O PSDB e seus aliados foram estimulados pela mídia a não aceitar o resultado das eleições. E a partir daí construiu-se um polo, em sua essência simbólico porque não tinha poder efetivo, a não ser partidário, usado pela mídia para desarticular o poder político formal. Note-se que, do lado das classes dominantes reais,

Dilma não tinha forte oposição: os dirigentes do Bradesco e do Itaú, de forma inusitada, escreveram artigos em jornais advertindo para a necessidade de preservar a estabilidade política. Entretanto, já era tarde. O governo do PT e, mais do que ele, o Partido dos Trabalhadores foi colocado numa posição indefensável e contraiu-se num buraco negro. Evoluímos para o governo da mídia conduzido pela patética figura do vice-presidente Michel Temer.

* * *

Vejamos outros elementos desse processo. O escândalo chamado “petrolão” encontrou o PT numa posição vulnerável por conta do chamado “mensalão”. Neste último caso, o partido foi vítima de uma trama jurídica-midiática fruto, fundamentalmente, do preconceito e sobretudo do medo de sua continuidade indefinida no exercício do poder, o que não era absurdo, visto o que aconteceria, apesar do escândalo, em 2015. Na sua essência, o “mensalão” foi um embuste, exceto pelas condenações reais: não houve dinheiro público envolvido, a relação estabelecida entre liberações de pagamentos do partido e votações importantes na Câmara era espúria, não havi corrupção ativa ou passiva de parlamentares, assim como formação de quadrilha, e o argumento para condenar Dirceu, o domínio do fato, foi uma aberração no nosso sistema jurídico. Havia, sim, caixa dois, mas isso ainda não é crime.

Entretanto, o PT não se defendeu nem defendeu os seus. Uma equipe competente de advogados teria triturado os argumentos levantados pelo Ministério Público Federal e aceitos como verdade absoluta por um magistrado parcial, também ele alimentado pelo preconceito contra o partido, Joaquim Barbosa. Tenho colegas jornalistas, entre os quais Raimundo Pereira e Luís Nassif, que desmontaram os fundamentos da acusação no processo. Eu próprio escrevi vários artigos a respeito, defendendo Dirceu. Nenhum de nós, ao que eu saiba, pertence ao PT ou trabalhou para o PT. O que nos motivou foi a indignação contra a injustiça.

O massacre jurídico-midiático sofrido pelo PT no “mensalão” era para ter destruído o partido – e essa, provavelmente, era a intenção. No entanto, como se viu em 2014, ele saiu novamente vitorioso. Contudo, no inconsciente coletivo ficou o efeito das marteladas diárias de quatro horas na TV Justiça, replicadas exaustivamente nas tevês abertas, com as denúncias do promotor e de Barbosa sustentando que o governo tinha sido assaltado por uma quadrilha de bandidos a fim de roubar os cofres públicos. Assim, quando o “petrolão” explodiu com todas as evidências de contribuições financeiras de empreiteiras para o PT e outros partidos, as alegações não provadas do “mensalão” afluíram como verdades, e as do “petrolão” como reincidência ou *modus perandi*.

A superposição dos escândalos, a meu ver, liquidou o PT. Entretanto, liquidou também o restante sistema partidário que acabou totalmente desmoralizado junto com ele. A desculpa do PT de que fez o que todos fazem e fizeram – usar a máquina pública para financiamento do partido através de contratos com empresas privadas – está absolutamente correta. Entretanto, é crime. Por outro lado, é um crime difícil de ser provado, a não ser por confissão. Uma empresa gigantesca que contrata obras junto à Petrobrás pode usar seus próprios recursos de caixa para dar propinas sem qualquer vinculação com os contratos!

Mas o “petrolão” não liquidou apenas o sistema partidário. Todas as instituições da República se derreteram. O Executivo, claro, porque foi exposto o sistema de nomear

diretores e presidentes de estatais para garantir financiamentos a partidos políticos mediante propinas, em parte apropriadas por eles mesmos; o Legislativo, pela evidência da corrupção no Congresso como principal beneficiário dessas propinas; o Judiciário, pela agressão a sistemas jurídicos consagrados, como habeas corpus e presunção de inocência, vedação a prisão sem julgamento e direito ao devido processo legal; Promotoria Pública e Polícia Federal, pelos excessos em sua atuação, muitas vezes orientada pela vaidade.

Essa situação de derretimento geral das instituições é sem precedentes no Brasil e raramente ocorreu no mundo. Os promotores da Lava Jato se acham investidos de uma missão de destino para passar o Brasil a limpo e se esquecem de que, assumindo poder absoluto, eles se tornam absolutamente arbitrários, e acabarão atraindo resistências. É claro que o combate à corrupção é essencial. Mas a sociedade real exige flexibilidade. Não faz sentido humilhar presos, prender para obter delação premiada, acusar com base exclusivamente numa delação. Isso significa que, numa eventual regeneração das instituições, talvez o ponto inicial indispensável é a reforma do sistema jurídico, inclusive exigindo uma reforma saneadora na legislação que trata de abuso de autoridade.

O legado do PT, a estrela vermelha que explodiu como supernova em 2002, reuniu-se com outras massas estelares e sucumbiu como buraco negro na voragem do “petrolão”. O partido, com ou sem razão justa, perdeu o respeito da sociedade, assim como todos os seus congêneres. Claro, nenhuma república ordenada pode subsistir sem um sistema partidário. Se os estrategistas do PT insistirem em preservar a lenda, a despeito da opinião pública, eles se arriscam a se tornar irrelevantes. Contudo, isso é verdade também para PSDB, DEM e outros partidos de direita. Todos estão igualmente condenados à insignificância. Nas eleições municipais, todos sairão nivelados por baixo e, dadas as condições de financiamento eleitoral, o mais provável é que os vitoriosos sejam evangélicos, por maior proximidade com o dinheiro.

Quanto ao legado do PT, ele é ambíguo, como foram ambíguas as políticas realizadas pelos governos do partido. No campo social eles fizeram um começo de revolução, elegendo pela primeira vez em nossa história os mais desafortunados como foco de políticas públicas. Nem Vargas fez isso, embora Vargas tenha implantado as bases nunca alcançadas do estado de bem estar social, porém reservadas a trabalhadores empregados. Na educação e na saúde houve avanços nas políticas públicas, com criação e 16 universidades e melhorias no SUS, mas ao mesmo tempo avançou a privatização nesses setores. A área de comunicação, por sua vez, foi um desastre: continuamos sob monopólio do sistema Globo, a despeito da avaliação que se atribui a Dirceu, quando ministro, de que “a Globo é nossa”.

De um buraco negro, como se sabe, nada pode sair, nem mesmo a luz. Toda a matéria está esmagada dentro dele numa singularidade. Acho que os governos do PT cometeram suficientes contradições para que praticamente não haja o que aproveitar de seu roteiro de poder, exceto as políticas sociais. Entretanto, é muito difícil acreditar em estabilidade de políticas sociais sem um forte suporte na economia. E justamente porque o principal legado do PT, na economia, foi um terrível desastre, temo pelo que o governo interino venha a fazer contra os deserdados da sorte liquidando e privatizando políticas sociais, caso não haja uma grande reação da população.

É claro que nenhuma sociedade organizada assiste indiferente ao desmantelamento definitivo de suas instituições. Quando a superestrutura se desmantela, a reconstituição vem pela infraestrutura, a sociedade civil, em algum tempo. À universidade, professores e estudantes, sindicalistas e artistas, profissionais e juristas, cabe um papel crucial nesse processo. Em termos práticos, tendo em vista esse imperativo de regeneração republicana, estamos organizando a Aliança pelo Brasil, cujo manifesto de convocação já está em circulação. Trata-se de uma reunião de personalidades de alta credibilidade no país, não de instituições, que pretende abrir um amplo debate nacional sobre os nossos destinos, em busca, sobretudo, da construção de um novo projeto nacional com vistas a 2018.

As teses do físico Stephen Hawking admitem que, ao contrário do que se pensava e do que está exposto acima, se houver tempo suficiente alguma partícula correlacionada pode escapar do buraco negro. Diante disso, temos de mobilizar o idealismo que ainda caracteriza muitos filiados do PT, assim como de militantes igualmente idealistas de outros partidos que foram pulverizados pela exploração dos escândalos na imprensa, para se unirem na construção de um sistema partidário novo, essencial para o funcionamento da República. Seria, sim, um esforço de construção por fora do buraco negro em que as elites dirigentes e as classes dominantes brasileiras nos meteram a todos, até certo ponto inconscientemente, junto com o Partido dos Trabalhadores e seus aliados!

Justiça, combate à corrupção e política: uma análise a partir da Operação Lava Jato

Frederico de Almeida¹

Introdução

Quando, no início dos anos 2000, a ciência política brasileira passou a debruçar-se sistematicamente sobre o tema da judicialização da política, certamente não poderia prever que o Judiciário alcançasse tamanho protagonismo em uma crise política igualmente imprevisível, como a que vivemos desde as eleições presidenciais de 2014. Entretanto, o atual protagonismo do Judiciário no cenário político vai muito além dos elementos que configuram as delimitações mais convencionais do problema da judicialização da política: a revisão constitucional, o papel contramajoritário do Supremo Tribunal Federal (STF), a intervenção do Judiciário em políticas públicas.

O objetivo deste breve artigo é analisar o protagonismo das instituições de justiça na atual crise política, buscando interpretá-lo conforme o acúmulo dos estudos sobre justiça e política no Brasil e sobre o papel do Judiciário na ainda imatura democracia brasileira. Circunscrevo essa análise à atuação da Justiça Federal de primeira instância, do Ministério Público Federal (MPF) e da Polícia Federal (PF) na Operação Lava Jato. Obviamente, há outros aspectos que também colocam o Judiciário em papel relevante na crise política atual, especialmente se considerarmos uma conjuntura mais ampla, como o papel do STF na própria Operação Lava Jato e no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Porém, acredito que uma análise mais detalhada da Operação Lava Jato, de seus atores e dinâmicas institucionais permite elaborar conclusões e hipóteses sobre diferentes dimensões das relações entre justiça e política no Brasil.

¹ Professor do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

Como se sabe, a Operação Lava Jato é uma investigação que teve por origem esquemas de lavagem de dinheiro, que logo alcançaram esquemas de corrupção e financiamento ilegal de campanhas envolvendo empresas públicas e, centralmente, as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do governo federal. Iniciada em 2014, no momento em que escrevo este artigo ela já se encontra em sua 32ª fase, com 1291 procedimentos instaurados; 643 buscas e apreensões realizadas; 175 mandados de condução coercitiva expedidos; 74 prisões preventivas; 91 prisões temporárias; 6 prisões em flagrante; 108 pedidos de cooperação internacional; 61 acordos de colaboração premiada firmados com pessoas físicas e 5 acordos de leniência firmados com empresas; 44 acusações criminais contra 216 pessoas, sendo que em 21 delas já houve sentença condenatória – isso tudo apenas na primeira instância². Além de sua magnitude, contudo, há outros elementos da Operação Lava Jato que merecem destaque.

Autonomia das instituições de justiça e combate à corrupção

Em primeiro lugar, é preciso destacar o papel desempenhado pelo Ministério Público (MP). Tendo sofrido uma das maiores reformulações institucionais, entre as instituições de justiça, na Constituição de 1988, o MP ganhou autonomia administrativa e funcional em relação ao Poder Executivo, que potencializou atribuições processuais que já tinha, e outras que já vinha ampliando desde a Lei da Ação Civil Pública de 1985; na combinação dessa autonomia com instrumentos processuais civis e criminais que maneja com alto grau de discricionariedade, o MP converteu-se em uma forte agência de *accountability* não-eleitoral de governos e de combate à corrupção, além de ter assumido forte protagonismo na defesa judicial de direitos difusos e coletivos (ARANTES, 2002; CARVALHO; LEITÃO, 2010; KERCHER, 2007). Esse processo é resultado não só de mudanças legais e constitucionais – aos quais devemos acrescentar toda a legislação específica sobre improbidade administrativa, lavagem de capitais e crime organizado, e de inovações processuais como a colaboração premiada surgidas nos últimos 30 anos – mas também da construção de uma ideologia profissional e institucional de defesa do interesse público (ARANTES, 2002), e de

² Os dados sobre a Operação Lava Jato foram extraídos do *hotsite* mantido pelo Ministério Público Federal com informações atualizadas da operação, disponível em <http://lavajato.mpf.mp.br/lavajato/index.html> (último acesso em 27 de julho de 2016). A própria existência de uma página de internet específica, mantida pelo órgão de investigação e acusação, já é um dado significativo do impacto público da operação e da intencionalidade na produção desse impacto pelo Ministério Público. Se considerarmos os procedimentos que correm no STF em função do foro privilegiado de acusados detentores de mandato federal ou cargo de ministro de Estado, são 59 pedidos de instauração de inquéritos contra 134 investigados; 118 buscas e apreensões solicitadas; 126 pedidos de quebra de sigilo fiscal, 146 de sigilo bancário, 116 de sigilo telefônico, 13 pedidos de sequestro de bens, 4 de sequestro de valores; 11 denúncias apresentadas contra 38 denunciados; 5 prisões preventivas solicitadas.

um movimento de aproximação entre instituições e profissionais de justiça e sociedade civil (SILVA, 2001; VIANNA; BURGOS, 2005).

Na Operação Lava Jato o protagonismo é do Ministério Público Federal (MPF). Diferentemente dos variados graus de maior ou menor autonomia efetiva possíveis dos MP estaduais em relação aos poderes executivos subnacionais, o MPF obteve considerável autonomia política em relação ao governo federal, para além das previsões constitucionais, quando obteve do então presidente Luís Inácio Lula da Silva a garantia de que a escolha do chefe da instituição pelo chefe do Executivo obedeceria a uma lista tríplice formada a partir de eleições diretas da própria carreira³, organizada pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Indicativo dessa efetiva autonomia é que os próprios governos petistas que a garantiram, escolheram e reconduziram os Procuradores Gerais da República indicados pela categoria no período, se tornaram os principais alvos de suas ações de combate à corrupção, do chamado “mensalão” à Operação Lava Jato⁴.

O processo de autonomização e de conquista de novas atribuições vivido pelo MP em tempos recentes foi apenas mais intenso e mais rápido do que o mais lento e gradual processo de autonomização do Judiciário em relação ao mundo da política e de profissionalização de seus membros, que também teve na Constituição de 1988 marcos institucionais importantes (ALMEIDA, 2010a; BONELLI, 2002). No mesmo sentido, a Polícia Federal, outro ator central da Operação Lava Jato, passa por um processo ainda mais recente de construção institucional, com a constituição de um corpo permanente e com desenvolvimento de capacidades técnicas e institucionais específicas especialmente a partir do aumento de seu quadro de pessoal nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva; apesar de sua submissão ao Poder Executivo, por meio do Ministério da Justiça, e apesar da ausência de uma ideologia de construção institucional, como a do MP, o claro direcionamento institucional da PF no sentido do combate criminal à corrupção, com um rápido aumento do número de operações nesse tema, garantiu ao órgão reconhecimento e prestígio junto à opinião pública (ARANTES, 2010, 2011).

³ Esse é o critério constitucionalmente definido para a escolha dos chefes dos MP estaduais, mas não do MPF: o artigo 128, §1º da Constituição Federal diz apenas que o Procurador-Geral da República será “nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução”.

⁴ O primeiro Procurador-Geral da República escolhido por Lula já nos novos moldes foi Cláudio Lemos Fontelles, em 2003; depois dele, vieram Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, em 2005, autor da denúncia do chamado “mensalão” (Ação Penal 470) perante o STF, reconduzido ao cargo em 2007; Roberto Monteiro Gurgel, nomeado em 2009, responsável pela representação do MP na fase de julgamento e condenações de réus do “mensalão” no Supremo, reconduzido em 2011; Rodrigo Janot Monteiro de Barros, nomeado em 2013, responsável pela condução dos desdobramentos da Operação Lava Jato perante o STF, reconduzido em 2015.

A esses processos institucionais, devemos acrescentar ainda as inovações legislativas e processuais trazidas pela legislação específica relativa à improbidade administrativa, à lavagem de capitais e ao crime organizado, no bojo das quais se introduziu e aperfeiçoou o mecanismo da colaboração (ou delação) premiada, central para o sucesso da Operação Lava Jato. O *pluralismo estatal* (ARANTES, 2015), ou seja, a diversificação de instituições, mecanismos processuais e esferas de ação no combate à corrupção (ARANTES, 2015) torna raro, circunstancial e dependente do voluntarismo de agentes e instituições a atuação integrada dos diferentes órgãos de *accountability* e combate à corrupção; apesar disso, o adensamento de uma rede de instituições de *accountability* tem sido uma marca recente da atuação do MPF e da PF no combate à corrupção, especialmente por meio da constituição de forças-tarefas (ARANTES, 2011, 2015), como é o caso da Operação Lava Jato, o que a diferencia das práticas correntes da investigação policial e condução de inquéritos de crimes “comuns” nas polícias e justiças estaduais (MISSE, 2011; RATTON; TORRES; BASTOS, 2011).

Como já argumentei anteriormente (ALMEIDA, 2015, 2016) e como demonstrarei mais adiante, a autonomização e a profissionalização das instituições e carreiras jurídicas não significa necessariamente um afastamento das instituições de justiça em relação ao mundo da política ou sua despolitização: pelo contrário, e apesar do distanciamento dos juristas e das instituições judiciais da política profissional (partidária e eleitoral) ser um fato, a profissionalização das carreiras e a autonomia institucional deu aos juristas novos recursos de intervenção política, baseada justamente na sua *expertise* e no papel do direito na ordenação política democrática.

O combate à corrupção na redefinição das relações entre direito e política

Para além da dimensão institucional, portanto, a redefinição das relações entre direito e política passa também pela redefinição das intervenções políticas dos juristas, agora reformuladas em termos técnico-profissionais, e de seus discursos políticos, reformulados como ideologias institucionais, doutrinas jurídicas e produção jurisprudencial; são essas redefinições que vão orientar concretamente os juristas em seu trabalho de classificação dos conflitos sociais em termos legais. No caso do combate à corrupção, essas redefinições são visíveis na produção bibliográfica especializada e na produção de discursos institucionais e manifestações públicas nos quais a redefinição do político e das práticas políticas é defendida por meios técnico-jurídicos ancorados no direito administrativo e no direito penal.

O primeiro elemento demonstrativo dessas reformulações de uma ação política juridicamente orientada, com base no combate à corrupção, está na evolução das doutrinas jurídicas do direito público, constitucional e administrativo, na qual a legitimidade da administração pública e as definições sobre a “boa” política são temas de fundo, tendo o tema da corrupção lugar crescente nos debates teórico-dogmáticos, especialmente após a promulgação da Lei de Improbidade Administrativa nos anos 1990. Nesse aspecto, destacam-se os debates doutrinários e a tendência majoritária da doutrina em identificar na Lei de Improbidade Administrativa o estabelecimento de padrões ético-políticos para a gestão do Estado e em associar a improbidade, baseada em princípios genéricos da administração (como a “moralidade”) à ilegalidade em sentido estrito (BENTO; ENGELMANN, 2014), e que encontram ressonância na jurisprudência dos tribunais e suas câmaras e varas especializadas (BENTO, 2015).

O segundo elemento que expressa essas disposições para a ação política jurídica pode ser verificado nas opiniões manifestadas por membros das instituições engajadas na Operação Lava Jato sobre combate à corrupção, a política, o desempenho do Executivo e do Legislativo e o funcionamento da justiça brasileira. Segundo dados mais recentes sobre os membros do MPF (CASTILHO; SADEK, 2010), a instituição é formada majoritariamente por profissionais jovens de idade e na instituição, tendo ingressado na carreira após as mudanças institucionais da Constituição de 1988 e avaliando positivamente aquelas mudanças; de origem social nas classes médias, e que se consideram politicamente de centro-esquerda. Além disso, de acordo com os mesmos dados, os membros do MPF avaliam muito mal, em termos de desempenho geral, os poderes Executivo e Legislativo, os quais também responsabilizam preferencialmente pelos problemas na administração da justiça no Brasil, especialmente pela falta de investimentos nas polícias; que são contrários à imunidade parlamentar e de membros do Executivo, e à atuação político-partidária de membros do MP; favoráveis à condução de investigações criminais diretamente pelo MPF e ao acesso direto, sem autorização judicial, de dados sigilosos fiscais, bancários e de comunicação; que consideram o MPF um canal de demandas sociais por justiça e de solução de conflitos coletivos, avaliam positivamente a atuação do órgão na defesa de direitos difusos e coletivos, mais do que na ação penal, e que consideram como maior obstáculo nesta última área as deficiências das polícias; e que tendem a priorizar, em suas carreiras, a atuação futura em atividades de controle da administração pública e de combate à improbidade administrativa.

No que se refere aos magistrados, os dados mais recentes (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2015) mostram que os juízes brasileiros⁵, também majoritariamente jovens e de classe média, consideram que o maior problema do Judiciário brasileiro é a morosidade, e avaliam melhor a Justiça Federal dos que a Justiça Estadual no que se refere à agilidade e à estrutura de funcionamento; dão as maiores notas na avaliação de desempenho à PF e ao MPF, e as piores ao governo federal e ao Congresso Nacional; são majoritariamente favoráveis ao voto facultativo, ao voto distrital, ao fim da reeleição, ao financiamento público de campanhas eleitorais, à cláusula de barreira e à fidelidade partidária, e contrários a conselhos populares, à regulação da mídia e a uma assembléia constituinte exclusiva para a reforma política; são majoritariamente favoráveis a medidas de aumento de penas e medidas repressivas para a criminalidade em geral, incluindo o aumento do tempo de cumprimento de pena para a liberdade condicional ou a progressão de regime em crimes graves, à ampliação dos casos de investigação sigilosa em crimes graves, a um sistema mais efetivo de acautelamento e recuperação de bens e ativos decorrentes de crime, à possibilidade de considerar a prática anterior de outros crimes como antecedente para agravamento de pena no crime de lavagem de dinheiro, a penas mais severas para agentes políticos em caso de corrupção e improbidade, e à criação de varas especializadas para julgar crimes financeiros e de lavagem de dinheiro.

No caso específico da Operação Lava Jato, a identificação dessas disposições está no posicionamento público dos seus juristas empreendedores sobre a corrupção e a qualidade da política no Brasil, muitos dos quais se dá na fronteira entre a produção doutrinária e a manifestação pública de opinião – justamente pelos investimentos feitos por aqueles juristas na construção de uma *expertise* academicamente sustentada, que serão analisados no tópico seguinte. Nesse sentido, tomemos um artigo escrito pelo juiz Sérgio Fernando Moro, responsável na primeira instância pelo acompanhamento dos inquéritos e pelas ações penais da Operação Lava Jato, a respeito da Operação *Mani Pulite*, conhecida no Brasil como “mãos limpas”, responsável pelo combate à corrupção envolvendo a máfia e as principais forças políticas italianas, e que o magistrado brasileiro considera, em evidente tom salvacionista, “uma das mais exitosas *cruzadas judiciais* contra a corrupção política e administrativa” (MORO, 2004, p. 60, com destaque meu).

Alguns pontos da análise de Moro sobre a operação italiana “mãos limpas” merecem destaque. O primeiro deles é sua avaliação sobre a deslegitimação do sistema político italiano, tomada tanto como condição quanto como resultado da operação:

⁵ Os dados se referem aos juízes em geral, e não apenas aos membros da Justiça Federal.

A deslegitimação do sistema foi ainda agravada com o início das prisões e a divulgação de casos de corrupção. A deslegitimação, ao mesmo tempo em que tornava possível a ação judicial, era por ela alimentada (...) O processo de deslegitimação foi essencial para a própria continuidade da operação *mani pulite*. (MORO, 2004, p. 57)

Além disso, Moro aponta a independência judicial e sua própria legitimidade como outra condição para o sucesso da operação:

A independência judiciária, interna e externa, a progressiva deslegitimação de um sistema político corrupto e a maior legitimação da magistratura em relação aos políticos profissionais foram, portanto, as condições que tornaram possível o círculo virtuoso gerado pela operação *mani pulite*. (MORO, 2004, p. 58)

Essa legitimação da atividade judicial não se daria, contudo, apenas nos moldes convencionais do constitucionalismo liberal, segundo os quais a legitimidade judicial deriva de sua neutralidade política e do exercício em termos lógico-formais da atividade judicial de acordo com o ordenamento jurídico-constitucional (SANTOS; MARQUES; PEDROSO, 1995); além disso, teria sido necessário no caso italiano, segundo Moro, uma articulação da ação judicial com a opinião em pública em uma espécie de coalização contra a corrupção e pela depuração do sistema político:

Talvez a lição mais importante de todo o episódio seja a de que a ação judicial contra a corrupção só se mostra eficaz com o apoio da democracia. É esta quem define os limites e as possibilidades da ação judicial. Enquanto ela contar com o apoio da opinião pública, tem condições de avançar e apresentar bons resultados. Se isso não ocorrer, dificilmente encontrará êxito. Por certo, a opinião pública favorável também demanda que a ação judicial alcance bons resultados. Somente investigações e ações exitosas podem angariá-la. Daí também o risco de divulgação prematura de informações acerca de investigações criminais. Caso as suspeitas não se confirmem, a credibilidade do órgão judicial pode ser abalada. (MORO, 2004, p. 61)

Embora Moro faça a ressalva de que “a ação judicial não pode substituir a democracia no combate à corrupção” e que é “a opinião pública esclarecida que pode, pelos meios institucionais próprios, atacar as causas estruturais da corrupção” (MORO, 2004, p. 61), fica

evidente no trecho transcrito acima que a relação do sistema judicial com a opinião pública se dá no sentido de acentuar a deslegitimação do sistema político, útil ao sucesso da própria operação policial-judicial de combate à corrupção; mais do que isso, deve haver um cálculo estratégico dos agentes judiciais na relação com a opinião pública, não somente para agirem em conjunto contra a corrupção, mas também para que os resultados obtidos pelas ações judiciais de combate à corrupção garantam eles mesmos a legitimidade das instituições de justiça.

O intento de deslegitimação e depuração do sistema político, a partir de uma *cruzada judiciária* de combate à corrupção, demonstram a construção de uma via de organização do político e da definição da legitimidade de suas práticas – configurando, portanto, uma forma atualizada de intervenção dos juristas no espaço político – elaborada a partir da detenção do capital jurídico, ou seja, da competência social e técnica reconhecida nos agentes jurídicos na definição do direito e de seu papel na organização do mundo social (BOURDIEU, 2007). No caso da Operação Lava Jato, ela não é exclusividade do juiz Moro; está presente também nas declarações de membros da força-tarefa do MPF no sentido de que “a corrupção mata”⁶, e no trabalho político do MPF de elaboração, proposição, divulgação e *lobby* parlamentar em torno da própria Lava Jato e de medidas de combate à corrupção, todas elas de caráter eminentemente jurídico, criminal e processual⁷.

Além disso, como dito acima, essa estratégia depende de uma interação bastante próxima das instituições de justiça com as mídias e a opinião pública, em uma clara estratégia de legitimação dos agentes judiciais – diferente tanto da legitimação eleitoral, quanto da legitimação formal e procedimental da atividade judicial – típica dos fenômenos recentes do protagonismo judicial, de sua maior visibilidade social e das pressões exercidas pelos veículos e discursos de comunicação social sobre a racionalidade e o discurso propriamente jurídicos (SANTOS, 2005).

⁶ Declaração do procurador da República Deltan Martinazzo Dallagnol, coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 22 de junho de 2016, conforme reportagem disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/corruptao-mata-diz-procurador-da-lava-jato-no-plenario-da-camara.html>

⁷ Como parte de sua estratégia política no tema do combate à corrupção, o MPF lançou uma campanha pela proposição de projetos de lei no Congresso Nacional para viabilizar as chamadas “dez medidas de combate à corrupção”; mais informações sobre as medidas propostas e todo o trabalho de divulgação e promoção dessa estratégia pelo MPF podem ser encontradas no site específico mantido pela instituição para isso: <http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/>. Assim como o site específico da Operação Lava Jato, o site sobre as dez medidas de combate à corrupção faz parte de um portal de internet, mantido pelo MPF, todo ele dedicado ao combate à corrupção e à atuação do órgão no tema, em uma clara estratégia de comunicação e legitimação política nos termos analisados por Moro (2004) em sua análise da operação “mãos limpas”; o portal está disponível em <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/>

Empreendedores jurídicos

Por fim, é preciso dizer que as conexões reformuladas entre o campo jurídico e o campo político dependem ainda, e em grande parte, do papel de *empreendedores jurídicos* (*legal entrepreneurs*) (DEZALAY; GARTH, 2011; MADSEN; DEZALAY, 2013), agentes cujas estruturas de capitais simbólicos (títulos, diplomas, experiências profissionais, conexões pessoais e políticas, etc) os permitem transitar entre campos e no interior do campo jurídico e agir em um sentido inovador e transformador das estruturas e práticas jurídicas. Nossa hipótese, nesse aspecto, é que, mesmo com as mudanças institucionais, ideológicas e doutrinárias analisadas acima, a dimensão e a magnitude alcançada pela Operação Lava Jato só foram possíveis – em termos de legitimação social e impactos no sistema político – pela atuação diferenciada desses agentes, no sentido de projetar com maior intensidade e repercussão os discursos políticos e doutrinários produzidos no campo jurídico a respeito da pobreza administrativa e do combate à corrupção, e de realizar ações com maior eficácia e menor resistência contra práticas e agentes do campo político.

A noção de empreendedor jurídico pode ser útil, por exemplo, para a compreensão do papel desempenhado pelo juiz Moro. Nesse aspecto, é importante não só mencionar que a vara judicial na qual atua Moro, na cidade de Curitiba, é uma vara especializada em crimes financeiros e crime organizado, como também o fato de que o próprio magistrado, individualmente, investiu em titulação acadêmica e formação técnica no tema: doutor em direito e professor universitário, com artigos, livros e traduções sobre crimes financeiros e mecanismos de combate a eles, Moro também realizou cursos de aprimoramento nos Estados Unidos, sendo pelo menos um deles com foco na prevenção e combate à lavagem de dinheiro, realizado pelo Departamento de Estado do governo daquele país⁸.

Moro também atuou no chamado “caso Banestado” (assim como outros atuais membros do MPF e da PF na Operação Lava Jato), que no início dos anos 2000 apurou e condenou os responsáveis por um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de divisas a partir do estado do Paraná; o doleiro Alberto Yousseff e suas práticas de evasão e lavagem de dinheiro, centrais daquele esquema, também se revelaram centrais na Operação Lava Jato, e a conexão entre os dois casos é que justificou que, mesmo com a amplitude nacional dos esquemas de corrupção investigados, os procedimentos judiciais decorrentes da operação fossem mantidos na 13ª Vara Criminal Federal de Curitiba, sob a jurisdição de

⁸ Informações extraídas do currículo de Moro na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disponível em <http://lattes.cnpq.br/9501542333009468>.

Moro⁹. Essa experiência anterior, combinada com sua *expertise* teórica no tema, pode explicar o fato de que, antes da Lava Jato, Moro tenha sido convocado como juiz instrutor do STF, auxiliar da ministra Rosa Weber durante o julgamento da Ação Penal 470, no caso conhecido como “mensalão”.

Perfil parecido tem o coordenador da força-tarefa no MPF Deltan Martinazzo Dallagnol. Também com estudos no exterior – cursou seu mestrado na prestigiosa *Harvard University*, com uma pesquisa sobre provas circunstanciais no processo penal – e cursos de aprimoramento no combate a crimes financeiros oferecidos pelo próprio MPF e pelo Ministério da Justiça, Dallagnol também tem produção bibliográfica dedicada aos temas da lavagem de dinheiro e colaboração premiada no processo penal. É autor de livro sobre lavagem de dinheiro, em co-autoria com outros quatro membros da força-tarefa da Operação Lava Jato (Andrey Borges de Mendonça, Antônio Carlos Welter, Carlos Fernando dos Santos Lima e Januário Paludo), dentre outros autores (CARLI et al., 2011)¹⁰.

Também esse é o caso de outro membro destacado da força-tarefa do MPF, o procurador Carlos Fernando dos Santos Lima, que também atuou no caso Banestado, foi Coordenador Criminal da Procuradoria da República no Paraná e tem mestrado em direito pela universidade estadunidense Cornell, com foco em crimes financeiros¹¹.

Obviamente, a análise em profundidade dessas trajetórias deve ser aaperfeiçoada, e comparada com os dados sobre o perfil dos procuradores e magistrados em geral, bem como de setores das elites das instituições de justiça. De qualquer forma, os dados extraídos dos currículos brevemente analisados acima indicam elementos passíveis de uma análise estruturada por características mais amplas do campo jurídico brasileiro, da composição de suas elites e dos investimentos acadêmicos e profissionais como recursos de reposicionamento político dos agentes no campo: a importância que os títulos acadêmicos e a atividade docente têm na diferenciação entre elites e bases profissionais nas carreiras jurídicas (ALMEIDA, 2012, 2010b); os trânsitos internacionais acadêmicos e profissionais como marcadores de hierarquização dos juristas e meios de importação e exportação de práticas jurídicas (DEZALAY; GARTH, 2000, 2002; ENGELMANN, 2012); a

⁹ Essa prevenção da vara de Moro é alvo de controvérsias, uma vez que os crimes envolvendo a Petrobrás não teriam conexão substantiva com os crimes envolvendo o Banestado, e já foi objeto de contestações judiciais de alguns dos acusados e investigados; nesse sentido, ver reportagem publicada no portal UOL, disponível em <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/03/documentos-indicam-grampo-ilegal-e-abusos-de-poder-na-origem-da-lava-jato.htm>

¹⁰ Informações extraídas do currículo de Dallagnol na Plataforma Lattes, disponível em <http://lattes.cnpq.br/9187349340155546>

¹¹ Informações extraídas do perfil profissional de Lima na rede social LinkedIn, disponível em <https://www.linkedin.com/in/carlos-fernando-dos-santos-lima-0a774879>

construção de conexões com as cúpulas e elites judiciais como recurso de diferenciação social e política no campo jurídico (ALMEIDA, 2016).

Considerações finais: a Operação Lava Jato e o futuro da política

A breve análise feita acima buscou demonstrar que, apesar de seu ineditismo em vários aspectos, a Operação Lava Jato traz consigo diversas características da história recente e do desenvolvimento político das instituições e dos agentes de justiça no Brasil: a autonomização de suas instituições, a profissionalização de seus agentes e a diferenciação do campo jurídico em relação às instituições, práticas e agentes da política profissional; o reposicionamento político dos juristas a partir justamente de sua *expertise* técnico-jurídica; a evolução da doutrina e da legislação do direito administrativo e do direito criminal como repertórios de ação política tecnicamente fundamentada dos juristas; o aperfeiçoamento institucional e legislativo e a construção de discursos e disposições para o combate à corrupção; a elaboração de estratégias de legitimação social das instituições e dos agentes judiciais em bases substantivas, com uso intensivo dos meios de comunicação e das relações com a opinião pública; e o papel dos empreendedores jurídicos, capazes de impulsionar esses elementos em uma eficiente estratégia de curto prazo, capaz de afetar significativamente o sistema político e a opinião pública.

Os aspectos inovadores da operação, por sua vez, estão na sua magnitude, no trabalho articulado entre MPF e PF, no seu planejamento em fases e no seu desmembramento em diferentes inquéritos e ações penais, e na confluência de fatores de conjuntura política que, justamente, permitiram àqueles empreendedores jurídicos projetarem suas ações com tanta eficácia e alcance, em sua estratégia de deslegitimação e depuração da política: as crises de governabilidade e econômica que se abateram sobre o governo de Dilma Rousseff; a ação das oposições parlamentares e extraparlamentares na campanha pelo impeachment da presidenta da República; e a crescente insatisfação social com a política profissional, cujas expressões apareciam desde junho de 2013.

Isso não quer dizer que não possa haver uma seletividade intencional da operação, em sua ação preferencial contra políticos do PT, como acusam alguns dirigentes partidários; nem quer dizer, por outro lado, que a crise política brasileira tenha por razão exclusiva a Operação Lava Jato. Ao contrário, a operação deve ser entendida tanto do ponto de vista do seu discurso de ação apartidária e generalizada contra a corrupção, no sentido de uma deslegitimação do sistema político como um todo, possível a partir do fortalecimento das instituições de justiça e das inovações legais; quanto do ponto de vista da capacidade

estratégica e politicamente orientada de seus empreendedores jurídicos em identificarem e aproveitarem os momentos da conjuntura e lidarem com uma opinião pública igualmente disposta ao mesmo trabalho de deslegitimação da política, e com grupos organizados que buscavam uma alternância forçada do poder no governo federal. Nesse sentido, vale mais uma vez voltar ao já citado artigo de Moro sobre a operação “mãos limpas” no qual, mais de dez anos antes da Operação Lava Jato, ele já afirmava que encontravam-se então presentes “várias condições institucionais necessárias para a realização de ação semelhante no Brasil” (2014, p. 56); o aspecto aparentemente visionário da afirmação apenas revela o trabalho de formulação de uma estratégia política de ação judicial por parte de um empreendedor jurídico.

Não quero aqui desmerecer a importância da ação policial e judicial efetiva contra a corrupção, e nem deixar de registrar os avanços institucionais e legislativos nesse sentido com parte do aprimoramento da democracia brasileira; contudo, diante da clareza de um projeto político de instituições e agentes judiciais pela deslegitimação e depuração da política, com um evidente tom salvacionista e sem a necessária reflexão sobre a própria recomposição da organização do sistema político em bases democráticas, representativas e participativas, o risco da Operação Lava Jato é o de acentuar a crise política antes que os meios e as condições de sua recuperação estejam presentes, legando-nos apenas a possibilidade de um governo dos juristas.

Referências

ALMEIDA, F.. Do profissional-docente ao docente profissional: a valorização simbólica dos títulos acadêmicos e da experiência docente no campo jurídico brasileiro. In: CARVALHO, E. M. et al. (Org.). **Representações do Professor de Direito**. Curitiba: CRV, 2012.

ALMEIDA, F.. As elites jurídicas e a democratização da justiça. In: KASHIURA JR., C. N.; AKAMINE JR., O.; MELO, T. (Org.). **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ALMEIDA, F.. Os juristas e a política no Brasil: permanências e reposicionamentos. **Lua Nova**, n. 97, p. 213–250, 2016.

ALMEIDA, F. N. R.. **A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil**. [s.l.] Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2010a.

ALMEIDA, F. Inherited Capital and Acquired Capital The Socio-political Dynamics of Producing Legal Elites. **Brazilian Political Science Review**, v. 4, n. 2, p. 32–60, 2010b.

ARANTES, R. B. **Ministério Público e política no Brasil**. São Paulo: Educ; Sumaré; FAPESP, 2002.

ARANTES, R. B. The Federal Police and the Ministério Público. In: POWER, T.; TAYLOR, M. (Org.). **Corruption and Democracy in Brazil**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2010. p. 184–217.

ARANTES, R. B. Polícia Federal e construção institucional. In: AVRITZER, L.; FILGUEIRAS, F. (Org.). **Corrupção e Sistema Político no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 99–132.

ARANTES, R. B. Rendición de cuentas y pluralismo estatal en Brasil: Ministerio Público y Policía Federal. **Desacatos**, n. 49, p. 28–47, 2015.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Resultados - Pesquisa AMB 2015 - A AMB quer ouvir você**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.amb.com.br/novo/wp-content/uploads/2015/12/Pesquisa-PDF.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

BENTO, J. S. “Não podemos deixar a caça sistemática aos político ocorrer ‘normalmente’”: estratégias judiciais e moralização política na democracia concorrencial. 39º Encontro Anual da Anpocs. **Anais...Caxambu**: 2015. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=9609&Itemid=461>

BENTO, J. S.; ENGELMANN, F. **A corrupção nas doutrinas jurídicas**. IX Encontro da ABCP. **Anais...2014**. Disponível em: <http://www.encontroabcp2014.cienciapolitica.org.br/resources/anais/14/1410270177_ARQUIVO_paperfinal.pdf>

BONELLI, M. G. **Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado**. São Carlos: EdUFSCar; Sumaré, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARLI, C. V. et al. **Lavagem de dinheiro: prevenção e controle**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.

CARVALHO, E.; LEITÃO, N. O novo desenho institucional do Ministério Público e o processo de judicialização da política. **Revista DIREITO GV**, v. 6, n. 2, p. 399–422, 2010.

CASTILHO, E. W. V.; SADEK, M. T. **O Ministério Público Federal e a administração da justiça no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960–2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, p. 163–176, 2000.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. **La internacionalización de las luchas por el poder: la competencia entre abogados y economistas por transformar los Estado latinoamericanos**. Bogotá: ILSA/Universidad Nacional de Colombia, 2002.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. How to convert social capital into legal capital and transfer

legitimacy across the major practice divide. In: DEZALAY, Y.; GARTH, B. G. (Org.). **Lawyers and the Rule of Law in an Era of Globalization**. London: Routledge, 2011.

ENGELMANN, F. Globalização e Poder de Estado: Circulação Internacional de Elites e Hierarquias do Campo Jurídico Brasileiro. **Dados**, v. 55, n. 2, p. 487–516, 2012.

KERCHE, F. Autonomia e Discricionariedade do Ministério Público no Brasil. **Revista Dados**, v. 50, n. 2, p. 259–279, 2007.

MADSEN, M. R.; DEZALAY, Y. Pierre Bourdieu's Sociology of Law: From the Genesis of the State to the Globalisation of Law. In: BANAKAR, R.; TRAVERS, M. (Org.). **Law and Social Theory**. Oxford: Hart Publishing, 2013.

MISSE, M. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, p. 15–27, 2011.

MORO, S. F. Considerações sobre a Operação *Mani Pulite*. **Revista CEJ**, n. 26, p. 56–62, 2004.

RATTON, J. L.; TORRES, V.; BASTOS, C. Inquérito policial, Sistema de Justiça Criminal e políticas públicas de segurança: dilemas e limites da Governança. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 1, p. 29–58, 2011.

SANTOS, B. S. Os tribunais e as novas tecnologias de comunicação e de informação. **Sociologias**, v. 7, n. 13, p. 82–109, 2005.

SANTOS, B. S.; MARQUES, M. M. L.; PEDROSO, J. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas**: Oficina do CES. Coimbra: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/65.pdf>>.

SILVA, C. A. Promotores de justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, p. 127–144, 2001.

VIANNA, L. W.; BURGOS, M. B. Entre princípios e regras: cinco estudos de caso de Ação Civil Pública. **Dados**, v. 48, n. 4, p. 777–843, dez. 2005.

Os dispositivos de controle e a democracia de segurança nacional

Edson Teles¹

Introdução

O Brasil tem experimentado tempos de uma crise política que parece aumentar a cada novo lance. O que parecia ser o ponto alto foi o processo de impeachment da presidenta Dilma Roussef, com as características de golpe institucional, indicando uma saída autoritária para o momento crítico do país. Refletir sobre este processo nos remete à demanda por análises sobre a presença autoritária na vida política, tanto nas instituições quanto nas práticas e nas relações sociais.

Gostaria de propor uma tentativa de identificação de estratégias autoritárias na estruturação da democracia brasileira, refazendo uma genealogia da montagem do novo regime político a partir do legado da ditadura militar e das disputas discursivas em torno de certos acontecimentos históricos. Nosso objetivo será o de identificar uma ação política, pensada a partir de relações de poder, na qual a visibilidade dos conflitos entre autoritarismo e resistência emergjam a partir das lutas envolvendo os coletivos e movimentos sociais. O foco que daremos a estes embates será em torno do paradigma de governo, ou da ideia de uma ação de condução da ação dos outros, via a representação política, o fazer do especialista e os mecanismos de controle do agir.

No processo de cassação da presidenta Dilma Roussef iniciou-se uma disputa discursiva em torno de como seriam contados os acontecimentos. Entre a narrativa do impeachment e a do golpe, fossem os sujeitos narradores a favor do processo ou contra, respectivamente, uma complexidade política estava em ebulição. Não teremos a competência necessária para abordar a amplitude dos elementos em questão. Contudo, faremos um esforço de refletir sobre uma ideia amplamente divulgada de aproximação entre os acontecimentos do golpe de 1964 e o de 2016.

Nossa hipótese é a de que estes golpes têm mais distanciamentos do que aproximações, mas apresentam pelo menos um ponto fundamental em comum: ambos

¹ Professor de Filosofia Política na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

acionam estratégias autoritárias para silenciar os movimentos sociais, bloquear o ímpeto das ruas por transformações e docilizar ou anular as revoltas. Tendo em vista nossos objetivos neste texto, não faremos um estudo histórico, apenas a retomada de alguns momentos pontuais que nos permitam desenvolver o argumento em torno da identificação das estratégias autoritárias.

O golpe contra a revolta

Em 1964, o golpe foi em torno de uma disputa pelo Estado, cindido pelos tremores causados por duas placas tectônicas globais, estruturadas na Guerra Fria e fundadas nos blocos hegemônicos da época. No país, o conflito redundava em pelo menos duas visões em torno do regime político: democracia participativa ou ditadura de segurança nacional. A primeira opção, gravitando em torno do governo do presidente João Goulart, propiciava um cenário de certa liberdade de organização e de debate político que permitia a articulação de novos movimentos sociais, inspirados nas lutas libertárias e revolucionárias, em especial as da revolução Cubana.

Em oposição, a contra revolução² era conduzida pelos militares e segmentos dominantes e tradicionais, pelos empresários articulados com o capital estrangeiro e os latifundiários e suas terras extorquidas, sustentados, em vários sentidos, pelo bloco norte americano e capitalista. Rasga-se a Constituição construída na Assembleia Constituinte de 1946 e instaura-se um dos períodos de maior repressão política na história do país (cerca de vinte mil pessoas foram presas no primeiro mês após o Golpe³). Daí em diante se estabelece a ditadura civil militar de mais de 20 anos, com centenas de mortos e desaparecidos, milhares de presos e torturados, cassação, censura, exilados e com grande impacto no cotidiano do país. No aspecto da repressão política, o alvo foi a destruição dos movimentos sociais e revolucionários. Na esfera do controle social, se fortaleceram as subjetivações conservadoras e se estruturou um regime com a produção de novos sujeitos universais, dóceis e alienados de suas existências.

² Um bom ensaio sobre o Golpe de 1964 atuar contra os movimentos sociais, sindical em especial, pode ser lido em “O golpe contra os trabalhadores”, de Paulo Fontes. Acessado em setembro de 2016: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-golpe-contra-os-trabalhadores/4/30727>

³ Confrontar estas informações mais detalhadas no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, acessado em setembro de 2016: http://www.cnv.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=571.

No golpe de 2016, o país se encontra diante de uma crise de governo. Não parece se tratar de uma disputa pelo Estado, mas de um conflito entre quais setores ficarão a frente do governo em meio à crise do modelo da governabilidade de consenso. Fruto de uma suposta reconciliação nacional, a democracia nasceu da transição controlada pelos militares e pelas elites políticas e econômicas. Desde o surgimento do estado de direito, consolidado com a Constituição aprovada em 1988, até os eventos do golpe contra Dilma Rousseff, o conflito entre esquerda e direita se dava dentro dos limites da lógica de governo – uma racionalidade política fundante e fundada, no Brasil, na ordem instituída naqueles pactos e acordos da transição. Esta lógica serve-se de uma ação política profundamente institucional e que paulatinamente enfraqueceu os movimentos sociais tradicionais, preocupados e envolvidos nas políticas públicas e de mudanças sociais dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A chamada crise de representação, apontada como uma das causas do risco por qual passa a democracia, não seria apenas um sinal de imperfeição do atual regime, mas o sintoma da decadência de um modelo de controle social e político cuja forma discursiva central era a de que haveria um caminho único, cioso de evitar os extremismos, pretensamente universal e consensual.

Em movimento paralelo a este modelo, novos movimentos e coletivos⁴ se organizaram, consolidando-se em torno da crítica ao sistema representativo instituído, seja no Estado ou nos movimentos tradicionais. E estourou em junho de 2013, com uma revolta popular em todo o país⁵, desconcertando e enfraquecendo os setores que estavam à frente da governabilidade do consenso⁶. Contudo, nos parece que estas ações paralelas visavam atingir, prioritariamente, os dispositivos de segurança⁷ e de

⁴ Utilizamos o termo “coletivos” para dizer sobre lutas locais que envolvem organização política de grupos com as seguintes características (em parte ou todas): são temporários, autônomos, algumas vezes espontâneos e em outras oportunidades previamente organizados, mas não se configuram necessariamente como movimentos sociais. Estes atuam muito mais de acordo com uma tradição de organização, procuram desenhar um projeto político prévio à sua ação e tendem a se coligarem estrategicamente à programas políticos de partidos ou alianças de esquerda.

⁵ Há o texto de Ângela Alonso com uma síntese dos principais movimentos com performance pública e midiática atuando a partir de junho de 2013 no cenário nacional. A apresentação é limitada pelo recorte performático dos movimentos indicados, mas fornece um bom quadro das mobilizações durante a crise. A autora fala dos movimentos autonomistas, socialistas (ambos do campo da esquerda) e patrióticos (direita). In: “A política das ruas”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 25 de setembro de 2016.

⁶ Discutimos as movimentações em torno das revoltas de junho de 2013, ainda no calor dos acontecimentos, em TELES, Edson. “A distância entre a política tradicional e as práticas de liberdade nas manifestações de junho”. In: Revista Pensata, volume 3, número 1. Guarulhos: EFLCH, 2013, pp. 164-170. Acessado em setembro de 2016: <http://www2.unifesp.br/revistas/pensata/Pensata3.pdf>.

⁷ Estamos utilizando a definição de “dispositivo de segurança” desenvolvido por Michel Foucault, para quem os dispositivos mecanismos reguladores “de um meio no qual não se trata tanto de estabelecer os limites, as fronteiras, no qual não se trata tanto de estabelecer os limites, as fronteiras, no qual não se trata tanto

controle das revoltas e contra a desigualdade social absurda do país. Secundariamente, e por necessidade de sua ação, atingiriam a representação política.

As estratégias autoritárias, sempre cercando, sugando e buscando conduzir os processos institucionais, acionaram os dispositivos de segurança social e política e, considerando a crise como uma oportunidade, fizeram uso da realidade e das forças das ruas. Acessando um discurso conservador, bélico e histórico, os protestos foram sendo assimiladas por movimentos de direita. A disputa, naquele momento, girava em torno da ocupação dos territórios das lutas políticas. A esquerda, em sua maioria capturada pela lógica de governo ou ainda surpreendida, colocou-se no lugar de defensora da ordem instituída nos anos 80, fiando-se como o setor capaz de conduzir os processos políticos, de modo a conciliar interesses diversos e suas contradições em um único governo (algo que vinha fazendo com maestria antes de estourar a crise nas ruas). A direita, de posse da performance e dos territórios tradicionalmente de esquerda, tratou de montar a estrutura de um golpe institucional. Era fundamental anular ou limitar as revoltas e as aberturas para possíveis movimentos de transformação e de ruptura com a democracia discursivamente consensual.

Este é o ponto central e comum entre os golpes de 1964 e o de 2016: a contra revolução, a contra revolta⁸. Em ambos os eventos, a crise política criou aberturas para novas possibilidades políticas. Os golpes, em contextos e formatos diferentes, tiveram em comum a função essencial de impedir, limitar, anular a possibilidade de revolta ou ruptura.

Mas, que ordem está em crise? Qual discurso da segurança de governo e de controle social está ativado no país? Quais as estratégias autoritárias acionadas nas lutas políticas?

Transição controlada e discurso do consenso

Nossa proposição é a de que a democracia surgida no Brasil pós ditadura foi marcada em suas origens, fato que repercute em seu funcionamento, por dois discursos

de determinar localizações, mas, sobretudo, essencialmente de possibilitar, garantir, assegurar circulações". Cf. Michel Foucault. "Segurança, Território, População". São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 39.

⁸ Este artigo dialoga com o capítulo "Depois de Junho a paz será total", do livro de Paulo Arantes, "O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência" (São Paulo: Boitempo, 2014). Nele o autor apresenta uma análise das UPPs, na cidade do Rio de Janeiro, relacionando-as com a repressão às manifestações de junho de 2013, indicando um processo político de "contra insurgência" na atuação do Estado.

principais fundantes de sua legitimação. Por um lado, um discurso jurídico político do tipo soberano, totalizante e apostando na produção de um sujeito universal, o brasileiro, cujas subjetivações circulariam em torno da cordialidade, orgulho, felicidade, nacionalismo moderado e liberalismo político, entre outras características mais específicas do momento e do lugar. Por outro lado, há o discurso bélico, da sociedade⁹ cindida, reconciliada forçosamente para evitar o pior, das subjetivações que se suportam, mas, até por isto, se odeiam, e cujas relações seriam histórica e violentamente binárias. Se o primeiro discurso se “unifica” no sujeito “brasileiro”, o segundo divide drasticamente esta subjetividade.

Entretanto, no laboratório de experimentações de formas de vida do país foi justamente a junção dos dois discursos, aparentemente contraditórios, que produziu maiores e mais fortes efeitos de poder para o novo regime democrático. Se o bélico produziu a sociedade dividida, o processo de transição logo tratou de fabricar o discurso da reconciliação¹⁰ e do consenso. Pela lógica da diminuição do risco, sob a fórmula de se evitar os extremos – os binários se deslocam dentro de suas próprias esferas e restariam sempre extremos que não se movimentam –, reúnem-se os elementos que orbitam mais ao centro, os quais seriam maioria e, sob a astúcia da racionalidade

⁹ Ocorreu um reforço histórico político do termo “sociedade” com o processo de transição para a democracia nos anos 80. Como parte constitutiva do imaginário do novo tempo, de instituição das relações democráticas, surgia uma “sociedade” sem fronteiras, sem um território específico e, de certa forma, sem mesmo um regime ou poder político definidos. A “sociedade” circulava através, sob, entre as fronteiras e funcionava como o novo sujeito da democracia, o que fala a história deste novo momento como se fosse a continuidade de passados sofridos, porém gloriosos. Aquele que foi preterido, deixado submerso em tempos obscuros da história, ressurgiu colado nos feitos de heróis da liberdade – especialmente os já consumidos pela história disciplinar e hierarquizada das instituições. Haveria, então, o Estado, cujas instituições e ritos falam de si, por si, para si. E teria o novo sujeito da história, a “sociedade” que é bélica, fraticida, mas que constitui um sujeito cujos elementos violentos se voltariam somente contra o que haveria de patológico em seu corpo social. Este corpo seria móvel, flexível, disforme se necessário, mas uno para a constituição do todo, disposto a se operar, em cirurgias higienizantes, afim de ocultar suas partes impróprias ou eliminar os corpos estranhos que o habitam. Não que esta ideia tivesse sido criada na transição, mas ela ganha neste processo um grande reforço na medida em que o novo regime e modo de relações sociais e políticas exigiam a origem única e a presença do sujeito universal, autorizando a operação nas novas relações de forças em nome de todos ou, ao menos, do consenso. Como a transição foi controlada, e sob o discurso da reconciliação, ainda que abaixo de sua superfície se escondesse as lutas e a história bélica e violenta, esta “sociedade” trouxe em si o autoritarismo da ditadura, com suas subjetivações operantes no processo de criação do novo regime, associado a um modo jurídico político liberal, de direitos e preocupado com o “social”. O que parece determinar esta “sociedade”, apesar dos esforços das teorias e dos discursos das forças políticas, não serão as leis e a consolidação do Estado democrático, mas a forma e o funcionamento das instituições de controle.

¹⁰ Por incrível que pareça todos os principais passos do estado de direito no tocante às políticas de memória se guiaram pela lógica da governabilidade consensual. Desta forma, a Lei dos Mortos e Desaparecidos, de 1995, a da Comissão de Anistia, de 2002, e a da Comissão Nacional da Verdade, de 2012, surgem sob o discurso de “promover a efetiva reconciliação nacional” (como pode ser lido na lei da Comissão da Verdade, no artigo 1º., cujo projeto foi enviado ao Congresso Nacional em 2010 e aprovado em 2011)

política, exclui-se os restos não pacificados. Produz-se o sujeito vitorioso do processo de transição.

É neste ponto do experimento da democracia brasileira que se fundem os dois discursos. Junto à narrativa de construção do estado democrático de direito, soberano, centralizado, formado pelos “brasileiros”, encontra-se, franco e atuante, ainda que silencioso e rasteiro, o discurso do conflito, do inimigo, das lutas que continuam, que permanecem enquanto constitutivas da existência do país¹¹. Os vivos à democracia, ao estado de direito, à Constituição, às leis e à ordem, cohabitam com o ódio ao outro, o racismo violento, o preconceito contra o nordestino, o desejo separatista, as homo trans lesbo fobias, o machismo, a criminalização da militância política. Assim como o rancor da burguesia, do patrão, do policial, do Estado; e, poderíamos acrescentar: do político, do corrupto, do craqueiro, do drogado, do pobre, do vizinho, do torcedor do outro time. Enfim, a ideia de sermos um único sujeito, universal, brasileiro, alegre e complacente, habita e, mais do que isto, somente existe em sintonia, choque e aliança com a subjetividade do ódio, da diferença não tolerada, da consideração do outro, do estranho, estrangeiro, como aquele que não é “nós”.

Desta forma, podemos dizer que o discurso do poder soberano, centralizado, organizador da ordem democrática, tem sua legitimidade enquanto fundação do novo regime mantendo-nos “livre” daquela outra forma de governo (a ditadura). Contudo, no mesmo passo de constituição da mudança de regime, foi possível camuflar nas novas leis, muitas vezes envernizadas no discurso da união em torno da nova ordem, velhas e atuantes estruturas e, mais do que isto, estratégias autoritárias, violentas e belicosas. As estratégias possuem maleabilidade e plasticidade maior do que as estruturas. Estas se encontram nos espaços, nas instituições, nas leis¹². Aquelas, enquanto modos de se fazer e de se conduzir as ações, habitam, ou melhor, são as próprias subjetivações

¹¹ Tomamos emprestado de Michel Foucault a estrutura argumentativa dos dois discursos aparentemente contraditórios, mas que se complementam e se fortalecem mutuamente. Para o filósofo francês, o Ocidente se constrói historicamente pela junção de um discurso da soberania, oriundo da herança do direito romano e, ao fim da Idade Média, é reforçado pelo discurso da guerra das raças, surgido nos conflitos de formação dos novos Estados Nações. Cf. Michel Foucault. “Em defesa da sociedade”. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 44-segs.

¹² Um exemplo que nos parece apropriado para ilustrar as estruturas que, na passagem da ditadura para a democracia, permanecem mesmo três décadas após, é a Lei de Segurança Nacional (LSN). Criada pelo estado ditatorial, é incrementada em 1978 com os mecanismos de repressão do Ato institucional número 5. Sofre, com o processo de transição, uma breve reforma para se adequar aos novos tempos. Basicamente se mantém sua função de qualificar o “inimigo” interno como um problema de segurança nacional, autorizando a militarização do processo. Na reforma, atenuou-se alguns elementos marcadamente da ditadura, mas se manteve sua função. Até hoje não foi extinta.

constituintes dos indivíduos. Estes sim, os que habitam e, ao mesmo tempo, constituem o produto do sujeito democrático.

Aqui encontramos um nó difícil de desatar nas relações de poder da democracia: haveria uma estrutura aparentemente sólida, mas que quando entra em crise apela para o velho poder soberano com o intuito de centralizar e acionar as estruturas autoritárias. Quando as estratégias liberais se mostram insuficientes, os direitos não têm força suficiente para limitar o autoritário produzido pelo Estado ou pelas instituições de controle. É quando a violência e os conservadorismos tradicionais assumem papel central. Ocorre então a combinação da força policial com os racismos e preconceitos legitimadores de dominações históricas.

De alguma outra perspectiva, o que parece vitória pode ser uma derrota. Conta-se a história do período ditatorial conduzindo-a a uma compreensão universal do passado, como modo de não contar a história das lutas e de seus valores. Bloqueio importante para evitar a continuidade das lutas periféricas, as que ocorrem nas extremidades das leis, do poder unificado, das instituições. A história de ruptura é também uma forma de continuidade. Questão apresentada no trabalho “O que resta da ditadura”:

(...) faz-se necessário mostrar, àqueles que preferem não ver, a maneira insidiosa que a ditadura militar brasileira encontrou de não passar, de permanecer em nossa estrutura jurídica, em nossas práticas políticas, em nossa violência cotidiana, em nossos traumas sociais que se fazem sentir mesmo depois de reconciliações extorquidas¹³.

Da segurança nacional ao dispositivo de segurança

O golpe contra um governo legitimamente eleito em 2016, diferentemente ao de 1964, ocorreu por meio do acionamento de estados de exceção legais. Quero dizer, utilizando-se de mecanismos autoritários existente na Constituição de qualquer democracia contemporânea e que permitem a suspensão dos direitos alegando-se o risco à ordem ou uma emergência maior. O risco é a peça chave deste laboratório de

¹³ Edson Teles e Vladimir Safatle (orgs.). *Apresentação*. In: “O que resta da ditadura”. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 9.

gestão governamental e impõe a indistinção entre o democrático e o autoritário. Este é o disparador dos dispositivos da democracia de segurança.

No modelo do poder soberano, os movimentos sociais e coletivos paralelos sofrerão a repressão violenta e já clássica, em geral da ação policial, mas também do sistema jurídico discriminatório e de acesso desigual. Já no processo disciplinar acionado com a produção do inimigo, via discurso bélico, a estratégia de governo procura fazer uso da força e dos dados da realidade, contabilizados por estatísticas e probabilidades. Identificado o caso problemático e calculado os riscos, projeta-se como a força da crise possível pode ser utilizada para o bloqueio, limite ou anulação da resistência aos mecanismos de dominação.

É assim que, por exemplo, vende-se a ideia de que a biometrização do voto serve a uma maior segurança, impedindo ou diminuindo a incidência da fraude eleitoral. Não se comenta ou debate o quanto estes dados começam a se cruzar com os da biometrização de bancos que, por sua vez, juntam-se aos de registros de documento de identidade, com bancos de dados de cartões de débito e crédito etc.¹⁴.

No modelo do governo centralizado, de aspecto jurídico político, constitucional e territorial, a ação era de segurança nacional, do tipo da ditadura. Ainda que em democracia, sabemos que estas estruturas permanecem. Contra a possibilidade de uma ação política de transformação social acionasse a repressão e se procura destruir o movimento político e seus líderes. Foi a tática da tentativa de silenciamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos anos 90, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. Utilizava-se de leis, claramente autoritárias ou simplesmente penais ordinárias, para prender os líderes e cassar o movimento¹⁵. É

¹⁴ Na esteira da problemática do governo por meio de estatísticas, há um mecanismo correlação de dados, em larga escala, com conteúdos múltiplos e sendo produzidos em alta velocidade. São os *Big Data*. Estes novos mecanismos permitem reduzir o investimento no indivíduo médio ou normal, como se valoriza na sociedade normatizada. Pode-se neste sistema de informações apreender a “realidade” de um território, grupo, instituição, mercado, país em micro partes de segundos. Se esquia das normas sociais de seleção, classificação e hierarquização dos dados, transitando diretamente entre o real das informações e a operação destas pelos seus elementos técnicos e tecnológicos. Produz-se, com isto, uma aparência de esfera pública, porém, controlada por interesses particulares. A condução da ação dos indivíduos por meio de funções, em torno dos *Big Data*, é nomeada de governamentalidade algorítmica, segundo Antoinette Rouvroy e Thomas Berns. Ver “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?” In: Revista Eco Pós. Vol. 18, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015, pp. 36-56.

¹⁵ Neste caso, é curioso notar a dificuldade do poder soberano, via mecanismos jurídicos, de criminalizar o Movimento, visto que ele era um coletivo político sem inscrição institucional e registro civil. Houve a tentativa de criminalizar via as cooperativas e escolas do Movimento, visando se esquivar da impossibilidade jurídica de cassar esta luta política.

o acionamento do autoritarismo absoluto, de características exclusivamente repressivas.

Quando funciona junto com o modelo dos dispositivos de segurança, a estrutura de repressão soma-se às estratégias de controle. Trabalha-se, neste novo modelo, com um esquema híbrido. A repressão não é abandonada, mas adota-se outras metas em seu uso. Diante das leis liberais, e, principalmente, da necessidade de se manter a imagem de certa liberdade e de um simulacro de direitos, o indivíduo deve ter o direito de ir e vir, de manifestação de suas opiniões. Tudo, é claro, com o limite de não subverter a ordem. Assim, quando a revolta começa a ser criada, espontaneamente ou por organização dos movimentos, identifica-se o caso e a lógica de governo trata de avaliar os seus riscos.

Quando o risco de ruptura da ordem atinge o grau da crise, a lógica de governo aciona dispositivos de segurança, buscando prevenir a explosão da revolta. Numa democracia de segurança, as lógicas discursivas do jurídico político e da disputa belicosa, características da democracia brasileira, entram em choque. O discurso do consenso já não convence ou produz mais novas subjetividades dóceis. Não exerce com a mesma eficácia o controle das lutas sociais. É o momento em que se recorre aos velhos conservadorismos. Mas, também, é a hora da entrada em ação do dispositivo que fará da revolta algo controlado, capturado pela ordem. Isto quer dizer que a revolta e o discurso crítico não são, em si, problemáticos. Eles se tornam perigosos somente se saem fora dos limites estabelecidos pela média calculada da lógica de gestão dos conflitos. Quando isto parece estar iminente e o risco começa a tornar-se perigoso, as estruturas e estratégias autoritárias sobressaem-se aos discursos dos direitos e da liberdade.

Desta forma, em junho de 2013 e em outros momentos de conflito fora do controle da ordem (secundaristas, atos contra o aumento das passagens, “Não vai ter Copa!”, “Fora Temer”), combina-se a repressão policial com a captura das ruas pelos movimentos de direita. Desvia-se da crítica ao sistema em crise, para um discurso contra a corrupção, raso e sem apontar o problema. A revolta continua, mas em favor dos golpismos da direita. Diferentemente da aplicação única da lógica centralizada do Estado e do poder soberano, a da repressão e da caça aos movimentos e seus líderes,

tenta-se produzir o “inimigo” a ser combatido, aquele “outro” que se encontra entre “nós”, mas que não é desejado, nem mesmo suportado¹⁶.

Somadas as estratégias autoritárias, via estrutura repressiva centralizada no Estado e dispositivos de segurança, emerge a sociedade conservadora e de controle. A diferença entre o modelo jurídico político e o dos dispositivos é que no primeiro, a partir das normas estabelecidas em lei, fazem-se as proibições e reprime-se aquele que não se adequa; no segundo, não há normas prévias aos dispositivos, mas uma leitura constante dos dados da realidade a partir dos quais surgem as normas. No dispositivo não se busca impedir as revoltas, mas direcioná-las de modo a anular seus perigos.

No Golpe de 1964 houve a ação de contra revolução por meio do fortalecimento das estruturas de segurança nacional, via discurso jurídico político (ainda que na forma do simulacro) e efetivado pelo poder soberano e suas instituições. Em 2016, o golpe institucional, acionando estados de exceção disponíveis dentro da própria Constituição, fortalece-se agora uma democracia de segurança, não mais aquela da ditadura e da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional, mas a que apresenta a novidade dos dispositivos e mecanismos que funcionam por meio da lógica de governo.

Desta forma, no golpe contra a democracia de 2016 coroa-se um processo de pequenos golpes contra os movimentos, declaradamente iniciado em junho de 2013, quando a crise do atual modelo da governabilidade de consenso se aguçou. Para reestruturar os pactos de governo da democracia o nó entre o discurso jurídico e o bélico se cinde, reaparece o inimigo geral e alimenta-se o conflito binário para justificar a avalanche de medidas autoritárias e de mecanismos de controle.

¹⁶ Bom exemplo é o caso do “espião” do Exército brasileiro infiltrado entre jovens durante as preparações para uma manifestação pelo “Fora Temer”. Não se tratava de prender os líderes ou de dismantelar a organização, mas de causa o pânico da “infiltração” entre os militantes e a imagem do “vândalo” na opinião pública. Trabalhei este argumento no texto “Urubus e arapongas nas manifestações e o nó que amarra a democracia”.

In: Blog da Boitempo, setembro de 2016. Acessível em:

<https://blogdaboitempo.com.br/2016/09/14/urubus-e-arapongas-nas-manifestacoes-e-o-no-que-amarra-a-democracia/>

O legado dos megaeventos esportivos: Jogos Olímpicos

Dr. Martin Curi (UFF)

Estamos chegando ao final da época dos megaeventos esportivos no Brasil, com a Copa do Mundo de Futebol 2014 e os Jogos Olímpicos 2016 sendo os acontecimentos mais importantes. Hoje em dia, podemos olhar para trás e já tentar organizar um resumo da experiência que foi bastante confusa. No Rio de Janeiro, os megaeventos esportivos começaram com os Jogos Pan-Americanos em 2004, que foram avaliados por muitos como um sucesso. Esta experiência aumentou a expectativa de uma década de êxito para o Brasil, a partir da escolha do país para sediar a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos.

Políticos, empresários e dirigentes esportivos se animaram com a vinda destes eventos ao Brasil e prometeram impactos positivos e duradouros à população brasileira em geral. Cunhou-se o termo “legado” para descrever as consequências positivas dos megaeventos.

No decorrer desta época dos megaeventos, o Brasil experimentou vários momentos de tensão, como as manifestações de 2013 - as chamadas jornadas de junho -, uma derrota da seleção brasileira inesperada – na plasticidade do placar – na semifinal da Copa do Mundo, uma campanha eleitoral tensa e em seguida, um processo político que levou ao afastamento da presidente.¹ O resultado é que o discurso público no Brasil em 2016 fala de uma crise em vários setores: econômico, político, social, constitucional e esportivo.

Este cenário leva a meu ver dois questionamentos. O primeiro é o debate sobre o legado de um megaevento. Como podemos definir e medir o legado? Será que o legado tem a garantia de ser positivo? O segundo questionamento é até que ponto as várias crises são consequências diretas dos megaeventos. Ou seja, será que os gastos com a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos provocaram a crise política e econômica? Em seguida, vou me dedicar a estes dois pontos de discussão.

O debate sobre o legado foi e continua sendo intenso. Desde a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, fui várias vezes convidado a participar de painéis que discutiram a questão. Nessas mesas de debate, encontravam-se normalmente

¹ Me dei conta da dificuldade de escrever sobre os acontecimentos que tem um peso político forte. Em 15.12.15 se abriu um processo de afastamento da presidente da república Dilma Rousseff no congresso nacional. Este processo está sendo chamado de impeachment e de golpe, dependendo do lado político. Aliás, o uso da palavra presidente ou presidenta também tem peso político.

representantes de algum nível governamental ou de alguma federação esportiva que defendem os eventos, e representantes de movimentos sociais que criticam os eventos. Estes palestrantes sempre foram muito bem preparados e trouxeram uma apresentação de Power Point para dar mais peso ao seu argumento.

Os defensores dos megaeventos costumavam mostrar nas suas apresentações várias estatísticas e tabelas com muitos números, que deveriam evidenciar os investimentos financeiros dos quais o Brasil se beneficiaria. Assim, apresentaram uma conta com um valor positivo no seu último slide e, portanto, um legado positivo. Os opositores aos megaeventos fizeram a mesma coisa: mostraram slides com estatísticas, tabelas e valores, porém, com a diferença que no seu último slide havia um valor negativo. Assim, afirmaram que conseguiram evidenciar que o legado seria negativo.

Este exemplo, mostra como é difícil avaliar de antemão as consequências de um megaevento. As previsões feitas pelos palestrantes dependeram fortemente de uma postura política e do seu contexto social. Ou seja, observamos uma disputa pela definição daquilo que é o legado e como ele deve ser avaliado (Curi, 2013). Em geral, se entende *legado* como algo positivo, tanto que os opositores dos megaeventos começaram a usar a palavra *impactos* (Sánchez, et al., 2014) que podem também ser negativos.

O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (2014) publicou vários dossiês, nos quais resume alguns impactos negativos, como remoções forçadas, exclusão social através do aumento do valor de ingresso de jogos de futebol, interferência no livre comércio, precarização em trabalhos temporários, limitação de direitos pessoais de manifestantes, negligência de assuntos como meio ambiente, segurança pública e transporte em áreas distantes dos eventos.

Do outro lado, os defensores dos megaeventos, citam várias vantagens, como novas oportunidades econômicas nas áreas empreendedoras, no turismo, no esporte, na construção civil, mas também através do ganho marqueteiro da sede na mídia internacional. Políticos declaram obras como investimentos no transporte urbano, no equipamento cultural e esportivo como legado.

Gostaria de relatar uma outra experiência numa mesa de debate que eu tive em Belo Horizonte. Nesta mesa, teve um representante do governo de Minas Gerais, que começou sua fala com a seguinte pergunta “Qual o legado que vocês desejam dessa Copa do Mundo?” O público formulou desejos nas áreas de transporte, saúde, educação e segurança

pública. Ou seja, exatamente as exigências formuladas pelos manifestantes durante as jornadas de junho de 2013².

O palestrante estava bem preparado, porque a partir dessas respostas ele mostrou os slides do seu Power Point com as tabelas e números de praxe. Mas ele tinha organizado os valores gastos pelo governo de Minas Gerais em quatro tabelas: transporte, saúde, educação e segurança pública. Ou seja, ele certamente já fez outras palestras e sabia quais eram as exigências do público e reagiu a isso. Isso significa que o governo de Minas Gerais de fato investiu nas áreas citadas? Certamente. Mas não necessariamente da maneira como o público imagina.

Temos aqui outro problema típico de estatísticas: os números parecem ser objetivos, mas ao mesmo tempo dependem de interpretação. O investimento em saúde pode ter acontecido em algum hospital em um bairro nobre ou na zona periférica, uma nova linha de metrô pode atender os bairros pobres ou reforçar a infraestrutura nas áreas já privilegiadas, etc. Ou seja, os dados foram apresentados de forma quantitativa e não qualitativa. E a interpretação desses dados certamente depende novamente do contexto social e político de cada um.

O que tanto defensores quanto opositores de um megaevento têm em comum é a crença que este legado seria planejável. Os defensores apresentam um plano, que na opinião deles seria benéfico para toda a população, e dizem que vão realizar este plano. Os opositores respondem a isso afirmando que este plano não é benéfico para toda a população, mas serve para beneficiar os ricos e prejudicar os outros. Essas argumentações são bastante materialistas e utilitaristas, porque eles querem medir o legado em ganhos materiais.

Ambos os partidos esquecem tanto a dimensão do acaso quanto a dimensão simbólica. Para esclarecer este argumento, o leitor precisa se perguntar: quais os acontecimentos das duas Copas do Mundo que aconteceram no Brasil que ficaram na memória coletiva dos brasileiros? Sobre qual evento vamos falar daqui há 20 ou 30 anos lembrando dessas copas? Dos novos estádios, linhas de metrô ou museus? A resposta é certamente as derrotas da seleção brasileira contra o Uruguai em 1950 e contra a Alemanha em 2014. Ou seja, nós estamos falando de fatores incontroláveis que ninguém planejou dessa maneira.

² Em junho 2013 aconteceu a Copa das Confederações no Brasil, uma espécie de torneio teste um ano antes da Copa do Mundo de Futebol. Durante este evento se organizaram manifestações espontâneas em muitas cidades brasileiras com milhões de participantes.

Estes acontecimentos são tão importantes por causa do seu valor simbólico e não material. Há toda uma narrativa sobre o “complexo de vira-lata” brasileiro a partir da derrota de 1950 que deve ser superado. As exatas consequências da derrota contra Alemanha só podem ser analisadas em alguns anos. De um lado, o resultado desse jogo “7:1” se tornou uma metáfora muito usada para situações cotidianas absurdas. Do outro lado, pode dar continuidade a uma narrativa de inferioridade brasileira perante as nações consideradas de primeiro mundo.

Mas há também, cientistas sociais que afirmam que as coisas mudaram e que os brasileiros começaram a ver as próprias derrotas com mais leveza e humor. Outra argumentação seria que a dimensão política teria sido mais importante do que a esportiva na Copa do Mundo de 2014. A população brasileira teria discutido mais as tensões políticas do que as tragédias da seleção brasileira³.

Temos exemplos parecidos em relação aos Jogos Olímpicos. Assim, os Jogos Olímpicos de Berlim em 1936 estão sendo lembrados como os jogos de Hitler, e aqueles de Munique em 1972 como os jogos dos atentados (Vowinkel, 2007). Em ambos os casos a Alemanha investiu pesadamente em obras e estádios novos, mas mesmo assim não conseguiu ofuscar o peso dos significados simbólicos. Os próprios opositores e defensores de megaeventos têm seus jogos-símbolos. Assim, a edição de 1976 em Montreal se tornou o símbolo de Jogos Olímpicos mal sucedidos, porque a cidade sede se endividou bastante. Do outro lado, os defensores de megaeventos não cansam de citar os Jogos de 1992 em Barcelona como exemplo positivo de legado, por causa das transformações consideradas positivas pelas quais passou esta cidade sede.

É importante chamar a atenção que todos esses exemplos se tratam de representações discursivas. Pouquíssimas pessoas têm noção de quais foram os investimentos financeiros em estádios e equipamento urbano nestas cidades sedes, e até que ponto estes investimentos foram considerados bem-sucedidos pela população local. Nesse sentido, se mostra importante observar quais os discursos que prevalecem em relação às sedes de megaeventos esportivos.

A cidade do Rio de Janeiro administra sua preparação para os Jogos Olímpicos através da “Empresa Olímpica Municipal”. Esta instituição criou um site para documentar os preparativos para os Jogos Olímpicos e o legado no endereço www.cidadeolimpica.rio. O site está presente também nas redes sociais, dos quais interessa agora o facebook, por causa da possibilidade de comentários dos leitores. Enquanto os editores do site tentam

³ Ambas as afirmações resultam de conversas particulares com Simoni Lahud Guedes e Édison Gastaldo.

construir um discurso positivo sobre os Jogos Olímpicos, muitos leitores usam a ferramenta dos comentários para chamar a atenção para aquilo que percebem como negativo. Vejamos alguns exemplos:

Tudo lindo, maravilhoso e maquiado pra turista não ver o resto. Mas o povo do rio vai participar disso tudo sem se preocupar com a ruína da saúde pública do estado e a insegurança, melhor ter festa e gastar bilhões com besteiro que fazer o povo ter qualidade de vida né? Brasil de pão e circo. (sic. Albert Sant'ana, 13.04.2016)

Pena q deve ser td super, hiper, mega power faturado isso sem falar q do outro lado da cidade deve tá c dificuldade em algumas outras coisas. (sic. Carlos Cordeiro, 14.04.2016)

Falta só funcionar!!! Sou carioca e quando preciso do BRT só Jesus na causa, do trem então aff, olha a saúde pública como está, as escolas! Mas isso é para turista, né, vai ter arrecadação. (sic. Simone Costa, 28.04.2016)

Estes comentários são reações a postagens sobre a nova linha de ônibus BRT, as obras na região da Praça Mauá e o Parque Olímpico. Na mesma época, encontrei muitas outras queixas sobre o sistema de saúde, as escolas, a previdência social, insegurança nas ruas e o transporte público no mesmo sítio do facebook. Parece que os leitores deste site usam os comentários como canal de reclamações. Assim, conectam qualquer situação percebida como calamidade com o megaevento esportivo.

A argumentação dos queixosos parece ser: "Vocês tem dinheiro para uma futilidade como os Jogos Olímpicos, mas não para as necessidades básicas da população." Esta afirmação está conectada com duas outras acusações: 1. As obras para os Jogos são superfaturadas para poder financiar a corrupção, 2. Os Jogos em si não são para o povo brasileiro, mas para os turistas estrangeiros.

A Alemanha dispensou as Olimpíadas pois tinham coisas mais importantes para beneficiar a população. (sic. Rui Barbosa Jardim, 13.04.2016)

O discurso nesses comentários não é novo e não é restrito aos Jogos Olímpicos. Ele se encaixa perfeitamente no discurso do vira-lata, no qual o brasileiro se percebe como inferior, que os próprios políticos e dirigentes esportivos seriam corruptos e incompetentes e que "lá fora" seria tudo melhor. Ou seja, se o objetivo do legado for mudar este discurso, parece que isso não foi bem sucedido em relação aos próprios brasileiros.

Algo parecido vale para a percepção do Rio de Janeiro e do Brasil em outros países. Não tenho dados em relação a esta questão, mas acredito que não estou completamente equivocado em afirmar que o Brasil tem a imagem de ser um país receptivo, alegre e festivo, mas que infelizmente tem uma desigualdade social grande, um problema de violência urbana, corrupção e falta de planejamento. Igualmente ao discurso doméstico brasileiro,

duvido que estes preconceitos em outros países em relação ao Brasil de fato mudam por causa dos megaeventos esportivos.

Já Durkheim e Mauss (1981) ensinaram que nós humanos pensamos em categorias, ou seja, sistemas de preconceitos que tem algum tipo de lógica. Isso significa que é extremamente complicado mudar estes preconceitos, independente se eles conferem com a 'realidade' ou não.

Assim, estamos chegando à segunda questão, que é definir o que faz parte do legado de um megaevento, o que é igualmente difícil de definir. Gostaria de começar esta questão citando as Jornadas de Junho. Este termo se refere às manifestações que ocorreram em todas as grandes cidades brasileiras durante o mês de junho de 2013, no qual aconteceu a Copa das Confederações no Brasil. Não há consenso de quando e porquê exatamente estas manifestações começaram, porque há relatos de manifestações em Natal, Porto Alegre e São Paulo bem antes do mês de junho. A maioria dessas manifestações trouxeram exigências contra o aumento do valor da passagem de ônibus nestas cidades. Os iniciadores neste momento eram estudantes, provavelmente com uma pauta da esquerda política (Damo, 2013; Curi, 2014).

Mas no decorrer da Copa das Confederações estas manifestações aumentaram, até chegar a uma quantidade acima de um milhão de pessoas nas ruas no Rio de Janeiro, por exemplo. Neste momento, as exigências e o perfil dos manifestantes se tornaram confusos: houve participantes de todas as linhas políticas com exigências como melhor transporte, saúde, educação, segurança pública, além de manifestações contra a corrupção, etc. Mas teve também manifestações violentas dos chamados Black Blocs. A situação é tão confusa e as exigências tão pouco elaboradas, que é difícil dizer o que os manifestantes exatamente queriam e quais as consequências destas manifestações⁴.

A probabilidade que estas manifestações se formaram deste tamanho por causa dos megaeventos esportivos é bastante alta. Se isso for verdade, então, deixaram algum legado não planejado e simbólico, porque os organizadores certamente não contaram com estas manifestações em massa. As manifestações certamente ficaram na memória dos brasileiros. Mas será que causaram alguma mudança no sistema de saúde, educação, transporte e segurança pública do Brasil? Podemos especular se o junho de 2013 foi o começo do fim do governo de Dilma Rousseff, mas dificilmente teremos evidências.

Agora o que me parece ainda mais importante é a questão do que tudo isso tem a ver com Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. É possível que não tenha nada ver. Um

⁴ Veja também: www.culanth.org/fieldsights/426-protesting-democracy-in-brazil.

megaevento esportivo é uma competição esportiva com significado global fora da rotina esportiva, com impactos econômicos e sociais no país sede (Horne, Manzenreiter, 2006). Ou seja, no centro da atenção estão as competições esportivas para quais são necessárias estádios e ginásios. A promessa de um legado nas áreas saúde, educação e transporte na verdade está fora do escopo de um evento esportivo. Os governos sempre tem a tarefa de cuidar dessas áreas da vida pública. Portanto, o discurso sobre o legado é construído para persuadir a população para apoiar a candidatura para o evento.

Isso significa que muitas das obras e desenvolvimentos que hoje em dia estão sendo conectados a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos muito provavelmente teriam acontecido de qualquer jeito. A Barra da Tijuca é um objeto de especulação imobiliária há muito tempo e a chegada do metrô e do BRT era apenas uma questão de tempo. Os novos museus são projetos de prestígio nos quais grandes cidades costumam investir. Até a reforma dos estádios era apenas uma questão de tempo. Aliás, Grêmio, Palmeiras e Atlético/MG mostraram que não precisa de uma Copa do Mundo para construir novos estádios. A mesma coisa vale para o fato de algumas pessoas se beneficiarem mais dos eventos do que outras e que tem até algumas que serão prejudicadas. Isso é lamentável, mas acontece todos os dias.

As manifestações das Jornadas de Junho são um pouco mais difíceis de avaliar. Elas certamente aconteceram por causa da Copa das Confederações. Mas não é um fenômeno intrínseco de megaeventos. Já teve outras manifestações em massa no Brasil como “Diretas Já” e “Os caras pintadas” sem vínculo com eventos esportivos. E as exigências dos manifestantes são as mesmas do legado prometido que não tem ligação direta com os megaeventos como já argumentamos.

Ou seja, a definição do legado de um megaevento esportivo é bastante difícil. O que eu acho que podemos afirmar é que um megaevento não é nem automaticamente benéfico nem automaticamente prejudicial para toda a população da sede. Há, de um lado, um legado material no sentido dos investimentos em várias áreas. Isso significa que todos os envolvidos de alguma maneira na organização do evento, como por exemplo, empreiteiras, jornalistas esportivos ou dirigentes esportivos, vão se beneficiar. Já para políticos, o legado é ambíguo. No Brasil, parece que teve políticos que conseguiram ganhar em se projetar no cenário político com uma pauta ligada aos megaeventos, como Romário e Marcelo Freixo, e

outros perderam porque começaram a enfrentar situações complicadas na sua carreira, como Sergio Cabral e Dilma Rousseff⁵.

Mas um grande problema de um evento é que ele configura uma *deadline*, ou seja, no momento que as obras correm risco de atraso se provoca gastos elevados para cumprir os compromissos. Além disso, os eventos servem como justificativa para gastos extraordinários, como por exemplo, estádios maiores do que necessários no dia a dia ou a retirada de bairros considerados feios. Essa característica pode provocar prejuízos para certas camadas da população, que seriam diretamente afetadas de forma negativa.

O impacto na economia nacional é difícil de ser medido. Os Jogos Olímpicos de 2004 em Atenas não pouparam a Grécia da sua crise econômica, enquanto isso a Copa do Mundo de 2006 aparentemente não prejudicou a Alemanha. Há estudos na Alemanha que indicam que o governo alemão gastou tanto quanto recebeu em relação a Copa do Mundo (Preuss, 2008). Ou seja, não houve ganho, mas também não houve prejuízo. Portanto, não podemos afirmar que os megaeventos no Brasil provocaram as crises políticas, econômicas e sociais.

Por isso, gostaria de argumentar que o que de fato é importante é o legado simbólico de um megaevento, que se refere tanto à imagem positiva que a sede constrói internacionalmente, quanto à satisfação dos moradores locais. Com um evento como os Jogos Olímpicos, uma cidade tem praticamente – automaticamente - um ganho de visibilidade que é imprescindível numa situação de concorrência internacional entre cidades e países. Este efeito de marketing praticamente obriga as cidades e países, que tem condições de se candidatarem.

Peço aos leitores para imaginarem que o governo brasileiro publicamente decide não se candidatar para sediar uma Copa do Mundo. Acho que não seria defensável perante os eleitores. Ou seja, há um desejo na população de receber certos eventos. Ou seja, uma Copa do Mundo ou Jogos Olímpicos podem aumentar o sentimento de satisfação e felicidade da população. No caso brasileiro, parece que os megaeventos iniciaram debates políticos sobre a distribuição de recursos públicos e o funcionamento do estado na sua relação com os cidadãos. Isso tudo seria um legado simbólico.

Principalmente o legado simbólico não pode ser negligenciado e é, a meu ver, o motivo da necessidade de megaeventos para cidades e países. Mas, ao mesmo tempo,

⁵ Romário (PSB) eleito senador em 2014; Marcelo Freixo (PSOL) é deputado estadual no Rio de Janeiro desde 2007 e conseguiu um resultado acima das expectativas na eleição a prefeito do Rio de Janeiro em 2012, apesar de não ser eleito; Sergio Cabral (PMDB) foi governador do estado do Rio de Janeiro e um alvo importante das manifestações de 2013; Dilma Rousseff (PT) foi eleita presidente do Brasil em 2010 e 2014 e sofreu um processo de impeachment em 2016.

estes eventos provocam consequências nocivas e indesejadas para partes de população. Portanto, seria interessante, se fosse possível, criar mecanismos para evitar estes legados negativos através de um planejamento a longo prazo, que permite tempo para a consulta popular e indenizações justas. As próprias federações internacionais de esporte deveriam elaborar um plano para implementar medidas transparentes neste sentido.

Referências:

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS: Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, 2014.

CURI, Martin. *A Disputa pelo Legado em Megaeventos Esportivos no Brasil*. Horizontes Antropológicos, vol 19, Nr. 40, 2013. P. 65 – 88.

CURI, Martin. Da rua para a rede: a Copa das Confederações 2013 no Brasil. Ponto Urbe, Nr 14, 2014.

DAMO, Arlei. A copa das manifestações – afinidades eletivas entre megaeventos. 37. ANPOCS, Caxambú, 2013.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas Formas Primitivas de Classificação. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

HORNE, John; MANZENREITER, Wolfram. *Sports Mega-Events: Social Scientific Analyses of a Global Phenomenon*. Oxford: Blackwell, 2006.

PREUSS, Holger. Impactos econômicos de Megaeventos: Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos. In: DACOSTA et al. *Legados de Megaeventos Esportivos*. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

SANCHEZ, Fernanda, et al. *A copa do mundo e as cidades: políticas, projetos e resistências*. Niterói; EdUFF, 2014.

VOWINCKEL, Anette. 2007. *Sports, Terrorism and the Media: The Munich Hostage Crisis of 1972*. Esporte e Sociedade, Ano 2, Nr 6. 2007.

Internet:

www.cidadeolimpica.rio

www.culanth.org/fieldsights/426-protesting-democracy-in-brazil

Uma visão ecológica sobre o desastre de Mariana

Antonio Fernando Monteiro Camargo¹

Resumo

O rompimento da barragem de rejeitos da Samarco em Mariana em 2015 foi um dos maiores desastres ambientais do Brasil. O dano ambiental provocado no rio Doce e na sua foz no mar jamais poderão ser quantificados, pois não sabemos quais espécies e qual a quantidade de indivíduos que habitavam a região afetada. No Brasil não existe uma política e exigências legais para o monitoramento ambiental, embora do ponto de vista ecológico a importância de monitoramentos seja reconhecida há muito tempo. Este acidente no rio Doce é reflexo de um modelo de desenvolvimento que é insustentável ambientalmente como destacado por cientistas já em 1972. O ser humano necessita urgentemente modificar o modelo de desenvolvimento buscando, além do bem estar, do conforto e da tecnologia a conservação dos recursos naturais.

Palavras-Chave: Mineração, Barragem de rejeitos, Desenvolvimento sustentável

Abstract

The disruption of the Samarco tailing dam at Mariana in 2015 was one of the biggest environmental disasters in Brazil. The environmental damage caused in the River Doce and its mouth in the sea can never be quantified, because we do not know what species and how many individuals inhabited the affected region. In Brazil there is no policy and legal requirements for environmental monitoring, although from an ecological point of view the importance of monitoring has long been recognized. This accident in the River Doce is a reflex of a development model that is environmentally unsustainable as highlighted by scientists as early as 1972. The human being urgently needs to modify the development model seeking, in addition to well being, comfort and technology, the conservation of natural resources.

Keywords: Mining, Tailings dam, Sustainable development

No dia 05 de novembro de 2015, no Estado de Minas Gerais, o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco (controlada pelas empresas Vale SA e BHP Billiton) se constituiu como um dos maiores desastres ambientais no Brasil. Após um ano

¹Professor Livre Docente do Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista. Email: afmc@rc.unesp.br.

deste acidente ainda não sabemos quais foram todas as consequências dessa catástrofe, mas já sabemos que os danos são irreparáveis.

A nossa sensação sobre as alterações do ambiente é que elas são sempre de pequena intensidade, previsíveis e lentas. No entanto, muitos fenômenos da natureza podem ocorrer em pequenos intervalos de tempo, podem ter grande magnitude e, portanto, difíceis de serem previstos. As mudanças sazonais do clima que levam à alternância das estações do ano ocorrem gradativa e lentamente e são totalmente previsíveis. Por outro lado, fenômenos como terremotos e tsunamis se enquadram nos fenômenos intensos e imprevisíveis. As alterações graduais e intensas tanto ocorrem naturalmente, como provocadas por atividade humana. O desastre de Mariana se enquadra em um fenômeno de grande magnitude, em um pequeno intervalo de tempo e provocado pela ação humana, por isto o chamamos de desastre. Assim, o objetivo deste texto é fazer um breve histórico sobre a evolução das questões ambientais e uma avaliação do desastre de Mariana com uma ótica ecológica.

Na década de 1960 pesquisadores da área das ciências ambientais começaram a produzir os primeiros documentos alertando sobre os impactos e a degradação ambiental produzida pelo ser humano. O clássico livro de Rachel Carson “Silent Spring” (Primavera Silenciosa) publicado em 1962 que tem como tema o efeito deletério do uso indiscriminado de pesticidas, especialmente sobre pássaros, impulsionou o surgimento de uma série de movimentos ambientalistas que começaram a chamar atenção para a relação entre crescimento econômico, desenvolvimento e degradação ambiental. Em 1972 um grupo de cientistas do Massachusetts Institute of Technology publicou o livro intitulado “The Limits to Growth” (Os Limites do Crescimento) no qual foi usado pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável.

We are searching for a model output that represents a world system that is: 1. sustainable without sudden and uncontrolled collapse and 2. capable of satisfying the basic material requirements of all of its people. (MEADOWS, et al, 1972 p. 158)

Estamos à procura de um modelo com uma saída que represente um sistema mundial que seja: 1. sustentável sem colapso repentino e descontrolado e 2. capaz de satisfazer os requisitos materiais básicos de todas as suas pessoas. (Tradução do autor)

Também em 1972 a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou uma conferência de chefes de estado, que ocorreu na cidade de Estocolmo (Suécia), entre os dias 5 a 16 de junho, com o intuito de discutir temas relacionados à poluição atmosférica e recursos naturais. O resultado desta conferência foi a produção de um documento intitulado “Declaração da Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano”. Ela é considerada o primeiro documento internacional a reconhecer que a ação antrópica gera degradação ambiental e coloca em risco o bem estar e a sobrevivência da humanidade. A declaração atenta para a necessidade de se estabelecer critérios e princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para preservar e melhorar o meio ambiente humano.

O documento gerado na Convenção de Estocolmo em 1972 e reforçado na Convenção do Rio de Janeiro (1992) conhecida como ECO 92, tem proporcionado muitos avanços para a conservação do meio ambiente. No Brasil, observa-se uma clara mudança na legislação ambiental a partir da década de 1980, que aponta para a necessidade de conservação dos recursos naturais. Um exemplo foi a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), da obrigatoriedade de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA). Um outro exemplo mais recente é a legislação brasileira referente aos ambientes aquáticos que foi aprimorada em 2005. O CONAMA é o órgão responsável por estabelecer a política nacional do meio ambiente e estabelecer normas e padrões de qualidade de água dos ambientes aquáticos, dentre outras atribuições. A Resolução CONAMA 357 de 17 de março de 2005 substituiu a anterior (Resolução CONAMA 20) e é mais rigorosa no estabelecimento dos padrões de qualidade de água e mais restritiva quanto ao lançamento de efluentes nos corpos de água.

Os países da Comunidade Europeia também adotaram uma nova legislação referente aos ambientes aquáticos em 2000 (The EU Water Framework Directive - integrated river basin management for Europe) que passou a estabelecer a avaliação da qualidade ecológica dos ecossistemas aquáticos (DIRECTIVE 2000/60/EC). A inovação que esta legislação trouxe foi a de avaliar o quanto um ambiente aquático se aproxima ou se distancia de suas características naturais em função de impactos provocados pelo ser humano. Assim, um ambiente aquático que possui suas características naturais preservadas é considerado de ótima qualidade ecológica e aquele que, devido aos impactos antrópicos, tem suas características fortemente alteradas é considerado de qualidade ecológica péssima. A diferença da legislação dos países da Comunidade Europeia em relação à maioria dos outros países, incluindo o Brasil, é que na Comunidade Europeia se considera a integridade

ecológica do ambiente aquático enquanto a legislação dos outros países apenas a qualidade da água para uso humano.

No entanto, apesar dos avanços na legislação ambiental, muitos pesquisadores tem destacado a forte relação entre o modelo de desenvolvimento vigente e os desastres ambientais presenciados na contemporaneidade. De Vos et al. (2015) destacam o aumento do número de espécies em risco de extinção. Segundo os autores, as taxas de extinção atuais são mil vezes maiores que as taxas naturais que são aquelas que ocorrem naturalmente e não devido aos impactos humanos. Além disso, a poluição nos oceanos por resíduos sólidos também tem aumentado gradativamente e causado impactos nos diferentes níveis de organização biológica (ROCHMAN et al, 2016).

Em 1988 o jornal Le Monde Diplomatique publicou um número sob o título "Une Planète Mise a Sac" (Um planeta saqueado) e o sub-título "La survie de l'humanité en grand péril" (A sobrevivência da humanidade em grande perigo) alertando sobre a característica do ser humano e de seu modelo de desenvolvimento, de utilizar irracionalmente os recursos naturais. O químico alemão e professor da Universidade Técnica de Munique Michael Braungart dizia que o conceito de sustentabilidade estava ultrapassado e defendia que, em lugar de gerar menos danos ambientais, devemos trazer benefícios para a natureza (ver reportagem da revista Época em <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/06/michael-braungart-sustentabilidade-e-um-conceito-ultrapassado.html>). Este pesquisador considera justamente que o nosso modelo de desenvolvimento é insustentável.

Como coloquei anteriormente o termo desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez em uma publicação científica de 1972. O significado de desenvolvimento sustentável de forma resumida é o desenvolvimento que propicia bem estar, conforto, desenvolvimento tecnológico aos seres humanos e ao mesmo tempo preserva as características naturais dos ecossistemas. O modelo de desenvolvimento adotado pelo ser humano é considerado insustentável do ponto de vista ambiental e ecológico, pois ele tem produzido impactos irreversíveis ao meio ambiente. Um exemplo atual é o do aumento dos gases de efeito estufa, especialmente pela queima de combustíveis fósseis, que tem provocado as mudanças climáticas globais.

Os desastres ambientais tem cada vez mais ocupando lugar de destaque no noticiário revelando o cenário de crise ambiental (desenvolvimento insustentável) pela qual a humanidade passa. Como vimos esse cenário vem sendo desenhado por pesquisadores há mais de cinquenta anos.

Este acidente que provocou uma catástrofe em todo o leito do rio Doce e na sua foz, no mar, de proporções e prejuízos incalculáveis é fruto de uma crise ambiental mais ampla por que passa a humanidade. Uma análise das causas e efeitos do acidente em Mariana revela isto. Responder algumas questões nos ajudam a entender o porque do acidente.

1. Porque precisamos extrair ferro? 2. Porque extraímos ferro de Mariana? 3. Qual a necessidade de uma barragem de rejeitos? 4. Porque a barragem se rompeu? 5. Qual a consequência do rompimento?

1. O elemento químico ferro é um nutriente importante na nossa alimentação, por ser um componente da hemoglobina do sangue, mas este ferro de que precisamos estão disponíveis nos alimentos que ingerimos como o feijão e verduras. O ferro extraído de rochas é usado na construção civil, na construção de navios, automóveis, tratores e muitas outras coisas com que temos contato no dia a dia, como torneiras, talheres, portões, etc.

2. Se extrai ferro no município de Mariana, pois na região ocorrem formações geológicas ricas em ferro (minas de ferro) próximas a superfície do solo. No Brasil outra região de extração de ferro está situada no estado do Pará (Carajás). Em muitos locais do planeta é possível a extração de minérios, mas atualmente as maiores minerações são feitas em países em desenvolvimento, com exceção da Austrália, o maior produtor. Os países da Comunidade Europeia são grandes consumidores de ferro, mas praticamente não extraem o ferro de seus países. A atividade de mineração causa grandes impactos ambientais e como as leis dos países desenvolvidos são mais restritivas e severas as minerações acabam ocorrendo principalmente em países como o Brasil que têm leis menos rigorosas em relação à recuperação de áreas degradadas. Assim o custo da extração de minerais aqui é bem menor do que em países desenvolvidos.

3. A barragem de rejeitos é uma alternativa feita para armazenar a fração não utilizada do mineral denominada rejeito. O rejeito é a parte do minério que não tem valor comercial e é separada por processos físicos de peneiramento ou químicos da parte com valor. Em algumas minerações como a de bauxita (minério do qual se extrai o alumínio) o rejeito fruto do beneficiamento do minério é colocado no local do qual foi extraído o minério, sem a necessidade de se fazer uma barragem. Mas esta técnica frequentemente é mais dispendiosa do que a construção da barragem de rejeitos.

4. Existem diferentes técnicas de construção de barragens de rejeitos, algumas mais resistentes e naturalmente mais dispendiosas do que outras. Aparentemente a barragem que se rompeu usava uma técnica de menor custo e mais sujeita ao rompimento.

5. Algumas consequências do rompimento foram exaustivamente divulgadas, como a morte de pessoas, destruição total do distrito de Bento Rodrigues, interrupção da captação e fornecimento de água em cidades à jusante do acidente por alguns dias. Os impactos ambientais são totalmente desconhecidos e nunca poderão ser plenamente avaliados.

No Brasil o monitoramento ambiental é totalmente desvalorizado. Em poucos locais se faz, por exemplo, o monitoramento de ambientes aquáticos. O estado de São Paulo é uma exceção, pois a CETESB monitora a qualidade da água em vários rios, reservatórios e águas marinhas costeiras. No entanto, apenas variáveis físicas e químicas da água são monitoradas. Este é um problema da legislação brasileira que dá importância apenas para a substância química água e seu uso pelo ser humano e determina a avaliação da qualidade da água. As leis brasileiras não dão importância para os ambientes ou ecossistemas aquáticos e os organismos que os habitam. A legislação dos países da Comunidade Europeia, que citei anteriormente, neste sentido é muito mais adequada, pois estabelece que devemos avaliar a qualidade ecológica dos ecossistemas aquáticos. Esta legislação para ser cumprida necessariamente deve avaliar a biota aquática, ou seja, quais espécies ocorrem e qual a sua abundância nos ecossistemas. O monitoramento precário e sem a avaliação biológica impede a quantificação de um impacto como o do rejeito lançado pela Samarco no rio Doce. Quais espécies habitavam o rio e desapareceram ou tiveram a sua população reduzida? Isto jamais saberemos.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) já há vários anos tem uma iniciativa muito positiva em relação à conservação ambiental. Em 1999 o CNPq lançou o Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD) financiando estudos ecológicos desenvolvidos por doze grupos de pesquisa localizados em diferentes biomas brasileiros (BARBOSA, 2013). Gradativamente este programa foi sendo ampliado e atualmente conta com 36 grupos de pesquisa denominados sítios PELD. O objetivo desta rede de sítios distribuídos em diferentes regiões do Brasil é o de se desenvolver pesquisas de longa duração que permitem contribuir para avanços nos conceitos ecológicos e, dentre outras coisas, identificar os efeitos de mudanças climáticas, da carga de poluentes, de perda de biodiversidade e de introdução de espécies exóticas invasoras. Para mais informações sobre o Programa PELD eu indico a leitura do livro PELD-CNPq- Dez anos do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração no Brasil: Achados, Lições e Perspectivas de autoria de Tabarelli et al (2013). Em 2012 passou a fazer parte da rede PELD o sítio PELD-ITA (Estrutura e dinâmica de comunidades em rios e riachos costeiros da Mata Atlântica: Bacia do Rio Itanhaém). Embora os estudos ecológicos na bacia do rio Itanhaém tenham se tornado

um sítio PELD, apenas em 2012 os estudos na região se iniciaram em 1990 (CAMARGO, 2016). Neste projeto fazemos o monitoramento de características físicas e químicas da água (temperatura, condutividade elétrica, oxigênio dissolvido, concentrações de diferentes formas de nitrogênio e fósforo, etc) em cerca de vinte locais da bacia hidrográfica. Além disso, temos avaliado algumas comunidades biológicas como, peixes, plantas aquáticas e insetos aquáticos. Todos os dados coletados são georeferenciados (localização geográfica com latitude e longitude) e também temos dados relativos à paisagem (formação vegetal, áreas agrícolas, áreas urbanas, etc). Com este conjunto de informações é possível identificar a ocorrência de alterações das características dos ambientes aquáticos e dos organismos que habitam estes ambientes (quantidade de espécies, número de indivíduos das diferentes espécies, índice de biodiversidade, etc) em função das alterações do uso e ocupação do solo, tais como, a expansão de áreas urbanas ou agrícolas.

Se na bacia do rio Doce fosse feito um monitoramento como o realizado na bacia do Itanhaém e em outros sítios PELD poderíamos ter uma noção mais concreta dos impactos causados pelo rejeito da mineração. Além disso, com um monitoramento posterior ao acidente saberíamos se o ambiente está se recuperando e se possíveis intervenções para recuperar os ambientes estão sendo efetivas ou não.

O acidente de Mariana revela uma crise ambiental, no entanto, a crise ambiental é apenas um viés de uma crise da humanidade que escolheu um modelo de desenvolvimento que é insustentável.

Rodrigo Nunes, professor do Departamento de Filosofia da PUC-RIO em seu artigo publicado na Folha de São Paulo em 29 de novembro de 2015 sintetiza claramente a crise ambiental e como as questões econômicas interferem nos problemas ambientais.

Como ficou claro de novo com o desastre da Vale/Samarco, no curto e médio prazos da lógica econômica, as questões ambientais não são do interesse de todos, mas jogam uns muito poucos que têm muito a lucrar contra muitos que tem muito a perder. (NUNES, 2015)

A crise ambiental não será solucionada apenas por ambientalistas, biólogos, ecólogos e cientistas ambientais. A crise ambiental somente será superada juntamente com a superação de todas as crises e com a associação entre as comunidades afetadas pelo desastre ambiental, os movimentos sociais, os grupos de pressão de forma organizada e pela mudança do modelo de desenvolvimento atual.

Referências

Barbosa, F. A. R. Uma Breve História do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD-CNPq) do Brasil: da Semente ao Fruto. In: Tabarelli, M., Duarte da Rocha, C. F., Romanowski, H. P., Rocha, O. e Lacerda, L. D. PELD-CNPq: Dez Anos do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração no Brasil: Achados, Lições e Perspectivas. Editora Universitária da UFPE: 14-27, 2013.

Camargo, A. F. M. Estudos Ecológicos na Bacia Hidrográfica do Rio Itanhaém. unespciência, número 73: 6-9, 2016

Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment (1972). Disponível em:

<<http://www.unep.org/Documents.multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503>> Acesso em: 26 de julho de 2016.

Directive 2000/60/EC - The EU Water Framework Directive - integrated river basin management for Europe. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX:32000L0060>> Acesso em: 26 de julho de 2016.

De Vos, J. M., Joppa, L. M., Gittleman, J. L., Patrick R. Stephens, P. R. e Pimm, S. P. Estimating the normal background rate of species extinction. Conservation Biology, volume 29 (2): 452-462. 2015.

Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J. e Behrens III, W. W. The limits to growth. Universe Book, 1972.

Nunes, R. Educação pela lama: ambientalismo em tempos de polarização. Folha de São Paulo. 29/11/2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1711634-educacao-pela-lama-ambientalismo-em-tempos-de-polarizacao.shtml>> Acesso em: 15 de outubro de 2016.

Rochman, C.M., Browne, M. B., Underwood, A. J., van Franeker, J. A., Thompson, R. C. and Amaral-Zettler, L. A. The ecological impacts of marine debris: unraveling the demonstrated evidence from what is perceived, Ecology, volume 97 (2):302-312, 2016.

Tabarelli, M., Duarte da Rocha, C. F., Romanowski, H. P., Rocha, O. e Lacerda, L. D. PELD-CNPq: Dez Anos do Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração no Brasil: Achados, Lições e Perspectivas. Editora Universitária da UFPE: 14-27, 2013.

ARTIGOS

Práticas de conhecimento na Atenção Primária à Saúde: algumas notas de pesquisa

Bruno Pereira de Araujo¹

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo apresentar os percursos de uma pesquisa realizada no contexto da Atenção Primária em Saúde, tendo como um dos seus elementos a realização de trabalho de campo em uma Unidade de Saúde da Família, localizada no município de Guarulhos, São Paulo. Utilizando de etnografia (e aportes teóricos oriundos do trabalho de Marilyn Strathern e Annemarie Mol), o intuito da investigação foi explorar a existência ontológica no campo da atenção primária do indivíduo, da família e da comunidade enquanto objetos de conhecimento e unidades de intervenção para as profissionais de saúde. Assim como, os modos em que a atenção primária mobiliza essas unidades para produzir um conhecimento e intervenção sobre “o todo” (a pessoa-come-um-todo, por exemplo).

Palavras-chave: Práticas de conhecimento; Atenção primária à saúde; Etnografia; Saúde da família.

Abstract:

The following article aims to present the development of a research project carried on the context of Primary Health Care, including as one of its features the execution of fieldwork in a Family Health Care Facility in Guarulhos, São Paulo. Employing ethnography (and engaging with theoretical approaches from the work of Marilyn Strathern), the goal of the inquiry was to explore the ontological existence in the primary health care field of the individual, the family and the community as objects of knowledge and units of intervention for the health professionals. As well as the ways in which such primary health care professionals may assemble those units as a way to produce knowledge about and actions towards “the whole” (the person-as-a-whole, for example).

Keywords: Knowledge practices; Primary health care; Ethnography; Family health care.

¹Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo. Contato: bruno1496@hotmail.com.

É Clifford Geertz quem nos adverte que o que fazem as antropólogas e os antropólogos em campo não é estudar as aldeias, mas estudar *nas* aldeias (2008, p. 16). O interesse do autor era em descrever o que, afinal, constitui a disciplina da antropologia e para isso é importante explicitar o que suas praticantes fazem: o que elas fazem de mais importante, Geertz argumenta, é escrever textos. Essa consideração acerca da feitura da antropologia me parece bastante interessante por dois motivos. Com um certo cinismo, poderíamos dizer que a antropologia já estava se preparando para o que seria a emergência das “culturas de auditoria” (STRATHERN, 2000a; 2004b) nas universidades (notadamente europeias e norte-americanas) no final do século XX. Nesse contexto, antropólogas e antropólogos (assim como demais acadêmicas) se deparam com uma crescente necessidade de tornar seu trabalho “avaliável” (*accountable*, no mundo anglófono), sendo que isso é feito, geralmente, através da escrita: relatórios dos mais variados tipos são produzidos para que outros possam avaliar o que foi feito. De fato, Geertz estava certo. Antropólogas² escrevem e, cada vez mais, precisam escrever sobre o que escreveram em uma outra forma.

Mas não são apenas antropólogas (e demais acadêmicas) que precisam escrever para tornar suas práticas avaliáveis. E aqui reside o segundo motivo para achar a caracterização de Geertz sobre a antropologia interessante. No campo da Atenção Primária à Saúde (APS), mais especificamente em uma Unidade de Saúde da Família (USF)³, muito do que as profissionais da saúde fazem é escrever. Frequentemente, minhas interlocutoras e amigas, a grande maioria auxiliares de enfermagem, comentavam com um tom de frustração que elas perdiam muito tempo lidando com papéis, tempo este que poderia ser destinado a atividades que elas consideravam mais práticas. Na verdade, a enorme quantidade de papéis que elas precisavam preencher muitas vezes nem era considerado, por elas e pelas usuárias da USF, como trabalho. Trabalho era apenas os procedimentos que elas realizavam, a escrita era apenas uma atividade secundária que consumia tempo e energia. Como antropólogas, elas escreviam (e muito). Mas o escrever não era o que as

² Faço a opção por utilizar os termos no feminino, ao invés do convencional uso do masculino genérico.

³ Esse artigo é fruto de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2014-2015 com bolsa do PIBIC-CNPq/UNIFESP, sob orientação da Profª. Drª. Valéria Mendonça de Macedo. Todas as traduções de citações em idioma estrangeiro foram realizadas pelo autor. O trabalho de campo foi realizado em uma Unidade de Saúde da Família (USF) em um bairro de periferia do município de Guarulhos. Realizei o campo durante um período de cerca de quinze meses, indo à USF de uma a duas vezes por semana, permanecendo por lá de 6 a 7 horas por dia de campo. Frequentemente, permanecia na sala de medicação, junto às auxiliares de enfermagem, ou na sala de vacinação. Mas durante todo o trabalho de campo circulei por alguns outros espaços acompanhando diversas campanhas (de vacinação, teste rápido de DST/AIDS, acolhimento de dengue, etc.), reuniões de equipe, algumas atividades das enfermeiras (consultas de pré-natal, acolhimentos, escrita de relatórios) e almoços com as trabalhadoras da USF.

auxiliares de enfermagem faziam, segundo suas próprias análises acerca de suas ações. Escrever não era o que elas faziam, porque escrever não parecia estar diretamente conectado com o interesse da maior parte das profissionais da saúde⁴: *produzir* gente com saúde.

O que se considerava como intervindo na saúde das usuárias, ou como tendo um efeito sobre ela, eram os procedimentos — medição de pressão arterial, administração de medicamentos, consultas, exames clínicos e de laboratório, etc. Mas como etnógrafo em uma Unidade de Saúde da Família, assim como as profissionais de saúde, eu escrevia. Contudo, o que eu escrevia parecia formar uma imagem da USF diferente daquela que minhas interlocutoras formavam quando descreviam a mim o que faziam. Os procedimentos e a produção de documentos sobre esses procedimentos em minhas anotações de campo seguiam, na medida do possível, uma continuidade; nos relatos das profissionais da saúde, por sua vez, essas duas práticas eram radicalmente distintas, sendo que, na verdade, a produção de documentos dificilmente era considerada uma prática. Como disse, elas a consideravam um fardo.

Isso não quer dizer que elas não julgavam que os documentos que elas produziam eram sem importância. Eles eram uma garantia para problemas que pudessem ocorrer no futuro. De fato, sempre que perguntava para o que serviam os documentos, elas me respondiam que eles deixavam registrado que elas tinham realizado tudo de acordo com as normas, e serviriam, dessa forma, como prova de boa conduta caso houvesse alguma queixa por parte de usuárias e usuários da USF. Certamente, os documentos eram e poderiam ser utilizados como uma forma de tornar o trabalho das profissionais da saúde passível de avaliação exterior, assim como escrever um relatório de pesquisa pode tornar o trabalho de uma antropóloga avaliável para terceiros. E boa parte dos relatórios produzidos em uma USF são destinados a avaliar e contabilizar o trabalho que acontece no estabelecimento⁵.

⁴ Grande parte das minhas relações em campo se deram com auxiliares de enfermagem, mas uso de modo genérico a expressão “*profissionais da saúde*” para caracterizar as diferentes pessoas que em uma Unidade de Saúde da Família têm como objetivo contribuir para a recuperação/manutenção/promoção da saúde das usuárias e usuários. Essas profissionais incluem não somente pessoas oriundas de treinamento na área da saúde, como médicas, enfermeiras e auxiliares de enfermagem, mas englobam, no espírito de trabalho multidisciplinar, assistentes sociais, nutricionistas, fonoaudiólogas, psicólogas, agentes comunitários, etc. A expressão também me ajuda na retórica do meu argumento, tornando distintas as perspectivas das profissionais da saúde da minha própria perspectiva, oriunda do meu engajamento com a antropologia.

⁵ De fato, poderíamos inclusive argumentar que considerar a grande maioria dos documentos como formas de tornar o trabalho avaliável e contabilizável torna as práticas de produção de documentos distintas do “trabalho de verdade”.

Contudo, isso não me parecia ser a única coisa que os documentos faziam na USF. Se eles poderiam ser arquivados para que em algum momento posterior pudessem ser consultados, a vida deles era muito mais ativa fora do arquivo, enquanto circulavam pelas diferentes salas da Unidade. Eles eram muito mais interessantes enquanto uma maneira de fazer procedimentos e pessoas circularem por essas salas na forma de conhecimento. Foi assim que comecei a me interessar pelas práticas de conhecimento na APS/USF, observando (e escrevendo) como os documentos podem se tornar interessantes quando vemos o que eles fazem na prática, não apenas o que as pessoas que cotidianamente se enfadonham com eles dizem sobre ação deles.

Meus interesses pareciam ser simetricamente inversos aos das profissionais de saúde. A divisão que elas criavam entre os procedimentos e os documentos dirigia seus interesses para os primeiros, enquanto para mim, cada vez com mais intensidade, o interesse se voltava para os documentos. Isso fez me afastar da (auto) descrição de meu trabalho como sendo um trabalho de antropologia da saúde (ou, num idioma mais estadunidense, antropologia médica) e me mover, caso as subdisciplinarizações ainda sejam importantes, para uma antropologia do conhecimento. É claro que tal forma de subdisciplinarizar reflete as inspirações teóricas que incidiram sobre a minha pesquisa, notadamente o trabalho de duas autoras: Marilyn Strathern e Annemarie Mol.

Por antropologia do conhecimento tenho em mente um conjunto de trabalhos etnográficos inspirados pela preocupação de Marilyn Strathern com as *práticas de conhecimento*, ou as maneiras pelas quais as pessoas “tornam evidentes para si mesmas” aquilo que elas sabem. A frase destacada entre aspas vem da própria Strathern (1992, p. 5) e o idioma da produção da “auto-evidência” figura em seus trabalhos pelo menos desde *O gênero da dívida* (2006), se intensificando a partir de então. Tal interesse pelos modos que as pessoas tornam o conhecimento visível (ou evidente) foi fundamental para o primeiro momento da pesquisa. Isso se deu devido ao encontro de duas personagens: os xamãs ameríndios e Michel Foucault (mediados por Strathern). Dos xamãs⁶, aprendi sobre as práticas de objetificação das curas, isto é, os processos pelos quais o xamã torna visível, para a pessoa doente e demais espectadores, a doença que ele retirou do corpo enfermo (cf. por ex. LÉVI-STRAUSS, 2012; COELHO DE SOUZA, 2010). De Foucault (2013), por outro lado, aprendi através de sua belíssima descrição das transformações do saber médico no

⁶ Entre 2013 e 2014, realizei com bolsa PIBIC-UNIFESP uma pesquisa intitulada “Noções de corpo, saúde e doença entre populações ameríndias”. É daí que provém meu contato com o xamanismo.

final do século XVIII sobre as mudanças nas “formas de visibilidade” que, alterando o próprio olhar médico, fizeram aparecer, por exemplo, a doença no corpo do indivíduo.

O encontro gerou o interesse pelos regimes estéticos que estão presentes no campo da saúde (ameríndio ou euro-americano). Novamente, esse conceito de estética é oriundo do trabalho de Marilyn Strathern e é usado para descrever “formas (convencionais) que servirão como evidência de que as relações foram assim ativadas” (STRATHERN, 2006, p. 273) ou então, para se referir ao “poder de persuasão da forma, ou a elicitación de um senso de adequação [*appropriateness*]” (STRATHERN, 2004, p. 10). Annelise Riles (2006, p. 2ss) foi quem me forneceu a possibilidade de seguir os documentos a partir de sua dimensão estética, reconhecendo-os enquanto “artefatos paradigmáticos do conhecimento moderno” e, portanto, habilitando-os para serem objetos de escrutínio etnográfico. Assim, tratei os documentos a partir de suas capacidades performativas e seus aspectos estéticos (HULL, 2012). A maneira com a qual lidei com eles foi como agentes nas redes de relações que fazem coisas (aspecto performativo) e apresentam formas eficazes e que exercem algum tipo de persuasão acerca de seu preenchimento e apreciação (aspecto estético).

Mas o que gostaria de “ver” seguindo os documentos? Na verdade, a questão poderia ser colocada de outra forma: o que é revelado pelos documentos e o que no processo é ocultado? (cf. STRATHERN, 2000b; 2013) Tomei como foco da investigação três unidades/elementos que orientam a intervenção das profissionais da saúde no campo da APS com a adoção da Estratégia de Saúde da Família (ESF) como elemento reorganizador da atenção primária, pela Política Nacional da Atenção Básica (PNAB):

por [ela] favorecer uma reorientação do processo de trabalho com maior potencial de aprofundar os princípios, diretrizes e fundamentos da atenção básica, de ampliar a resolutividade e impacto na situação de saúde das pessoas e coletividades, além de propiciar uma importante relação custo-efetividade. (BRASIL, 2012, p. 54)

Essas unidades de intervenção⁷ são o indivíduo, a família e a comunidade. Na enorme lista de atribuições das profissionais de saúde da atenção básica, seja as atribuições comuns ou as específicas de cada categoria, essas diferentes unidades recorrentemente aparecem como o foco das práticas dessas profissionais. Vejamos, por exemplo, a primeira das atribuições que orienta a participação delas no “processo de territorialização e mapeamento da área de atuação da equipe, identificando grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos e vulnerabilidades” (BRASIL, 2012, p. 43). Aqui temos explicitamente que grupos, famílias e indivíduos são unidades a serem discriminadas, isto é,

⁷ Designei tais elementos como *unidades de intervenção* pois eles geralmente figuram nos discursos sobre a APS/ESF, seja das profissionais da saúde ou de documentos e publicações oficiais, como sendo o foco da atenção à saúde.

identificadas durante o processo de territorialização, isto é, adscrição da comunidade/população que será atendida pelo estabelecimento de saúde da atenção básica — a Unidade de Saúde da Família.

É interessante notar que tais objetos poderiam facilmente ser descritos como objetos⁸ da antropologia social. No entanto, seria difícil encontrar antropólogas que concordem com uma única definição, digamos, de família. Encontraríamos inclusive algumas que proporiam que o conceito de família deveria ser de vez abandonado das descrições etnográficas. Mas mesmo assim esses conceitos parecem ter uma vida bastante estável no campo da Atenção Primária em Saúde, assim como em diferentes campos da nossa vida social. Portanto, umas das minhas tentativas com a pesquisa foi de “tornar estranho o familiar” (cf. Wagner, 2009), fazendo uma pergunta um tanto simples e no limite bastante ingênua: *o que são esses objetos?*

Aqui encontramos a influência dos trabalhos de Annemarie Mol, que apontei acima como uma segunda fonte de inspiração ao lado de Marilyn Strathern. De fato, a questão acerca do que é o indivíduo, a família e a comunidade tem o intuito de possibilitar entrever o que Mol chama de política ontológica, isto é, a realização de “como o ‘real’ está implicado no ‘político’ e vice-versa”.

Política ontológica é um termo composto. Se refere à *ontologia* — que no idioma filosófico comum define o que pertence ao real, as condições de possibilidade com que vivemos. A combinação dos termos “ontologia” e “política” nos sugere que as condições de possibilidade não são dadas de antemão. Que a realidade não precede às práticas mundanas nas quais interagimos com ela, antes sendo modelada por essas práticas. O termo *política*, portanto, permite sublinhar este modo ativo, este processo de modelação, bem como o seu carácter aberto e contestado. (MOL, 1999, pp. 74-5, grifos da autora)

Portanto, para entender as políticas ontológicas que engendram os objetos, Mol se propõe a fazer uma *filosofia empírica* (ou *praxiografia*) — empreendimento que objetiva trazer para o primeiro plano as práticas nas quais os objetos são criados/manipulados. Dessa forma, para a autora, “conhecimento não é entendido como uma questão de referência, mas uma questão de manipulação” (2002, p. 5), isto é, ela não busca fazer um relato epistemológico na tentativa de descobrir as condições para a aquisição de conhecimento verdadeiro, mas revelar o processo de produção dos objetos que é sempre

⁸ Falar em objetos ao se falar em indivíduo, família e comunidade parece um tanto escandaloso de uma perspectiva (euramericana moderna) que se esforça em não misturar pessoas e coisas (STRATHERN, 2015, especialmente a Parte II; cf. LATOUR, 1994). Mas aqui, objeto é usado para indicar que algo foi objetificado, isto é, assumiu uma forma que pode ser apreciada — se tornou “objeto” de pensamento para alguém. Contudo, permanece em aberto questões acerca da forma assumida durante a objetificação, que pode ser tanto a forma de coisa (reificação) ou de pessoa (personificação) (cf. STRATHERN, 2006; 2014).

localizável em conjuntos de práticas bem situadas. O que acontece durante o empreendimento de uma filosofia empírica (poderíamos substituir por antropologia) é:

Se as práticas são trazidas ao primeiro plano não há mais um objeto passivo e singular no meio, esperando para ser visto a partir de um ponto de vista de uma série aparentemente infinita de perspectivas. Pelo contrário, objetos vêm à existência — e desaparecem — com as práticas nas quais eles são manipulados. E desde que o objeto de manipulação tende a diferir de uma prática para a outra, a realidade se multiplica. O corpo, a paciente, a médica, a técnica [*technician*], a tecnologia: todos esses são mais que um. Mais que singular. Com isso surge a questão de como eles são relacionados. Pois mesmo que estes objetos difiram de uma prática à outra, há relações entre essas práticas. Então, longe de necessariamente se fragmentarem, objetos múltiplos tendem a ficar juntos de algum modo. Voltar-se para a multiplicidade da realidade abre a possibilidade de estudar esta notável realização. (Mol, 2002, p. 5)

Se objetos diferem conforme diferem as práticas que os enactam⁹, estudar a feitura dos objetos depende que sejamos capazes de nos atentar para a *situacionalidade* das práticas das quais eles dependem. O termo situacionalidade é um neologismo para traduzir o conceito *situatedness* de Donna Haraway (1988) que, na minha leitura do trabalho de Mol, é útil para diferenciar a proposta da autora de situar as práticas e objetos de uma tentativa de contextualizá-los. Para uma boa compreensão do empreendimento praxiográfico da autora é preciso não confundir contexto com situacionalidade, que indica mais do que o local/ponto de referência em que emerge um objeto, mas também dos materiais que depende tal emergência, dos modos específicos desse objeto se deslocar e de suas possibilidades de transformação. E os documentos que circulam nas redes da USF são preciosos para tal empreendimento, como veremos.

Ao tratar os documentos como agentes nas redes de relações da USF, foi possível escapar à imaginação que os vê como representando uma entidade anterior e exterior a eles. Meu interesse se direcionou para os tipos de entidades que os documentos contribuem para trazer à existência. Assim, os documentos puderam ser seguidos a partir de sua função de indexação dos processos de translação/tradução dos objetos (cf. LATOUR, 2011). Eles não só tornavam possível “ver” certos objetos, mas também permitiam que fossem visualizados os modos como tais objetos se transformavam ou permaneciam os mesmos, resistiam ou desapareciam do campo de atenção dos demais atores na USF. E, igualmente

⁹ Utilizo o neologismo para traduzir o termo *enactment*, derivado do verbo “*to enact*”. Em inglês, “*perform*” e “*enact*” muitas vezes são usados como sinônimos, mas como indica Annemarie Mol (2002), o termo “*perform*” e seus derivados traz consigo uma bagagem bastante pesada, por isso a preferência por “*enact*” e seus derivados. Esse último termo indica o processo através do qual algo é “trazido à existência”.

importante, como as materialidades que emergiam implicavam modos específicos de socialidades também emergentes e vice-versa (LAW & MOL, 1995).

Então, o que pude realizar a partir de tais traçados? Talvez o mais importante “resultado”, que já está de certa forma contido na proposta da filosofia empírica de Mol, é reconhecer que o indivíduo, a família e a comunidade não são um único e inequívoco objeto, mas, pelo contrário, eles se apresentam, nas práticas efetuadas na USF, como múltiplos e, muitas vezes, os múltiplos objetos enatados por ali não coincidem entre si formando a existência de um todo.

Tomemos inicialmente o indivíduo e alguns dos diferentes documentos que parecem tentar trazê-lo à existência: a ficha de cadastro individual, a folha de evolução clínica e a carteira de vacinação. Cada um dos indivíduos enatados por cada um desses papéis é diferente do outro. Para ilustrar, vamos abordar o tipo de temporalidade que tais indivíduos têm em cada caso.

A ficha de cadastro individual é um documento repleto de informações que, reunidas em duas páginas e dispostas através de uma organização um tanto específica, buscam efetuar uma descrição de uma usuária na forma de um indivíduo com uma identificação particular, um perfil sociodemográfico e uma situação de saúde¹⁰. Trata-se de uma descrição extremamente atemporal. De fato, apenas as informações sociodemográficas e algumas das informações sobre as condições e situações de saúde podem ser alteradas posteriormente após o envio da ficha na forma de dados informacionais no Sistema de Informação em Saúde da Atenção Básica. Esse é um indivíduo que não vive no tempo e nas possibilidades de alteração que uma existência temporal desdobra. As informações sociodemográficas contextualizam o indivíduo do cadastro individual. Elas o situam em aspectos que, apesar de não diretamente relacionados ao processo saúde-doença, reconhece-se alguma influência sobre tal processo. O que elas fazem é coletivizar o indivíduo singular do conjunto de informações de identificação do usuário/cidadão. E por isso elas são alteráveis. O modo euramericano moderno de discriminar entre o dado e o construído é refratado para a

¹⁰ A Ficha de Cadastro Individual se divide em informações de identificação/sociodemográficas e informações de condições de saúde autorreferidas. O primeiro conjunto de informações se divide em mais dois conjuntos: identificação do usuário/cidadão e informações sociodemográficas, cada um agrupando em si (através de um retângulo de lados arredondados) uma série de informações. A identificação do usuário ou cidadão compreende as seguintes informações: número do cartão do SUS, responsável familiar, nome completo, nome social, data de nascimento, sexo, raça/cor, número NIS (PIS/PASEP), nome completo da mãe, nacionalidade, telefone celular, município de nascimento, e-mail. Já as informações sociodemográficas englobam informações sobre a relação de parentesco com o responsável familiar, ocupação, escolaridade, situação no mercado de trabalho, o responsável pelo cuidado/monitoramento no caso de ser uma criança até 9 anos de idade, utilização de cuidador tradicional, participação em grupos comunitários, inscrição em plano de saúde privado, pertencimento a povo ou comunidade tradicional, orientação sexual/identidade de gênero e deficiência.

discriminação entre indivíduos e sociedade, particular e coletivo. É convencional pensarmos que os indivíduos possuem traços particulares que são dados e que através de um processo de socialização eles adquirem novos traços construídos, que os tornam hábeis na vida em coletivo. Mudar o que nos singulariza é tomado como tarefa impossível, ou no mínimo, pouco possível e cheia de riscos (psicológicos, por exemplo), portanto, o que pode ser mudado, o que de fato muda, são os contextos coletivos/sociais em que o indivíduo está inserido (WAGNER, 2009). Por esse motivo, proporia, é que os *softwares* para a digitação das informações do cadastro individual só possibilitam mudanças de informações sociodemográficas e de algumas situações ou condições de saúde (aquelas que são reversíveis, preferencialmente por procedimentos cientificamente reconhecidos).

A folha de evolução clínica, por sua vez, é menos codificada que a ficha de cadastro individual. Na parte superior dela, há um pequeno cabeçalho de três linhas que solicita o preenchimento de informações de identificação da usuária ou usuário: a primeira solicita o segmento, a área e a microárea da usuária (que a localizam no território da USF); a segunda, seu nome; e a terceira, seu número de matrícula. O restante da folha é preenchida por uma caixa de texto onde serão inscritos os procedimentos realizados na usuária pelas profissionais de saúde. A inscrição tem uma forma convencional. Inicia-se anotando a data, na mesma linha comumente se insere a idade da pessoa e logo abaixo o procedimento realizado. Geralmente, uma folha de evolução clínica é isso: uma sequência cronológica e progressiva de procedimentos que foram realizados em uma pessoa (usuária) por outra pessoa (a profissional da saúde). Aqui, o indivíduo é um amontoado de procedimentos que se sucedem no tempo. Diferentemente do indivíduo agenciado com a ficha de cadastro individual, o indivíduo da folha de evolução clínica tem, ao menos um passado, uma história anterior (na forma de procedimentos já realizados) que pode ser acessada pela leitura de tal papel.

Um outro indivíduo agenciado na USF, mais especificamente no interior da sala de vacina, é realizado pelas inscrições efetuadas na carteira de vacinação. Esse é um documento que não precisa de apresentações, já que provavelmente todos têm a sua própria carteira de vacinação para dar uma olhada. Poderíamos descrever a carteira de vacinação como uma antecipação virtual de uma trajetória temporal. A cada nova manipulação dela por uma profissional de saúde, essa temporalidade é duplamente recriada. Primeiro através de uma atualização da situação vacinal da criança (através de uma inscrição a caneta), e segundo através de uma virtualização da situação vacinal da criança em um momento posterior (através de uma inscrição a lápis). A própria diferenciação das

inscrições a caneta e a lápis parece revelar algo sobre a temporalidade da criança/indivíduo da sala de vacinação: o passado não é passível de mudança, mas o futuro antecipado, sim (inscrições a lápis podem ser apagadas facilmente, as a caneta não). Na sala de vacinação ocorre, assim, constante atualização e virtualização do futuro da criança: o futuro parece ser o tempo privilegiado, pois até que a criança complete sua situação vacinal, ele é recriado (é virtualizado) quando se torna passado (é atualizado). Assim, temos um indivíduo que simultaneamente, ao menos quando criança, tem um passado e um futuro. Esse agenciamento singular do indivíduo permite, por exemplo, a existência de crianças atrasadas. A carteira de vacinação permite *ver* o atraso ou não da criança. A sala de vacinação e os documentos de vacinação, destarte, fazem emergir um indivíduo singular que parece “correr” para acompanhar seu futuro, pelo menos até o momento em que não haverá mais futuro¹¹ para ser perseguido.

As três figurações do indivíduo que esbocei acima não coincidem entre si. Se mantemos a dimensão temporal delas, podemos inclusive dizer que elas apresentam objetos diferentes. Mas isso não quer dizer que a realidade do indivíduo em uma USF é fragmentada: na verdade, uma pessoa singular pode aparecer a partir de cada uma daquelas três formas e continuar sendo *uma* pessoa. Isso se dá porque todos os documentos da USF podem ser ditos como tendo *um* dono, e é a indivisibilidade da pessoa/corpo-dono de tais documentos que permite que cada uma das figurações seja apenas uma instanciação de uma única usuária.

A estratégia de descrição que utilizei para organizar minha experiência etnográfica, e que tentei replicar acima em uma versão reduzida, foi de separar os enactamentos (ou agenciamentos) do indivíduo, da família e da comunidade, de tal modo que o efeito foi uma certa reificação de cada um desses objetos. Tal efeito pode gerar a impressão de que esses enactamentos ocorrem de maneira separada, mas, ao contrário, às vezes eles ocorrem de modo simultâneo. Foi a partir do reconhecimento desse efeito (não como algo negativo, mas como algo que me possibilitou fazer certas coisas, ao invés de outras) que tenho embarcado num engajamento com o idioma da integralidade e humanização em saúde. Na verdade, poderia dizer que meu foco se direcionou para o modo como as profissionais da saúde se interessam em lidar com totalidades: a pessoa como um todo, a doença como um todo e a saúde como um todo.

¹¹ Após os 4 anos de idade, a pessoa só retorna para se vacinar aos 15 anos (ou caso fará alguma viagem que seja necessária tomar vacina de febre amarela, ou então, se for uma menina, de 11 a 13 anos, em “busca” da vacina de HPV). Após aos quinze anos, a pessoa retorna em espaços de tempo grande para tomar reforços de algumas vacinas. Contudo, os profissionais da USF “acompanham de perto” apenas a situação vacinal de crianças de até 4 anos e de gestantes.

Abordar algo como um todo é equivalente, ao menos é o que aparenta, a abordar cada um dos fenômenos levando em consideração seus contextos socioculturais, proposta instituída pela PNAB. Mas como os contextos socioculturais aparecem na atenção básica? Eles aparecem através da atenção que não se restringe — termo “nativo” — apenas ao indivíduo, mas que se estende também à família e à comunidade, eixos da intervenção em saúde na ESF. É exatamente na capacidade de conectar esses diferentes domínios que um efeito de todo parece poder emergir na APS. Assim, as pessoas, as doenças e a saúde podem ser vistas como um todo.

Ao apresentar como unidades de intervenção da atenção básica o indivíduo, a família e a comunidade, a PNAB não simplesmente oferece uma forma de contextualizar o indivíduo em outras unidades de maior tamanho, isto é, a questão não é apenas dizer que o indivíduo pertence à uma família que está inserida em uma comunidade que apresenta especificidades “socioculturais”; mas também, a PNAB busca garantir que cada um desses objetos retenha sua especificidade. Mesmo que um possa conter o outro, eles se contêm apenas parcialmente. Esse modo de conectar unidades é uma forma bastante comum entre euramericanos modernos, se seguirmos o argumento de Marilyn Strathern (1992) acerca da maneira que o modelo procriativo do parentesco moderno¹² produz sua auto-evidência através do modo pelo qual as pessoas traçam analogias entre diferentes partes da vida social e do mundo. Ela diz que “conexões podem ser feitas entre partes de tal modo que se mantenha a individualidade de cada” (p. 72). Esse tipo de conexão, chamada pela autora de *merográfica*, parece ser o tipo presente entre as unidades apresentadas na PNAB: cada objeto não é completamente parte de um todo, pois ele sempre poderá ser parte de outra coisa assumindo uma outra perspectiva. Assim, partes podem formar todos, mas também serem em si mesmos todos singulares.

O efeito das conexões merográficas para nossos modos de conhecimento é que o conhecimento se torna algo infinito: sempre haverá algo de novo para se conhecer a partir de uma nova perspectiva. Essa característica da infinitude do conhecimento produzido através de conexões merográficas e a multiplicidade dos componentes (indivíduo, família e comunidade) que formam um “todo” me inquietam acerca, precisamente, do que de fato, isto é, do que nas práticas relacionais no campo da APS se constitui como uma totalidade.

De antemão, tendo em vista o exposto no parágrafo anterior, poderíamos dizer que as totalidades, na realidade, não existem; são uma ficção das pessoas preocupadas em

¹² Marilyn Strathern comenta especificamente acerca do parentesco inglês em meados do século XX, mas acredito que podemos expandir o argumento da autora para o modo euramericano moderno de traçar conexões.

produzir gente com saúde. Mas isso é fugir do problema, ou melhor, negar que o problema existe. As profissionais da saúde e, a partir desse momento incorporo ao meu trabalho também as pesquisadoras em saúde, realmente acreditam — reconheço que este não é o melhor termo — que todo fenômeno já é, desde o início, *um todo*. Portanto, investigar etnograficamente o que é, digamos, uma pessoa como um todo requer que reconheçamos a possibilidade de efetuação de tal “existente”. Mas fazer um todo não é uma tarefa fácil, pois envolve uma política ontológica um tanto séria e pesada: se há, como afirmei múltiplos agenciamentos do indivíduo, da família e a da comunidade, quais desses agenciamentos de fato são propostos como constituintes de uma pessoa como um todo ou de uma doença como um todo?

O mesmo pode ser dito do efeito das conexões merográficas que torna o todo sempre passível de estar incompleto de uma outra perspectiva. Em que momento se interrompe a proliferação de conexões para que um todo se estabilize? Será que de fato a infinitude possível do conhecimento da totalidade é um problema no campo da saúde? Digo isso pois se o todo é sempre frágil diante de novas perspectivas, essa sua instabilidade parece permitir que as pessoas sempre se surpreendam com uma nova faceta da totalidade; os debates acerca da humanização e integralidade em saúde, debates que por si parecem não ter fim, sempre envolvem a possibilidade de que as pessoas descubram que há mais alguma peça importante para completar o todo¹³.

De fato, no dia-a-dia da USF, se intervir no todo (ou no idioma convencional da atenção à saúde: cuidar de modo integral e humanizado) é uma preocupação das profissionais com quem pude conviver, o fato de que o todo sempre escapa às tentativas de apreensão é sempre mascarado (no sentido semiótico utilizado por Roy Wagner, 2009) pela enunciação de que elas estão fazendo o que é possível: “a gente faz o que pode!”.

Tudo isso ainda são algumas hipóteses de trabalho, pois essa última orientação da pesquisa em direção às “políticas ontológicas da totalização” é um desdobramento recente da pesquisa com a qual iniciei: aquela sobre as formas do indivíduo, da família e da comunidade na USF. Contudo, ainda vale apresentar mais uma especulação sobre a qual tenho me debruçado neste contexto. Para isso é preciso apresentar uma outra personagem.

¹³ O conjunto bibliográfico acerca da humanização na saúde é extenso. Meu contato com o tema é relativamente recente e se constitui no que venho trabalhando atualmente a partir dos desdobramentos da etnografia na USF que compõe o pano de fundo deste artigo, como explico no texto. Portanto, indico o *site* da Rede Humaniza SUS (<http://www.redehumanizasus.net/>) como uma fonte para que o leitor possa conferir como os interesses em torno da humanização podem gerar práticas e reflexões que possibilitam conectar uma miríade de diferentes elementos, produzindo sempre uma nova perspectiva do que pode ser lidar com os fenômenos como um todo de modo humanizado.

Essa personagem é uma pessoa comum, pode ser eu ou você, ou algum familiar. Mas imaginemos que essa personagem é uma senhora. Ela tem um cadastro aberto na USF, portanto, ela já teve uma composição de si na forma da ficha de cadastro individual, na ficha de cadastro domiciliar (importante para fazer as famílias) e, certamente, através de sua localização no território adscrito à Unidade, podemos encontrar seu prontuário no arquivo que fica localizado, no caso da USF onde realizei o trabalho de campo, atrás da recepção. Vale notar que os prontuários não são individuais, eles são familiares: todos os moradores de uma residência (pertencentes a um núcleo familiar¹⁴) estão dentro do mesmo prontuário, na forma de folhas de evolução clínicas e outros documentos individualizados.

Suponhamos agora que a senhora, um tanto quanto simpática, chega à USF para realizar a medição da pressão arterial, sob recomendação de uma médica que a atendeu em uma consulta na semana anterior, que suspeitava que as queixas apresentadas por ela naquele momento eram devido a um quadro de hipertensão não controlada. Ela passa primeiro pela recepção para que o prontuário com sua folha de evolução seja separado e possa ser pego por uma auxiliar de enfermagem na sala de medicação. Com o prontuário em mãos, a auxiliar chama o nome da senhora e esta pode, então, adentrar na sala de medicação. “O que a senhora veio fazer?”, pergunta a profissional e é geralmente assim que a interação com a usuária começa. Quando a senhora, sentada, responde que precisa fazer o acompanhamento da pressão arterial, a auxiliar de enfermagem pede que coloque seu braço sobre um apoio, e um instrumento — o aparelho de medir pressão arterial — é conectado ao braço dela, junto com a ponta de um estetoscópio que sintoniza o interior de seu corpo à própria auxiliar de enfermagem.

A bolsa elástica que se encontra na braçadeira do aparelho é inflada pela auxiliar através de uma bombinha. Não se ouve som algum e é apenas ao abrir a válvula, permitindo que o ar saia da braçadeira, que em algum momento se começa a ouvir as pulsações da artéria braquial pelo estetoscópio e se escuta até que se atinja novamente o silêncio. O aparelho de pressão tem uma espécie de medidor, e é ele que auxilia a profissional a traduzir os sons que ela escuta na forma de números, que na verdade são medições em milímetros de mercúrio (mmHg). O primeiro som audível no estetoscópio e seu respectivo número no medidor é a pressão sistólica (ou máxima), o último som, antes do silêncio, e seu respectivo número no medidor é a pressão diastólica (ou mínima). Assim, sons e ponteiros que se movimentam se tornam uma inscrição na folha de evolução da usuária na forma: P.A. 170x80 mmHg.

¹⁴ Há uma equivalência na APS entre família e residência/casa que não poderei discorrer neste artigo.

Após algumas visitas à USF para medir a pressão, a senhora marca um retorno com a médica que havia solicitado esse acompanhamento. Na consulta, a médica olha a versão folha de evolução clínica da usuária e vê um amontoado de pressões arteriais na forma de números. Mas ali, acontece outra coisa: esse amontoado vira ou uma pressão alta e ruim ou uma pressão boa. Digamos que esteja confirmada a hipertensão da simpática senhora. Ela agora é uma pessoa hipertensa. A médica certamente conversará sobre as mudanças que deverão ocorrer nos hábitos de vida da senhora e, arrisco a dizer que, neste momento, a senhora não será apenas um indivíduo, mas ela também terá uma família que deverá assumir o papel de co-cuidadora da saúde dela. De fato, não só os hábitos individuais, mas os familiares também deverão sofrer alterações: principalmente os que dizem respeito à alimentação.

Mas a feitura da senhora enquanto uma pessoa hipertensa não termina por aí. Toda hipertensa precisa ser cadastrada no Hiperdia (o sistema está em fase de transição para o e-SUS). Ela vai ter que assumir uma outra forma, pois nem a senhora simpática, nem o amontoado de procedimentos, nem a “consulta” que fez sua hipertensão têm uma forma apropriada que dá para, falando como minhas interlocutoras, “jogá-la no sistema”. Não vou descrever essa forma específica, mas é uma forma que facilmente se transforma em informação em sistemas informatizados. Ao se transformar em informações, ou numa linguagem mais contemporânea, em dados, ela vai compor diferentes arranjos estatísticos para o Ministério da Saúde, como o “Número de diabéticos, hipertensos e diabéticos com hipertensão por sexo, tipo e risco”. Aqui a senhora-informação compõe o que será tomado como conhecimento do perfil da comunidade pertencente à USF, e ela se torna, então, “parte” de uma comunidade.

A hipertensão ou uma senhora desencadeia uma série de processos que vão trazer à existência não só indivíduos, mas famílias e comunidades também. Lidar com o todo, nesse caso, é ser capaz de manter no campo do cuidado todos esses objetos, nas diferentes escalas que eles se apresentam. Essa é uma das formas de atingir a integralidade e a humanização da atenção à saúde. E como deve ser possível perceber pelo relato, para lidar com o fenômeno como um todo, é primeiro preciso separá-lo em partes. A senhora entra na USF como um todo, qualquer profissional da saúde reconhecerá isso. Mas para que ela possa ser o foco de uma intervenção “integralizada e humanizada”, é preciso que ela seja decomposta em todas as dimensões significativas da APS: indivíduo, família e comunidade.

Mas falar, seja na pessoa como um todo, ou na doença como um todo, ou ainda na família como um todo, adquire uma característica muito interessante quando o todo é formado por conexões entre aquelas três unidades de intervenção. Pois, tanto a pessoa, a doença e a saúde se tornam análogas entre si. Tanto faz se falamos em pessoa, doença ou saúde, se as tratamos como totalidades cada uma já está contida na outra. O que é a hipertensão como um todo equivale à senhora como um todo. Por serem compostos das mesmas partes (indivíduo, família e comunidade), os todos (a pessoa, a doença e a saúde) são composições análogas umas as outras. Esse me parece o efeito (hipotético, ainda) mais interessante das políticas ontológicas de totalização que podem ter como consequência o que Michel Foucault (2010) designou de *medicalização indefinida*, isto é, o fato de que com o avanço do século XX a medicina vem perdendo seu exterior, isto é, o conjunto de objetos não medicalizados e não medicalizáveis que permaneciam longe do olhar autoritário de um médico¹⁵. A intervenção médica deixa de estar vinculada exclusivamente à existência de doenças e à demanda dos doentes e passa a se dirigir à um campo “cada vez mais amplo da existência individual ou coletiva” (FOUCAULT, 2010, pp. 181).

Por fim, sinto que já me alonguei de modo demasiado e tornei o artigo carregado de informações e pontos que, certamente, poderiam ser apresentados em discussões mais detalhadas e mais claras. Contudo, apresentei de maneira muito resumida o que foi o primeiro momento dessa pesquisa e busquei apontar alguns dos desdobramentos que ainda considero e que correspondem aos caminhos atuais dessa mesma incursão. Então, para concluir, deixe-me voltar à distinção que minhas interlocutoras faziam entre a prática e a escrita, bem como ao interesse dessa questão para a prática da escrita etnográfica. A separação parecia ter como fundo a necessidade de se fazer algo que fosse útil para produzir gente com saúde. A escrita que elas realizam, e que compõe grande parte de sua jornada diária de trabalho, simplesmente não tinha um efeito reconhecido (por elas) na saúde das usuárias. O que fazer então com o conhecimento antropológico que é, reconhecidamente, ele mesmo um conhecimento escrito, um texto, como apontaria Geertz? Minha tentativa de escapar à questão sobre a produção de gente com saúde foi a de me

¹⁵ Aqui devo anunciar um pequeno ponto de discordância com Foucault. De fato, concordo que a ampliação do conceito de saúde e da incorporação no processo saúde-doença de determinantes sociais aumenta o domínio da biomedicina, mas ao mesmo tempo, me parece haver um deslocamento da prática médica. O próprio trabalho de Foucault (2013) é minha inspiração para formular tal argumento. Ao colocar no centro do nascimento da medicina científica o surgimento/produção do indivíduo doente, me parece que Foucault nos permite considerar os limites da medicina nesse contexto de medicalização indefinida, em que a doença localizada no corpo do indivíduo não tem a predominância. Proponho que apesar de um novo domínio se abrir ao olhar médico, o campo de atuação da medicina também se abriu a todo um conjunto de outros profissionais/disciplinas antes não presentes na produção de pessoas com saúde, como pode ser visto nos debates acerca da importância da interdisciplinaridade na área da saúde para a garantia de um atendimento à saúde integralizado e humanizado.

mover para o que chamei de antropologia do conhecimento. Mas a “sabedoria nativa” parece sempre ter um jeito de contra-atacar: é predominante entre as profissionais da saúde com as quais trabalhei que todo conhecimento precisa ser, ao mesmo tempo, uma intervenção. Conhecimento que não gera uma boa intervenção não é bom conhecimento. Então, lidar etnograficamente com conhecimento no campo da saúde já é uma forma de lidar com a feitura de gente com saúde. A questão que fica é a de se é possível, em vista disso, reabilitar a escrita — aquilo que fazem antropólogas e antropólogos durante o trabalho etnográfico (e as próprias profissionais da saúde em seu trabalho) — como uma forma de prática ou de intervenção.

Agradecimentos

Preciso explicitar minha enorme gratidão às queridas amigas da Unidade de Saúde da Família onde realizei o trabalho de campo que estiveram sempre à disposição para responder às minhas perguntas e para compartilhar aquilo que elas próprias sabiam. Também agradeço a Valéria Macedo, que como orientadora e amiga, acompanhou todo o processo e ofereceu importantes comentários. Pela leitura atenciosa e comentários sobre esse texto, agradeço ao Pedro Camargo e ao Emerson Rossi.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde. 2012.
- COELHO DE SOUZA, Marcela Stockler. “A cultura invisível: conhecimento indígena e patrimônio imaterial”. Anuário Antropológico 2009 – I. 2010.
- FOUCAULT, Michel. Crise da medicina ou crise da antimedicina. Verve, 18, pp. 167-194. 2010.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2013.
- GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC. 2008.
- HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. Feminist Studies, 14(3), 1988, pp. 575-599.
- HULL, Matthew. Documents and bureaucracy. Annual Review of Anthropology, 41, 2012, pp. 251-56.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34. 1994.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP. 2011.

LAW, John; MOL, Annemarie. Notes on materiality and sociality. *The Sociological Review*, 43(2), 1995, pp. 274-294.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "O feiticeiro e sua magia". In: *Antropologia Estrutural*. São Paulo: Cosac Naify. 2012.

MOL, Annemarie. Ontological politics. A word and some questions. *The Sociological Review*, 47(S1), 1999, pp. 74–89.

MOL, Annemarie. *The body multiple*. Durham/London: Duke University Press. 2002.

MOL, Annemarie. Actor-Network Theory: sensitive terms and enduring tensions. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 50(1), 2010, pp. 253-269.

RILES, Annelise. "Introduction: In Response". In: *Documents: artifacts of modern knowledge*. EUA: The University of Michigan Press. 2006.

STRATHERN, Marilyn. *After Nature: English Kinship in the Late Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press. 1992.

STRATHERN, Marilyn. Cutting the Network. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 2(3), 1996, pp. 517-535.

STRATHERN, Marilyn (eds.). *Audit Cultures: Anthropological Studies in Accountability, Ethics and the Academy*. 2000a.

STRATHERN, Marilyn. The tyranny of transparency. *British Educational Research Journal*, 26(3), 2000b, pp. 309-321.

STRATHERN, Marilyn. *Partial Connections*. Updated Edition. Walnut Creek: Altamira Press. 2004a.

STRATHERN, Marilyn. *Commons and Borderlands: Working Papers on Interdisciplinarity, Accountability and the Flow of Knowledge*. Oxon: Sean Kingston Publishing. 2004b.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva*. São Paulo: Editora Unicamp. 2006.

STRATHERN, Marilyn. *Learning to see in Melanesia*. Lectures given in the Department of Social Anthropology, Cambridge University, 1993–2008. HAU Master Class Series. 2013.

STRATHERN, Marilyn. "O efeito etnográfico". In: O efeito etnográfico e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify. 2014.

STRATHERN, Marilyn. Parentesco, direito e o inesperado: parentes são sempre uma surpresa. São Paulo: Editora Unesp. 2015.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify. 2009.

O governo de Juscelino Kubitschek sob a ótica de um marxista autônomo¹

Carlos Eduardo Tauil²

Resumo:

O artigo aqui apresentado tem por finalidade resgatar o pensamento e argumentos utilizados por Caio Prado Jr. para debater as políticas econômicas brasileira durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961. Ao final da II Guerra Mundial, o Brasil foi alçado a uma nova posição na configuração do comércio internacional. O debate acerca de qual a posição que o país ocupava nesta nova ordem mundial teve seu ápice na década de 1950 e se concentrou em textos publicados pelos desenvolvimentistas, como Raúl Prebisch e Celso Furtado. Desta forma, as análises de Caio Prado Jr. pouco foram levadas em consideração naquele momento e, portanto, o resgate das reflexões deste autor marxista, a respeito da industrialização almejada pelo país na segunda metade da década de 1950, pode nos trazer novas concepções sobre o papel ocupado pelo Brasil na economia internacional e quais os desdobramentos da política econômica desenvolvimentista adotada pelo governo brasileiro daquele período.

Palavras-chave: Caio Prado Jr; Desenvolvimentismo; Economia; Marxismo

As páginas a seguir dedicam-se a compreender quais foram as reflexões e argumentos utilizados por Caio Prado Jr. a fim de debater a política econômica brasileira na segunda metade da década de 1950. Para isso, resgataremos o pensamento do autor em algumas de suas obras menos acessadas, quais sejam *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira* (1954), e *Esboços dos Fundamentos da Teoria Econômica* (1957), bem como seus artigos escritos na Revista Brasiliense durante a década de 1950, com o objetivo de assimilar as críticas de Caio Prado Jr. às políticas desenvolvimentistas³ adotadas por Juscelino Kubitschek

¹ Este texto é um trecho adaptado dos Capítulos 2 e 3 da Dissertação de Mestrado “Subdesenvolvimento, Periferia e Dependência: o lugar de Caio Prado Jr. no debate das políticas econômicas brasileiras na década de 1950” defendida e aprovada em novembro de 2015 pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

² Carlos Eduardo Tauil é doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. É também membro pesquisador do Laboratório de Política da UNESP e do Grupo de Pesquisa Classes e Trabalho da UNIFESP.

³ Entendemos por política econômica desenvolvimentista o conceito utilizado por Ricardo Bielschowsky em *Pensamento Econômico Brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo 1930 a 1964*. 2000, p. 7.

entre 1956 e 1961. Com o propósito de atingir este objetivo, iniciaremos este artigo apresentando a formação e as propostas centrais que pautaram as políticas desenvolvimentistas adotadas pelos governos brasileiros na década de 1950 e, em seguida, apresentaremos as análises feitas por Caio Prado Jr. a estas proposições.

Para compreendermos o surgimento das políticas econômicas desenvolvimentistas no Brasil e América Latina, nós precisamos compreender o que a II Guerra Mundial trouxe de significativas alterações na ordem mundial, seja em sua forma conceitual ou em sua formação prática. Uma das principais mudanças foi que as consequências dos 6 anos de confronto intensificaram o processo contraditório entre os países que regulam o mercado internacional e os que apenas se alinham aos seus desdobramentos. Com dois polos de dominação mundial (EUA e URSS), o polo liderado pelos Estados Unidos defrontava-se com a difícil tarefa de isolar, das influências soviéticas, as áreas de comércio com suas políticas econômicas sem comprometer sua hegemonia recém-conquistada.

No ano de 1944, os Estados Unidos encabeçaram uma série de negociações que tinham o caráter de garantir a reativação do comércio mundial, do crédito internacional, seus sistemas de pagamentos, recuperar as economias européias e empreender as reivindicações de desenvolvimento e bem-estar social de todos os países que não estavam sob influência da URSS.

A devastação causada pela II Guerra precisava ser evitada de todas as formas e com o objetivo de proporcionar bases para diálogos entre os países nas esferas econômicas, sociais e humanitárias, 51 países se reuniram em São Francisco, nos Estados Unidos, e ratificaram a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 24 de outubro de 1945. Naquele momento, o “desenvolvimento” era a principal agenda dos países que estavam sob influência estadunidense e a pobreza das nações, cuja economia possuía o mesmo caráter da economia brasileira, demandava profunda discussão.

O presidente dos Estados Unidos, Harry Trumann, ao início de seu segundo mandato, em 20 de janeiro de 1949, fez o seguinte discurso, lançando pela primeira vez o termo “subdesenvolvido” para os países não centrais no capitalismo mundial:

“Faz-se necessário lançar um novo programa que seja audacioso e que ponha as vantagens de nosso avanço científico e de nosso progresso industrial a serviço da melhoria e do crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade das pessoas em todo o mundo vive em condições vizinhas à da

miséria e não possui o que comer. São vítimas de enfermidades. Sua pobreza constitui uma desvantagem e uma ameaça, tanto para elas quanto para as regiões mais prósperas.”

Antes disso, porém, em 1948, o Conselho Econômico e Social da ONU havia criado a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Este Conselho, sediado no Chile, tinha por objetivo fomentar a cooperação econômica de seus membros. O êxito na criação da Cepal, pelo Conselho Econômico e Social, decorreu mediante a ostensiva pressão política dos países latino-americanos signatários da ONU. Os países latino-americanos precisavam estar inseridos na dinâmica da nova ordem mundial capitalista e se fazia necessário um diagnóstico conjuntural do continente para adotar medidas que apontassem para o desenvolvimento da região. A nova interpretação das relações internacionais subsumiu a América Latina em um ambiente em que sua inserção não passava pelo simples ritmo de evolução do capitalismo, mas sim pela quebra de paradigmas das teorias econômicas anunciadas até então.

Nesse sentido, o ex-diretor do Banco Central da Argentina, Raúl Prebisch⁴, foi convidado para atuar como consultor na Cepal e apresentar um relatório sobre a conjuntura socioeconômica em que a América Latina estava inserida. Em 1949, Raúl Prebisch apresentou *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Principais Problemas* (texto que ficou conhecido como *Manifesto da Cepal*). Com este documento, o argentino fez uma reavaliação sobre a transferência de diretrizes da economia clássica para o continente latino-americano.

Logo no início do Manifesto da Cepal, o argentino sinalizou sua orientação interpretativa: “A realidade está destruindo na América Latina, aquele velho esquema da divisão internacional do trabalho que, após haver adquirido grande vigor no século XIX, seguiu prevalecendo, doutrinariamente, até bem pouco tempo” (PREBISCH, 1949, p. 47).

Por focar seu diagnóstico nas estruturas produtivas dos países periféricos, em especial os países latino americanos, Raúl Prebisch lançou um modelo analítico até então inédito para o exame dos problemas econômicos e sociais dos países de desenvolvimento periférico. O modelo estruturalista - como ficou conhecido o método de análise prebischiano - parte das

⁴ Raúl Prebisch desempenhou diversas funções nas áreas econômicas da Argentina, mas foi durante seu mandato de diretor do Banco Central, que ele se defrontou com o inexequível pagamento da dívida externa argentina, que ele lançou-se na tarefa de reinterpretar as circunstâncias que levaram a Argentina àquela situação (DOSMAN, 2011, p. 44).

relações entre os países de centro e os países da periferia somados à atribuição dos países periféricos no mercado internacional (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 111)

Filiado ao pensamento keynesiano⁵, Raúl Prebisch entendeu que o progresso nos países latino-americanos deveria ser pautado por uma reordenação do Estado, alterando o padrão de políticas públicas, orientando-as para a composição de polos industriais e investimentos na infraestrutura, objetivando demonstrar que as exportações de matérias-primas deveriam ser uma extensão do mercado interno, provendo ao mercado internacional seu excedente produtivo.

A resignificação da condição de pobreza da América Latina, em Raúl Prebisch, relaciona a localização do continente no ambiente de países periféricos na dinâmica internacional, ao passo que os países centrais revitalizam um círculo vicioso em que o movimento de atividades produtivas eterniza a concentração de riquezas na divisão internacional do trabalho. Competia aos países periféricos a tarefa de se apropriar do “local” em que estavam inseridos no funcionamento do capitalismo mundial e descobrirem quais são as particularidades que deveriam ser exploradas com o objetivo de diminuir a lacuna entre a periferia e os países centrais.

A crítica de Prebisch se fundamentou no deslocamento da ideologia ricardiana⁶ para contextos em que sua aplicabilidade não se provava. A hipótese da vantagem comparativa, de David Ricardo, conserva o conceito de que a especialização na produção de um determinado gênero por um país maximizaria - através do comércio internacional - o bem-estar de sua população.

Ao propagar que os países produtores de bens primários não precisariam se industrializar, para se beneficiar do progresso tecnológico dos países centrais, a teoria econômica ortodoxa não levou em consideração as especificidades de demanda e a realidade histórica de cada região participante do comércio mundial. Neste sentido, Prebisch escreveu:

“A política do desenvolvimento tem que se basear numa interpretação autêntica da realidade latino-americana. Nas teorias que recebemos e continuamos a receber dos grandes centros, há com freqüência uma falsa pretensão de universalidade. Toca-nos, essencialmente, a nós, homens da periferia, contribuir para corrigir essas teorias e introduzir nelas os elementos

⁵ John Maynard Keynes (1883 - 1946) foi um economista inglês que fundou a escola heterodoxa econômica responsável por revisar os postulados teóricos liberais como Adam Smith, David Ricardo e Jean-Baptiste Say.

⁶ David Ricardo foi um dos fundadores, junto com Adam Smith, da escola clássica inglesa da economia política.

dinâmicos que requerem, para aproximar-se da nossa realidade” (PREBISCH, 1949, p. 21).

O Manifesto da Cepal deixou explícito que há um desenvolvimento desigual nas relações do capitalismo internacional e, contrariamente do que anunciava a teoria da vantagem comparativa de David Ricardo, o efeito desta divisão internacional do trabalho era uma duradoura e constante depreciação de preço dos produtos primários em relação aos industriais, fazendo com que os países fornecedores de matérias-primas se conservassem nas condições de dependência das demandas internacionais dos países centrais.

O Brasil teve em Celso Furtado o seu principal interlocutor às premissas cepalinas. O economista brasileiro ingressou na equipe cepalina de Raúl Prebisch desde sua fundação e se o argentino logrou êxito na teorização autônoma a respeito das questões das estruturas produtivas da América Latina, nós podemos afirmar que Celso Furtado foi imprescindível no processo interpretativo teórico e propositivo das políticas econômicas brasileiras na década de 1950. Assim como toda perspectiva de reelaboração das teorias clássicas econômicas que pairava no mercado mundial pós-crise de 1929, o economista brasileiro também foi influenciado pela ótica keynesiana de que o simples jogo do mercado, se autorregulando, não daria conta do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos e que estes se manteriam dependentes dos países do centro capitalista, cujas economias estavam suportadas pelo desenvolvimento industrial.

Na primeira metade da década de 1950, Celso Furtado se apropriou de diversos elementos teóricos elaborados por Raúl Prebisch, internalizando a perspectiva teórica e o posicionamento político cepalino ao caso brasileiro. A historicidade na análise dos problemas produtivos do Brasil foi uma das principais contribuições na formação da escola analítica estruturalista brasileira, bem como o pilar para elaboração de políticas econômicas desenvolvimentistas na segunda metade da década de 1950.

Durante a década de 1950, Celso Furtado manteve-se alinhado à metodologia histórico-estruturalista cepalina de análises econômicas do Brasil. Para o economista brasileiro, o subdesenvolvimento brasileiro também obedeceu à ótica dualista, centro e periferia, preconizada pela Cepal, ou seja, a dinâmica político econômica do Brasil foi resultante e integrante do movimento de expansão capitalista internacional e toda debilidade da estrutura produtiva brasileira, e suas conseqüências, vinculava-se a forma singular como o país foi inserido no mercado mundial. Neste sentido, Celso Furtado apresentou quais eram suas

categorias analíticas fundamentais no processo de interpretação do desenvolvimento dos países, ou: “A análise desse problema (o subdesenvolvimento) dentro de uma perspectiva histórica é de importância fundamental para compreender as modificações estruturais que estão ocorrendo atualmente na economia brasileira” (FURTADO, 1954, p. 22).

A análise furtadiana, apresentada em *A Economia Brasileira*, de 1954, parte do pressuposto que o desenvolvimento econômico brasileiro manteve-se dependente em todos os seus ciclos produtivos, desde o ciclo açucareiro até o cafeeiro, e produziu, assim, uma estrutura econômica e social pouco diversificada e pouco dinâmica, incapaz de internalizar o desenvolvimento técnico. Tendo como resultado o aumento da produtividade de seus fatores de produção, como observado nos países industrializados, e se mostrando completamente deficitário na formação de uma poupança nacional e de um mercado interno que produzisse a base de acumulação de capital aos empresários brasileiros.

Em 1954, Celso Furtado escreveu: “É indispensável, pois, que se reconheça a existência de um problema para que sua solução possa constituir objeto de especulação dos homens de pensamento” (FURTADO, 1954, p. 191). Ao diagnosticar que os setores produtivos brasileiros mantinham estruturas débeis, a análise furtadiana indicava que o Brasil deveria se reinventar na forma de se posicionar no comércio internacional e o desenvolvimento de sua economia deveria obedecer à lógica “de dentro para fora”. Ou seja, para Furtado, a industrialização era a única forma de fomentar o aumento de produtividade necessário a um processo de acumulação acelerada de capitais que, somado à difusão do progresso técnico no sistema econômico, poderia democratizar o bem-estar social para a população.

A industrialização do país, segundo Furtado, deveria ser realizada como uma proposição política a fim de superar a pobreza e/ou reduzir o desnivelamento dos padrões de vida entre os países periféricos dos centrais. Neste sentido, para o economista brasileiro, somente através de um impulso político no processo de crescimento econômico autossustentável que o Brasil poderia cumprir sua independência política e econômica.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi o auge do comprometimento do setor público com a política desenvolvimentista preconizada pela Cepal e por Celso Furtado no Brasil. Todo o planejamento de política econômica deste período foi aplicado de forma sistemática e desembocou na formulação do Plano de Metas - cujo slogan foi *50 anos em 5*. O Plano de Metas foi, até então, o maior conjunto de investimento público coordenado já realizado no país e, de certa forma, legitimou o Grande Estado Consumidor que Keynes, Prebisch e

Furtado fundamentavam. De acordo com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, sua implicação econômica estava pautada, basicamente, em dois pontos: 1) desenvolvimento das forças produtivas e do aparelhamento material do país, em suma, no aumento da produtividade brasileira e 2) na busca pelos capitais necessários a fim de realizar este esforço reconstrutivo.

Em artigo escrito em 1956, pouco depois da posse presidencial de Juscelino Kubitschek, Caio Prado Jr. destacou a vontade desenvolvimentista do novo presidente, mas fez ressalvas ao caminho que o novo governo poderia adotar: “Assim sendo, se propõe a tarefa de libertar a nossa economia e nos engajarmos no caminho do desenvolvimento autônomo do país (...) num momento como este é realmente sério o fato de um presidente da República que se mostra tão simpático ao imperialismo” (PRADO JR., 1956, p. 3). Antes de ser empossado, Juscelino Kubitschek viajou aos Estados Unidos e à Europa a fim de atrair investidores ao projeto desenvolvimentista brasileiro. Conforme já mencionamos no presente estudo, faltava capital ao Brasil e os projetos de investimentos em infraestrutura e industrialização apregoados pelos desenvolvimentistas precisavam de dinheiro para sair do papel.

Ainda como candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek publicou, em 1955, o documento que ficou conhecido como *Diretrizes Gerais do Plano Nacional do Desenvolvimento*. Neste plano, o candidato deixou explícito que faria um governo buscando mudar as estruturas sociais e econômicas daquele tempo incluindo, no documento, a pretensão *indispensável* de uma reforma agrária além de fomentar a produção industrial e introduzir novas técnicas produtivas no país. Neste sentido, Caio Prado Jr. viu na eleição de Juscelino Kubitschek um alento que, com tais medidas, poderia alterar de vez por todas a evolução político, econômico e social do Brasil. Caio Prado Jr. confessou não conhecer na história brasileira um presidente que tenha chegado ao poder com uma posição transformadora tão clara quanto o novo governo eleito (Ibidem, p. 5).

O programa desenvolvimentista, que tinha por objetivo a industrialização brasileira a fim de se alcançar patamares elevados de produtividade e, por sequência, o desenvolvimento econômico, poderia ser realizado de duas formas, segundo Caio Prado Jr.: 1) industrialização à custa das próprias forças produtivas nacionais (e aqui não nos cabe apreciar as propostas caiopradianas para este desenvolvimento) ou 2) entregar o projeto de desenvolvimento nacional à iniciativa privada internacional, ou seja, ao capital internacional e aos grandes trustes.

Desta forma, para Caio Prado Jr. não era possível harmonizar estas duas opções e sua crítica ao programa desenvolvimentista brasileiro se pautava pela ideia de que, para estes, era possível um primeiro impulso do capital internacional para, *a posteriori*, iniciar um processo de desenvolvimento nacional, ou seja, o problema do desenvolvimento econômico brasileiro não estava na propagação das técnicas modernas dos fatores produtivos, mas sim na questão de como se criar as condições para a propagação destas técnicas. Situações que se diferenciam em suas próprias bases de análise.

Esta impossibilidade de congregação destas duas hipóteses se dava na medida em que, para Caio Prado Jr., qualquer suposta vantagem dada a qualquer tipo de iniciativa capitalista se transforma numa crescente vantagem, ou seja, o incentivo dado pelo governo brasileiro aos imensos trustes internacionais os colocaria em tal posto de vantagem competitiva que eles progrediriam em absoluto e incontestável domínio da economia brasileira (PRADO JR., 1959, p. 4).

Para este autor, a política desenvolvimentista permitiria ao capital internacional e grandes trustes aumentarem seus campos de ações em um ritmo desigual ao desenvolvimento nacional e, desta maneira, submetendo o país a uma condição de subordinação e dependência de seus domínios e interesses. Conforme nos mostra o quadro 1, na década de 1950 o Brasil já apresentava uma situação de remessas internacionais maiores do que os investimentos estrangeiros, comprometendo a balança comercial do país. Além disso, Caio Prado Jr. alegou, também, que havia um movimento de direcionamento da própria - e insuficiente - poupança nacional para empreendimentos estrangeiros. Ou seja, já na década de 1950, o Brasil financiava grande parte das inversões internacionais no país.

QUADRO 1

Contas Públicas				
ANO	Saldo em Conta Corrente (US\$ Milhões)	Inversão de Capitais (US\$ Milhões)	Balança de Pagamentos (US\$ Milhões)	Dívida Externa Total (US\$ Milhões)
1950	140,0	200,0	52,0	559,0
1951	-403,0	160,0	-291,0	571,0
1952	-624,0	680,0	-615,0	638,0
1953	55,0	1150,0	16,0	1159,0
1954	-195,0	1160,0	-203,0	1317,0
1955	2,0	1430,0	17,0	1445,0
1956	57,0	3380,0	194,0	1580,0
1957	-264,0	4970,0	-180,0	1517,0

1958	-248,0	5080,0	-253,0	2044,0
1959	-311,0	5590,0	-154,0	2234,0
Fonte: ABREU, 1990, p. 404				

A política desenvolvimentista, elaborada e executada durante a década de 1950, mantinha como premissa o desenvolvimento industrial como propulsor das técnicas produtivas para, assim, prolongar o aumento das atividades econômicas e desta forma, oferecer as benesses do desenvolvimento econômico à população brasileira. No entanto, para Caio Prado Jr., este desenvolvimento, através da industrialização capitalista, tinha como caráter de progresso econômico um aspecto quantitativo e não qualitativo. Ou seja, o desenvolvimento nacional não se daria apenas pela introdução de técnicas que aumentassem a produção brasileira de uma para dez unidades. As críticas feitas pelo autor marxista em relação à dependência econômica brasileira se baseavam no feitiço qualitativo da produção nacional.

Para o autor, a diversificação das forças produtivas não conquistaria progresso se suas bases não se alterassem de forma a orientar o desenvolvimento econômico com a finalidade, fundamental e essencial, do atendimento das necessidades da massa da população brasileira. Em relação aos países subdesenvolvidos, disse o autor:

“O que os distingue e caracteriza não é unicamente nem principalmente o seu baixo nível de desenvolvimento e progresso técnico e econômico, e muito menos a insignificância de sua renda nacional, mas sim aquela posição específica que ocupam no conjunto do sistema capitalista” (PRADO JR., 1957, p. 192).

Sob esta ótica, a condição de subdesenvolvimento não se exprimia pelos baixos índices de progresso econômico e da renda nacional, isto é, esta condição implicava algo dissimulado pela insuficiência deste progresso.

A compreensão da subordinação e dependência do Brasil, para Caio Prado Jr., tem como um dos pontos centrais a questão da universalidade das teorias econômicas e conforme vimos anteriormente, o autor marxista considera grande parte dos economistas que fizeram escola - de Smith a Keynes - como ordenadores do capitalismo. O modelo desenvolvimentista de Celso Furtado e Raúl Prebisch - influenciados pela “revolução keynesiana” - mantinha este mesmo espírito, qual seja, transpor modelos que deram certo em uma parte pequena de países para a realidade brasileira.

Para Caio Prado Jr., a industrialização e o desenvolvimento econômico de certos países aconteceram por fatores que no Brasil ficam dissimulados. Ou seja, nos países desenvolvidos as atividades produtivas atendiam a dois ramos: 1) satisfazer o mercado inflado pela acumulação capitalista e 2) pela demanda de bens de produção. O desenvolvimento destas atividades aconteceu de forma simultânea (e suportadas por questões que não nos interessa neste estudo⁷) e suas especializações/divisões no processo de adequação da produção interagiam dando margem a um desenvolvimento econômico que não era possível sob a perspectiva caiopradiana. Para o autor, no modelo dos países desenvolvidos, a acumulação de capital e suas inversões - sejam reinversões ou inversões no estrangeiro - se entrosavam em um processo contínuo em que inversão se transforma em acumulação e a acumulação se transforma em inversão.

No Brasil, o desequilíbrio é a situação de normalidade. Sobre isto, disse Caio Prado Jr.:

“A exportação, a importação, o serviço financeiro do capital estrangeiro, e as novas inversões desse capital - elementos esses que compõem o essencial das contas externas dos países subdesenvolvidos - não se relacionam entre si de maneira a variarem em função uns dos outros, assegurando um nivelamento, ou pelo menos uma tendência ao nivelamento dos itens respectivamente do deve e do haver. Trata-se de elementos desconectados entre si e ligados a circunstâncias próprias a cada qual e estranhas entre si” (PRADO JR., 1957, p. 204).

Estas constatações se respaldam nos números da economia brasileira da década de 1950. O quadro 2 nos mostra a completa falta de nivelamento das atividades econômicas, conforme Caio Prado Jr. já mencionava em 1957. A economia brasileira não apresentava tendência nenhuma: se em 1951 houve 39% de aumento nas exportações, dois anos depois, em 1953, houve retração de -31%; se em 1952 houve retração de 19% nas exportações, em 1955 o Brasil aumentou em 15% seu volume de vendas no estrangeiro. O mesmo se dá nos preços negociados *versus quantum* efetivado. Em 1951 as importações tiveram valorização de 30% e mesmo assim o país aumentou em quase 40% suas compras no mercado internacional. Da mesma forma, em 1958 os preços dos produtos brasileiros exportados se desvalorizaram em quase 6% e nem por isso o país conseguiu exportar mais, pelo contrário, as vendas

⁷ Sobre o processo de acumulação capitalista e industrialização na Europa, ler *As Veia Abertas da América Latina* (autor: Eduardo Galeano)

internacionais diminuíram em 5%. O comércio internacional brasileiro era inteiramente desconexo e contraditório e, por isto, para Caio Prado Jr., não havia de se falar em equilibrar acumulação e investimentos de capitais no país.

QUADRO 2

Taxa de variação em relação ao ano anterior				
ANO	Variação no Preço Importação (%)	Variação no Preço Exportação (%)	Quantum Importação (%)	Quantum Exportação (%)
1950	-10,0	49,7	9,5	-17,4
1951	29,9	18,2	39,1	10,5
1952	8,0	-0,7	-7,5	-19,2
1953	-4,9	-2,0	-31,0	10,7
1954	-6,2	18,8	34,5	-14,8
1955	-1,6	-20,6	-20,7	14,7
1956	-3,2	-2,4	-1,6	7,1
1957	0,8	-0,9	21,9	-5,4
1958	-2,4	-5,7	-6,0	-5,1
1959	-8,8	-12,1	12,5	17,1
Fonte: ABREU, 1990, p. 405				

Para Caio Prado Jr., não se tratava de equilibrar números quantitativamente, como desejava os planos desenvolvimentistas daquela década. Nessa medida, as tentativas desenvolvimentistas de transformar o Brasil em um país industrializado, altamente produtivo e capaz de inovar tecnologicamente não alcançariam seus objetivos, caso a dicotomia acumulação de capital *versus* investimentos não fosse, também, resolvida. A falta de integração entre a dinâmica do mercado interno, a fim de gerar acumulação de capital, com o volume financeiro que o mercado externo poderia injetar na economia brasileira, era a condição dissimulada de insuficiência do progresso econômico.

Desta forma, a indústria brasileira se formaria apenas com o intuito de suprir alguma deficiência na importação. O autor entendeu que o período entreguerras desfalcou o mercado brasileiro em inúmeros itens de consumo da população e que, principalmente na década de 1950, a industrialização tomava vulto, tornando-se um elemento importante dentro da dinâmica do mercado interno brasileiro (PRADO JR., 1954, p. 133). No entanto, a teoria caiopradiana enxergou no inflado processo de industrialização brasileira mais um movimento produtivista dos

grandes trustes internacionais, na medida em que a maior parte das indústrias instaladas no país naquelas décadas eram extensões de suas matrizes internacionais. Em artigo escrito em 1956, o autor explicita sua insatisfação com os rumos dados pelo governo no que tange a indústria nacional e aos grandes trustes internacionais. Segundo o autor:

“É, aliás, notória a pouca simpatia que o governo tem pela indústria estatal (...). O Sr. Kubitscheck guarda o melhor de seus discursos e louvores para os empreendimentos das grandes organizações internacionais, como ainda recentemente fez por ocasião da inauguração da fábrica de caminhões da Mercedes-Benz em S. Paulo” (PRADO JR., 1956b, p. 3).

Os grandes trustes, segundo Caio Prado Jr., estavam se instalando no país com vistas em melhorar sua lucratividade, uma vez que o Brasil oferecia mão de obra barata, benefícios fiscais e o comprometimento do governo federal em investir em infraestrutura a fim de garantir o escoamento da produção industrial aqui fabricada ou, em outras palavras, como filiais dos grandes trustes internacionais passando a produzir aqui mesmo aquilo que antes nos exportavam de suas matrizes.

Para o autor, do ponto de vista do desenvolvimento interno, a industrialização planejada pelos desenvolvimentistas não alteraria a essência do nosso comércio internacional, pois não faria diferença ao Brasil pagar pela importação destes produtos fabricados fora do país ou fazer as remessas de lucros, dividendos, royalties e demais formas de remunerações aos grandes trustes com suas centrais baseadas no centro capitalista.

Na década de 1950, para Caio Prado Jr., esta fundamental alteração na geração e acumulação de capital nos países do centro foi a forma de manter a economia nacional dependente e subordinada à ordem mundial remodelada pós-II Guerra Mundial. Assim, o estímulo dado pelo capital internacional aos empreendimentos que condicionavam a geração de lucro de forma alienada às necessidades do país, cuja economia era investida, foi a condição que coube aos países que não possuíam atividades internas de vulto capazes de fazer frente aos trustes internacionais. Desta forma, para o autor, a organização produtiva - via industrialização com capital internacional - manteria a frágil economia brasileira estagnada frente ao imperialismo, uma vez que não se coordenou e muito menos se mobilizou o mercado interno do país a fim de produzir conforme suas necessidades e, posteriormente, consumir conforme suas necessidades: “Nesse assunto, trata-se de orientar a indústria de transformação

no sentido do aproveitamento ao máximo da produção primária de origem nacional” (PRADO JR., 1954, p. 215).

Apesar de a industrialização brasileira não ter se desenvolvido nos moldes caiopradianos, ela aconteceu e, como já afirmamos, teve seu período de maior impulso na década de 1950. Apesar de toda crítica realizada ao governo Kubitscheck, Caio Prado Jr. ficou atento às transformações que estavam ocorrendo no Brasil daquele período. A industrialização brasileira era algo inquestionável (o que foi questionável, para Caio Prado Jr., era a forma como ela estava sendo conduzida). Contudo, o autor percebeu as alterações estruturais que estavam ocorrendo no desenvolvimento do país e já em 1945 ele escrevera:

“(...) chegada a este ponto de desenvolvimento, a indústria passara já a ocupar lugar de grande relevo na economia do país. Uma boa parcela dos artigos manufaturados do seu consumo era de produção interna, dispensando assim parte das importações correspondentes de artigos estrangeiros (...). É nessa conjuntura, aliás, que repousará a indústria: tornara-se um elemento indispensável ao funcionamento normal da economia brasileira que já não poderá mais dispensá-la sem um distúrbio profundo de todo seu equilíbrio” (PRADO JR., 2012a, p. 262).

Neste sentido, durante a década de 1950, a análise caiopradiana vai de encontro às interpretações feitas por André G. Frank e Luiz Carlos Prestes de que a industrialização e a diversificação das atividades produtivas seriam incompatíveis com o imperialismo e, ao mesmo tempo, também vai de encontro às propostas furtadianas, na medida em que o autor denuncia as contradições que podem surgir na economia brasileira, fruto de uma industrialização formatada pelo imperialismo.

O Partido Comunista Brasileiro, se de um lado manteve uma postura buscando argumentos nas orientações da Internacional Comunista para combater o imperialismo no Brasil, Caio Prado Jr. nos parece ter tido uma visão mais clara dos desdobramentos econômicos no período pós-II Guerra Mundial.

A despeito de toda instabilidade dos fluxos de importação *versus* exportação e somado ao constante desequilíbrio da balança de pagamento, o esforço de industrializar o país - seja como tenha sido - obteve algum efeito e houve, de fato, um aumento crescente na produção industrial e crescimento econômico brasileiro na década de 1950. Segundo o autor: “Mas a par desses aspectos negativos do imperialismo, encontramos nele um lastro positivo (...). O

aparelhamento moderno com que contaria a economia brasileira até as vésperas da II Guerra Mundial, foi quase todo ele fruto do capital internacional” (PRADO JR., 2012, p. 283).

O quadro 3 nos apresenta, com números, que o autor estava atento a estas alterações na estrutura econômica brasileira:

QUADRO 3

Taxa de variação em relação ao ano anterior					
ANO	PIB	Produto Industrial	Produto Agrícola	Produto do Setor de Serviço	Formação Bruta de Capital Fixo (% PIB)
1950	6,8	12,7	1,5	7,9	12,8
1951	4,9	5,3	0,7	6,0	15,4
1952	7,3	5,6	9,1	5,9	14,8
1953	4,7	9,3	0,2	1,9	15,1
1954	7,8	9,3	7,9	9,8	15,8
1955	8,8	11,1	7,7	9,2	11,8
1956	2,9	5,5	-2,4	0	14,5
1957	7,7	5,4	9,3	10,5	15,0
1958	10,8	16,8	2,0	10,6	17,0
1959	9,8	12,9	5,3	10,7	18,0
Fonte: ABREU, 1990, p. 403					

Caio Prado Jr., percebeu que a movimentação de capitais - ocorrida no final do século XIX e na primeira metade do século XX - diferenciava-se por completo da simples transferência de capital ocorrida no século XIX. A questão geográfica, inclusive, já tinha sido superada, ou seja, a propriedade e a produção do excedente econômico não se ligavam mais aos seus países de origem. Na primeira metade do século XX, a estratégia era outra. Tratava-se de produzir excedentes econômicos em locais que buscassem o nível ótimo de lucratividade para que suas matrizes se apropriassem da acumulação de capital e, assim, o ambiente internacional em que o Brasil estava inserido no pós-II Guerra Mundial era um ambiente de disputa pelo poder de influenciar - a partir da estrutura econômica - toda superestrutura dos países subdesenvolvidos.

A década de 1950 denunciou este movimento aos olhos do autor. O Plano de Investimentos CMBEU⁸ não saiu do papel e coube a comissão CEPAL-BNDE⁹ elaborar as projeções relativas a vários setores da economia brasileira. O plano do governo era investir em cinco grandes áreas: 1) energia; 2) transporte; 3) alimentação; 4) indústria de base e 5) educação. Vale ressaltar, mais uma vez, que as projeções eram feitas motivadas para se atingir o mais rápido crescimento econômico possível no menor espaço de tempo possível. Sob o governo de Juscelino Kubitschek a ordem era realizar inversões com capital público em obras das cinco áreas, conforme veremos no quadro 4, e estimular as atividades e investimentos privados, onde lhes fossem conveniente.

QUADRO 4

Plano de Metas - 1957 a 1961- Estimativas de Investimentos em Bilhões de Cr\$				
Plano	Produção Interna	Importação	Total	%
Energia	110	69	179	42,4
Transporte	75,3	46,6	121,9	28,9
Alimentação	4,8	10,5	15,3	3,6
Indústria Básica	34,6	59,2	93,8	22,3
Educação	12		12	2,8
TOTAL	236,7	185,3	422	100
Fonte: ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990, p. 177.				

Grande parte do governo de Getúlio Vargas, de 1951 a 1954, e de Juscelino Kubitschek, 1956 a 1961, alocou ao setor público a condução de obras de infraestrutura no Brasil. Melhorar todo setor de base brasileira - estradas, energia, portos - era condição *sine qua non* para que o capital internacional enxergasse possibilidades de negócios lucrativos no país. Desta forma, o governo brasileiro assumiu importantes indústrias estratégicas que formariam a base para as inversões internacionais na economia brasileira, dentre elas o aço e a comunicação, com a finalidade de orientar suas produções no ritmo necessário para que os grandes trustes internacionais pudessem se instalar no país.

Neste sentido, indústrias de aço como a COSIPA, CNS, Usiminas passaram a serem controladas pela via estatal. Na produção e exportação de minério de ferro, o governo controlou

⁸ A CMBEU - Comissão Mista Brasil e Estados Unidos - foi formada em outubro de 1950 e tinha como objetivo colocar em prática os investimentos do governo estadunidense em países subdesenvolvidos, conforme orientação da Doutrina Truman (VIANNA, 1990, p. 124).

⁹ Banco Nacional de Desenvolvimento

a direção da Companhia Vale do Rio Doce. Para a extração e refino do petróleo, o governo criou a Petrobrás (conforme já vimos acima). Orientou, também, o desenvolvimento da rede de transmissão de energia através da CHESF e Furnas. Tomou em suas mãos a expansão da malha ferroviária através da Rede Ferroviária Federal, bem como a expansão das rodovias através das DNER e DERs. Deste mesmo modo, aumentou a participação do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDE na oferta de crédito para comercialização e exportação dos produtos primários produzidos no país (ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990, p. 182).

Vale lembrar que o esforço de investimento público tinha por finalidade formar a base para implantação dos grandes trustes no Brasil inaugurando, desta forma, grandes indústrias de automóvel, ônibus e caminhões; fábricas de eletrodomésticos; indústrias de transformação; indústrias farmacêuticas; indústrias extrativas e serviços de transportes, armazenagens e exploração florestal (CAPUTO; MELO, 2009, p. 15). Para facilitar e criar as estruturas demandadas pelo capital internacional e grandes trustes, o governo de Juscelino Kubitschek não poupou esforços, conforme vemos no quadro 5:

QUADRO 5

Caixa do Tesouro e Financiamento*							
	Execução Orçamentária			Financiamento do Déficit de Caixa			
Ano	Receitas	Despesa	Saldo	Branco do Brasil	Títulos	Outros	Total
1956	74,1	107,0	-33,0	24,4	0,2	-0,3	23,9
1957	85,8	118,7	-32,9	15,8	9,5	15,8	41,1
1958	117,8	148,5	-30,7	16,7	9,2	-0,3	25,6
1959	157,8	184,3	-26,4	25,2	8,8		32,0
1960	233,0	264,6	-31,6	75,4	2,2	-13,6	64,0
*Valores em Cr\$ Bilhões							
Fonte: ORENSTEIN; SOCHACZEWSKI, 1990, p. 189.							

O quadro 5 nos mostra muito do que significou a teoria desenvolvimentista no Brasil. A despeito de qualquer tipo de equilíbrio ou desequilíbrio nas finanças, o governo brasileiro alinhou-se as demandas dos grandes trustes a fim de oferecer condições para suas inversões. Este cenário vai ao encontro da política econômica preconizada por Keynes - que influenciou

toda teoria cepalina - de que o crescimento econômico deveria ser garantido a qualquer custo. Isto é, o Estado deveria cumprir com seu papel de fomentar as atividades, mesmo que fosse preciso se endividar. Pois uma vez garantido o crescimento econômico e o pleno emprego dos fatores de produção, o equilíbrio fiscal e monetário tenderia a se estabilizar.

De toda forma, um movimento inédito ocorreu na economia brasileira na década de 1950. Nunca houve tanto dinheiro circulando em atividades tão diversificadas quanto naquele período e Caio Prado Jr. entendeu, que por mais transformações que a estrutura brasileira tenha sofrido, aquele foi um movimento inerentemente capitalista e que as condições para enfrentamento ao imperialismo via aliança com a burguesia a fim de alcançar o socialismo era uma utopia tupiniquim.

Sobre isso, ele disse:

“Supor por exemplo que seja possível no Brasil e nas circunstâncias atuais um regime socialista com a entrega a órgãos estatais da responsabilidade pela direção e manejo total das forças produtivas do país, é se não fantasia de visionário, certamente disfarçada de entrar as reformas que desde já se impõem e que não precisam aguardar um socialismo ainda irrealizável” (PRADO JR., 1954, p. 237).

Com isto posto, concordamos com a tese de Renato Perim Colistete (1990, p. 137) de que Caio Prado Jr. não subestimou o processo de diversificação industrial brasileiro no período pós-II Guerra Mundial. Tão evidente quanto isto é que os desdobramentos das políticas econômicas adotadas na década de 1950, com as grandes inversões do capital internacional, a inauguração das filiais dos grandes trustes, o governo investindo de forma escalonada em setores que atendiam as demandas e padrões do capitalismo mundial, a dívida pública crescente e um aumento na circulação monetária dentro da economia brasileira causando inflação e diminuindo o salário real dos trabalhadores, causaram os efeitos econômicos que não foram muito diferentes do que Caio Prado Jr. testemunhou e ratificou em suas obras da década de 1950.

Em suma, o que procuramos demonstrar sumariamente neste breve artigo é que Caio Prado Jr. esteve atento aos desígnios da política econômica desenvolvimentista de adotada por Juscelino Kubitschek. Ao focar suas análises no processo da industrialização brasileira na década de 1950, o autor marxista conseguiu (d)enunciar vários efeitos que aquela política viria a assolar nos próximos anos do desenvolvimento brasileiro. O debate desenvolvimentista

daquela década foi feito majoritariamente com autores liberais, como Eugênio Gudín e Octávio Gouveia de Bulhões, deixando de lado as importantes contribuições que Caio Prado Jr. tinha a fazer. Neste sentido, revisitar os argumentos deste autor nos ajuda a identificar lacunas que nos faltaram para que o projeto de desenvolvimento brasileiro lograsse êxito, bem como refletir sobre as dificuldades em superar a instabilidade político econômica da atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva, *Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945*, In ABREU, Marcelo de Paiva (org.), *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*, pp. 73-104. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

_____, *ANEXOS*, In ABREU, Marcelo de Paiva (org.), *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*, pp. 388-414. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

CAPUTO, Ana C.; MELO, Hildete P. *A Industrialização Brasileira na Década de 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC*. São Paulo: In Revista Estudos Econômicos, vol. 39, n° 3, jul/set, pp. 1-23, 2009.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico Desenvolvimentista*. São Paulo: Editora Contraponto, 2012.

BRANDÃO, Gildo M. *Celso Furtado: O peregrino da ordem do desenvolvimento*. São Paulo: IN Revista República, pp. 105-109, 2002.

CÊPEDA, Vera Alves. *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. 1998. 253 f. Dissertação - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

COLISTETE, Renato Perim. *O Desenvolvimentismo e seus Críticos: as Idéias da Cepal e de Caio Prado Jr. sobre a internacionalização econômica nos anos 1950*. 1990. 318 f. Dissertação - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Uma Via não Clássica para o Capitalismo*. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal**: Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

DIAS, Marcelo F. *Do estruturalismo da Cepal à teoria da dependência: continuidade e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico*. 2012. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

DOSMAN, Edgar J. *Raul Prebisch (1901 - 1986): A Construção da América Latina e do Tercceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

FERNANDES, Florestan. *A Visão do Amigo*. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal**: Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

FERREIRA, Heitor Lima. *Caio Prado e seu Tempo*. In D'INCAO, Maria Angela, **História e Ideal**: Ensaios sobre Caio Prado Jr. São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

FURTADO, Celso. *A Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora A Noite, 1954.

_____. *Uma Economia Dependente*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1956.

_____. *Perspectivas da Economia Brasileira*. São Paulo: D.A.S.P. Serviço de Documentação, 1960.

_____. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo, estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Estado e planejamento econômico no Brasil – 1930-1970*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IUMATTI, Paulo. *Caio Prado Jr.: Uma Trajetória Intelectual*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

KAYSEL, André. *Os dilemas do marxismo latino-americano nas obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 27, n. 79, Junho 2012.

KEYNES, John Maynard. *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro*. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.

LEÃO, I. Z. C. C. *A Matriz Teórica de Caio Prado Júnior: A Nação Inconclusa*. Tese Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, SP: 1994.

LEÃO, Igor. Z. C. C., SILVA, Newton. G. *A Relação entre Caio Prado Jr. e Celso Furtado*. In Revista Economia e Tecnologia, ano 7, vol. 27, out/dez, pp. 99-105, 2011.

LIMONGI, Fernando P. *Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense*. In., www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_05/rbcs05_02.htm

MARTINEZ, Paulo Henrique. *A dinâmica de um Pensamento Crítico: Caio Prado Jr. (1928-1935)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.

MOURA, A. *Capitais Estrangeiros no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1959.

NOVAIS, Fernando A. *“Caio Prado Jr., historiador”*, Revista Novos Estudos CEBRAP, nº 2. São Paulo: Brasileira de Ciências, 1983.

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antonio C. *Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961*. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.), *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*, pp. 171-196. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

PACHECO Jr.. Israel. *Caio Prado Jr.: do Sentido da Colonização ao Sentido da Revolução*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, SP: 2013.

PAULA, José Antonio de. *Caio Prado Jr. e o Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. *Revista Pesquisa e Debate*. São Paulo, volume 17, número 1, pp. 1-19, 2006.

PRADO JR., Caio. *O Programa da Aliança Nacional Libertadora, A Platea*, In <http://bndigital.bn.br/expo/caioprado/index.htm>, 25 de julho de 1935.

_____. *Diretrizes para uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo: Gráfica Urupês, 1954.

_____. *Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°2, nov/dez, pp. 80-93, 1955.

_____. *O Sentido Amplo da Anistia*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°4, mar/abr, pp.1-11, 1956.

_____. *A Crise em Marcha*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°6, jul/ago, pp.3-57, 1956a.

_____. *A Política Brasileira*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°8, nov/dez, pp.1-15, 1956b.

_____. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *Livre Iniciativa Econômica e Iniciativa Estatal*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°9, jan/fev, pp.1-19, 1957a.

_____. *Capitais Estrangeiros*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°11, mai/jun, pp. 14-24, 1957b.

_____. *Capitais Estrangeiro e Capitais Nacionais*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°18, jul/ago, pp. 33-42, 1958.

_____. *Os Empreendimentos Estrangeiros e o Desenvolvimento Nacional*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°23, mai/jun, pp. 1-10, 1959.

_____. *Nacionalismo e Desenvolvimentismo*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°24, jul/ago, pp. 9-15, 1959a.

_____. *A Economia Marxista*. São Paulo: In *Revista Brasiliense*, n°26, nov/dez, pp. 76-93, 1959b.

_____. *História e Desenvolvimento: a Contribuição da Historiografia para a Teoria e Prática do Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2001

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

_____. *Evolução Política do Brasil – Colônia*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

_____. *História Econômica do Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 2012a.

PREBISCH, Raul. *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas*. Cepal: Santiago - Chile, 1949.

_____. *Keynes: Uma Introdução*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

RÊGO, Rubem Murilo Leão. *Sentimento do Brasil: Caio Prado Júnior – Continuidades e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr e a Nacionalização do Marxismo no Brasil*, São Paulo: Editora 34, FAPESP, 2000.

RODRIGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

SAMPAIO JR., P. S. A. *ENTRE A NAÇÃO E A BARBÁRIE. Uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, SP: 1997.

SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o Sentido da Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.

VIANNA, Sérgio B. *Política Econômica Externa e Industrialização: 1946 a 1951*. In ABREU, Marcelo de Paiva (org.), *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*, pp. 105-122. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

VICTORIANO, Marcia. *A Questão Nacional em Caio Prado: Uma Interpretação Original do Brasil*, 1º ed., São Paulo: Edições Pulsar, 2001.

Cabelo crespo e estética desviante: a busca pela ancestralidade e a africanização

Aline Tusset de Rocco¹

Resumo:

O artigo apresentado trata da construção da identidade estética da população negra enquanto uma estética desviante. Aborda-se o conceito de *outsider* e como a beleza negra pode ser considerada desviante levando-se em conta uma sociedade que ainda reproduz racismo e tem como padrão estético a beleza branca. Argumenta-se, ainda, que o cabelo crespo também é reflexo de um fenômeno da diáspora africana. Buscando o resgate do cabelo crespo, a tentativa destas pessoas negras é de reencontrar-se com sua ancestralidade e construir uma identidade racial e política. Entretanto, é possível afirmar que mesmo visando uma aproximação com suas origens, o que é apresentado hoje como estética negra no Brasil reflete a mistura de culturas e um conceito de “África” que nem sempre corresponde ao que é encontrado na cultura do próprio continente.

Palavras-chave: Estética. Beleza negra. *Outsider*. Africanização.

Afro hair and deviant aesthetic: the search for ancestry and africanization

Abstract

The paper presented deals with the construction of the aesthetic identity of black people as one deviant aesthetic. We discuss the concept of outsider and how the black beauty can be considered deviant taking into account a society that still reproduces racism and it still has an aesthetic standard the white beauty. It is argued further that curly hair is also a reflection of a phenomenon of the African diaspora. Seeking the rescue of curly hair, the try of these people are to be reunited with their ancestry and build a racial and political identity. However, it is

¹ Mestranda em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Bacharela em Design pela Universidade Feevale. atussetderocco@gmail.com

clear that even seeking a rapprochement with its origins, what is presented today as black aesthetic in Brazil reflects the mix of cultures and a concept of "Africa" that does not always correspond to what is found on the continent culture.

Keywords: Aesthetic. Black Beauty. Outsider. Africanization.

Introdução

No Brasil, refletir sobre o cabelo crespo e a corporalidade negra não se limita apenas a pensar sobre a estética, mas também acerca das relações sociais e políticas que estão presentes neste processo. Com o estabelecimento de um padrão eurocêntrico de beleza criou-se uma estigmatização da imagem do corpo negro. O cabelo crespo, como parte do corpo e representante importante dos fenótipos negros, pode ser considerado um signo que representa a negritude expressa pelo corpo. Deste modo, assumir o cabelo crespo em um estilo que retome a naturalidade pode ser também um modo de afirmar uma identidade negra e buscar pelo reconhecimento de uma beleza negra, mas também se apresenta como um desvio da norma estética dominante na sociedade brasileira. Assim, podemos refletir como a busca por uma naturalidade do cabelo crespo se mostra como uma afirmação identitária da população negra, e, também, como uma maneira de confrontar e resistir ao racismo e à inferiorização estética, social e política que lhes é imposta.

Neste artigo serão abordados conceitos como o desvio, a partir de biografias já bastante conhecidas, como é o caso de Elias (2000) e Becker (2009). A partir disto, será tratada a ideia de estética e beleza negra, mais precisamente acerca do cabelo crespo. Levantaremos aqui a ideia de que ao assumir fenótipos ligados à negritude, a população negra também está agindo politicamente, resistindo ao racismo e contrapondo-se as normas de beleza brancas e dominantes. Outra questão que será abordada aqui, e que é de grande importância para este tema, é sobre o discurso que trata do cabelo crespo como símbolo de aproximação com a África e com a ancestralidade de afro-brasileiros.

Apesar de percebermos que questões estéticas acabam por tocar muito mais as mulheres, sejam brancas ou não-brancas, não será proposto aqui um recorte de gênero. Assim, será feito aqui apenas um recorte racial de modo a dar visibilidade sobre questões estéticas da população negra brasileira.

A construção estética negra e a identidade desviante

Iniciando a discussão acerca da construção da identidade estética negra e de como esta, ainda hoje, é considerada uma estética desviante, precisamos pensar sobre a realidade social brasileira e o lugar histórico ocupado pelos negros dentro desta. Ao longo da história do Brasil, a população negra foi escravizada, subordinada e marginalizada, sendo diversas vezes inferiorizada na sociedade. A luta do movimento de resistência negra se dá desde a vinda de navios negreiros para o Brasil, através do surgimento de quilombos, até o dia de hoje com o fortalecimento da identidade negra, a luta contra o preconceito racial e a exclusão social. Dentre as diversas ramificações da luta contra o racismo encontramos a ideia de fortalecimento da estética negra e valorização dos fenótipos e beleza da população afrodescendente. Conforme Júnior (2007), ao pensarmos a história brasileira percebemos elementos que caracterizam a relação de estabelecidos e outsiders. Durante o século XIX vemos uma tendência à defesa do branqueamento da nação, e também, ao tratamento de pessoas negras como inferiores. No período colonial, as pessoas negras se diferenciavam pela sua origem, cor de pele e pelo motivo pelo qual haviam sido trazidas ao Brasil. Sua cultura também as diferenciava da tradição europeia fazendo com que fossem consideradas inferiores pelos já nascidos no Brasil que adotavam o padrão cultural europeu. Este padrão europeu se estabelece culturalmente, e também impõe-se esteticamente por todo país.

Elias (2000) em nota afirma “um dos fatores capazes de modificar o impacto da situação nos membros dos grupos *outsiders* é sua posse de uma tradição cultural própria”. Este trecho relembra a importância da valorização da cultura e história como ferramenta crucial para um grupo étnico considerado *outsider*, por não contemplar os mesmos fenótipos e traços estabelecidos como norma de “beleza universal”.

Entre o final do século XX e o começo do século XXI podemos perceber diversas expressões de valorização e orgulho negro, como por exemplo, o surgimento de revistas como a Raça Brasil, que é direcionada a pessoas negras buscando valorizar sua estética e cultura. Outros exemplos que podemos citar são as produções acadêmicas e grupos de pesquisa visando à população negra, além do aparecimento de produtos cosméticos para a pele e cabelos negros.

Elias (2000) afirma que as relações raciais constituem relações de estabelecidos e outsiders. Entretanto, esta relação seria de um tipo particular, pois como a diferença entre os grupos se apresenta fisicamente, torna-se mais fácil o reconhecimento da condição e estigmatização do grupo.

Prontamente, é importante tratarmos o que Becker (2009) define como desvio e comportamento desviante para melhor compreendermos a problemática acerca da estética desviante levantada neste artigo. Segundo o autor, todos os grupos fazem regras sociais e nestas definem o que é considerado como ações “certas” e proibindo outras como ações “erradas”. Quando uma regra é estabelecida pelo grupo com mais poder, a pessoa que infringe a mesma pode ser considerada um *outsider*. Entretanto, nem sempre a pessoa rotulada como um *outsider* considera-se um. A pessoa que infringe a regra pode julgar o quem impôs a mesma como alguém sem legitimidade para impô-la, e assim, pode vir a considerar *outsider* aqueles que impõem a regra e a julgam.

Ainda, Becker atenta para as distinções sobre as regras, sendo que estas podem ser formais, como uma lei, e serem impostas pelo Estado; mas também podem ser apenas acordos informais sedimentados em tradições. No caso levantando aqui, o padrão estético eurocêntrico poderia ser encaixado como uma regra informal imposta por grupos raciais dominantes. Ainda, é passível observar o fato de que diferentes grupos consideram diferentes coisas como desviantes, revelando que a pessoa que faz o julgamento do desvio e o processo até o julgamento podem estar envolvidos no fenômeno. Deste modo, os indivíduos negros que deixam de alisar seu cabelo e assumem seu cabelo crespo pode ser considerada como um perfil de estética desviante pela sociedade como todo, porém pode ser um comportamento normal dentro de um grupo de pessoas negras que procura enaltecer os traços e a beleza negra. Assim como homens produzem regras para mulheres, os negros estão sujeitos às regras constituídas pelos brancos, podendo estas regras serem tradições culturais que se ramificam até uma consciência estética do que é considerado aceito e estabelecido.

O desvio, em sua conceituação mais simplória, é visto como estatística, definindo como desviante tudo que varia excessivamente ao mediano. Desta maneira, o desvio seria o que se difere do comum, como um ruivo ou canhoto, levando-se em conta que a maioria da população é morena e destra. Entretanto, na sociologia define-se como desvio a infração de uma regra geralmente aceita pela sociedade estudada. Este desvio é criado pela própria sociedade, pelos grupos sociais que constroem as regras e aplicam a indivíduos que podem vir a serem considerados *outsiders*. Tendo isto em conta, o desvio é uma consequência da aplicação de regras e sanções a alguém considerado “infrator” e que ao infringir a regra é rotulado como desviante por outras pessoas.

É importante alertarmos que um ato é ou não desviante também de acordo com a reação das pessoas a ele, o simples fato de um indivíduo ter cometido uma infração não o

torna necessariamente um desviante, assim como alguém que não infringiu regra alguma também pode ser visto como desviante. Becker (2009) atenta “uma pessoa pode cometer um incesto clânico e sofrer apenas mexericos, contanto que ninguém faça uma acusação pública; mas será impelida à morte se a acusação for feita”. Como é sabido, um ato pode ser considerado desviante de acordo com quem o comete, afinal, algumas regras tendem a serem aplicadas mais a algumas pessoas que outras. Destarte, o desvio é o produto de um processo que envolve reações de outras pessoas a um comportamento, logo, o desvio depende em parte do tipo de ato, em parte da interação com outras pessoas.

Como as regras sociais são criações de grupos específicos, é evidente que nem todos na sociedade concordam quanto estas regras e como devem ser aplicadas. Este conflito se torna parte do processo político da sociedade. Desta forma, é comum que grupos sociais, étnicos e culturais não partilhem das mesmas regras, conforme atenta Becker (2009) “os problemas que eles enfrentam ao lidar com seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes conjuntos de regras”. Porém, grupos diferentes possuem capacidades distintas de fazer e aplicar regras, e estas capacidades são configuradas pela diferença de poder destes grupos sociais. Quanto à sociedade brasileira; classe, etnicidade, idade e gênero, são fatores que se relacionam à diferença de poder entre os grupos, tornando alguns grupos menos propensos a impor suas regras.

Em nosso caso particular de desvio, ligado ao padrão estético imposto à população negra, se mostra mais relevante pensarmos sobre pessoas que tratam o desvio como uma maneira de viver, que organizam sua identidade em torno de uma estética desviante. Ainda, seguindo com as afirmações do autor, o que leva um indivíduo a um padrão permanente desviante é o desenvolvimento de interesses desviantes, de motivos socialmente aprendidos. Ao pensarmos na população negra, podemos compreender que o sentimento de pertencimento étnico e o desenvolvimento da identidade negra influenciam na escolha de permitir o cabelo crespo crescer natural sem grandes interferências no tipo de fio e cachos, ou então o uso de penteados e turbantes que reforcem a identidade étnica.

Ao envolver-se na atividade desviante, a pessoa compreende os prazeres da mesma ao entrar em interação com outros desviantes, aprende a ter consciência de novos tipos de experiência e a participar de uma subcultura organizada em torno desta atividade. Além do mais, alguns desviantes desenvolvem ideologias para explicar seu comportamento e convencer a si mesmo e aos outros do porquê os que os desaprovam é que estão errados, e porquê são por eles considerados desviantes.

Ter um traço desviante, ou ser associado a um, muda a autoimagem do indivíduo, e também a imagem que as demais pessoas da sociedade fazem deste. Ao obter um traço desviante o indivíduo é ligado a outros traços indesejáveis presumivelmente associados a ele. Outro fator importante levantado pelo autor que deve ser levado em conta é a distinção de status principal e subordinado. Em nossa sociedade, alguns status se sobrepõem a outros, como o pertencimento à raça negra que é considerado um status principal. Um indivíduo antes de sua classe social, ou sexo (que seriam os status subordinados) é definido pela sua etnia, e assim como a etnia, o status desviante também pode ser um status principal.

O status de desviante (dependendo do tipo de desvio) é esse tipo de status principal. Uma pessoa recebe o status como resultado da violação de uma regra, e a identificação prova-se mais importante que a maior parte das outras. Ela será identificada primeiro como desviante, antes que outras identificações sejam feitas (BECKER, 2009).

Um passo importante para o desviante que vem a se tornar permanente é o ingresso em um grupo desviante organizado, sendo esta escolha um indício de aceitação do desvio e tendo um forte impacto sobre a concepção de si mesmo. Para a população negra que busca a transição capilar (de cabelos alisados para cabelos naturais e crespos) a aceitação do desvio, e a ajuda de outras pessoas que já passaram por este processo se mostra muito importante. Através de dicas de procedimentos, produtos e de como tratar o cabelo, os grupos e movimentos ligados ao cabelo crespo tendem a fortalecer, no novo adepto ao cabelo crespo, um sentimento de aceitação e apoio para enfrentar possíveis situações de exposição ao racismo. Assim também se desenvolve uma cultura em torno do desvio estético, é construída uma justificativa histórica e psicológica, solidificando a identidade negra.

Assim, podemos compreender a escolha de pessoas negras por um cabelo que se aproxime mais ao natural, seja com tranças, *dreadlocks* ou o afro como um modo não só de desvio, mas também de agência do próprio indivíduo. Seguindo este raciocínio, Brah (2006) afirma que a diferença pode ser entendida como as trajetórias históricas e práticas culturais que produzem condições para construções de identidades coletivas. Entretanto, os processos de construção de subjetividades são sociais, mas também subjetivos, podendo assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas. Assim, mostra-se, através deste trecho apresentado pela autora, como o conceito de diferença se relaciona a discursos e experiências coletivas de agenciamento.

O conceito de “diferença como relação social” se refere à maneira como a diferença é constituída e organizada em relações sistemáticas através de discursos econômicos, culturais e políticos e práticas institucionais. Isso quer dizer que destaca a sistematicidade através das contingências. Um grupo geralmente mobiliza o conceito de diferença neste sentido quando trata das genealogias históricas de sua experiência coletiva. De fato, diferença e comunalidade são signos relacionais, entretecendo narrativas de diferença com aquelas de um passado e destinos coletivos compartilhados. Em outras palavras, o conceito de “diferença como relação social” sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas (BRAH, 2006, p.362).

Portanto, identidades coletivas não são apenas a soma das experiências individuais, mais que isso, são experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciações. Entretanto, falar de identidades quanto processo é também falar de identidades quanto discursos que se inscrevem em contextos culturais, econômicos e políticos. Refletir sobre discursos é também repensar as relações de poder, e em como nos interstícios dos múltiplos lugares de poder se intersectam as subjetividades dos indivíduos.

Nos últimos anos, no bojo das políticas de ações afirmativas, emergem perspectivas críticas à estética eurocentrada, também manifestações pelo orgulho negro em relação ao corpo e autoestima. Conforme lembra Figueiredo (2008), o discurso sobre o corpo negro vindo das mulheres negras deriva de uma elaboração do corpo através de uma desconstrução que busca estabelecer uma imagem positiva sobre si mesma. Este discurso rejeita a imagem da mulata e procura a autoafirmação da negritude e da ancestralidade africana. É deste modo que se mostra tão relevante pensarmos sobre a beleza negra, de maneira que esta valoriza e reafirma os fenótipos negros antes negados. O cabelo crespo, como parte do corpo negro mais vinculado a adjetivos negativos, tem sido retratado como importante marcador da identidade negra e central no discurso da construção e afirmação de uma estética negra, mesmo quando esta é percebida como uma estética de agenciamento e desviante aos padrões.

Estética negra e estética desviante

No século XVIII, a cor da pele tornou-se critério para classificação das chamadas raças, dividindo a humanidade em: raça branca, raça negra e raça amarela. A partir do século XIX, além da cor, levava-se em consideração para a classificação racial critérios

como a forma do nariz, lábios, queixo, formato do crânio, ângulo facial, entre outros. No século XX, percebeu-se que patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes à mesma raça podiam ser mais distantes do que os pertencentes a raças diferentes. Assim, o conceito de raça como explicação biológica da diversidade humana não se mostrava eficaz.

A raça ao perder sua conotação biológica se torna uma categoria etnosemântica, político-ideológica (MUNANGA, 2004, p. 6). A categoria raça passa a ser determinada por relações de poder, tomando diferentes aspectos em distintas localidades do mundo fazendo referência à realidade social e à política, como uma categoria de inclusão e exclusão.

Quanto a este trabalho, a utilização do termo raça leva em consideração os diversos grupos étnicos e raciais que formam o país. Conforme Gomes (2006), ao discutirmos a condição social da população negra o emprego do termo “raça” ainda é o mais adotado no país. Também é o termo que mais se aproxima da dimensão do racismo existente no Brasil, sendo que este não ocorre apenas em decorrência de um pertencimento racial expresso pela cultura, mas também pelos sinais diacríticos inscritos no corpo. A opção de utilizar o conceito raça se deve não a uma confirmação da realidade biológica, mas quanto discurso social, enquanto maneira de explicar o racismo como fenômeno que se baseia na ideia de raças hierarquizadas.

De acordo com Gomes (2006) o cabelo crespo é uma expressão simbólica da identidade negra no Brasil, possibilitando, junto ao corpo, a construção social, cultural, política e ideológica conhecida como beleza negra. A identidade negra é, então, compreendida como um processo construído historicamente através do contato com o outro, em uma sociedade padecendo de racismo e do mito da democracia racial. Em seu livro “Sem perder a raiz” a autora traz o fato de o cabelo do negro ser considerado “cabelo ruim” como uma expressão do racismo, e como a mudança do cabelo pode significar uma tentativa do negro de sair de lugar de inferioridade imposto a ele. Assim, quando uma pessoa negra assume seu cabelo natural, ela também pode estar assumindo sua identidade étnica através de uma agência, mas ao mesmo está confrontando o padrão estético, ou a regra estabelecida, que impõe o cabelo liso ao estilo europeu.

O cabelo crespo para a população negra é um sinal que imprime a marca da negritude no corpo, é a materialização da identidade negra. No Brasil, o cabelo crespo pode ser considerado um traço que comunica sobre as relações raciais, e pode ser pensado como um signo. Gomes afirma que assim como o mito da democracia racial, o estilo de cabelo pode ser uma maneira de encobrir dilemas relacionados a conflitos sociais e ao processo de construção de identidade negra. Entretanto, o cabelo também pode se

apresentar como uma maneira de reconhecer as origens africanas, como resistência ao racismo e como um estilo de vida.

A autora afirma que a sociedade destitui o negro do lugar de beleza, e ao destituí-lo reconhece-o como negro, uma vez que para se rejeitar se faz necessário reconhecer. O processo de reconhecimento e rejeição pode ser internalizado pelo negro, podendo influenciar na construção da subjetividade da pessoa negra. Esta destituição do lugar de beleza impõe uma regra ligada à tradição e ao padrão de estética europeia, onde ter traços de fenótipos brancos é mais aceito como belo, e por conseguinte, mais ligado a adjetivos positivos. Logo, assumir-se negro e orgulhar-se da sua estética racial e apresenta-se como um desvio, podendo sujeitar o indivíduo a tratamentos de inferioridade e subjugamento.

Ainda, Gomes traz a comparação de Mercer (1994) entre penteados de pessoas negras que vivem no Ocidente e dos negros que vivem no continente africano. Para Mercer, os penteados usados pelos negros da diáspora não podem ser considerados africanos ou naturais, eles seriam na verdade o penteado do negro do Novo Mundo, sendo produto da cultura africana ao misturar-se com a cultura ocidental. Quanto à questão da naturalidade do cabelo, o autor aponta estilos como o afro como artificiais já se que utilizam de pentes especiais (garfo ou ouriçador) para atingir seu aspecto estético e seu significado político. Com isso, Mercer (1994) afirma “a produção de um penteado está inserida no universo da cultura e não pode ser considerada como um processo natural”. Assim como o afro é considerado um resultado cultural e não natural, o alisamento também não deve ser visto apenas como uma imitação do padrão europeu, e também deve ser entendido como uma prática cultural. Ao pensarmos no alisamento como um comportamento social podemos perceber por um lado, a imposição do padrão estético branco ao negro, e por outro, o estilo negro de usar o cabelo construído dentro de uma sociedade opressora. Deste modo, a manipulação do cabelo crespo no Brasil revela um processo ambíguo e tenso, e apresenta a construção de uma estética negra dentro de um contexto de uma sociedade racista que impõe um padrão eurocêntrico ao qual grande parte da população brasileira não consegue fazer parte.

Em uma retrospectiva, nos anos 1950 iniciam-se na África as lutas anti-coloniais. Como movimento de contestação da imposição estética branca, durante os anos 1960 nos EUA, o *black power* surgiu buscando retirar a população negra de um lugar de inferioridade racial imposta pelo racismo. Nesta mesma época, no Caribe, surgiu também com apelo à naturalidade africana, o rastafári que utiliza os cabelos em estilo *dreadlocks*. Enquanto isso, na África do Sul também se pensava sobre estratégias de combate ao racismo, nascendo

assim o slogan “*black is beautiful*” ou traduzindo “negro é lindo”. O Movimento de Consciência Negra africano criou e internacionalizou este *slogan* que se transformou em palavra de ordem de diversos movimentos negros no mundo como ferramenta de contestação à discriminação racial. No fim dos anos 60, através das imagens de *James Brown* e *The Jackson Five*, chegou ao Brasil o visual afro, que evidenciou o uso de turbantes africanos, e o visual funkeiro, além da incorporação de diversos atributos afro no visual de ativistas negros. Na década de 1970, então, eclodiu o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, assim como as chamadas políticas de identidade. Discutiam-se as desigualdades e preconceito institucionalizados ou não, e dava-se início a expansão da cultura negra pelo mundo, atingindo inclusive a população branca.

Aspectos estéticos como maquiagem e corte de cabelo são atitudes que refletem um pouco o que cada indivíduo é ou pretende ser. Com a customização do corpo se dá o fim da preponderância da genética e da natureza, e inicia-se a tirania da escolha, onde o indivíduo é muitas vezes levado a fazer parte de padrões estéticos definidos culturalmente. A busca pela matriz identitária da estética afrodiaspórica se mostra uma maneira de retomar o lugar da mulher e homem negros na sociedade, buscando não só a beleza, mas também uma retomada histórica (Cf. GOMES, 2006; FIGUEIREDO, 2002). Pensar sobre a manipulação do cabelo crespo não se limita a questão estética, também transgride a questão racial numa sociedade que privilegia uma consciência individualizada e estilizada. Pode-se então acrescentar que a manipulação do cabelo é um campo cultural resistente no qual se pode observar o fenômeno de continuidade dos elementos africanos.

Em razão da colonização cultural sofrida pela população negra, a utilização de ferro quente, pastas e alisantes se tornaram práticas comuns para a aproximação dos supostos cabelos considerados “belos”, neste caso os lisos e compridos. Figueiredo (2002) lembra que desde muito jovens as mulheres negras são convencidas a terem o cabelo alisado, sendo que esta experiência, muitas vezes, é imposta pela própria mãe. Ao se tornarem adultas continuam a alisar o cabelo seja porque acham mais bonito, seja por considerarem mais prático o trato do cabelo liso. Ainda, a autora afirma que dentre as características fenotípicas da população negra, o cabelo é considerado o mais “feio”, e considerado também o mais desejável de ser modificado. Refletir sobre o cabelo crespo é pensar sobre um elemento modificado pela cultura como marca de pertencimento racial. Então, podemos perceber o cabelo como a corporificação da identidade negra se apresentando como uma síntese do complexo processo de construção desta. Assim, a população negra tem construído sua imagem entre a imagem socialmente construída no processo de

dominação, e a luta pela reivindicação de uma autoimagem positiva. Deste modo, o resgate da cultura africana e a reinvenção do negro no Novo Mundo através de um modelo estético, que compreende o cabelo crespo, é um modo de reconhecimento, de inversão do padrão estético, e de identificação desviante do que é convencionalizado como belo e como estabelecido. Além disso, o desvio do padrão estético, através da escolha de assumir um cabelo mais natural e crespo, se mostra também como um meio de sair da condição de inferiorização e resistir ao racismo estrutural da sociedade brasileira.

A busca pela ancestralidade e africanização

Na década de 1975 a 1985 houve mudanças culturais imprevistas, um descrédito no progresso da civilização, e uma explosão de novos movimentos culturais que compreenderam desde novas religiões até o surgimento de novas identidades culturais. Conforme Friedman (2001), toda esta atividade foi acompanhada de uma fragmentação nacional e um crescimento dos movimentos políticos com bases culturais no mundo todo. Surgiram, também, as lutas pela identidade étnica ou regional, relacionadas ao local de origem, como tentativa de fazer visíveis e reconhecíveis as divisões sociais.

Neste ponto de vista, o processo de construção de identidade depende da relação com outros, e assim, a declaração de identidades coletivas é múltipla e inacabada, pois se fundamenta em uma busca e não em algo já determinado. Ao encontrar o resultado desta busca, o autor afirma que assistimos, então atitudes de retorno à etnia e a busca pelas origens.

Apesar de tratarmos, muitas vezes, da identidade a partir da etnicidade, a etnia é uma definição imprecisa e permanece em evolução ao longo do tempo. Para o autor, a ideia de retorno à etnia dá uma ideia errônea de um modelo fixo e já existente, quando na realidade são frequentemente inovações culturais que estão em constante processo de formação. Desta forma, Agier traz como exemplo o movimento cultural negro no Brasil e o retorno à “etnia africana”.

É o que se pode observar no movimento cultural negro na Bahia, no Brasil, em meio ao qual os próprios atores podem, eventualmente, declarar sua filiação à “etnia africana”, e até mesmo à “etnia negra”. Essa postura étnica faz parte — enquanto declaração de identidade — das categorias internas do objeto que a análise externa, no sentido de “distanciada”, deve levar em conta e não reproduzir tal e qual. Essa objetivação é necessária mesmo quando essas noções e representações são — como um magnífico retorno de nossa extrema modernidade — uma retomada das antigas categorias da etnologia (AGIER, 2001).

As novas formações culturais do negro do Novo Mundo em sua busca pela ancestralidade fazem com que a “África” tenha se tornado um conceito, uma recriação da ideia de africano criada e incorporada pelo negro na diáspora. O retorno às raízes e a busca pela africanização desterritorializou o continente, e transformou a África em um conceito pertencente a todos os que se sentem ligados a ela. A recriação da “África” tornou-se uma mistura de culturas mestiças dando sentido a ideia de etnização da identidade negra brasileira. A cultura afro-brasileira associou um lado mítico africano a várias outras inspirações nacionais e internacionais. Esta proposição adequa-se ao afirmado anteriormente neste artigo em relação ao cabelo crespo como parte da identidade negra. Os penteados que se apresentam como uma maneira destes indivíduos retornarem às suas raízes são também produtos desse novo conceito “África”, do Novo Mundo, da mistura de culturas que ocorreu no continente americano. Assim, como afirmou-se anteriormente, o afro não é um penteado natural nem pode ser considerado como um penteado ancestral africano, ele é um signo da nova cultura afro-brasileira, uma mistura entre a cultura vinda da África e as demais culturas que povoaram as Américas. Assim, não podemos supor que a cultura negra seja “mais natural” que a cultura branca, de modo que sempre há resistências culturais e novas possibilidades a serem adotadas e incorporadas a uma cultura. De qualquer modo, o cabelo crespo e os penteados negros não deixam de ser importantes como representação de uma identidade negra e da busca pelas origens, e continuam sendo símbolos de resistência estética e política. Este processo é ambíguo e natural quando pensamos que a cultura negra que tratamos aqui é criada e vivenciada na diáspora.

Ainda, pensar sobre o cabelo negro é pensar sobre um elemento modificado pela cultura em marca de pertencimento racial, conforme atenta Gomes (2006) “o cabelo crespo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude no corpo”. Então, podemos perceber o cabelo como a corporificação da identidade negra se apresentando como uma síntese do complexo processo de construção desta. Deste modo, o negro tem construído sua imagem entre a imagem socialmente construída no processo de dominação, e a luta pela reivindicação de uma autoimagem positiva. Assim, a identidade estética do negro no Novo Mundo é produzida em torno da retomada da ancestralidade africana, mas também pelos elementos das demais culturas que influenciam o afro-brasileiro.

Além disso, o cabelo do negro não pode ser visto apenas relacionando o penteado utilizado e o conteúdo político, mas também deve levar em consideração o contexto histórico, social, cultural e racial. A manipulação do cabelo negro no Brasil mostra-se como

um processo de uma construção estética negra dentro de um contexto de uma sociedade racista. Desta maneira, o cabelo alisado pode ser visto tanto como um resultado da opressão do padrão estético branco, como também um estilo do negro usar o cabelo com as características próprias da sua comunidade quando incorporado à diáspora, mesmo que esta comunidade esteja inserida em um sistema opressor. Assim, no plano cultural nenhum padrão estético é fixo e puro, sendo passível o questionamento da crítica ao alisamento quanto simples imposição social, e também passível o entendimento do alisamento capilar como uma expressão do negro no Novo Mundo.

Ainda neste ponto de vista, segundo o autor, por um lado temos a nova versão da África no Brasil sendo construída desde os anos 1970 com a ajuda de diversas origens; por outro, a declaração da suposta identidade apaga toda a faceta de mistura cultural que a fez para, então, afirmar uma identidade que supostamente seria mais autêntica. Assim, como modo de repensar o que é ser negro e resistir às imposições do racismo, a população negra brasileira retoma as raízes e busca a africanização através do cabelo, das roupas, das cores e dos rituais.

Desta forma, Agier (2001) ainda afirma que a criação cultural também é tomada por tensões entre o imaginário local, suas sociabilidades e memórias; e o discurso global despojado de enraizamento histórico. Assim, podemos perceber as diferenças culturais entre penteados negros africanos e penteados negros americanos que buscam a retomada da africanidade. Apesar de alegarem uma origem em comum, a influência cultural que sofreram como modelos de signos culturais são distintas. Contudo, mesmo que as estratégias culturais dos negros permaneçam localizadas, ainda assim, encontram-se em contato com outros indivíduos que difundem a identidade cultural da diáspora. Essas estratégias proporcionam o surgimento de demandas sociais com linguagem étnica que repercute na cultura e ancestralidade.

Segundo Pinho (2005) o que ocorre no Brasil seria uma *reafricanização*, uma nova inflexão dada à agência negra marcada pelo uso de símbolos ligados a africanidade caracterizada por uma modernização seletiva de símbolos mundiais e da diáspora. Para o autor, esta *reafricanização* seria um meio de atualizar e reconfigurar a identidade afrodescendente. Assim, esta nova identidade que busca por uma africanização surge em torno de um conceito “África” onde este é um empreendimento nômade que reinventa seu território para novas afetividades e identidades.

Enfim, pode-se afirmar que a identidade existe somente através das socializações e localizações, e que se, inicialmente, os negros brasileiros tiveram origens diversas, a criação

de uma cultura afro-brasileira centrou-se na experiência de um Novo Mundo, relacionando-se a um fenômeno de “África” transnacional. Assim como a cultura afro-brasileira é parte de uma ideia de “África” incorporada a elementos do negro na diáspora; os penteados, cortes e manuseios do cabelo também o são. Podemos perceber então que os cuidados com o cabelo crespo nas Américas remetem não apenas à busca pelas origens ancestrais, mas também se mostram como um meio de resistir ao racismo nos novos espaços em que o negro se apresenta inserido. O surgimento de penteados como o *black power* e o *dreadlocks* pode ser percebido como um resultado da africanização na América, levando-se em consideração a “África” como um conceito pensado pelos negros que utilizam do seu corpo e da estética negra como meio de resistência política.

Considerações finais

A construção da identidade negra vislumbra a inserção do negro na sociedade de forma crítica, problematizando o cotidiano e reconstruindo a identidade da população negra. A escolha por manter o cabelo crespo ou utilizar um penteado de expressão negra é uma atitude corajosa de desvio ao padrão estético e orgulho da beleza negra. Além disso, como ainda hoje na sociedade brasileira o cabelo crespo é visto como “cabelo ruim”, assumir o cabelo crespo além de ser uma maneira de assumir a negritude no corpo é também um modo de enfrentar um padrão que invisibiliza a beleza negra.

No Brasil, refletir sobre o cabelo crespo e a corporalidade negra não se limita apenas a pensar sobre a estética, mas também acerca das relações sociais e políticas que estão refletidas neste processo. Com o estabelecimento de um padrão eurocêntrico de beleza criou-se uma estigmatização da imagem do corpo negro. O cabelo crespo, como parte do corpo e representante importante dos fenótipos negros, pode ser considerado um signo que representa a negritude expressa pelo corpo. Deste modo, assumir o cabelo crespo em um estilo que retome a naturalidade pode ser também um modo de afirmar uma identidade negra e buscar pelo reconhecimento de uma beleza negra. Assim, podemos refletir como a busca por uma naturalidade do cabelo crespo se apresenta como uma afirmação identitária negra, e, também, como uma maneira de confrontar e resistir ao racismo e à inferiorização estética, social e política que lhes é imposta.

Ademais, o cabelo crespo também pode ser uma maneira de pertencer a uma identidade coletiva, já que a aparência é lugar do coletivo, e conforme Maffesoli (2005) a aparência se constrói sob o olhar do outro. Ao mesmo tempo, buscar o desvio estético pode

ser um modo de apresentar-se como uma pessoa diferenciada, frente à sociedade, buscando a singularidade mesmo dentro de um espaço de reivindicações coletivas.

Quanto à compreensão destas pessoas que optam por cabelos crespos como “desviantes”, a escolha por uma aparência mais natural do cabelo costuma ser uma maneira de questionar padrões estéticos e reconhecer sua negritude. Ao adotarem o cabelo crespo optam por valores ligados à ancestralidade, à valorização da beleza negra e à construção de uma identidade que enfrenta e desconstrói o mito da democracia racial e os estigmas vindos do racismo existentes na sociedade brasileira. Assim, podemos tratar também da agência negra em suas escolhas estéticas que se refletem em aspectos sociais e políticos também.

De todo modo, é importante ressaltar que esta busca pela africanização e ancestralidade feita pelo negro no Novo Mundo é uma construção diaspórica e natural. A cultura afro-brasileira pode ser caracterizada pela inspiração em uma África mítica, por elementos culturais incorporados à cultura brasileira, e ainda pela cultura negra jovem internacional. Os penteados negros na diáspora são uma tentativa de aproximação ao que chamamos de conceito “África”, mas não deixam de ser expressão de resistência negra, e nem de representarem uma possível afirmação da negritude.

Ainda, uma questão importante no discurso sobre o cabelo crespo é quanto à naturalidade, entretanto, isso não significa abandonar o uso de produtos e técnicas de modelamento do cabelo, e, sim, buscar uma aparência que se associe ao natural. Além do exposto, o alisamento e outras técnicas capilares que alisam ou camuflam o cabelo crespo ao serem manuseadas pela população negra também devem ser reconhecidas como parte da cultura negra na diáspora. O contato da população negra com as demais culturas e indivíduos que vivem, neste caso, no Brasil, também são capazes de produzir diferentes modos de tratar e manusear o cabelo que devem ser vistos como parte de uma cultura diaspórica negra.

Em suma, é preciso pensar sobre a centralidade do cabelo crespo como representante da negritude e como símbolo de resistência estética e política. O reconhecimento de uma beleza negra tem se mostrado uma pauta cada vez mais central, uma vez que não levanta apenas um debate sobre representação estética, mas também a cerca do reconhecimento e inclusão social e política da população negra. Falar sobre cabelo crespo é reconhecer o valor cultural e central do corpo negro em uma construção de busca por ancestralidade no contexto negro na diáspora, seja no Brasil, ou em outros países em que a negritude tenha um papel de resistência e oposição ao racismo. Ainda, vale ressaltar que a africanização dos afro-brasileiros tem proporcionado novas identidades na diáspora, criando espaço para

uma identidade que busca pela ancestralidade, mas também ressalta a realidade e a aproximação com a cultura brasileira.

Por fim, poderíamos propor como sequência deste breve artigo um estudo mais aprofundado acerca das relações entre identidade negra e cabelo crespo. Ainda, em uma futura pesquisa seria possível fazer um recorte de gênero, tratando também das imposições estéticas que tocam mais precisamente as mulheres negras, seja quanto sua cor de pele, seja em relação aos demais fenótipos que inscrevem a negritude no corpo.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana*, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Zahar, 2009.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *cadernos pagu*, v. 26, p. 329-376, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FIGUEIREDO, Ângela. Cabelo, cabeleira, cabeluda e descabelada: identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros brasileiros. *Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, XXVI. Anais...* Caxambu: ANPOCS, 2002.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. IN Sanone, Lívio & Pinho, Osmundo (orgs). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2ed ver. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.

FRIEDMAN, Jonathan. *Identidad cultural y processo global*. Buenos Aires: Amorrortu, 2001.

GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Autêntica, 2006.

GUEDES, Ivanilde; SILVA, Aline. Vício Cacheado: Estéticas Afrodiaspóricas. Revista da ABPN, v. 6, n. 14, p. 214-235, 2014.

JÚNIOR, Durval Paulo Gomes. Elias e a questão étnico-racial. Simpósio Internacional Processo Civilizador, 2007.

MAFFESOLI, M. O Mistério da Conjunção: ensaio sobre comunicação, corpo e sociabilidade, Porto Alegre, Sulina, 2005.

MERCER, Kobena. Black hair: style politics. In: Welcome to the jungle: new positions in Black Cultural Studies. New York: Routledge, 1994.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Cadernos Penesb, v. 5, p. 15-34, 2004.

PINHO, Osmundo S. A Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 36, 1998.

Da Filosofia à Sociologia: ideologia e utopia como categorias de pensamento e de ação em Karl Mannheim

Thiago Pereira da Silva Mazucato¹

Resumo:

Partindo de uma nova concepção ontológica do social Karl Mannheim vai analisar em *Ideologia e Utopia* (1929) os conceitos de ideologia (parcial e total) e de utopia como categorias de pensamento e também de orientação da ação social, vinculadas a grupos sociais e a contextos existenciais sócio-históricos, a partir de uma perspectiva relacionista de síntese.

Palavras-Chave: Ideologia, Utopia, Ontologia Social, Grupos Sociais, Relacionismo.

Abstract:

Starting from a new ontological conception of social Karl Mannheim will analyze in *Ideology and Utopia* (1929) the concepts of ideology (partial and total) and utopia as categories of thinking and also as orientation of social action, linked to social groups and socio-historical existential contexts, from a relationist perspective of synthesis.

Key-Words: Ideology, Utopia, Social Ontology, Social Groups, Relationism.

Formação e trajetória intelectual de Karl Mannheim

Karl Mannheim nasceu em 1893 na Hungria tendo completado sua graduação em 1912 entre as universidades de Budapeste e Berlim, ocasião em que assistira aulas com Georg Simmel e frequentara alguns cursos posteriores em Freiburg, Heidelberg e Paris. De acordo com Turner (1999, p. 112) ao retornar a Budapeste Mannheim participou em 1915 da formação de uma associação com um grupo de intelectuais que girava em torno de Georg Lukács, de onde surgiu em 1917 a *Escola Livre de Humanidades*. Em 1918 defenderia sua dissertação em Filosofia com o título *Análise Estrutural da Epistemologia*.

¹ Thiago Mazucato é sociólogo, mestre em Ciência Política (UFSCar) e doutorando em Ciências Sociais (UNESP). É autor de *Ideologia e Utopia de Karl Mannheim – o autor e a obra* (Editora Ideias & Letras, 2014), autor e organizador de *Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim* (Editora Ideias, Intelectuais e Instituições – UFSCar, 2015) e autor e organizador de *A Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim: teoria, método e aplicação* (Editora Ideias, Intelectuais e Instituições – UFSCar, no prelo). E-mail: t.mazuca@gmail.com

Devido à conjuntura política da Hungria após a Primeira Guerra Mundial, em 1920 Mannheim partira para o seu primeiro exílio rumo a Heidelberg, obtendo o apoio do sociólogo alemão Alfred Weber. A partir de então publicara uma série de trabalhos sobre temas como *Weltanschauung*², historicismo, sociologia do conhecimento, pensamento conservador, gerações e competição como fenômeno cultural. Até este momento, os principais interlocutores teóricos de Mannheim eram Max Weber, Max Scheler, Georg Simmel e Georg Lukács.

Em 1926 Mannheim recebe o título de doutor que o habilita para a carreira de professor na Faculdade de Filosofia da Universidade de Heidelberg. Turner (1999, p. 113) afirma que Mannheim era visto com muita simpatia pelo corpo de estudantes da universidade e que tinha como hábito discutir as atividades intelectuais com Hans Gerth e Norbert Elias – seus assistentes e alunos da pós-graduação – em um café. Em 1929 é convidado a assumir o cargo de professor de Sociologia e de Economia na Universidade de Frankfurt, mesmo ano em que publica *Ideologia e Utopia*.

De modo geral a trajetória intelectual de Mannheim pode ser dividida em três momentos³: (1) um período inicial de formação intelectual, que se inicia na Hungria e vai até a sua livre-docência em 1925 em Heidelberg; (2) deste momento até 1933 há um período de amadurecimento intelectual, em que publica em 1929 sua obra seminal *Ideologia e Utopia*, (3) de 1933 até sua morte em 1947, período em que vivencia um segundo exílio, agora na Inglaterra, em que se voltara mais para questões políticas como *democracia*, *valores*, *instituições* e *planejamento democrático*.

De acordo com Turner (1999), Rodrigues (2005) e Cepêda (2014) a trajetória intelectual e profissional de Mannheim está perpassada pela conjuntura política e social na qual viveu, sendo que até este momento os principais acontecimentos históricos que mais o impactaram foram a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa (1917) e a ascensão do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha no final da década de 1920, que culminará em 1933 com a chegada de Hitler ao cargo de chanceler da Alemanha e que será determinante para muitos intelectuais – inclusive para Mannheim – devido à onda de exílios em massa dos intelectuais judeus e marxistas.

² Em alemão o termo *Weltanschauung* refere-se a “visões de mundo” ou “cosmovisões” e foi utilizado por Mannheim para tentar captar a “forma de pensamento” ou o “estilo de pensamento” dos grupos sociais ou ainda de períodos históricos mais dilatados.

³Cepêda (2014) divide a trajetória de Mannheim em dois momentos (até 1933, e depois deste ano), já Remmling (1975) a divide em quatro momentos (de 1918 a 1932 com foco em filosofia e sociologia do conhecimento; de 1933 a 1938 com foco em sociologia da planificação; de 1939 a 1944 com foco em sociologia dos valores e da educação; e finalmente de 1945 até sua morte em 1947 com foco em sociologia política e do poder).

Tomando como referencial este contexto político, Mannheim trará para a análise sociológica a questão dos limites da objetividade do pensar e do agir. Este é o cerne da sua reflexão em *Ideologia e Utopia*. A partir da discussão dos limites da objetividade do pensamento e da ação, Mannheim propõe uma nova *ontologia do social* que se desdobra em quatro movimentos: (i) uma discussão sobre a natureza específica dos objetos culturais; (ii) uma discussão *epistemológica* sobre a determinação social do conhecimento; (iii) uma discussão *metodológica* sobre como chegar cientificamente ao conhecimento destes objetos culturais e (iv) a formulação de uma explicação sociológica em condições de orientar o pensamento e a ação de maneira racional e democrática.

Este trabalho pretende demonstrar como, a partir desta nova *ontologia do social*, Mannheim vai ressignificar os conceitos de *ideologia* e de *utopia*, concebendo-os não somente como categorias lógico-formais de pensamento, mas também como formas de orientação da ação dos indivíduos situados socialmente em grupos.

Uma nova ontologia do social

Em suas reflexões sociológicas, Mannheim parte do pressuposto de que não se deve transpor mecanicamente para a Sociologia a metodologia das ciências naturais, dada a especificidade dos objetos culturais e sociais, e opta por uma terceira via que escape, por um lado, de teorias teleológicas e, por outro lado, de teorias metafísicas e apriorísticas. Ao sugerir a vinculação existencial dos objetos das *ciências do espírito*, o estudo e a compreensão dos mesmos somente serão possíveis se forem feitos a partir de uma perspectiva que leve em consideração os seus aspectos históricos e sociais. Para esta perspectiva são objetos culturais os pensamentos, os conhecimentos, as visões de mundo, os hábitos e costumes.

A ontologia do social de Mannheim permitia uma delimitação objetiva de objetos culturais de natureza distinta dos objetos naturais. Suas afirmações são enfáticas em relação aos métodos mecanicistas e positivistas em sociologia ao dizer que “não pode mais restar dúvida alguma de que nenhuma real penetração na realidade social seja possível através desta abordagem” (MANNHEIM, 1972, p. 70).

A crítica de Mannheim aos positivistas radicais não se refere à existência de uma ontologia anterior à pesquisa, pois ele próprio concebe tal procedimento como necessário a toda e qualquer pesquisa, uma vez que “(...) existem para a mente sempre dentro de um contexto intelectual e social. O fato de poderem ser compreendidos e formulados já implica a existência de um aparato conceptual” (MANNHEIM, 1972, p. 128). Sua crítica volta-se mais para a auto-pretensão consciente dos positivistas radicais de alcançarem uma neutralidade

completa em relação aos objetos culturais e históricos, o que é paradoxal uma vez que para ele os positivistas sustentam uma “fé no progresso” e um “realismo ingênuo”, valorações estas que podem gerar um descompasso entre o ser humano que delas emerge e o tempo histórico em que tais seres humanos se encontram:

Uma teoria será portanto errada se, em uma dada situação prática, usar conceitos e categorias que, utilizados, impediriam o homem de se adaptar àquele estágio histórico. Normas, modos de pensamento e teorias antiquados e inaplicáveis tendem a degenerar em ideologias, cuja função consiste em ocultar o real significado da conduta, ao invés de revelá-lo. (MANNHEIM, 1972, p. 121).

Esta nova ontologia do social leva, de acordo com Mannheim, a três reflexões críticas:

a) a primeira delas consiste no reconhecimento da existência de motivações inconscientes (e, portanto, irracionais) coletivas, que são fundamentais para a manutenção da identidade e da unidade de grupo e agem continuamente sobre as mentes individuais;

b) em decorrência disto é possível, portanto, pensar de uma outra maneira a *história intelectual*, e neste ponto a teoria de Mannheim vai oferecer uma contribuição significativa para a compreensão dos estilos de pensamento e do papel social dos intelectuais, concebendo-os não mais como *mentes brilhantes* e sim como sujeitos histórica e socialmente situados e que, justamente por conta disto, podem pensar e produzir conhecimentos também situados em seu tempo e em sua sociedade, mas que, devido a dois fatores importantes (sua formação científica e a sua desvinculação em relação a classes sociais) podem empreender uma síntese das diversas visões de mundo antagônicas. Bottomore afirma que Mannheim:

(...) discerniu na “*intelligentsia* socialmente desvinculada” um estado relativamente independente de classes, recrutado de uma área da vida social cada vez mais ampla, seus membros interligados pela educação, e supondo seus todos aqueles interesses que permeiam a vida social. Devido a essas características os intelectuais são capazes, de acordo com Mannheim, de adquirir uma visão relativamente completa e objetiva de sua sociedade e, especialmente, dos diferentes grupos de interesse, e de agir autonomamente para promover interesses sociais mais gerais. (BOTTOMORE, 1974, p. 67).

c) por fim, cabe uma revisão da epistemologia até então existente, por ele considerada excessivamente formal e individualista. A proposta epistemológica de Mannheim de certa forma antecipa em algumas décadas uma epistemologia que seria plenamente capaz de “(...) distinguir e isolar diferentes estilos de pensamento e relacioná-los aos grupos de onde surgem” (MANNHEIM, 1972, p. 76), buscando um refinamento de conceitos até então indiferenciados e a compreensão das condições existenciais de emergência do pensamento:

Assim, nosso objetivo é o de, primeiro, refinar a análise do significado na esfera do pensamento tão profundamente que se possa superar termos e conceitos fortemente indiferenciados por caracterizações cada vez mais detalhadas e exatas dos vários estilos de pensamento; e, segundo, aperfeiçoar a técnica de *reconstrução da história social* ao ponto de ser capaz de perceber, ao invés de fatos isolados e distantes, *a estrutura social como um todo, isto é, a rede de forças sociais em interação de onde surgiram os vários modos de observar e pensar sobre as realidades existentes, que apareceram em diferentes épocas*. (MANNHEIM, 1972, p. 76, grifo do autor).

Esta nova maneira de compreender o social e o sujeito social pressupõe uma superação da forma tradicional de se compreender pensamentos e conhecimentos. Mannheim empreende uma tentativa de compreendê-los como instrumentos de ação coletiva na dimensão pública, em especial no campo da ação política.

Algumas questões epistemológicas e metodológicas

A partir de sua ontologia do social a questão da objetividade ou subjetividade do conhecimento não pode ser concebida estritamente ao modo positivista mais radical. Uma vez que, nas ciências humanas, tanto o sujeito quanto o objeto são da mesma natureza e ambos compartilham motivações (objetivos e valores), relação esta que não ocorre nas ciências naturais, os mesmos não podem ser compreendidos aqui de forma completamente distanciada e nem mesmo uma neutralidade total do sujeito para com o objeto é possível.

Mannheim está propondo uma concepção epistemológica em que, caso não se compreendam as motivações das ações, as mesmas perderão qualitativamente em significação na esfera das ciências humanas. A compreensão dos sentidos da ação vai um pouco além da forma como Weber os concebera, partindo para uma análise coletiva dos sentidos das ações (ao conceber os *grupos* como uma dimensão coletiva em que os indivíduos se situam e o tomam como referencial para a determinação do sentido de suas ações).

Neste mesmo movimento Mannheim tenta superar a apreensão objetiva (positivista) e a apreensão expressiva do sentido da ação (weberiano) chegando a uma apreensão que denomina como *documentária*, uma síntese das duas anteriores na qual as visões de mundo são levadas em consideração. Desenvolve em 1923 no seu trabalho *Ensaio sobre a Interpretação da Weltanschauung* um método⁴ que vai tornar possível a pesquisa em objetos

⁴ Trata-se do *método documentário* analisado por Weller et al (2002).

culturais, avançando a partir do ponto em que Dilthey e Weber haviam alcançado ao ampliar os *tipos de sentido* que deveriam ser observados nas ações sociais. A análise sociológica não pode deixar de estabelecer a relação entre o pensamento e o conhecimento, de um lado, e o contexto existencial de outro, o que permite a identificação de variados “estilos de pensamento” (categorias socialmente cristalizadas que condicionam e orientam o conhecimento da realidade), e que se estabeleça a relação destes com os grupos sociais que lhes dão origem.

Uma vez que tanto os estilos de pensamento quanto os grupos sociais são considerados produtos históricos, Mannheim utiliza-os como fundamento para “uma técnica sociológica para diagnosticar a cultura de uma época”:

O estudo da história intelectual pode e deve ser realizado de tal forma que verá, na sequência e na coexistência de fenômenos, mais do que meras relações acidentais, e buscará descobrir, na totalidade do complexo histórico, o papel, a importância e o significado de cada elemento componente. (MANNHEIM, 1972, p. 119).

Mannheim constata, a partir do Renascimento, com o rompimento de uma cosmovisão totalizante e o surgimento de várias cosmovisões fragmentadas, que nem todos os indivíduos compreendem o mundo de uma mesma maneira e, neste sentido, para se analisar indivíduos ou coletividades é preciso ter em vista as diferentes maneiras (*estilos de pensamento*) com as quais os mesmos compreendem o mundo. A concepção de totalidade de que Mannheim faz uso não se assemelha àquela adotada pela igreja desde a Idade Média até os dias atuais e nem à dos positivistas e funcionalistas:

A totalidade, no sentido em que a concebemos, não é uma visão da realidade imediata e eternamente válida, somente atribuível a olhos divinos. Não se trata de um horizonte estável e autodelimitado. Pelo contrário, uma visão total implica tanto a assimilação quanto a transcendência das limitações dos pontos-de-vista particulares. Representa o contínuo processo de expansão de conhecimento, possuindo como objetivo não atingir uma conclusão válida supratemporalmente, mas a extensão mais ampla possível do nosso horizonte de visão. (MANNHEIM, 1972, p. 132).

O agir e o pensar em grupo (considerando-se a existência de vários grupos, muitas vezes antagônicos entre si) pressupõem que a percepção da realidade não é mais a mesma para todos os indivíduos de uma sociedade. Cada grupo produz estilos de pensamento que proporcionam conhecimentos sobre a realidade (a sua própria e a de outros grupos) e valores (a forma como os indivíduos que pertencem a tal grupo devem agir) que orientam suas ações

em termos de um “*agir com*” ou um “*agir contra*” os outros grupos. Fica evidente, a partir disto, a vinculação de estilos de pensamento a ação de grupos sociais.

Ao superar a análise lógico-formal do pensamento (filosofia analítica e positivismo lógico⁵) a sociologia não mais analisa o pensamento e o conhecimento como desvinculados da ação. Deste modo, um objeto apenas adquire o estatuto de uma questão sociológica a partir do momento em que o contexto existencial do sujeito se encontra com o objeto como um problema a ser superado/conhecido. Cohen (1970, p. 31) afirma que “(...) esse desejo [*de explicar*] surge apenas quando existe o reconhecimento da ocorrência de algo que exige uma explicação. As explicações são imaginadas para tratar dos problemas”. Mannheim argumenta que não é possível transpor a objetividade e análise das ciências da natureza para as *Ciências Sociais e Políticas*⁶, pois “quem não toma decisões não tem questões a levantar e nem mesmo é capaz de formular uma hipótese a testar que lhe permita colocar um problema e pesquisar a história em busca da resposta” (MANNHEIM, 1972, p. 115).

Ao viver coletivamente o indivíduo pensa da mesma forma que o seu grupo pensa e, ao se deixar levar pelo estilo de pensamento de seu grupo o indivíduo pode estar abrindo mão da racionalidade do seu próprio pensar, haja vista que “a plena emergência do ponto de vista sociológico referente ao conhecimento traz consigo, inevitavelmente, o descobrimento gradativo do fundamento irracional do conhecimento racional” (MANNHEIM, 1972, p. 58).

Mannheim está introduzindo na análise sociológica aspectos como o inconsciente (ou irracional) e o perspectivismo. Para que se tenha uma compreensão total destes estilos de pensamento situados social e historicamente é preciso proceder a uma *análise situacional*, a qual introduz a compreensão dos elementos valorativos ligados ao pensamento e o importante papel do contexto existencial como fornecedor das condições de emergência dos estilos de pensamento, dos quais, por sua vez, podem vir a surgir pensamentos mais individualizados:

(...) a Sociologia do conhecimento busca compreender o pensamento no contexto concreto de uma situação histórico-social, de onde só muito gradativamente emerge o pensamento individualmente diferenciado. Assim, quem pensa não são os homens em geral, nem tampouco indivíduos isolados, mas os homens em certos grupos que tenham desenvolvido um estilo de pensamento particular em uma interminável série de respostas a certas situações típicas características de sua posição comum. (MANNHEIM, 1972, p. 31).

⁵ O trabalho de Gusmão (2011) ajuda a compreender o debate epistemológico que Mannheim empreende com as vertentes positivistas, destacando aí o *empirismo lógico*. O artigo de Rodrigues Junior (2002) refere-se ao *positivismo lógico*.

⁶ Mannheim assim se refere a estas ciências em *Ideologia e Utopia* (MANNHEIM, 1972, p. 75).

Esta análise pode servir como uma ferramenta para que se identifique a “dependência oculta” a que os indivíduos se encontram submetidos em relação aos estilos de pensamento do grupo, percebendo que a sua ação, tal qual o seu pensamento, também é direcionada pelos interesses do grupo ao qual se encontram vinculados. Compreender tal vinculação tornaria possível, portanto, não somente tomar consciência da situação em que os indivíduos se encontram como também exercer algum tipo de controle sobre ela. Serviria também como orientação metodológica para o pesquisador, estabelecendo um referencial crítico de objetividade, uma vez que “um novo tipo de objetividade pode ser obtido nas Ciências Sociais, mas não por meio da exclusão de valorações, e sim através da percepção e do controle crítico destas” (MANNHEIM, 1972, p. 33).

Mannheim identifica, assim, a trajetória do conceito de ideologia, que se encontrava em estágio embrionário no momento de uma epistemologia individualista ligada à *consciência em si* na obra de Kant, passara por uma transição quando fora concebida a *consciência histórica* em Hegel e chegara finalmente ao conceito de *consciência de classe* ou *ideologia de classe* proposta por Marx.

O ponto em comum que fundamenta todas estas concepções de *consciência* é a produção de significados, os quais vão se diferenciando conforme a ênfase se desloca do sujeito puramente individual para todo um estrato social. Esta trajetória é a condição de emergência da análise mannheimiana da vinculação entre os estilos de pensamento e as condições existenciais (ou *Weltanschauung*) de um determinado período histórico. Tal compreensão somente poderia emergir uma vez que estes elementos estivessem colocados, permitindo assim “(...) observar como e sob que forma a vida intelectual de um dado momento histórico se relaciona com as forças políticas e sociais existentes” (MANNHEIM, 1972, p. 94, nota de rodapé).

Pensamento e ação: da epistemologia individualista à sociologia do conhecimento

A constatação de que podem existir dois modos (ou mais) de pensar sobre uma mesma realidade permitiu a Mannheim partir do pressuposto de que nem todas as áreas do saber devem trabalhar com o conhecimento considerando-o somente como um produto lógico-formal (e mesmo racional) do pensamento. Ele observa que existe uma lacuna na racionalidade do pensamento que possibilita a emergência de conhecimentos antagônicos (e mesmo antitéticos) sobre um mesmo objeto, lacuna esta que pode ser mais profundamente compreendida se forem observadas as *motivações inconscientes (irracionais) do pensamento*

com origem no contexto existencial do objeto (neste caso, indivíduos situados em grupos sociais). Chega a esta conclusão ao analisar a trajetória histórica de desenvolvimento da epistemologia, até o momento por ele analisado em *Ideologia e Utopia*.

A epistemologia individualista que surge com o Renascimento não prevê estas lacunas na racionalidade. Ao se deparar com a multiplicidade de cosmovisões (rompimento com o tradicionalismo medieval), ela procura substituir a unicidade do mundo fundamentada no dogma religioso pela unicidade do mundo fundamentada na razão. Neste momento, a epistemologia vai optar por uma valorização do sujeito do conhecimento como tentativa de recompor alguma unidade num momento de dúvidas e incertezas, ou, como diz Dutra (2010, p. 16) “(...) de Descartes a Kant, a epistemologia tradicional não analisa casos de conhecimento público para o qual contribuem diversos sujeitos”, trata-se de uma epistemologia individualista. Com o surgimento do racionalismo e do empirismo modernos emerge uma separação entre o “ato de pensar” (o pensamento propriamente dito) e os “pensamentos já pensados” (ou o conhecimento acumulado).

A validade do conhecimento estaria condicionada, então, ao papel desempenhado pelo sujeito do conhecimento, como diz Mannheim (1972, p. 41): “a epistemologia buscou eliminar essa incerteza fundando seu ponto de partida não em uma teoria da existência dogmaticamente ensinada, nem em uma ordenação de mundo que fosse validada por um tipo de conhecimento superior, mas em uma análise do sujeito conhecedor”. Esta mesma fragmentação das cosmovisões tradicionais que gera uma multiplicidade de concepções acerca de mesmo objeto é, para Mannheim (2001), fruto do surgimento de intelectuais desvinculados da igreja (como um estrato de sujeitos legítimos da produção do conhecimento). Os intelectuais assumem, então, o papel que antes era desempenhado exclusivamente pela igreja, tornando-se agora produtores de interpretações do mundo (e diferenciam-se da igreja inclusive por uma maior abertura em relação à possibilidade de serem produzidas interpretações distintas).

Como Mannheim salienta, este estrato dos intelectuais – ou *intelligentsia* – não mais possui vinculação exclusiva com uma única camada ou grupo da sociedade ou com um único interesse político, aliando-se, ao invés disso, aos mais diferentes grupos sociais e interesses políticos, e assim “devido à ausência de uma organização social própria, os intelectuais permitiram que os diversos modos de pensamento e de experiência chegassem a competir abertamente entre si, no mundo mais amplo dos demais estratos” (MANNHEIM, 1972, p. 39-40).

Por outro lado, ao se fundamentar no sujeito do conhecimento esta epistemologia individualista, permitia que o próprio sujeito fosse tomado como objeto a ser conhecido, emergindo daí uma psicologia do pensamento e, tal qual na situação anterior em que a possibilidade de uma certeza única sobre os objetos vira-se fragilizada, agora também uma certeza única sobre o sujeito do conhecimento poderia ser questionada. Ao transformar o próprio homem num objeto a ser conhecido, tal perspectiva permitiu uma multiplicidade de conhecimentos sobre este objeto, com a especificidade de que este era, agora, da mesma natureza que o próprio sujeito (múltiplos sujeitos do conhecimento implicava na possibilidade de múltiplos conhecimentos sobre um mesmo objeto, o que, por seu turno, implicava na possibilidade de múltiplos conhecimentos sobre o próprio sujeito).

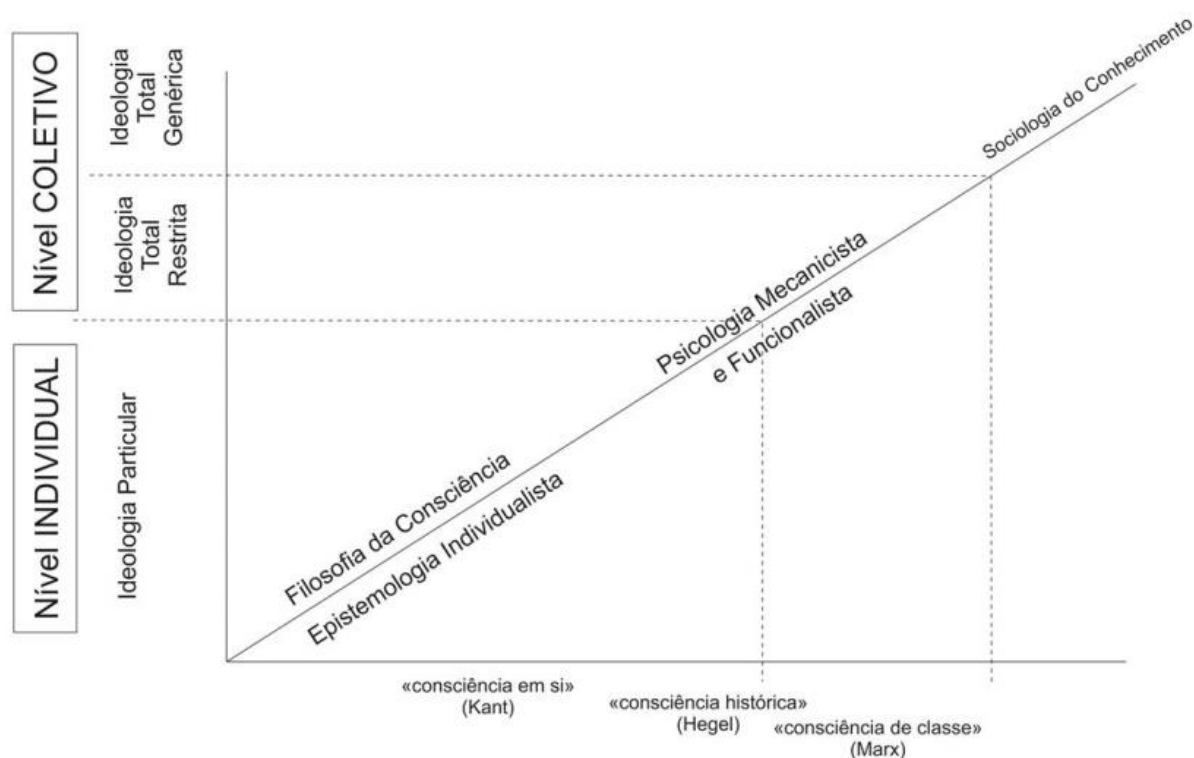
A limitação teórica destes conhecimentos sobre o homem consistia no fato de estarem fundamentados por uma epistemologia das ciências naturais, pois “(...) buscavam aplicar, à experiência interna do homem, esquemas interpretativos derivados da mecânica” (MANNHEIM, 1972, p. 45). Esta psicologia nascente não buscava explicar os sentidos das experiências humanas, mas justamente empenhava-se em afastá-los da explicação, alinhando-se a uma objetividade no conhecimento sobre o próprio homem, típica daquela praticada pelas ciências naturais. As explicações desta psicologia são necessárias, porém não são suficientes para se compreender as motivações das ações humanas. Mannheim reconhece que, no momento de seu surgimento, esta psicologia mecânica fora considerada como vanguarda, uma vez que estava ainda muito próxima do momento anterior de desprendimento das explicações religiosas para as motivações humanas. É preciso reconhecer tanto a validade destas explicações psicológicas mecanicistas e funcionalistas quanto as suas limitações, e tais limitações referiam-se à sua incapacidade para explicar o sentido social da conduta dos seres humanos.

Todavia, a conduta dos seres humanos sempre possui algum sentido social, e esta limitação teórica da psicologia mecanicista/funcionalista consistia justamente em não reconhecer que “o mais importante papel do pensamento na vida consiste, entretanto, em proporcionar orientações para a conduta quando se tem de tomar decisões” (MANNHEIM, 1972, p. 47) e que, desta forma, mesmo o pensamento individual que é fruto desta psicologia implica numa dimensão moral e política da existência, pois serve para orientar a ação do indivíduo (de acordo com motivações coletivas conscientes e inconscientes) para fins e objetivos específicos. A dimensão moral não poderia ser desvinculada da análise da conduta humana, não mais uma moral única como prevalecera nos momentos históricos anteriores,

mas sim uma moral multifacetada, que exige a presença de elementos qualitativos na análise da motivação dos comportamentos humanos.

Como superação do método lógico-formal da epistemologia e da psicologia em voga Mannheim propõe que a análise sobre o pensamento, o conhecimento e o sujeito leve em consideração a vinculação destes com o contexto existencial, pois “a interdependência interna só pode ser captada pelo método compreensivo de interpretação, e os estágios dessa compreensão do mundo estão ligados, a cada passo, ao processo de autoclarificação” (MANNHEIM, 1972, p. 74). Esta é a chave para se passar de uma teoria do conhecimento para uma sociologia do conhecimento, e está sintetizada na Figura 01 abaixo:

Figura 01 – Trajetória do conceito de ideologia para Karl Mannheim:



Fonte: Mazucato (2014).

Que o pensamento seja socialmente condicionado Marx já o havia demonstrado, e o que Mannheim propõe consiste em que o condicionamento social do pensamento e do conhecimento possa adquirir várias formas possíveis e cristalizar-se em estilos de pensamento que serão delimitados e absorvidos respectivamente por vários grupos sociais (sua proposta consiste numa ampliação das categorias “burguesia” e “proletariado”), sendo fundamental nesta perspectiva analítica a maneira como tais estilos de pensamento orientam

a ação social dos indivíduos, principalmente em relação às suas posturas políticas diante da realidade social, sendo as duas formas mais elementares aquelas que orientam pela manutenção ou pela modificação desta realidade. Löwy afirma, sobre a ideologia e a utopia, que ambas consistem numa espécie de denominador comum que orienta a ação dos indivíduos:

Percebe-se imediatamente que ideologia e utopia são duas formas de um mesmo fenômeno, que se manifesta de duas maneiras distintas. Esse fenômeno é a existência de um conjunto estrutural e orgânico de ideias, de representações, teorias e doutrinas, que são expressões de interesses sociais vinculados às posições sociais de grupos ou classes, podendo ser, segundo o caso, ideológico ou utópico. (LÖWY, 2010, p. 13).

Compreender as origens sociais dos modos de pensamento é o alvo da sociologia do conhecimento, e, de acordo com Mannheim (1972, p. 30) “a principal tese da Sociologia do Conhecimento é que existem modos de pensamento que não podem ser compreendidos adequadamente enquanto se mantiverem obscuras suas origens sociais”. Para tornar explícita a diferença da Sociologia do Conhecimento em relação à Teoria do Conhecimento, Mannheim estabelece uma delimitação de seu objeto:

(...) o objeto da Sociologia do Conhecimento não é apenas a ciência. É muito mais abrangente, pois refere-se ao trabalho de compreensão e explicação das relações entre a existência social e *todos* os produtos simbólicos dela resultantes – representações, valores e no limite, os fundamentos que orientam a relação simbólica com a realidade (sua *ratio* estruturante). (CEPÊDA, 2014, p. 64).

O pensamento serve, portanto, para orientar a ação do sujeito, e isto pressupõe que, para compreender a motivação de suas ações, deve-se levar em consideração que a “vontade” orienta o sujeito para certos objetivos, e também que, tendo tais sujeitos diferentes origens sociais (alinhando-se a diferentes grupos sociais), cada grupo inclina-o para formas de pensamento e objetivos políticos que lhe são característicos. Estes são, segundo Mannheim, os pressupostos sociológicos para uma análise do conhecimento, cujos pilares são as categorias de ideologia e utopia e sua posterior síntese.

Ideologia e utopia como categorias de pensamento e de ação

Mannheim verificou que os interesses dos grupos acabam por produzir certos estilos de pensamento que são elementos importantes para a compreensão do pensar e do agir dos indivíduos. Cepêda (2014, p. 60) afirma que “o suporte dessa afirmação é que a aceitação de *mais de uma* explicação possível sobre uma realidade única seria impensável em sociedades movidas pela Tradição”. Disto decorrem duas implicações imediatas sobre o pensar e o agir para Mannheim: (1) estão vinculados a estilos de pensamento cristalizados em grupos sociais e (2) não podem ser compreendidos como atos puramente individuais, dado que o indivíduo que pensa assim o faz utilizando-se de categorias e conceitos que existiam antes dele próprio e que já estavam perpassadas por significados, valores e relações sociais.

O pensamento é algo que deve ser situado histórica e socialmente, e somente a partir da interiorização deste contexto existencial é que os indivíduos podem produzir pensamentos aparentemente com traços pessoais, os quais ainda assim carregam as características de *grupo* e de *contexto* em que foram produzidos. A isto Mannheim (1972, p. 53) denomina como “um complexo de conduta significativa, que pode ser compreendida em termos de sua estrutura motivacional ou de seu contexto de experiência”.

Nesta perspectiva o pensamento não é somente o fruto de reflexão contemplativa, mas também é resultado de um agir social que sempre se posiciona “com os outros” ou “contra os outros”, em que se fundamenta a construção de identidades coletivas a partir do pertencimento a certos *estilos de pensamento* do grupo. O pensar e o agir são coletivos e seus produtos mais imediatos – o pensamento e o conhecimento – estão vinculados existencialmente a determinados contextos:

Esta concepção de ideologia (e de utopia) sustenta que, para além das fontes de erro comumente reconhecidas, devemos admitir igualmente os efeitos de uma estrutura mental deformada. Reconhece o fato de que a “realidade” que não conseguimos compreender pode ser uma realidade dinâmica; e de que, na mesma época histórica e na mesma sociedade, possam existir vários tipos deformados de estrutura mental interna, uns por ainda não haverem chegado ao presente, outros por já se encontrarem além do presente. Em qualquer dos casos, entretanto, a realidade a ser compreendida se acha deformada e dissimulada, pois esta concepção da ideologia e da utopia trata de uma realidade que se desenrola somente na prática efetiva. (MANNHEIM: 1972, p. 123).

O que Mannheim está demonstrando são duas formas básicas de agir socialmente no mundo, condicionadas por estilos de pensamento do grupo: “estas pessoas, reunidas em

grupos, ou bem se empenham, de acordo com o caráter e a posição dos grupos a que pertencem, em transformar o mundo da natureza e da sociedade a sua volta, ou, então, tentam mantê-lo em uma dada situação” (MANNHEIM, 1972, p. 32).

Tal localização contextual do sujeito no seu tempo histórico e no seu grupo social são as condições básicas de emergência das questões existenciais deste sujeito, as quais devem ser consideradas relevantes para a compreensão das motivações sociais que determinam as formas de pensamento e os conhecimentos que orientam o seu agir. Estando estes pensamentos/conhecimentos situados em um grupo social e não em outros, os mesmos possuem uma dimensão parcial e fragmentada em relação à totalidade da existência, e suas duas formas básicas apontadas por Mannheim são a ideologia e a utopia. Justamente por estarem vinculadas a estilos de pensamento do grupo elas acabam por obscurecer para os indivíduos uma análise racional completa do estilo de pensamento dos outros grupos. A análise social do conhecimento parte da *realidade da sociedade* na qual os grupos estão inseridos, e toma como referencial a postura destes grupos em relação a esta realidade: mantê-la ou modificá-la. É o que Lallement (2008, p. 200) denomina por “transformação de certos projetos e interesses próprios dos grupos sociais em teorias, doutrinas e movimentos intelectuais”.

A ideologia e a utopia são categorias que fazem parte das motivações conscientes e inconscientes situadas socialmente nos grupos, que atuam no sentido de proporcionar condições de emergência para a forma como os indivíduos pensam e agem. Neste sentido, Mannheim (1972, p. 67) acredita que “servem para ocultar – em duas direções – certos aspectos da realidade social” e estabelece uma identificação de ideologia com “conservação” e de utopia com “transformação”, ambas consideradas como variações da realidade, adaptando-a aos interesses específicos dos grupos que as elaboram.

Mannheim identifica duas formas básicas de ideologia, ambas visando a uma desqualificação do “outro” (considerando-se o outro como um sujeito, um grupo ou toda sociedade). A *ideologia particular* possui um contorno mais psicológico, pois seu foco são os conteúdos de pensamento do outro, ou ainda partes dos enunciados deste, os quais são vistos como “disfarces mais ou menos conscientes” (MANNHEIM, 1972, p. 81) no modo deste outro entender a realidade social.

Por sua vez, a *ideologia total* não visa apenas aos conteúdos de pensamento do outro, mas pretende questionar a validade de toda a estrutura de pensamento deste outro e “põe em questão a *Weltanschauung* total do opositor (inclusive seu aparato conceptual), tentando

compreender estes conceitos como decorrentes da vida coletiva de que o opositor partilha” (MANNHEIM, 1972, p. 82-3).

Uma vez que a ideologia particular opera num nível psicológico, é possível falar de uma psicologia de interesses, identificando os interesses do outro como a gênese da mentira ou da ilusão em conteúdos de seu pensamento. Com isto, o outro (um indivíduo ou um grupo) é sempre o ponto de referência na análise ideológica particular, e, dado que os indivíduos ou grupos são portadores de partes das *visões de mundo* específicas e não da sua totalidade, isto explica o alcance desta análise e a limitação para que a mesma possa chegar ao nível social:

Cada indivíduo participa apenas em determinados fragmentos deste sistema de pensamento, cuja totalidade não é de forma alguma a simples soma destas experiências individuais fragmentárias. Sendo uma totalidade, o sistema de pensamento é integrado sistematicamente, e não é um mero ajustamento causal de experiências fragmentárias dos membros isolados de um grupo. Segue-se, assim, que somente se pode considerar o indivíduo como portador de uma ideologia, na medida em que lidamos com aquela concepção de ideologia que, por definição, se prende mais aos conteúdos isolados do que à estrutura global de pensamento, encobrendo modos falsos de pensamento e expondo mentiras. (MANNHEIM, 1972, p. 84-5).

Para a ideologia total, por sua vez, há um maior distanciamento entre o sujeito ou grupo identificado como *eu* e a concepção de mundo do *outro*, distanciamento este que é concebido como o ponto em que as cosmovisões se separam por completo. O foco não é mais apenas um conteúdo específico do pensamento do outro, e sim toda a sua estrutura de pensamento (vinculada ao grupo, ao tempo histórico ou à sociedade como um todo):

Com a concepção total da ideologia, a questão é diferente. Quando a uma época histórica atribuímos um mundo intelectual e a nós mesmos atribuímos outro, ou quando um certo estrato social, historicamente determinado, pensa com categorias diferentes das nossas, não nos estamos referindo a casos isolados de conteúdo de pensamento, mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes. (MANNHEIM, 1972, p. 83).

Por não operar no nível psicológico, a ideologia total pretende que sua análise da estrutura de pensamento do outro seja mais objetiva do que no caso da ideologia particular, uma vez que seu foco está na estrutura mental operando em contextos sociais diferenciados, identificando uma “(...) correspondência entre uma dada situação social e uma dada perspectiva, ponto-de-vista ou massa aperceptiva” (MANNHEIM, 1972, p. 84). Questiona-se

a validade do pensamento deste outro como um todo, uma vez que a sua forma de pensar não coincidiria com a realidade (a partir da perspectiva do “eu”). Aqui Mannheim afirma encontrar-se a origem da valoração negativa atribuída ao conceito de ideologia:

Mas, se indagamos, irrealista com relação a quê? – a resposta seria, irrealista com relação à prática, irrealista quando contrastada com as questões em pauta na arena política. A partir de então, todo pensamento rotulado de “ideologia” é considerado fútil quando vem à prática, devendo-se buscar na atividade prática o único acesso à realidade digno de confiança. (...) Claro está, portanto, que o novo significado do termo ideologia traz a marca da posição e do ponto-de-vista daqueles que o cunharam, a saber, os homens de ação política. A nova palavra sanciona a experiência específica do político com a realidade, e empresta sustentação à irracionalidade prática, que tem tão pouco apreço pelo pensamento como um instrumento para captar a realidade. (MANNHEIM, 1972, p. 98).

Neste ponto de sua reflexão Mannheim volta-se para o fato histórico do esfacelamento da visão religiosa unitária do mundo no período medieval e para o afloramento de cosmovisões diferentes e antagônicas a partir do Renascimento, apontando-o como o momento que tornou possível a posterior transição da ideologia particular para a total, ancorada num conceito de realidade e de verdade cujo alicerce era a experiência política:

Somente em um mundo em transformação, em que se estejam criando valores novos fundamentais e destruindo os antigos, pode o conflito intelectual chegar ao ponto em que os antagonistas busquem aniquilar não só as crenças e atitudes específicas um do outro, mas igualmente os fundamentos intelectuais sobre os quais estas crenças e atitudes repousam. (MANNHEIM, 1972, p. 90).

O que se pode identificar em comum entre as concepções particular e total de ideologia consiste justamente no fato de que ambas tentam justificar uma dada ordem social existente, ao mesmo tempo em que colocam em dúvida a compreensão que “o outro” faz desta mesma ordem social. Fica evidente o caráter tradicionalista da ideologia uma vez identificado que sua função “consiste em ocultar o real significado da conduta, ao invés de revelá-lo” (MANNHEIM, 1972, p. 121). Desta maneira, a arma teórica dos proletários, formulada na concepção de Marx, alcança um ponto máximo em seu desenvolvimento, de acordo com Mannheim, quando passa a ser utilizada por todos os grupos sociais.

Ao afirmar que “em nossa argumentação, até aqui, o ponto-de-vista dinâmico não-valorativo tornou-se, inadvertidamente, uma arma contra uma certa posição intelectual” Mannheim (1972, p. 114) pretende saltar da teoria da ideologia para a sociologia do

conhecimento, ao propor duas formas de ideologia total: considera a concepção de ideologia total elaborada até então pela teoria da ideologia de Marx como *ideologia total restrita*, ao que se seguiria uma concepção de *ideologia total genérica*, a qual abarcaria não somente os conteúdos ideacionais “do outro”, mas incluiria na análise os seus próprios ideacionais do “eu”. Sob estas condições a Sociologia do Conhecimento reconhece a influência (condicionamento, vinculação existencial) de fatores sociais nos estilos de pensamento dos vários grupos:

Com a emergência da formulação genérica da concepção total de ideologia, a teoria simples da ideologia evolui para a Sociologia do Conhecimento. O que anteriormente constituía o arsenal intelectual de uma das partes se transformou em um método de pesquisa da história intelectual e social em geral. A princípio, um dado grupo social descobre a “determinação situacional” (*Seinsgebundenheit*) das ideias de seus opositores. A seguir, elabora-se o reconhecimento deste fato em um princípio inclusivo, de acordo com o qual o pensamento de cada grupo é visto como emergindo de suas condições de vida. Assim, torna-se a tarefa da história sociológica do pensamento analisar, sem considerar tendências partidárias, todos os fatores da situação social efetivamente existente que possam influenciar o pensamento. Esta história das ideias sociologicamente orientada destina-se a dotar os homens modernos de uma visão retrospectiva de todo o processo histórico. (MANNHEIM, 1972, p. 104).

A passagem da teoria da ideologia para a sociologia do conhecimento representa um divisor de águas entre, por um lado, compreender a ideologia e a utopia como categorias de pensamento formal e, por outro lado, como categorias de análise sociológica em que “a tarefa de um estudo da ideologia, que tenta ser livre de juízos de valor, consiste em compreender a limitação de cada ponto-de-vista individual e o intercurso entre estas atitudes distintas no processo social total” (MANNHEIM, 1972, p. 107). A análise situacional relacionista do pensamento/conhecimento leva em consideração a orientação para a ação em suas relações com as diferentes situações sociais (ou culturas diferentes) e seus momentos históricos. Em linhas gerais, o salto dado por Mannheim para superar um relativismo absoluto à sua proposta do *relacionismo* consiste em prever a possibilidade de se tomar consciência de uma “verdade total” e a existência de um grupo capaz de operar tal tarefa, como afirma Lallement:

Ele defende em primeiro lugar uma tese “relacionista”: a verdade total seria a síntese dos diversos pontos de vista parciais. E depois, à maneira de Hegel (que alimentava a convicção de que o espírito absoluto era a medula de sua própria filosofia), de Marx (para quem o proletariado era o portador de

um pensamento autêntico), Mannheim reconhece aos intelectuais sem grilhões sociais a capacidade de superar o conhecimento do saber e assumir o papel de fiadores de uma verdadeira abertura cognitiva. (LALLEMENT, 2008, p. 200).

O relacionismo seria, portanto, uma forma de contextualização do conhecimento, o que para Mannheim (1972, p. 112) “significa apenas que todos os elementos de significado em uma situação mantêm referência um ao outro e derivam sua significação desta recíproca inter-relação em um dado quadro de pensamento”. Assim o relacionismo, de uma certa maneira, supriria a carência analítico-conceitual de um relativismo excessivo, ao prescrever que cada pensamento e/ou conhecimento deva ser compreendido por sua congruência com a realidade contextual, e que somente possuem sentido (ou pode-se compreender seu sentido) quando são analisados levando-se em consideração os outros pensamentos e/ou conhecimentos aos quais se contrapõem, e ainda que esta compreensão possibilitaria “o relacionamento de todo conhecimento parcial e seus elementos componentes ao corpo de significação mais amplo e, finalmente, à estrutura da realidade histórica” (MANNHEIM, 1972, p. 112). A análise não-valorativa do relativismo absoluto possuiria, ainda, uma outra desvantagem em relação à análise valorativa do relacionismo, uma vez que:

Este relacionismo dinâmico constitui a única saída possível para a situação no mundo em que nos encontramos, onde vemo-nos diante de uma multiplicidade de pontos-de-vista, cada um deles a requerer validade absoluta, embora como tivemos oportunidade de demonstrar, estejam relacionados a uma posição particular, sendo adequados exclusivamente a esta posição a que estão relacionados. (...) temos por objetivo trazer tudo o que exista de ambíguo e de questionável na vida intelectual de nossos dias ao nível da consciência desperta e do controle, buscando com esta finalidade assinalar os elementos enganosos frequentemente ocultos e dissimulados em nosso pensamento. (MANNHEIM, 1972, p. 124-5, *nota de rodapé*).

Quando analisa o conceito de utopia Mannheim o compreende também como um estilo de pensamento de grupo que, tal como ocorre na ideologia, transcende o que é considerado como sendo a realidade. Através da sua abordagem relacionista é possível compreender a realidade como constituída historicamente por um grupo social dominante (sendo, portanto, um conceito parcial de realidade). Neste sentido, um determinado pensamento pode ser considerado ideológico ou utópico somente em relação à realidade concretamente existente, o que, em última instância, seria representada pelo pensamento do grupo dominante.

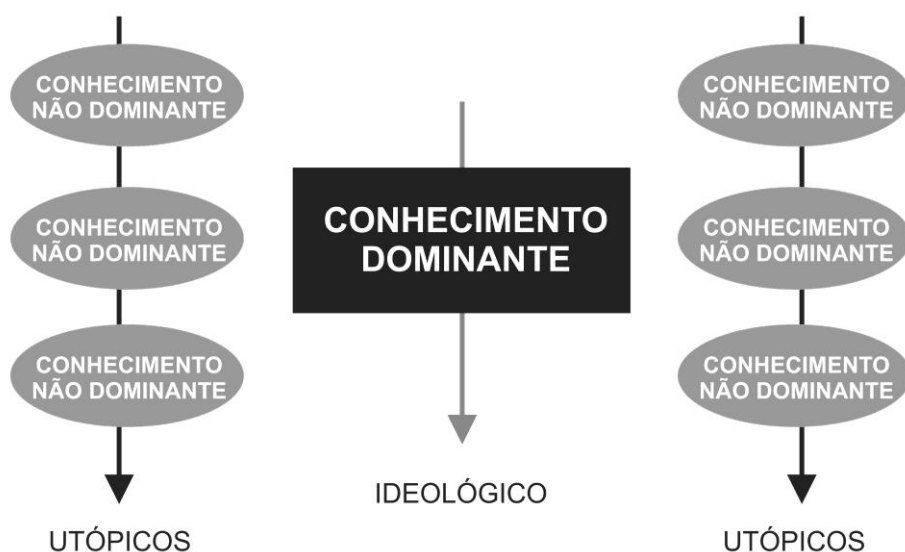
Para Mannheim tanto a ideologia quanto a utopia possuem duas dimensões bem delimitadas: (i) são formas de pensamento que buscam conhecer a realidade social, e, neste

sentido podem ser compreendidas como algo situado mais no plano teórico e (ii) sua vinculação a grupos sociais e condições existenciais agrega ao seu caráter teórico uma orientação para a ação social, em especial a ação política. No caso das utopias Mannheim (1972, p. 216) as concebe como sendo “somente aquelas orientações que, transcendendo a realidade, tendem, se se transformarem em conduta, a abalar, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas que prevaleça no momento”.

A utopia (ou *mentalidade utópica*, como Mannheim também a designa) deve ser compreendida segundo a perspectiva da análise situacional, uma vez que reflete estilos de pensamento cristalizados em grupos sociais que orientam os indivíduos para o pensamento e para a ação. Uma mentalidade utópica tenta transformar a realidade social de acordo com a direção que o próprio grupo deseja que a transformação ocorra.

Um elemento importante destacado por Mannheim que permite uma melhor compreensão do conceito de relacionismo em relação aos pensamentos e conhecimentos (sejam ideológicos ou utópicos) consiste na constatação de que em qualquer lugar, num dado tempo histórico, haverá um grupo social dominante, para o qual as concepções de todos os grupos que lhe são opostos serão rotuladas de *utópicas*, portanto a utopia também deve ser compreendida em seu sentido relacional “significando, assim, o que pareça irrealizável tão-só do ponto-de-vista de uma dada ordem social vigente” (MANNHEIM, 1972, p. 220. Há sempre presente na utopia um elemento que tende a subverter a ordem social vinculada ao grupo dominante:

Figura 02 – Concepção de Mannheim quanto à natureza ideológica e utópica do conhecimento



Fonte: Mazucato (2015).

Ideologia e utopia são categorias de pensamento e ação que somente podem ser compreendidas em suas relações recíprocas de mútua negação. Os grupos dominantes delimitam o que é utópico no pensamento dos grupos que lhe fazem oposição, assim como são justamente estes últimos que delimitam como ideológicos os pensamentos daqueles. Cuvillier (1975, p. 51) diz que “as ideologias refletem a ordem social dominante, ao passo que as utopias exprimem o futuro almejado. Umas e outras estão, contudo, em relação com as formas políticas e sociais existentes”.

Quando um grupo social em ascensão percebe a possibilidade de romper com a ordem social que os oprime, tem-se aí um terreno fértil para o surgimento de uma mentalidade utópica que buscará romper com tal ordem. Freund (1980, p. 248-9) comenta que, para Mannheim “a utopia é uma coleção de pensamentos que fazem exceção à realidade e procuram modificá-la pela ação”.

Mannheim aponta alguns exemplos históricos para demonstrar o caráter relacional das ideologias e das utopias como categorias de pensamento e de ação. Num primeiro momento a ascensão da burguesia (que já se encontrava bastante fortalecida economicamente) enfrentou uma concepção de mundo dominante vinculada ao contexto existencial medieval. Neste enquadramento as aspirações políticas da burguesia são consideradas como utópicas pela aristocracia feudal (uma vez que contrariam a ordem social existente baseada na hierarquia, na tradição e na fé). Uma vez que a burguesia tenha conquistado o poder político (exemplificando a orientação para a ação de seus pensamentos utópicos), a sua própria concepção de mundo passa a ser dominante e seu estilo de pensamento é considerado não mais utópico, mas sim ideológico, dado que pretende legitimar e manter (pelo pensamento e pela ação) a ordem social que privilegia sua própria posição. O estilo de pensamento ideológico da burguesia será, por sua vez, utilizado como referencial para designar como *utópicas* as concepções de mundo dos grupos que passam a ser os seus oponentes – neste caso as concepções do proletariado – cristalizadas, estas últimas, no estilo de pensamento utópico socialista-comunista.

Feitas estas considerações sobre o aspecto dinâmico do conceito de *ideologia* e de *utopia* na obra de Mannheim, apresentamos, a título de breve conclusão, sua própria reflexão sobre o contexto social e político que vivenciou, circunscrito às duas guerras mundiais. Mannheim afirma que a simples existência de múltiplas visões de mundo poderia ser considerada como um avanço histórico, quando se toma em consideração um período anterior

em que prevalecia uma visão de mundo única e totalizante, mas também alerta para as possibilidades de relações entre estas visões de mundo na modernidade, incluindo a intensificação de conflitos até um grau máximo em que se busque eliminar os oponentes. Seria justamente nesta configuração política da modernidade que Mannheim vislumbraria para a Sociologia do Conhecimento não somente uma justificativa teórico-epistemológica, como também a compreenderia como uma importante ferramenta para uma compreensão mais dilatada da própria realidade, o que possibilitaria (ainda que por si só não garantiria) a emergência de uma solução não extremista para os conflitos políticos:

Tendo o indivíduo captado o método de se orientar no mundo será inevitavelmente levado para além do estreito horizonte de sua própria cidade, aprendendo a se compreender como parte de uma situação nacional e, mais tarde, de uma situação mundial. Da mesma maneira, será capaz de compreender a posição de sua própria geração, sua situação imediata dentro da época em que vive, e este período, por seu turno, como parte do processo histórico total. (MANNHEIM, 1972, p. 133).

Adotando tal perspectivismo relacionista Mannheim (1972, p. 131) afirma que “somente quando estivermos completamente conscientes do âmbito limitado de cada ponto-de-vista, estaremos a caminho da almejada compreensão do todo” deixando clara a sua opção pela busca, não de verdades absolutas, mas sim pelo alargamento do horizonte de visão da época atual.

Referências Bibliográficas

BOTTOMORE, T. B. As Elites e a Sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.134 p.

CEPÊDA, V. A. A Sociologia do Conhecimento em Karl Mannheim.In: HAYASHI, M. C.; RIGOLIN, C.; KERBAUY, M. T. M. (orgs.). Sociologia da Ciência: primeiras aproximações. Campinas: Átomo-Alínea, 2014.pp. 59-89.

COHEN, P. S. Teoria Social Moderna. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 258 p.

CUVILLIER, A. Sociologia da Cultura. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975. 372 p.

DUTRA, L. H. A. Introdução à Epistemologia. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 190 p.

FREUND, J. A Sociologia Alemã à Época de Max Weber. In:BOTTOMORE, T.& NISBET, R. (orgs.). História da Análise Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.pp. 205-51.

GUSMÃO, Luís de. A Crítica da Epistemologia na Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.26, n.1, pp. 221-39, jan./abr. 2011.

LALLEMENT, M. História das Ideias Sociológicas: de Parsons aos Contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 2008. 344 p.

LÖWY, M. Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2010. 112 p.

MANNHEIM, K. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. 330 p.

_____. Sociologia da Cultura. São Paulo: Perspectiva, 2001. 240 p.

MAZUCATO, T. Ideologia e utopia de Karl Mannheim – o autor e a obra. São Paulo: Ideias & Letras, 2014. 120 p.

_____. Aspectos teóricos da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. In: CEPÊDA, V. A., FONTANA, F. & MAZUCATO, T. (orgs.). Interfaces da Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições – UFSCar, 2015. 192 p.

REMMLING, G. W. The Sociology of Karl Mannheim. London: Routledge&Kegan Paul, 1975. 255 p.

RODRIGUES, L. P. Introdução à Sociologia do Conhecimento, da Ciência e do Conhecimento Científico. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005. 143 p.

RODRIGUES JÚNIOR, L. Karl Mannheim e os problemas epistemológicos da sociologia do conhecimento: é possível uma solução construtivista?. *Episteme*, Porto Alegre, n.14, pp. 115-38, jan./jul. 2002.

TURNER, Bryan S. *Classical Sociology*. London: Sage Publications, 1999. 304 p.

WEBER, Max. *A Política como Vocação*. Brasília: UnB, 2003.

WELLER, Wivian et al. *Karl Mannheim e o Método Documentário de Interpretação: uma forma de análise das visões de mundo*, *Sociedade e Estado*, Brasília, v.18, n.2, pp. 375-96, jul./dez. 2002.

WIRTH, Louis. Prefácio in MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

RESENHAS

Africanizing Anthropology: Fieldwork, Networks, and the Making of Cultural Knowledge in Central Africa

Alexsânder Nakaóka Elias¹

O livro “Africanizing Anthropology” (2001), escrito pela historiadora da ciência Lyn Schumaker, é uma tentativa de repensar outra entrada na Antropologia da Política. O que a autora oferece, exatamente por não ser uma antropóloga de formação, é a possibilidade de imaginar o Estado - sua formação e consolidação - em sua autonomia histórica e na experiência que os indivíduos possuem neste contexto.

Aqui, ela não toma o Estado sob os trabalhos que especulam sobre o mesmo, mas na contramão, tentando desvendar e mostrar a contribuição que a Antropologia pode oferecer para as reflexões, imaginando o Estado pelas experiências concretas que os indivíduos possuem. Algo como fazer com ele o que a Antropologia moderna fez com a noção de “família”, por exemplo.

Schumaker alerta para o fato de que, embora muitas vezes pareça coerente pensar, a história da Antropologia nunca está concluída. Assim, é possível notar que uma série de “antropologias” ditas marginais são realizadas e novas portas se abrem, com o surgimento de distintas possibilidades analíticas.

A autora percebe as condições de construção do pensamento antropológico em um determinado contexto e em um determinado lugar: o Instituto Rhodes-Livingstone (RLI), que reuniu um grupo de antropólogos, dos anos 1930 até 1960, fundamentais na história da disciplina, mas que tencionam as célebres escolas e a relação com os grandes mestres da Antropologia.

Esta obra tem como alicerce a história oral e o trabalho arquivístico conduzido por Schumaker na Zâmbia, Grã-Bretanha, Estados Unidos, África do Sul, Zimbábue, Tanzânia,

¹ Doutorando em Antropologia Social/Unicamp, com auxílio de bolsa FAPESP. E-mail: alexdefabri@yahoo.com.br.

Holanda e Malawi. Isto incluiu 22 meses de trabalho de campo na Zâmbia, em 1991 e 1992, seis meses de trabalho na África do Sul e na Grã-Bretanha em 1993, visitas subsequentes à Zâmbia em 1995 e 1996 e entrevistas de acompanhamento e trabalho arquivístico na Grã-Bretanha, entre 1995 e 1999.

Logo no início do livro, Schumaker apresenta um personagem exemplar da história, que já introduz a importância dos vários componentes de um trabalho de campo que vai muito além da experiência única e soberana do antropólogo social.

Trata-se de Matshakaza Blackson Lukhero, que cresceu em Feni, leste da Rodésia do Norte (atual Zâmbia). Recrutado para o serviço militar em 1941, quando tinha apenas quinze anos, Lukhero serviu no Quênia, no Sétimo Corpo de Ambulâncias da Rodésia do Norte, e teve seu primeiro contato com Desmond Clark, arqueólogo e primeiro curador do Museu Rhodes-Livingstone. Clark não conseguia pronunciar “Matshakaza” e por isso ele apelidou o jovem africano de “Matchbox”, um nome que não sobreviveu ao serviço de guerra (2001, p. 01).

De volta à Feni, em 1946, Lukhero tornou-se um intérprete para um antropólogo recém-chegado, Max Marwick. Em seguida, J.A. Barnes chegou na área de Ngoni e contratou Lukhero como intérprete e assistente de pesquisa para o seu trabalho de campo. Com apenas algumas pausas depois disso, Lukhero continuou a trabalhar nos campos na zona rural e urbana, até 1966, uma carreira como assistente de pesquisa que durou 20 anos e incluiu a investigação em três países.

Já a partir da década de 1960 até depois da década de 1970, Lukhero trabalhou para as minas de cobre na Zâmbia recém-independente, voltando para a Antropologia, novamente, na década de 1980, quando ele se envolveu com o renascimento da tradicional cerimônia Ngoni, chamada Nc'wala, e escreveu um livro sobre ela.

A partir da apresentação de Lukhero, um informante privilegiado que remete a dois personagens incríveis - *Muchona*, a Vespa, de Victor Turner (1967) e *Mali-kindjin*, de Gregory Bateson (1936), uma mistura de ancião, caçador de cabeças de animais e feiticeiro temido, respeitado e odiado por muitos - Schumaker coloca algumas questões que serão de suma importância na sua obra: seria o assistente de pesquisa que segue o antropólogo? Não seria o assistente quem configura o conhecimento do antropólogo? A África determina o curso da Antropologia que resulta? Através destas questões, a autora conta a história do RLI, como um enredo de conhecimento cultural coproduzido, que coloca em questões

diversas categorias, como antropólogos, assistentes, missionários e administradores coloniais e locais.

Neste livro, o esforço é pensar o Estado não a partir de uma suposta ausência, mas através da importância que, historicamente, os indivíduos estabelecem nesse contexto. A experiência da unidade Estatal mostra o interesse da formação autônoma e histórica dos Estados, não a partir da influência de pensamentos especulativos, mas de ideias concretas.

Assim, Schumaker nota que existe um equívoco por parte de alguns cientistas sociais, de imputar a alguns pensadores clássicos uma carga empírica que não procede, que não se coloca na prática do campo. A autora percebe que existe um momento em que se questiona a ortodoxia, que se pode denominar com determinados princípios de uma antropologia moderna, que questiona a antropologia pré-moderna (assombrada pelo fantasma de Frazer, entre outros). O conjunto desta ortodoxia é colocado em cheque por uma “antropologia marginal”, cujos expoentes vão pesquisar contextos africanos. Essa antropologia coloca a pedra de toque em um método, uma forma de fazer pesquisa, que é a pesquisa de campo. O “Deus” passa a ser Malinowski (e Evans-Pritchard e Radcliff-Brown).

De fato, o nome do RLI engana. É a união de dois nomes europeus: Rhodes era um sujeito cuja importância tem um impacto fundamental. Ele afirmava que, se pudesse, anexaria as estrelas. Livingston era um missionário que atuou na África. No nome do Instituto, portanto, temos a união da conquista territorial/cultural com a conquista das almas. Porém, quando se analisa o contexto e as relações do RLI, é perceptível que Gluckman², um judeu comunista, realizava pesquisas na contramão do contexto segregacionista da África Austral. Ele afirmava que não se podia entender a Zululândia (África do Sul) sem entender os elementos históricos, além do presente etnográfico.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que bebe da fonte, Gluckman (assim como outros pesquisadores do RLI) também questiona Malinowski e a sua “teoria do contato cultural”, que afirma que existem elementos internos e externos à cultura. O elemento, neste caso, percebido como externo, não seria simplesmente um vetor de desagregação que dialoga somente com os colonialistas, - sendo preciso administrar esse contato, que normalmente seria visto como perda. O elemento externo à cultura, no caso os antropólogos sociais,

2 Herman Max Gluckman (Joanesburgo, 26 de janeiro de 1911 — 13 de abril de 1975), antropólogo social britânico e segundo diretor do RLI.

também corresponderiam aos elementos que podem dialogar com os interesses e personagens locais.

Schumaker enfrenta, também, o que não tinha sido falado sobre a história da antropologia dita britânica (Escola de Manchester), que seria, na verdade, uma antropologia sul-africana, já que os autores eram comprometidos, especificamente, com a África do Sul. Em uma conjuntura segregacionista, que culminaria com o *apartheid* em 1948, os pesquisadores do RLI partem para outro contexto, a Rodésia do Norte, que tinha “menos interesse” colonial (menos colonos) por não ter sido uma colônia de exploração (em comparação com a Rodésia do Sul, com um projeto colonial mais intenso) e constituir uma espécie de protetorado.

Ao situar o trabalho do RLI na Rodésia do Norte, é importante notar, também, que o tema do ritual foi fundamental para os membros do Instituto, pois é a partir dele que é possível lidar com a dinâmica da cultura, colocando em cheque o presentismo ortodoxo da Antropologia. O ritual, para Schumaker, significa movimento, dinâmica, transformação na sociedade, formas variadas de lidar com a história. É fundamental, portanto, pois permite até mesmo a pacificação (como no caso de Moçambique), sendo uma instituição local que possibilita movimento, que confere ao mesmo tempo historicidade e transformação no processo social.

Esse processo é percebido pela autora como presente entre as populações da cidade, que mostravam coesão, principalmente nos momentos dos rituais de passagem. Neste contexto, é salutar pensar numa antropologia dinâmica, que se reinventa constantemente, colocando em questão a importância do antropólogo e da sua interação, também transformadora com a comunidade estudada.

Assim, Schumaker narra sua história a partir do ponto de vista dos pesquisadores africanos nativos, que trabalharam com seus parceiros europeus e que foram condenados à obscuridade. Ela questiona sobre quem são essas figuras nativas que serão coautores dos trabalhos dos antropólogos europeus, o que os africanos podem falar da Antropologia que se faz na África, como a construção das teorias antropológicas se faz a partir e em diálogo com as teorias dos nativos, quais as teorias que os africanos elaboram sobre o próprio povo e quem são (quais os seus nomes) esses africanos que ajudam a estabelecer a teoria do antropólogo.

Isso confere uma novidade ao trabalho de Schumaker, pois existe aí uma ficção etnográfica que expõe uma ideia de igualdade entre as populações, que retira a parcialidade

daqueles que falam. Na verdade, não é qualquer indivíduo que pode falar, mas nas etnografias nunca se sabe quem fala e isso é fundamental na produção do conhecimento antropológico. A autora traz, como historiadora da ciência, o que os africanos pensam da antropologia na África, sendo que o trabalho de campo não é tratado como uma mera ferramenta de pesquisa, mas constitui uma relação intersubjetiva entre pessoas.

Neste sentido, Schumaker busca uma construção social e coletiva, vencendo uma barreira do autocentrismo, percebendo de que maneira ela pode chegar na relação intersubjetiva que, de fato, não presenciou. Trabalha de forma heterodoxa, de uma perspectiva que não é exclusivamente antropológica, pegando cacos e os juntando. Trabalha com a pesquisa de campo em si, reconstruindo a pesquisa empírica, numa instituição (RLI) colada no campo. Tenta, ainda, perceber que existe um conjunto de redes, que conectam os antropólogos com seus informantes, - aqueles que escrevem para os antropólogos, que escrevem sobre o que leram dos antropólogos, etc.

Schumaker está interessada na influência que a Antropologia recebe de um conjunto de atividades que são compartilhadas entre antropólogos e seus informantes. Realiza esse diálogo tentando mostrar que existe uma agência fundamental, que se coloca no polo africano da relação, que até então estaria deixado de lado na construção do saber antropológico, embasado na ideia de que os europeus explorariam a África e os africanos se deixariam explorar. Ela propõe, também, que os informantes definem a agenda de pesquisa dos antropólogos e não o contrário (embora os antropólogos, muitas vezes, pensem definir a sua própria agenda). O campo é quem ensina os antropólogos a fazer as perguntas.

O grande desafio do livro é introduzir, efetivamente, os indivíduos no seu estudo. A obra traz um novo paradigma, indo além do pós-modernismo. Esse paradigma afirma que só é possível trabalhar com a produção do conhecimento em Antropologia (a partir do ponto de vista da história da ciência), se você se atentar para os indivíduos que atuam no contexto da pesquisa. A versão razoável não é a do antropólogo ou a dos africanos, mas uma conjugação e interrelação das duas partes, existindo até mesmo informações que não são incorporadas na etnografia, que o informante as passa em conversas pessoais.

Além desta interação com a comunidade estudada, os próprios pesquisadores/antropólogos do RLI compartilhavam o conhecimento entre eles, em uma espécie de vai e vem, em uma relação de troca de conhecimento intelectual e experiências de campo.

É importante notar, neste caso, que a autora constrói e presenteia o seu leitor com aquilo que não foi dito na época da produção do trabalho de campo. Ela chama a atenção para os confrontos e mediações que refletiam a política racial do sul da África, mas que também poderiam afetar a situação política, pelo menos de acordo com os colonos e administradores que, por vezes, viram o trabalho do antropólogo como útil, mas também o viam, e com mais intensidade, como uma ameaça para o fim racial.

Por isso, Schumaker diz que Wilson (primeiro diretor do RLI), Gluckman e os pesquisadores do RLI posteriores, tiveram de criar para sua disciplina um lugar legítimo no campo da Rodésia do Norte e, para isso, tiveram que provar a sua credibilidade a uma grande variedade de pessoas que viveram e trabalharam nesse campo, como os chefes africanos, os africanos educados, os africanos que trabalhavam para o governo, os pagãos, os cristãos e os muçulmanos, assim como para os administradores coloniais e técnicos de vários tipos, as empresas de mineração, os missionários, os agricultores, os comerciantes e os editores de jornais locais.

Para Schumaker, duas questões são importantes para entender a natureza das interações dos pesquisadores do RLI com o governo colonial: Os antropólogos e os administradores estavam unidos por alguns elementos comuns em seu *ethos* de trabalho de campo e serviço público e as pessoas que trabalhavam para o governo colonial foram diversas na sua formação e atitudes em relação aos africanos. Assim, os antropólogos poderiam desenvolver relações produtivas, com base em uma variedade de interesses parcialmente compartilhados (2001, p. 65).

Neste sentido, o RLI tornou-se uma equipe com a sua própria rede de relações (sociais, intelectuais e políticas), sendo criada e mantida no campo. A coesão da equipe do RLI derivou, em parte, da visão geral de Gluckman da África Central e da Rodésia do Norte (em particular) como um laboratório para as investigações sociológicas relevantes para todas as sociedades humanas na África Austral. Embora essa visão tenha se desenvolvido a partir de sua oposição à segregação racial, ela também estava enraizada nas forças culturais e econômicas que moldaram a história sul africana.

Além disso, o conceito de laboratório de campo do RLI ajudou a estruturar a investigação e padronizar abordagens individuais dos pesquisadores, sendo que cada um produziu uma monografia única e novos iniciados no desenvolvimento da teoria. Além de estruturar a pesquisa, a ideia de um laboratório compartilhado ajudou a emergência de uma

cultura de trabalho partilhada entre os membros da equipe, com base em práticas específicas para cada laboratório e repassados através da aprendizagem.

Na visão de Schumaker, o foco comparativo do RLI ajudou a construir o campo, não só como um lugar de interação com a população local, mas também como um *locus* de relações intelectuais e sociais produtivas com outros profissionais. Este aspecto do trabalho em equipe do RLI foi desenvolvido a partir de um conjunto de experiências de compartilhar objetivos da pesquisa, observando as práticas de campo uns dos outros e a criação de redes de comunicação.

Conclusão: Um (ou vários) ponto final para a história

Schumaker afirma, na parte final do seu livro, que a história do RLI pode acabar em muitos pontos distintos e que cada ponto final poderia ser usado para dizer algo significativo sobre a natureza do trabalho de campo do RLI (e do seu legado).

Na visão da autora, é plausível terminar com a renúncia de Mitchell³ e usar esse ponto final para salientar que os antropólogos já não controlavam o Instituto e a sua agenda de pesquisa. Mas, fazendo isso, seria dada uma menor importância do que o RLI merece, tendo continuado como um centro de campo com fortes conexões acadêmicas, que incluíram futuros pesquisadores enviados de Manchester, da UCRN e de outras universidades, que faziam parte da sua rede institucional.

Portanto, Schumaker afirma que o melhor ponto final seria colocado em um constante movimento seguindo o Instituto até os dias de hoje e considerando as mudanças de pessoal e de foco das pesquisas, que têm ocorrido ao longo dos anos. Cada novo diretor definiria uma agenda de pesquisa para o Instituto que refletia o local, bem como as preocupações multidisciplinares. O nome do Instituto também foi alterado, para enfatizar as preocupações sobre o seu lugar na sociedade da Zâmbia e seus objetivos: primeiro foi rebatizado de Instituto de Pesquisa Social (1965), com o acréscimo do Centro de Estudos Africanos (1966-1971), sendo depois nomeado de Instituto de Estudos Africanos. Em 1998, foi novamente rebatizado de Instituto de Pesquisa Econômica e Social (INESOR).

Além disso, para Schumaker, o atual nome do RLI (“Instituto de Pesquisa Econômica e Social”) ainda mostra o amplo escopo que os diretores sempre imaginaram, embora o financiamento local tenha diminuído nas últimas duas décadas e grande parte do trabalho

³ Um dos diretores do RLI, na década de 1960.

em curso, desde o início de 1980, tenha sido feito por pesquisadores individuais expatriados, com suas próprias agendas de pesquisa. Na visão da autora, os avanços teóricos da Escola de Manchester são apenas um aspecto desse legado e não necessariamente o mais importante.

Referências bibliográficas:

GLUCKMAN, Max. *Order and Rebellion in Tribal Africa*. London: Cohen and West, 1963.

MALINÓWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

TURNER, Victor. *The Forest of Symbols: Aspects of Ndembu Ritual*. Londres: Cornell University Press, 1970.

_____. *Dramas, Fields, and Metaphors: Symbolic Action in Human Society*. Londres: Cornell University Press, 1974.

BATESON, Gregory. *Naven: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas*. São Paulo: EDUSP (Tradução: Magda Lopes), 2008.

SCHUMAKER, Lyn. *Africanizing Anthropology: Fieldwork, Networks, and the Making of Cultural Knowledge in Central Africa*. Londres: Duke University Press, 2001.

INFORMES

GEFE – Grupo de Estudos sobre Futebol dos Estudantes da UNIFESP

Lançado por estudantes dos cursos de Ciências Sociais e História em 2015, este Grupo de Estudos realiza encontros, na maioria das vezes, mensais e é aberto a alunos da universidade e de outras instituições de ensino e pesquisa. Considerando o esporte e principalmente o futebol como um campo autônomo passível de análises, seus membros reúnem-se em temas como nacionalismos, identidades, violências, disposições corporais do torcer e do jogar, entre outros eixos temáticos relacionados ao ludopédio. O objetivo do grupo é perceber e discutir a partir das leituras interdisciplinares de áreas como sociologia, antropologia, história, letras e educação física questões que ora pertencem aos problemas inerentes ao campo futebolístico, ora são compartilhados por demais campos sociais, como políticos, econômicos, culturais e de gênero. Além dos estudos de textos teóricos, a abordagem do grupo aponta, também, para casos do cotidiano, como a discussão acerca da homofobia e do racismo nos estádios nacionais e estrangeiros, as manifestações de torcedores organizados e a sua relação com o poder estabelecido (policiais, federações e alguns meios de comunicação) e a paulatina elitização dos espaços futebolísticos. *Love the game, hate the business*. Para mais informações sobre o grupo, ver sua página em: <https://www.facebook.com/groups/1635832826699329/>